

**JULIANA VAREJÃO GIESE**

**PERFORMATIVIDADE URBANA: A EXPERIÊNCIA ESPACIAL CORPORIFICADA  
DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Luciana Bosco e Silva

Coorientadora: Elizete Maria Menegat

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G455p  
2023  
Giese, Juliana Varejão, 1988-  
Performatividade urbana: a experiência espacial  
corporificada das pessoas em situação de rua. / Juliana Varejão  
Giese. – Viçosa, MG, 2023.  
1 tese eletrônica (207 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Luciana Bosco e Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

Referências bibliográficas: f. 191-199.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.273>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Espaços públicos urbanos - Juiz de Fora (MG).  
2. Pessoas desabrigadas. 3. Percepção geográfica.  
4. Fenomenologia. I. Silva, Luciana Bosco e, 1971-.  
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 307.76098151

**JULIANA VAREJÃO GIESE**

**PERFORMATIVIDADE URBANA: A EXPERIÊNCIA ESPACIAL CORPORIFICADA  
DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 04 de maio de 2023.

Assentimento:



---

Juliana Varejão Giese  
Autora



---

Luciana Bosco e Silva  
Orientadora

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

Aos docentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa.

À Luciana Bosco e Silva e à Elizete Maria Menegat pela orientação durante a realização deste trabalho.

À Rosana Pimenta, Rossana Brandão e Viviane Pereira pela leitura gentil e entusiasmada em avaliação para a defesa.

À equipe do Projeto de Extensão “Censo e Diagnóstico da População de Rua Adulta de Juiz de Fora”, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos colegas dos grupos de pesquisa ARQMnese (Universidade Federal de Viçosa), Ágora (Universidade Federal de Juiz de Fora) e NESPSR – Núcleo de Estudos e Pesquisas da Situação de Rua.

À vida, por ter permitido, depois dos últimos quatro anos convivendo com as incertezas consequentes da pandemia, que minha família e meus amigos participassem dessa conquista.

À Thalita Portela, cujo amor e parceria faz com que todas as minhas experiências sejam melhores.

E, por fim, às pessoas observadas e entrevistadas nas ruas, pela confiança.

*Existem várias maneiras  
de se livrar de um corpo:  
obrigue o corpo  
a esconder  
seu corpo;  
olhe pro corpo  
como quem vê  
outra coisa  
no lugar do corpo;  
ensine ao corpo  
que tudo bem  
ser ferido e morto  
por outro corpo;  
convença o corpo  
de que ele é  
apenas um corpo  
(e nada mais).*

(ASSIS, Laura. *Parkour*. Juiz de Fora: Edições Macondo, 2022, p. 16.)

## RESUMO

GIESE, Juliana Varejão, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2023. **Performatividade urbana: a experiência espacial corporificada das pessoas em situação de rua.** Orientadora: Luciana Bosco e Silva. Coorientadora: Elizete Maria Menegat.

Em um cenário cada vez mais intenso de precarização da vida urbana, a situação de rua se integra às reflexões críticas da Arquitetura e do Urbanismo para debatermos as condições nas quais determinados corpos vivenciam as cidades. Nesta pesquisa, desenvolvida como uma leitura espacializada da teoria da performatividade, de Judith Butler, a relação das pessoas que estão em situação de rua por tempo prolongado com o espaço público urbano é vista por meio de suas experiências perceptivas e corporificadas. Como fundamentação teórica, a relação do corpo com o espaço urbano é interpretada em suas dimensões material, social, cultural, política e econômica; a identidade indica o espaço público urbano como palco da reafirmação das diferenças; e a performatividade pode ser entendida como o momento em que o ambiente afeta o comportamento do indivíduo, pois trata de papéis sociais exercidos a partir de uma condição que o categoriza socialmente. Buscou-se, assim, uma abordagem transdisciplinar com o objetivo de investigar processos de subjetivação na cidade contemporânea, guiada pela temática corpo-cidade, a partir da situação de rua. Essa pesquisa tem abordagem fenomenológica, com referência principal a Merleau-Ponty, e se enquadra na categoria de pesquisas corporificadas. Foram realizadas observações e entrevistas semiestruturadas com pessoas em situação de rua na cidade de Juiz de Fora-MG e analisadas suas experiências vividas no espaço público urbano. O conceito de “performatividade urbana” foi estruturado, constatando a hipótese originária do trabalho, e é apresentado como a condensação da experiência corporificada no espaço-tempo, que se inscreve no sujeito e extrapola os limites individuais para se manifestar como prática pública do corpo. Considera-se que a articulação de um urbanismo corporificado passe pela reflexão dos processos de subjetivação dos corpos habitantes de cidades, absorvendo diferenças e interseccionalidades para proporcionar espaços públicos que possam ser usados com equidade e segurança por todos os corpos.

**Palavras-chave:** Moradores de rua. Corpo e cidade. Pesquisa corporificada. Fenomenologia da percepção. Fenomenologia urbana. Urbanismo corporificado.

## ABSTRACT

GIESE, Juliana Varejão, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2023. **Urban performativity: the embodied spatial experience of homeless people.** Adviser: Luciana Bosco e Silva. Co-adviser: Elizete Maria Menegat.

At an increasingly intense scenario of precarious urban life, the field of Architecture and Urbanism integrates homelessness as a part of the discussion of the conditions in which certain bodies experience cities and their public spaces. In this research, developed as a spatialized reading of Judith Butler's theory of performativity, the relationship between long time homeless people and the urban public space is seen through their perceptive and embodied experiences. As a theoretical basis, the body's relationship with the urban space is interpreted in its material, social, cultural, political and economic dimensions; identity, from the perspective of urbanism, indicates the urban public space as a place for the reaffirmation of differences; and performativity can be understood as the moment when the environment affects the individual's behavior, as it deals with social roles acted from a condition that categorizes them socially. Thus, a transdisciplinary approach was sought with the objective of investigating processes of subjectivation in contemporary cities from homelessness, guided by body-city theme. Methodologically, this research has a phenomenological approach, with main reference to Merleau-Ponty, and fits into the category of embodied research. Observations and semi-structured interviews were carried out with homeless people in the city of Juiz de Fora, Brazil, and their experiences in the urban public space were analyzed. The concept of "urban performativity" was structured, verifying the original hypothesis of the work, and is presented as the condensation of the embodied experience in space-time, which is inscribed in the subject and goes beyond individual limits to manifest itself as a public practice of the body. It is considered that the articulation of an embodied urbanism passes through the reflection on the subjectivation processes of bodies that inhabit cities, absorbing differences and intersectionalities to provide public spaces that can be used with equity and safety by all bodies.

**Keywords:** Homeless people. Embodied city. Embodied research. Phenomenology of perception. Urban phenomenology. Embodied urbanism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| Figuras 1 a 4 – Exemplos de apropriações observadas.....                       | 117 |
| Figura 5 – Mapa síntese das observações estruturadas.....                      | 119 |
| Figura 6 - Ilustração de apropriação.....                                      | 143 |
| Figura 7 – Ilustração de apropriação.....                                      | 143 |
| Figura 8 – Ilustração de apropriação.....                                      | 144 |
| Figura 9 – Ilustração de apropriação.....                                      | 145 |
| Figura 10 – Ilustração de apropriação.....                                     | 145 |
| Figura 11 – Ilustração dos conceitos corpo, identidade e performatividade..... | 176 |
| Figura 12 – Performatividade urbana: diagrama síntese.....                     | 178 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 - Denominações atribuídas às pessoas em situação de rua. ....  | 29  |
| Quadro 2 – Levantamento de trabalhos sobre a temática da população em situação de rua em Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Brasil. ...                           | 35  |
| Quadro 3 – Trabalhos sobre a temática da população em situação de rua disponíveis para acesso online. ....  | 36  |
| Quadro 4 – Síntese dos elementos-chave de pesquisas fenomenológicas em Arquitetura e Urbanismo .....  | 96  |
| Quadro 5 – Síntese dos elementos-chave de pesquisas corporificadas .....  | 108 |
| Quadro 6 – Observações estruturadas realizadas. ....  | 116 |
| Quadro 7 – Perfil dos grupos entrevistados no momento da entrevista. ....   | 126 |
| Quadro 8 – Equipamentos ou estabelecimentos considerados decisivos para a escolha da área de instalação da apropriação ou que apontados como positivos para a permanência na área. .... | 148 |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b>  |
| 1.1 OBJETIVOS.....  | 16         |
| 1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA .....  | 16         |
| 1.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ENQUADRAMENTO .....   | 24         |
| 1.4 REVISÃO DE LITERATURA .....   | 32         |
| <br>  |            |
| <b>2. CORPO E CIDADE: PRINCÍPIOS PARA UMA ABORDAGEM DA SITUAÇÃO DE RUA COMO SINTOMA DO COLAPSO URBANO.....</b>  | <b>42</b>  |
| 2.1. CORPO.....   | 42         |
| <b>2.1.1 Cidade para pessoas .....</b>  | <b>53</b>  |
| <b>2.1.2 Cidade e corpos dissidentes .....</b>  | <b>58</b>  |
| <b>2.1.3 Cidade e vida precária .....</b>   | <b>64</b>  |
| 2.2. IDENTIDADE.....  | 69         |
| 2.3. PERFORMATIVIDADE .....   | 76         |
| 2.4. A SITUAÇÃO DE RUA COMO SINTOMA DO COLAPSO URBANO .....   | 83         |
| <br>  |            |
| <b>3. CORPO E PERCEPÇÃO: METODOLOGIA PARA ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS DO CORPO NA CIDADE .....</b>   | <b>88</b>  |
| 3.1 FENOMENOLOGIA URBANA.....   | 88         |
| 3.2 PESQUISA CORPORIFICADA.....   | 97         |
| 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A PRODUÇÃO DOS DADOS .....   | 109        |
| <br>  |            |
| <b>4. OS CORPOS EM SITUAÇÃO DE RUA .....</b>  | <b>114</b> |
| 4.1 OBSERVAÇÕES ESTRUTURADAS.....   | 114        |
| 4.2 PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CENSO E DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO DE RUA ADULTA DE JUIZ DE FORA”, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA..... | 120        |
| 4.3 APLICAÇÃO DOS ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E SELEÇÃO VISUAL .....  | 124        |
| <i>4.3.1. Grupo 1.....</i>  | <i>127</i> |
| <i>4.3.2. Grupo 2.....</i>  | <i>130</i> |
| <i>4.3.3. Grupo 3.....</i>  | <i>133</i> |
| <i>4.3.4. Grupo 4.....</i>  | <i>136</i> |

|  |            |
|--|------------|
| 4.3.5. Grupo 5.....  | 139        |
| 4.4 PERCEPÇÃO E SUBJETIVAÇÃO: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO.....              | 141        |
| 4.4.1. <i>Experiência perceptiva: a relação com o espaço público urbano</i> .....  | 142        |
| 4.4.2. <i>Experiência corporificada: a construção da identidade da pessoa em situação de rua no espaço público urbano.</i> ..... | 150        |
| 4.5 PERFORMATIVIDADE URBANA.....   | 165        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>181</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>191</b> |
| <b>APÊNDICE A – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REALIZAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES ESTRUTURADAS, EM JUIZ DE FORA-MG.....</b>                      | <b>200</b> |
| <b>APÊNDICE B – FICHA DE OBSERVAÇÃO ESTRUTURADA .....</b>  | <b>200</b> |
| <b>APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA .....</b>   | <b>202</b> |
| <b>APÊNDICE D – ROTEIRO PARA SELEÇÃO VISUAL .....</b>  | <b>206</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O diálogo entre corpo e cidade acompanha as aglomerações urbanas desde as civilizações gregas. À medida que as cidades foram se desenvolvendo político, social e economicamente, o modo como o corpo dos indivíduos habitantes das cidades se relacionam com o espaço urbano foi sendo modificado: o corpo grego carregava uma forte função social que ditava padrões estéticos e normas de conduta; o corpo judeu tinha o seu espaço de vivência afastado daquele do corpo cristão; já o corpo miserável era posicionado junto às igrejas para provocar o crescimento da fé; o corpo criminoso era punido em praça pública, assim como o corpo negro no período escravocrata brasileiro; o corpo da sociedade espetáculo se alienou; e, por fim, o corpo que circulava nas cidades modernistas tornou-se acelerado. Assim, o corpo do indivíduo urbano passou de um intenso engajamento com as cidades para uma anestesia dos sentidos corpóreos provocados pela experiência urbana.

Nota-se, portanto, que toda a dinâmica dos corpos nas cidades é induzida por elementos socioespaciais<sup>1</sup> presentes no espaço urbano, os quais, segundo Harvey (1980), passam a representar uma mensagem recebida gerada pela percepção destes elementos. O centro dessa percepção seria, para Merleau-Ponty (2006), o corpo do sujeito que se encontra inserido no espaço. É através do corpo, segundo o autor, que tomamos consciência do mundo pois essa consciência se constrói a partir de uma relação do eu com o mundo e do Eu com o Outro. Isso significa que o corpo é a referência a partir da qual conhecemos a nós mesmos e ao espaço em que vivemos.

No caso específico das pessoas em situação de rua<sup>2</sup>, Frangella (2004) acredita que isso se exacerba, uma vez que enxerga que os corpos desta população seriam seus únicos instrumentos de diálogo com a cidade. A partir de uma ruptura inesperada gerada pela exclusão, as pessoas em situação de rua buscam sobrevivência, sociabilidade e solidariedade nos espaços públicos. A sua corporalidade parece ser construída, portanto, a partir das forças de acolhimento e repelência presentes na

---

<sup>1</sup> Apesar de alguns autores da área da Geografia apontarem uma diferenciação conceitual quando da utilização do hífen ou não na grafia do termo, não há um consenso estabelecido (CATALÃO, 2011). Portanto, nesta pesquisa optamos por seguir o Acordo Ortográfico vigente, ou seja, sem hífen, mantendo o sentido de que o termo se refere às relações simultâneas entre espaço e sociedade.

<sup>2</sup> A utilização do termo "população em situação de rua" visa se adequar ao Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Cabe dizer, no entanto, que de acordo com a literatura da temática, a expressão "situação de rua" enfatiza um processo contínuo de sair das ruas e que esta pesquisa se delinea pela permanência prolongada da situação de rua.

cidade, através das quais estes indivíduos se reconectam com ela, em um movimento contrário ao anestesiamiento presente nas cidades contemporâneas.

Para as pessoas que moram nas ruas, o silêncio, a solidão e a passividade do corpo se transforma em um isolamento social, além de definir sua identidade para si mesma e para a sociedade. A frequente presença da população em situação de rua nos espaços públicos urbanos os tem transformado em elementos comuns na cena urbana, destituindo-os da notabilidade e da simpatia. Segundo Nonato e Raiol (2016), esta população está frequentemente associada a estigmas que legitimam a exclusão e o seu não pertencimento na sociedade. A negação aos direitos básicos da cidadania reforça essa exclusão e exercem uma violência social e simbólica sobre essas pessoas que têm a rua como palco.

Dentro desse contexto, é visível que o abandono de moradores de rua nas cidades contemporâneas cresce cada vez mais pelo esforço de organizar e repelir comportamentos considerados 'estranhos' em espaços públicos. Os moradores de rua ficam fadados a conviverem com o 'status' de subcidadãos desprovidos de direitos (HOVNANIAN, 2013, p. 54).

A *rua* – como espaço e território – dentro da pesquisa humanizada sobre pessoas em situação de rua deve, portanto, estar no núcleo da discussão. Isso porque além de um espaço de circulação entre edifícios, produz e reproduz realidades que afetam as identidades dos sujeitos que nela circulam que, assim, vão produzir ou reproduzir outros conteúdos simbólicos sobre ela (BEDRAN; DANTAS, 2017) e outras significações (GIL, 2019).

Essa ideia é reforçada no documento oficial da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua:

[...] a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio. É preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a **produção e reprodução de identidades sociais** (BRASIL, 2008, p. 4, grifo nosso).

A identidade, por si só, em qualquer indivíduo, já é construída através de uma relação social, segundo Silva (2014). É em um processo de diferenciação entre um grupo e outro, um indivíduo e outro, que se produz uma identidade, criando-se assim, uma relação de interdependência entre a identidade e a diferença. A argumentação de Silva é embasada nas teorias de Hall (2006) que diz que é nessa relação com o outro – de identificação e diferenciação – que a identidade é construída. Ou seja, é fora do corpo que a identidade se constrói, porque os sujeitos sociais assumem identidades diferentes de acordo com diferentes representações e signos que encontram em diferentes espaço-tempo.

Por isso, para esta pesquisa recorre-se ao conceito de “performatividade”. No contexto de processos de construção de identidades, a performatividade é definida como a reprodução e o reconhecimento de normas impostas pelo outro. Ao falar sobre performatividade, Butler (2019a) a relaciona com a performatividade de gênero, alegando que o sexo é um componente que liga a materialidade do corpo à performatividade do gênero que esse sexo representa. Assim, o sexo é uma condição que demarca, diferencia e controla os corpos. Neste sentido, esta pesquisa emprega o conceito da performatividade ao estudo socioespacial, relacionando, neste caso, às práticas socioespaciais das pessoas que moram nas ruas e abrangendo uma outra condição demarcadora, diferenciadora e controladora de corpos.

A hipótese é que a construção de identidade da população em situação de rua se dá através de sua relação com o espaço público urbano, da leitura e percepção dos signos nele contidos, que os fazem performatizar seu papel socioespacial na dinâmica urbana contemporânea. Esta pesquisa reconheceu quatro estágios não subsequentes, mas coincidentes, do processo de construção da identidade que evidencia a performatividade urbana: (1) a ruptura com seus vínculos socioespaciais primários; (2) reconhecimento e apreensão de mensagens socioespaciais; (3) a construção identitária a partir de vínculos socioespaciais secundários; (4) a performatização urbana. O primeiro diz respeito ao processo de ruptura simbólica, emocional e física com os vínculos estabelecidos desde o nascimento em vivência coletiva. O segundo se caracteriza por um processo involuntário, ao mesmo tempo que inteligível, de percepção do espaço urbano. O terceiro é o momento de interiorização das mensagens apreendidas. E, por fim, o quarto momento é o ponto no qual as mensagens apreendidas atingem a forma como o indivíduo conduz sua vivência, ou seja, o indivíduo alcança o reconhecimento, apropriação e exercício de seu papel socioespacial

na dinâmica urbana.

Essa pesquisa, tendo em vista a área de concentração a que está vinculada – Arquitetura e Urbanismo – busca abordar a população de rua através do espaço urbano. Ou seja, não é uma pesquisa que separa sujeito – cuja abordagem é contemplada em pesquisas nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Antropologia – do espaço em que vive. Essa pesquisa entende que o *sujeito morador de rua se constrói no espaço urbano*. E por isso mesmo, é preciso compreender como esse espaço urbano é visto por esse sujeito, para saber como os profissionais de Arquitetura e Urbanismo podem exercer seu papel social em relação a essa problemática que é essencialmente *urbana*. Assim, neste sentido, cria-se um ponto de reflexão sobre a própria prática.

Cabe dizer, que não é intenção deste trabalho romantizar a vivência nas ruas ou enxergá-la como uma possibilidade de vida. Mas sim, à medida que o fenômeno existe, dar subsídios para um debate que busque tornar essa vivência mais humana, menos vulnerável, um debate que tenha como objetivo dar suporte a essa vivência para que os próprios sujeitos reconstruam sua autonomia e não de uma forma como se fosse preciso que nós, os outros, os formais, os domiciliados “devolvessem” a dignidade, a autonomia. Como diz Quintão (2012) entender como *acomodar* esse grupo no espaço urbano.

A solução parece passar pela questão do reconhecimento e da aceitação desta realidade dentro da sociedade, sendo necessário, portanto, dar visibilidade à existência destes indivíduos. Esta alienação, esta falta de reconhecimento, se opera também pelo afastamento físico dessas pessoas - que cada vez mais são deslocadas para locais confinados, deteriorados ou afastados, cada vez mais para fora da visibilidade da cena urbana das outras camadas privilegiadas da sociedade (QUINTÃO, 2012, p. 74).

Pensar os sujeitos inseridos nos espaços é, segundo Jacques e Britto (2015), pensar sobre um *urbanismo incorporado*. Ou seja, um urbanismo que ultrapasse a supressão do corpo nos estudos sobre cidades e nos consequentes projetos arquitetônicos e urbanísticos dos últimos anos e que alcance a valorização do sujeito corporificado como praticante do espaço urbano.

Nesse sentido, para as pessoas que moram na rua a relação com seus próprios corpos e a relação desses corpos com a cidade se tornam intensificadas. Seus vínculos

espaciais e sociais anteriormente formados se tornam rotos, sendo o vínculo corporal aquele que se mantém. É nesta particularidade da relação entre corpo e cidade que se configura a segunda premissa da fundamentação relacionada ao conceito de corpo.

A trajetória do morador de rua é eminentemente corporal. Não apenas porque o corpo traz visibilidade aos processos que marcam a formação desta categoria. Mas também porque, sendo o único suporte que lhe resta e que lhe é irredutível, atualiza sua possibilidade de existência e as condições atuais nas quais ela se faz. Seu corpo aparece como último território, sobre o que e por meio do qual singularizam-se as manifestações de sua experiência na cidade (FRANGELLA, 2004, p. 61).

Neste sentido, Frangella (2004) apresenta, ainda, relações que as pessoas em situação de rua estabelecem com o espaço urbano em seu cotidiano. A autora categoriza as experiências corporais relacionadas ao espaço urbano, enumerando: o ato de caminhar, geralmente com os pés descalços no asfalto; o corpo como estrutura que carrega o peso dos objetos que estas pessoas possuem, assim como os materiais descartáveis que se tornam extensões corporais; e as marcas corporais de abjeção.

O universo dos moradores de rua, marcado por duplo movimento de exclusão e de vivência nômade, tem o corpo como *locus* de produção e enunciação dessa experiência. Privados de qualquer outro suporte material e simbólico em suas andanças que não o seu corpo, é neste que se projetam as contínuas e sucessivas intervenções e manifestações de violência que atualizam cotidianamente as tentativas de exclusão desse segmento (FRANGELLA, 2004, p. 13).

Portanto, ainda que tenha como objeto um grupo de usuários urbanos tão particular, acredita-se que esta pesquisa fortalece a discussão já em voga na grande área da Arquitetura e Urbanismo sobre as experiências corporais nos espaços públicos urbanos, principalmente em relação às práticas de exclusão de corpos à margem e os modos como esses corpos ocupam as cidades. Ao abordar essa relação intensa de apropriação do espaço público urbano que é a das pessoas em situação de rua por tempo prolongado, essa pesquisa contrapõe o percurso comum de controle dessas existências.

## 1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa proposta neste projeto é investigar processos de subjetivação na cidade contemporânea, guiada pela temática corpo-cidade, a partir da situação de rua. Trata-se de relacionar a percepção do espaço urbano pelas pessoas em situação de rua com suas práticas socioespaciais, traçando a existência de uma performatividade urbana e refletindo sobre um urbanismo corporificado.

Os objetivos específicos que se apresentam são:

- Descrever a experiência corporal perceptiva urbana da população em situação de rua, em sua dimensão socioespacial;
- Identificar os estágios de construção da identidade “situação de rua” a partir da experiência perceptiva;
- Delinear o conceito de “performatividade urbana”

## 1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Na modernidade e na pós-modernidade, o deslocamento do lazer urbano dos espaços livres públicos para espaços semipúblicos limitou o entendimento dos espaços públicos urbanos a leituras associadas à insegurança, ao desasseio e à falta de gestão, o que, acrescido da crise habitacional, condicionou as mesmas leituras à visão sobre a população em situação de rua, que perseverava em ocupar ruas, praças e viadutos. O estigma se construiu de forma tão resistente que essa visão é reproduzida ainda hoje no âmbito acadêmico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, em etapas como o diagnóstico de espaços públicos e elaboração de projetos de intervenção. Neste cenário, observado no âmbito do Estágio Docente cumprido durante a realização do Mestrado em Ambiente Construído, estudantes de graduação frequentemente se apropriam do discurso de higienização e embelezamento do espaço público e propõem intervenções cujas estratégias de criação se pautam em ações de remoção direta ou indireta da população em situação de rua desses espaços. Foi neste contexto que o problema desta pesquisa se fez aparente, visto que a população em situação de rua sofre, portanto, não só com a exclusão socioeconômica, mas também com a repulsa que se faz presente tanto de forma velada, quanto ostensiva, por parte de atores urbanos.

Além disso, o espaço público está historicamente ligado à punição, nas táticas de

disciplina utilizadas desde as cidades medievais até as modernas – ou mesmo até as atuais –, excluindo, punindo e segregando indivíduos que estivessem à margem da sociedade. As justificativas de higienização dos espaços públicos, de segurança e de combate às drogas, até hoje utilizadas, respaldam as intervenções contemporâneas em espaços públicos com recursos reconhecidos como *defensive design* – ou “arquitetura hostil”, ou ainda “arquitetura antimendigo” – que se caracteriza, segundo Ferraz *et. al* (2015) pela utilização de mecanismos de intervenção no espaço público que subtraem o direito coletivo à cidade. Estes mecanismos são observados nos espaços públicos principalmente por meio de alterações no mobiliário urbano para o impedimento da permanência de pessoas em situação de rua dos espaços públicos, repelindo seus corpos. Essa conduta alimenta os estigmas depreciativos, acrescido, inclusive, dos discursos midiáticos que vinculam a sua presença nos espaços públicos à violência.

Do ponto de vista das próprias pessoas em situação de rua, a mensagem contida nas práticas de *defensive design* ou mesmo nas condutas dos habitantes em relação a eles é que a população em situação de rua não tem direito à cidade, ou seja, a apropriar-se dela, a viver nela, a experenciá-la. Cria-se, assim, uma identidade de exclusão que parte não só do poder público e dos urbanistas que intervêm no espaço urbano, mas também dos habitantes das cidades. A consequência desse processo acríptico é, além da ineficiência de certas políticas públicas voltadas à população em situação de rua, a produção de espaços públicos não democráticos e que limitam as possibilidades de apropriação, lazer e cultura.

Segundo Carneiro (2016), para que as políticas públicas sejam eficientes e auxiliadoras – em vez de castradoras e disciplinadoras – elas precisam ser repensadas a partir do domínio da relação entre o uso, existência e repelência socioespacial desta população. O indivíduo que está nas ruas, sendo corpo no espaço urbano, se insere no campo político, estando sujeito ao controle, à violência, à ideologia, às marcas do tempo e da memória:

São sobre as pessoas que vivem nas ruas, são sobre seus corpos que sofrem ações do tempo e das lutas que as genealogias que serão encaminhadas se direcionarão. Pessoas e corpos que constituem um modo de vida que, para parte relevante de planejadores urbanos, arquitetos, instituições públicas e privadas, oradores, comerciantes, usuários e transeuntes, não deveria, numa primeira mirada, ocorrer. Seja por razões que envolvem as normas, os direitos, as legalidades, a saúde, os fluxos, a caridade, a estética, mas não deveria ocorrer (CARNEIRO, 2016, p. 53-54).

A abordagem sobre a população em situação de rua como um objeto-problema a ser resolvido e exterminado reforça, portanto, o controle e a punição aplicados sobre estes corpos. A autora destaca que a “cidadania não passa pela correção de uma conduta” (CARNEIRO, 2016, p. 463) e exemplifica o não amparo das políticas públicas à realidade deste grupo através da fala das pessoas em situação de rua de Belo Horizonte na Semana de Mobilização Nacional em Defesa das Pessoas em Situação de Rua, ocorrida em 2014:

Sucederam-se falas de moradores e ex-moradores de rua, de representantes de universidades e da sociedade civil, mas a maioria dos que se dirigiram ao microfone vivia ou já tinha vivido na rua. Não falaram apenas da recolha dos pertences pelo poder público ou das revistas vexatórias pelas quais, constantemente, passavam e que, neste momento, estava mais frequente. Discorreram também sobre as precárias condições dos albergues e repúblicas – equipamentos públicos exclusivos dessa população – que, por sua organização e regras internas, não atendiam à realidade de suas vidas (CARNEIRO, 2016, p. 79-80).

Neste mesmo sentido de contraposição à conduta de extermínio da população em situação de rua, Quintão (2012) aponta que a abordagem junto a estes cidadãos deve ser estabelecida de acordo com o prolongado tempo de permanência dessa população nas ruas e não mais na remoção dessas pessoas dos espaços públicos. Quase metade desta população não se adapta aos centros de acolhida propostos pelas políticas públicas. Por isso, muitas vezes essas pessoas decidem-se por permanecer nas ruas, dando outros significados ao espaço público urbano através de suas próprias vivências, sobrevivências, experiências e resistências.

Portanto, a violência que a população em situação de rua sofre transcende os níveis físicos e alcança níveis simbólicos, os quais têm caráter fundamental nesta proposta de pesquisa. Sob o aspecto dos direitos humanos, Nonato e Raiol (2016) apontam a gravidade da negação à cidadania a que estão sujeitos. Segundo os autores, o processo de exclusão tem início, antes de tudo, na utilização de termos designatórios que indicam fragilidade, precariedade, provisoriedade e vulnerabilidade e é alimentado por essas ideias a eles associadas:

A vulnerabilidade tem significado de tornar grupos sociais passíveis de desrespeito aos direitos fundamentais pertinentes a qualquer pessoa, tais como a vida, a liberdade, a alimentação, a educação, o

trabalho, enfim, ao de usufruir das condições básicas para a vida digna, qualidade que esse núcleo de direitos inspira. A consequência disso para um grupo social é a de fragilizá-lo diante de grupos sociais dominantes, assim posicionados por desfrutarem daqueles direitos, não raramente, em doses de teor elevado. Em decorrência dessa notória desigualdade, com perspectivas de se tornar abissal, cada vez mais, surgem grupos vulneráveis, com tendência a se cristalizarem nessa condição. No rol desses grupos, que têm aqueles direitos maltratados ou obscurecidos, estão os moradores em condição de rua (NONATO; RAIOL, 2016, p. 83).

Junto à existência escassa de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, sua ineficiência é reconhecida em Carneiro (2016), Quintão (2012), Robaina (2015) e Frangella (2004). Os autores relatam que isto se deve à imprecisão do retrato resultante das pesquisas oficiais realizadas com a população em situação de rua. Demasiadamente invisibilizada ainda em sua caracterização, há um aspecto simplista na definição encontrada nos documentos oficiais que diz:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008, p.8).

Apesar da realização da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), esta população com a imprecisão de seus dados, apesar do observável crescimento de seu número total. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), não há um dado oficial que apresente a demografia da população em situação de rua que vive no Brasil atualmente, o que materializa a invisibilidade desta população, mesmo que haja políticas públicas voltadas a estas pessoas. Em 2015 estimou-se, no entanto, que cerca de 101.854 pessoas moravam nas ruas no país (BRASIL, 2016). A partir daí, uma atualização do documento estimativo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi publicada em junho de 2020. Neste documento, com levantamento realizado entre setembro de 2012 e março de 2020, a estimativa contabilizou um último total de 221.869 pessoas em situação de rua (BRASIL, 2020). Um outro movimento recente para a tentativa de realização de pesquisas acerca da população em situação de rua foi acionado pela

Defensoria Pública da União e foi determinado pela Justiça Federal do Rio de Janeiro que o governo federal e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística incluíssem a população em situação de rua no Censo de 2020<sup>3</sup>, no entanto devido à pandemia de COVID-19 iniciada no Brasil em março de 2020, o Censo teve sua realização adiada para 2021.

De fato, o caminho para uma maior visibilidade tem sido percorrido. A partir de pesquisas e espaços de discussão, a população em situação de rua foi percebendo suas possibilidades de reivindicação de direitos. Foram criados: (1) Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993; (2) Lei 11.258/2005, que dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua; (3) Primeira Marcha do Povo da Rua, em 2001; (4) Resolução CNAS nº 145, de 2004, que atribui à Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua; (5) Movimento Nacional da População de Rua, criado em 2005; (6) I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, em 2005; (7) Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, em 2008; (8) Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, entre 2007 e 2008; (9) II Encontro Nacional sobre População em situação de rua, em 2009; (10) Decreto nº 7.053, de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento; e a (11) Resolução nº 109, de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

No entanto, por estarem focadas na solução para a falta de moradia e no combate ao uso de drogas, sem enxergarem a totalidade das questões que os envolvem, a maior parte das políticas públicas voltadas a esta população visa a transferência desta população das ruas para abrigos temporários e albergues, por meio de uma remoção forçada. Além disso, essa população depende também de um esforço social para a manutenção de suas vidas, com doações de alimentos, roupas e acessórios. Ou seja, tanto pelas estruturas sociais, quanto pelas esferas governamentais, a população é vista como um problema ou “doença social”.

Os moradores de rua permanecem em um ‘limbo’ social. A falta de políticas assistenciais para tratar e reintegrar essa população e a

---

<sup>3</sup> **Justiça determina inclusão de moradores de rua no censo de 2020.** Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-01/justica-determina-inclusao-de-moradores-de-rua-no-censo-de-2020>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ausência de equipamentos urbanos para manutenção de sua higiene pessoal e moral os faz entrar em um processo de degradação física e moral cada vez mais presente pela sujeira, o mau cheiro, a agressividade, a loucura etc. (HOVNANIAN, 2013, p. 54).

A minimização das características dos modos de vida desta população é notada também em estudos fora do Brasil. Howard (2013) explica que ao ser centrada na falta de moradia e de alimentação, os questionamentos acerca da população em situação de rua ignoram a realidade destas pessoas e acabam por apresentar “soluções” desencorajadoras. Segundo a autora, é esta falta de conhecimento sobre os modos de vida da população em situação de rua que incentiva os preconceitos e os estereótipos a eles associados, como a insegurança, criminalidade, desasseio e dependências químicas. Em Nova York, a autora observou que a justificativa para os projetos de renovação urbana a partir dos anos 1950 na cidade estavam associados à erradicação de bairros periféricos e da população em situação de rua visando com isso uma revalorização do solo urbano. Tal justificativa foi facilmente aceita por comerciantes, investidores e residentes da região a ser renovada (HOWARD, 2013).

O apoio à renovação urbana independente da expulsão da população em situação de rua das regiões que habitam foi observado também por Ferraz e Machado (2014) em um estudo sobre as expulsões dos sem-teto durante o período de obras da cidade do Rio de Janeiro em função dos eventos olímpicos de 2014 e 2016. Baseadas na periferização das classes e camadas mais pobres e na invisibilização da população em situação de rua, a expulsão emprega uma medida de restabelecimento da paisagem e da ordem urbanas:

A “rua”, como território de instalação e permanência, passa a ser o lugar de enunciação dessa população, ao mesmo tempo, como vítima e ameaça. Mais ameaça do que vítima, já que sobrevive, como perturbadora e transgressora, na apropriação privada do espaço público (FERRAZ; MACHADO, 2014, p. 614).

A diferenciação a partir dos habitantes urbanos com estruturas formais de moradia para os que estão nas ruas também estão baseadas na própria dinâmica capitalista. Segundo Canetti (2016), é preciso ver a exclusão socioespacial como exemplo do sistema capitalista, porque a acumulação do capital pressupõe desigualdades. As diferenças entre ricos e pobres é um componente genético da

produção capitalista, segundo o autor, e é esta diferenciação que determina como os indivíduos excluídos vão se comportar dentro da estrutura social. Lembrando que “os excluídos reproduzem as condições que os geraram na mesma medida em que a forma da cidade reproduz a condição de excluído a milhares” (CANETTIERI, 2016, p. 75).

Consequente ao acelerado processo de modernização a partir da década de 1920, as cidades materializaram, em seus processos de formação morfológica, tanto as diferenciações físicas do espaço urbano – de acordo com tipos de uso e funções –, quanto as diferenciações sociais. Assim, o espaço urbano foi estratificado refletindo condições sociais e fortalecendo as desigualdades, se traduzindo em segregações polarizadas, como: centro x periferia; moradia x trabalho; público x privado.

Harvey (2005) ainda acrescenta que, nesse processo de acumulação das riquezas no centro das cidades, nas sociedades capitalistas, há ainda a ação de explorar a periferia para a geração de recursos e capital, fazendo uso das dicotomias polarizadas presentes no espaço urbano e afetando tanto a organização morfológica urbana, quanto os modos de vida dos habitantes das cidades. Como participantes da dinâmica capitalista, os próprios indivíduos, segundo Canettieri (2016), reproduzem e simulam a ordem capitalista no espaço social urbano, ao mesmo tempo que são vítimas da segregação de tal sistema:

O fenômeno da urbanização capitalista procura integrar seus elementos num todo de forma coerente. A integração se realiza em diferentes níveis, segundo diferentes modalidades: pelo mercado, pela ideologia, pelos valores e pela ação do Estado. Embora integrados ao funcionamento estrutural do sistema socioeconômico-espacial, muitos indivíduos sofrem a perversidade desta lógica. (...) Integra-se para segregar; segrega-se para integrar. A integração do todo à lógica capitalista só é possível com a manutenção de um grupo de indivíduos que é excluído de quase tudo, mas que cumpre uma função dentro do sistema, embora de maneira implícita (CANETTIERI, 2016, p. 74).

Portanto, os resultados de estudos anteriores com a população em situação de rua indicam indiretamente que a produção da cidade contemporânea concede um papel de exclusão, apagamento, vulnerabilidade e marginalização a esta população, ao mesmo tempo que o próprio indivíduo que mora nas ruas assume estes papéis, conformando, assim, a *performatividade urbana*. A relação entre o espaço público urbano e o corpo da pessoa que vive nas ruas se torna algo sólido. Além disso, a vida nas ruas afeta diretamente a relação da pessoa que mora na rua com seu próprio

corpo. O corpo é o que lhe resta quando a cidade e as políticas públicas lhes negam todo o resto e é através dele que o indivíduo enxerga possibilidades de resistência frente às forças de exclusão.

O universo dos moradores de rua, marcado por duplo movimento de exclusão e de vivência nômade, tem o corpo como *locus* de produção e enunciação dessa experiência. Privados de qualquer outro suporte material e simbólico em suas andanças que não o seu corpo, é neste que se projetam as contínuas e sucessivas intervenções e manifestações de violência que atualizam cotidianamente as tentativas de exclusão desse segmento. Mas é também através do corpo – e, sobretudo, através dele – que surgem as possibilidades de resistência do morador de rua à exclusão. Com reelaborações dos limites e potencialidades do corpo, eles concebem outros parâmetros de funcionalidade e de uso do espaço urbano, assim como agenciam novas representações a respeito de sua experiência social (FRANGELLA, 2004, p. 13).

Assim, esta pesquisa se baseou na relação das pessoas que moram nas ruas com o espaço público urbano a partir de três conceitos principais: corpo, identidade e performatividade. O conceito de *corpo* mostrou-se elementar para a pesquisa tendo em vista as particularidades da corporeidade das pessoas em situação de e a relevância da dimensão corporal para estas pessoas. Acredita-se que a partir dessa relação particular e duradora do corpo com o espaço urbano, construa-se uma *identidade* própria que, ao ser menosprezada, influencia diretamente na eficácia das políticas públicas voltadas a esta população. A hipótese de uma terceira circunstância, a *performatividade urbana*, foi trazida justamente por tais particularidades e especificidades desse processo de construção da identidade destas pessoas, onde enfatizou-se o ambiente urbano como elemento basilar deste processo. Desta forma, a delimitação dos conceitos de corpo, identidade e performatividade, em perspectivas filosóficas, sociológicas e urbanas, visou estruturar o que vamos chamar de *performatividade urbana*.

Portanto, a solidez e a particularidade da relação do corpo das pessoas em situação de rua em dimensões além das físicas com os espaços públicos urbanos fazem irromper o objeto teórico desta proposta de pesquisa. As relações entre corpo e cidade é uma temática já consolidada no campo do Urbanismo, porém o caráter extremo e particular da relação dos corpos das pessoas em situação de rua com a cidade expande o espectro dessas relações.

### 1.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ENQUADRAMENTO

Pela heterogeneidade inerente à população em situação de rua, faz-se necessário um enquadramento do grupo objeto de estudo e, para isso, é importante destacar o caráter estrutural que envolve a questão. Apesar de estar frequentemente associada a uma contextualização a partir da crise habitacional decorrente do desenvolvimento das grandes cidades, no século XX, e das migrações consequentes, as pessoas sem teto estão presentes no tecido social urbano há mais tempo.

Sennet (2020) descreve que, ainda na Paris medieval, “os asilos, hospitais e conventos urbanos abriam suas portas mais livremente do que os do campo, acolhendo viajantes, pessoas sem teto, crianças abandonadas, doentes desconhecidos e insanos” (p. 167). Assim, mesmo que não haja uma caracterização desse grupo de pessoas nessa época, principalmente em relação aos motivos pelos quais estivessem nessa situação, demonstra que ela já existia. No entanto, é muito provável que essas pessoas estivessem inseridas nos processos migratórios do campo para as cidades.

Na primeira metade do século XIX, a partir da Revolução Industrial e a sua consequente desvalorização da manufatura, essas pessoas começaram a ser mais associadas à pobreza, cujo perfil foi modificado. Pessoas que ainda migravam do campo para as cidades em busca de emprego se encontravam inadequadas a operar as máquinas industriais e acabavam posicionadas à margem da sociedade, muitas vezes buscando um emprego informal. Assim, junto à desestabilização socioeconômica, as condições de vida se tornaram precárias o que culminou, inclusive, na mendicância. Como resultado, criou-se uma associação entre cidade, pobreza e criminalidade. A partir disso, propagou-se a concepção de que ser pobre é uma condição que parte de virtudes individuais como: preguiça, promiscuidade, incompetência, falta de otimismo e vagabundagem (GUIMARÃES, 2015).

O século XIX também foi marcado por intervenções urbanas com intuito de regenerar a imagem das cidades, que ainda tinham sua morfologia de origem medieval. Sob forte influência de Haussmann, que comandou a reforma de Paris, os planos de melhoramento urbano chegaram inclusive ao Brasil. Tais planos urbanísticos visavam remover as pessoas pobres do centro, onde eram localizadas as principais portas de entrada e saída das cidades e onde havia a concentração do comércio e de serviços. Assim, pessoas pobres foram expulsas dos centros das cidades através de demolições de residências onde passariam largas vias. Além das transformações físicas, os planos

eram seguidos pela formulação de regras de conduta nos espaços públicos, a partir das quais esperava-se gerar uma nova imagem social do país.

Nos anos 1950, as cidades passaram a ser vistas a partir de uma perspectiva funcional, assim, a manutenção dos centros das cidades como locais de comércio e serviços, enquanto as residências foram transferidas para zonas mais afastadas, culminaram no esvaziamento das regiões centrais e sua conseqüente desvalorização. Os centros das cidades passaram a ser ocupados por aqueles que não têm condições de mobilidade nas cidades e que estão excluídos do circuito formal de produção.

Muitas vezes esse é o perfil de quem está nas ruas: uma pessoa que tem uma residência longe do centro, mas que não pode arcar com os custos de deslocamento para trabalhar no centro, como aborda Quintão (2012, p. 87):

A importância dos deslocamentos é também econômica: o custo do deslocamento é muito alto. Pesquisas demonstram que um grande número de pessoas que mora nas ruas tem residência. Com a lógica urbana de afastar cada vez mais a população pobre do centro sem, no entanto, prover estas áreas de infra-estrutura para locomoção, muitos se deslocam para as áreas centrais, e passam a semana nestes locais. Nos finais de semana, retornam às suas casas.

A partir da década de 1980, o perfil da população em situação de rua foi modificado, devido à crise econômica, se tornando mais jovem, de diferentes etnias, além do aumento do número de mulheres e crianças. Muitos recém-desempregados se fizeram presentes, principalmente na cidade de São Paulo (ESQUINCA, 2013).

Em relação ao crescimento da pobreza e das desigualdades sociais, Esquinca (2013) lembra que as relações sociais inseridas em sociedades capitalistas estão centradas no eixo capital/trabalho e, a partir disso, são geradas inúmeras desigualdades sociais, entre as quais estão o fenômeno da população em situação de rua. Além disso, a autora relembra que crises econômicas das décadas de 70 e 80, aumentaram os índices de pobreza no mundo e no Brasil, aumentando o desemprego e motivando o processo de privatização.

Esse processo gera novos atores sociais; primeiro: o novo pobre - produto de um sistema de proteção social falho num quadro agravado pela revolução tecnológica após a crise econômica mundial. Além dele, o novo miserável - nesse momento crítico de crise econômica e financeira, a população que já estava nos estratos mais baixos é despojada dos meios de produzir riqueza para uso

próprio e é submetida a níveis extremos de degradação de vida. Foi uma reação em cadeia: uma porção da população de classe média baixa tornou-se os novos pobres, e os antigos pobres passaram a ser os novos miseráveis. Essa população em risco, os novos miseráveis, foi à rua por não ter outra opção de gerar riquezas (emprego) e portanto por não ter a possibilidade de partilhar da distribuição de seus frutos (consumo) (ESQUINCA, 2013, p. 5-6).

Junto a isso, a relação da sociedade com os espaços públicos urbanos mudou. Praças e largos foram esvaziados de sua função de lugar de lazer coletivo. Isso porque houve o alto investimento privado em shopping centers, que ofereciam um espaço asseado, controlado e frequentado por pessoas de classe média a alta. A imagem dos espaços livres urbanos foi construída, assim, como espaços opostos àqueles: sujos, perigosos e com acesso livre a toda e qualquer pessoa. Ainda que, por um período, tenha havido o fechamento por cercas em vários dessas praças e largos, pessoas em situação de rua ainda ocupavam esses lugares em busca de abrigo.

No entanto, a larga associação midiática entre criminalidade, vandalismo, uso de drogas, prostituição e falta de higiene em relação às pessoas que moram nas ruas gerou uma resposta social que Resende (2020) chama de “cidadanismo”:

A ideologia do cidadanismo é muitas vezes conclamada quando se trata de justificar desautorizações de uso da cidade a certos grupos (...). A oposição contra grupos sociais avaliados como ‘incivilizados’ serve de justificativa para sua segregação, seu deslocamento forçado, a restrição de sua liberdade. É quando a cidade revanchista se volta contra parcelas da população cujo direito à cidade parece um absurdo impensável: só podem ser enxergadas como usurpadoras de espaços pertencentes a outros grupos (RESENDE, 2020, p. 571).

Neste sentido, Quintão (2012) enfatiza que para a pessoa que está nessa situação há uma ambiguidade entre as esferas de público e privado em relação às ruas, praças, viadutos etc., e que essa seria, para autora, a base do conflito integral que é a vida nas ruas uma vez que, para essa pessoa sobreviver, ela precisa construir sua vida privada em meio à vida pública de todos os cidadãos que, por sua vez, sentem-se invadidos. Uma outra questão envolve as dimensões que atingem a segregação dessas pessoas, porque, muitas vezes essas pessoas se apropriam de espaços que estão em regiões valorizadas da cidade, e não estão, portanto, segregados espacialmente, mas sim, social e simbolicamente. A autora destaca, ainda, que a escolha por locais

degradados da cidade se relaciona também com o lugar social – degradado e excluído – que a sociedade os coloca, sentindo que esses são os lugares que lhes são permitidos ocupar.

Nesse contexto, os projetos de requalificação das cidades contemporâneas ainda se pautam em discursos de higienização que vão motivar as estratégias tanto em relação à urbanização quanto aos indivíduos, que são colocados como uma doença social e moral (ESQUINCA, 2013).

Isso inclui retiradas violentas de pessoas em situação de rua, seu encaminhamento compulsório, explícito ou velado, a instituições, seu deslocamento forçado e o constrangimento a sua permanência no espaço público, muitas vezes justificados pela ideologia da civilidade. Em nome do bem-estar de “classes civilizadas”, as “classes incivilizadas” são constrangidas em seus direitos e forçadas a esconder-se (RESENDE, 2020, p. 568-569).

A repulsa à pessoa em situação de rua e àqueles que vivem em situação de pobreza é caracterizada por Cortina (2020) como *aporofobia*, termo que se refere à aversão ao pobre. Segundo a autora, a construção dessa aversão é baseada na percepção de inutilidade da pessoa em situação de miséria para a dinâmica do sistema de trocas em que vivemos. A pessoa em situação de miséria é entendida como uma pessoa sem-lugar que pode – e deve – ser expulsa dos espaços cujo direito de ocupação e apropriação se detém àqueles que participam ativamente do sistema através de seus trabalhos e exercício do consumo.

Esse pressuposto é materializado, conforme já mencionado, em estratégias de *defensive design*. Assim, em resposta às variadas violências que sofre a pessoa que está em situação de rua, são necessárias estratégias para que se mantenha viva. Esquinca (2013), ao abordar a adaptação das pessoas à situação de rua, aponta que o indivíduo se associa a grupos a fim de ter proteção:

O desenvolvimento da convivência em grupos indica a cristalização da condição de rua; o indivíduo aceita que pertence a um grupo que está fora da sociedade em geral e age em concordância com a lei do grupo. **O indivíduo assume no grupo uma nova identidade social;** é um momento de transição, pois, após aceitar a condição de rua, ele enfrenta discriminação por parte de outros segmentos sociais. Criam-se estruturas diferentes daquelas a que se ligam os indivíduos domiciliados, visto que a noção convencional de lar não é vigente nesse contexto (ESQUINCA, 2013, p. 62, grifo nosso).

Quintão (2012) também aborda a questão da formação de grupos. A autora diz que o indivíduo recém-chegado na rua tem como primeiro desejo sair das ruas. Ele acredita na efemeridade daquela situação. No entanto, com o passar do tempo, ele se sociabiliza com as outras pessoas na mesma situação, cria uma identificação e se sente acolhido. A criação desses laços o faz sentir pertencente e os vínculos afetivos, antes rompidos, são recriados, sendo, inclusive, motivadores de participação em reivindicações de movimentos sociais por direitos da população em situação de rua. Para Reis (2013) é esse sentimento de acolhimento e identificação que vai motivar, por vezes, a volta às ruas.

À medida que o tempo de permanência nas ruas se prolonga, ocorre, segundo Esquinca (2013), uma gradativa quebra dos vínculos econômicos, sociais e culturais antes construídos com a sociedade e o indivíduo transforma sua vivência em outros padrões econômicos, sociais e culturais, que têm a rua como principal elemento estruturante, dilatando sua condição de excluído. Assim, espaços tidos como residuais nas cidades são transformados em refúgio. Além disso, muitas vezes, à medida que o tempo de permanência nas ruas é prolongado, as pessoas em situação de rua começam a acumular pertences e ficam mais experientes nas situações cotidianas das ruas. Assim, optam pelas noites nas ruas em vez de procurar acolhimento nos albergues. No entanto, os grupos de moradores de rua são também alvo mais comum de denúncias e represálias por parte da vizinhança (ESQUINCA, 2013).

Ambos os autores Esquinca (2013) e Gil (2019) apontam que, à medida que a situação de rua se torna crônica, as pessoas em situação de rua se tornam agentes ativos nas cidades. No entanto, o envolvimento das próprias pessoas em situação de rua nos processos de decisão das políticas públicas é, ainda, feito de forma moderada e pouco frequente.

Gil (2019) lembra que os veículos de comunicação reforçam esse papel propagando em suas reportagens todos os estigmas construídos em torno dessa população. Além disso, as ONGs e grupos que se envolvem nessa questão estão, em sua maioria, voltados ao assistencialismo. O autor destaca, inclusive, a problemática que se delinea sobre o termo “população em situação de rua”. O termo coloca a situação como efêmera, o que, de certa forma, condiz com o posicionamento do poder público, da sociedade e dos grupos assistencialistas em relação a esta população: todos querem retirar essas pessoas das ruas.

O termo parece fornecer um indício de instabilidade, pois estar em situação de rua traz a ideia de um processo em andamento, rumo a alguma mudança dessa situação. Não se está, nessa terminologia, “na situação de rua”, e sim “em situação de rua”, não parecendo ser admitido que essa situação seja estável ou constante. Ao juntarmos essa ideia de instabilidade com a noção de território, o termo nos abre um caminho para compreendermos um território ocupado efemeramente, tanto pela força institucional de tentar fazer com que essas pessoas que se encontram em situação de rua, teoricamente, saiam dela para uma vida mais digna, como também um território que é ocupado de forma nômade, ou ainda, múltiplos territórios ocupados por um morador em situação de rua ao longo de, por exemplo, um mês vagando pela cidade (GIL, 2019, p. 65).

Esquinca (2013) também alimenta esse debate. A autora destaca que no começo do século XX houve uma romantização das pessoas em situação de rua através de uma propagação literária e cinematográfica do “vagabundo”. Já nos anos 90, essa visão se transformou em uma perspectiva concreta e realista sobre a situação de vida dessas pessoas. As primeiras pesquisas sobre o fenômeno da situação de rua enfatizaram, segundo a autora, um caráter de estilo de vida opcional, mas, logo depois, em São Paulo, a inclusão dos moradores de rua nos censos compreendeu a cristalização da situação de rua, por variados motivos, e isso despontou uma variação na acepção terminológica:

Quadro 1 - Denominações atribuídas às pessoas em situação de rua.

|  |  |
|--|--|
| Nomes atribuídos pelos pesquisadores brasileiros | Moradores de rua, povo da rua, pessoas em situação de rua, homem de rua, integrante da população de rua, indivíduos em situação de rua e população em condição de rua. |
| Em relação à moradia                             | <i>Homeless</i> , sem teto, sem casa e sem lar   |
| Em relação à condição social                     | <i>Outsider</i> , desabrigado, caído, indigente, mendigo, pedinte, trecheiro e fracassado.   |
| Em relação à seus deslocamentos                  | Andarilho, nômade urbano, recém deslocado, vacilante e recém chegado.  |

Fonte: Esquinca, 2013, p. 36.

Assim, cabe reforçar que esta pesquisa não tem a intenção de esvaziar a questão da situação de rua de seu caráter de extrema vulnerabilidade. No entanto,

deseja-se pensar esse grupo populacional não como aquelas pessoas que não tem casa e por isso moram nas ruas, mas aquelas pessoas que estão tão excluídas da dinâmica socioeconômica formal – pela falta de emprego, pelas características sociais e por questões individuais – que não têm condições que de arcar com os custos financeiros e psíquicos de uma vida formal. Isso porque a problemática, segundo as referências apresentadas até aqui, não está fundamentada apenas na falta de moradia, mas sim em uma desassistência política, social, econômica, psicológica e urbana.

Como aponta Quintão (2012), se a situação de rua estivesse baseada somente na falta de habitação, emprego e laços familiares, a solução seria mais rapidamente e efetivamente alcançada. Nesse sentido, é preciso pensar além da natureza dessas intervenções e, para isso, assumir a existência crônica da situação de rua deve ser o ponto de partida para debater a questão.

Gil (2019, p. 42) também apresenta essa perspectiva e acrescenta:

Considerar que a situação de rua pode ser lida com outras decodificações, que escapariam da visão de população desprovida de teto ou trabalho é fundamental para compreender que a lógica que é criada e recriada a todo momento nas ruas é geradora de sentidos e de realidades que se atualizam através de outras linguagens. Tendo isso em vista, é possível elaborar que esse espaço outro que a rua compreende afeta tanto a identidade de quem nela vive como também é definida por esses mesmos indivíduos.

Em uma análise dos dados existentes nos documentos oficiais, observa-se que o perfil da população em situação de rua foge às noções de senso comum em relação a esse grupo. Nesta pesquisa, três estimativas principais são utilizadas para embasar os critérios de enquadramento do grupo nesta pesquisa: (1) a Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) (BRASIL, 2020); (2) a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009); e (3) o Diagnóstico da População em Situação de Rua de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 2016).

Os documentos federais apontam um crescimento constante do número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil. A taxa de crescimento foi de 135% em cidades grandes (aquelas com o número total de habitantes entre 100 e 900 mil), entre setembro/2012 e março/2020. Das 221.869 pessoas que estavam em situação de rua no Brasil em 2020, o IPEA (2020) aponta que 56,20% se localizavam na região Sudeste.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2009), 48,4% do total dos indivíduos entrevistados na Pesquisa Nacional sobre a População de Rua estão há mais de dois anos passando suas noites nas ruas ou em albergues públicos, sendo que cerca de 69,6% do total das pessoas entrevistadas costuma pernoitar nas ruas e 22,1% em albergues. Quando perguntados onde preferem dormir, 46,5% manifestaram a preferência por dormir nas ruas e 43,8% manifestaram a preferência pelos albergues. Dentre aqueles que expressaram a preferência pelos albergues, as principais razões apontadas para tal foram a violência sofrida nas ruas e o desconforto. Enquanto aqueles que preferem pernoitar nas ruas, indicam a falta de liberdade, as regras de horário e a proibição do uso de álcool e drogas como os principais motivos da não utilização do albergue público.

Outros dados relevantes acerca da população em situação de rua são referentes às atividades que exercem e sua movimentação na cidade. Dos entrevistados pelo MDS (2009), 70,9% disseram exercer atividade remunerada. As ocupações mais citadas foram: catador de material reciclável, flanelinha, trabalhador da construção civil e carregador. Em complemento a este dado, 15,57% disseram que têm a mendicância como principal meio de sobrevivência. Em relação a utilização dos espaços públicos e a experiências de proibição de circulação na cidade, cerca de 30% dos entrevistados relataram já terem sido impedidos de entrar em estabelecimentos comerciais, shopping centers, transporte coletivo e bancos.

Assim, mesmo através da análise de pesquisas quantitativas, nota-se que a relação do corpo com o ambiente urbano extrapola as experiências espaciais. Além de suas relações individuais, dentro de suas percepções, atividades e conhecimento próprio, o corpo se relaciona com o outro – seja esse “outro” um outro corpo ou a cidade – e nessa segunda experiência igualmente constrói a si mesmo e a sua identidade. Portanto, o enquadramento do grupo objeto de estudo desta pesquisa se dá especialmente por dois: (1) tempo prolongado de permanência nas ruas e (2) constituição de apropriações fixas. O primeiro critério se justifica por compreender-se que a maior parte das pessoas em situação de rua encontram-se em uma situação crônica e, dessa forma, sua apreensão do espaço vivenciado é clara e estável, além da situação de rua estar cristalizada em sua identidade. O segundo critério se justifica por ser evidência de vínculos socioespaciais reconstruídos. Acredita-se que esses critérios gerem relatos de percepção ambiental mais expressivos e com dados mais significativos da relação dessas pessoas com a cidade.

#### 1.4 REVISÃO DE LITERATURA

O processo de revisão de literatura foi feito a partir dos descritores *população de rua, situação de rua, morador de rua e moradores de rua*. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento de artigos científicos nas bases de pesquisa do Periódicos Capes e no Google Acadêmico. Notou-se que a maior parte dos resultados eram trabalhos relacionados à saúde, às políticas públicas, à experiência social e aos modos de sobrevivência. Portanto, a partir do resultado obtido foram selecionados como relevantes aqueles trabalhos que abordam a população em situação de rua a partir de suas relações com o espaço das cidades, ainda que não tenham sido produzidos por pesquisadores da área da Arquitetura e do Urbanismo.

Kunz, Heckert e Carvalho (2014) realizaram uma pesquisa cartográfica sobre as táticas das pessoas em situação de rua na cidade de Vitória-ES para contornar as estratégias de expulsão e controle junto as quais se deparam na vivência nas ruas. As autoras reforçam a ênfase em fatores políticos, sociais e econômicos da produção científica sobre o tema da população em situação de rua. Em determinado momento, citam o frequente controle institucional que pesa sobre esta população e a falta de dados, além de destacar as estratégias físicas das cidades que contribuem para a segregação das pessoas que moram nas ruas. As autoras enfatizam o deslocamento frequente, a subversão da função de determinados elementos de mobiliário urbano, ocupação de imóveis abandonados e pedir dinheiro e alimento para pedestres como as principais táticas. Há também o relato de uma moradora de rua que ocupa um banco de praça há 20 anos e que, por manter a rotina de sua higiene pessoal, não é repudiada pelos moradores do entorno. A pesquisa destaca, ainda, o longo período que as pessoas em situação de rua podem vir a se apropriar de um determinado lugar e que, a não ser que sejam expulsas, podem passar anos no mesmo ponto.

Bedran e Dantas (2017) partem do processo de modernização das cidades como criador das urbanidades presentes até hoje nas cidades e que a aceleração dos deslocamentos influenciou diretamente na percepção e reconhecimento do ambiente urbano, além da morfologia setorizada. Assim, os autores destacam a crise do espaço urbano contemporâneo e o caráter de invisibilidade que confere a pessoas como aquelas que moram nas ruas, ocupando vazios urbanos, refletindo sobre como a cidade exclui esses indivíduos. Utilizando-se dos conceitos de “miseráveis” e “*flâneur*”, os autores entendem a rua como território de possíveis construções simbólicas e de

ressignificação por parte das pessoas em situação de rua.

Rodrigues, Lima e Holanda (2018) utilizam da metodologia da história de vida para coletar as narrativas das pessoas em situação de rua e discutir as reverberações no reconhecimento de si mesmos a partir dos processos discriminatórios aos quais estão submetidas as pessoas em situação de rua. A pesquisa foi conduzida de forma com que os pesquisadores distinguíssem nos relatos fragmentos que apontassem o reconhecimento de papéis exercidos em suas trajetórias individuais que implicassem em suas construções identitárias. Os autores concluem que os entrevistados reconhecem suas experiências nas ruas como depreciativas, indignas e destruidoras, não reconhecendo-se merecedores de direitos. Ambos os entrevistados apontam papéis muito definidos de suas vidas antes e depois das ruas – boa x ruim –, de forma que os autores destacam a incorporação dos estereótipos e assimilação dos estigmas, assim como a associação da vivência nas ruas como uma autopunição.

Ferraz e Machado (2014) também dialogam com a questão da apropriação do discurso social – o midiático e jornalístico, no caso deste trabalho – reproduzido em função de uma caracterização de um processo integral de ordenamento e embelezamento urbano pelas pessoas que vivem nas ruas. Os autores analisam as intervenções urbanísticas recentes na cidade do Rio de Janeiro em função dos eventos esportivos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 destacando as estratégias higienistas das propostas e as consequências para a população sem-teto. Assim, o trabalho aponta a rua como “o universo de exclusão que os discrimina e estigmatiza” (p. 610) porque é nela que se fazem presentes as fronteiras e limites geradores da exclusão. Ao estarem presentes na paisagem urbana, a população sem-teto está sujeita a ser entendida como um problema estético a ser resolvido, além de estar relacionada a associação de insegurança do espaço público. Assim, o discurso jornalístico e midiático motiva a legitimação das estratégias de embelezamento e limpeza urbanos, fazendo com que a exclusão da população sem-teto seja entendida como determinante para o sucesso das intervenções e para o desenvolvimento de uma boa imagem da cidade. Os autores entendem, ainda, que a perpetuação do termo “morador de rua”, por parte da imprensa e da mídia, naturaliza tal estratégia.

O trabalho de Resende (2020) também faz uso da análise do discurso jornalístico para evidenciar a participação das mídias no processo de naturalização e legitimação das ações públicas de remoção de pessoas em situação de rua dos espaços públicos. O conceito de “cidade revanchista” fundamenta a discussão, assim

como os de espaço e território. A autora destaca que, antes afastadas do centro, as classes empobrecidas voltam a ocupá-lo a partir do momento em que tal região é desvalorizada e que os custos de deslocamento entre centro e periferia se tornam mais altos. Com esse movimento, essas classes tornam-se novamente visíveis e inaceitáveis, o que motiva a segregação. O discurso de que a presença de grupos desfavorecidos priva o uso dos espaços públicos por parte do restante da população é amplamente divulgado na mídia e, assim, influenciam o modo como eles próprios se veem e como a sociedade lida com eles.

Reis e Rizzotti (2013) tratam da população em situação de rua em sua interação com o território da cidade e suas consequências para a gestão das políticas públicas voltadas a essa população. Assim, a discussão emerge a partir da colocação dos indivíduos que estão nas ruas como indivíduos “sem lugar”, uma vez que são expulsos do circuito formal de ocupação das cidades e passam a ocupar lugares definidos pela própria cidade como o lugar dos invisíveis. As autoras destacam que os “espaços vazios” nas cidades são os mais apropriados pela população em situação de rua, enfatizando que os espaços são determinados como “vazios” por outras parcelas da população, enquanto a visão da população em situação de rua para com esses espaços é de espaços de refúgio e de possibilidades de reconstrução de vínculos, o que viria a influenciar diretamente da identidade dessas pessoas. Por fim, as autoras consideram que reconhecer o vínculo com o território, mesmo que este seja o “espaço vazio” das cidades, é fundamental para analisar tais questões.

Santos e Bertoloto (2020) apontam as pessoas que moram nas ruas como subversivos às lógicas da ordem urbanística contemporânea, em especial, a recente espetacularização na qual as intervenções contemporâneas são pautadas. Os autores categorizam o ato de morar nas ruas como uma errância involuntária – onde a errância seria o vagar do corpo pelos espaços urbanos, praticando a cidade – e os moradores de rua como o grupo que se põe em contrafluxo aos processos de espetacularização. Isso porque os moradores de rua são pessoas que “corporificam” os espaços produzidos sob a lógica de espetacularização, ou seja, trazem aos lugares “opacos” das cidades a ocupação, a apropriação e o uso.

Em um trabalho de revisão sistemática de literatura publicado em 2018, Sicari e Zanella descrevem os resultados encontrados no Portal de Periódicos Capes e no Banco de Teses e Dissertações Capes publicados entre 2006 e 2016. As autoras apontam uma concentração das pesquisas sobre as pessoas em situação de rua no

Brasil nas áreas de Psicologia, Saúde Pública/Saúde Coletiva e Serviço Social. O trabalho também aponta a problemática que envolve a aceção terminológica entre “pessoas em situação de rua” e “morador/moradora de rua”, indicando que, apesar da resistência no uso do termo “morador/moradora de rua”, este termo abrange mais assertivamente a parcela populacional que está nas ruas em uma relação duradoura. Sobre produções que analisam a relação das pessoas em situação de rua com a cidade, foram levantados 16 trabalhos. Dentre eles, 2 foram realizados em programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo: Esquinca (2013), e Quintão (2012).

Assim, em uma segunda etapa de busca por trabalhos na temática, a fim de completar a revisão de literatura deste trabalho, foram realizadas outras buscas por dissertações e teses produzidas no âmbito da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. A partir da lista de instituições brasileiras que ofereçam tanto a titulação a nível de mestrado quanto a de doutorado, foram feitas buscas ativas nos repositórios das universidades e sites dos programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. O resultado dessa busca está no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Levantamento de trabalhos sobre a temática da população em situação de rua em Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

| Instituição  | Quantidade na base | Disponíveis |
|--|--------------------|-------------|
| PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUCCAMP) | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)                         | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)                        | 2                  | 2           |
| UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS) (USP/SC)        | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)            | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)                 | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)                   | 1                  | 1           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, JOÃO PESSOA (UFPB-JP) | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)                 | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)            | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)          | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)                   | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)          | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)                    | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)          | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)     | 0                  | -           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)      | 1                  | 1           |
| UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)                  | 2                  | 1           |
| UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (UPM)             | 1                  | 1           |
| UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU (USJT)                    | 0                  | -           |

Fonte: Elaborado pela autora, junho/2021.

Por fim, foram reunidas 6 referências que estavam disponíveis para acesso

online:

Quadro 3 – Trabalhos sobre a temática da população em situação de rua disponíveis para acesso online.

| Autoria       | Nível     | Ano  | Título  |
|---------------|-----------|------|---|
| ESQUINCA, M.  | Mestrado  | 2013 | Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos Bairros Sé e República.  |
| GIL, G.       | Mestrado  | 2019 | Moradores em situação de rua: uma leitura das imagens e dos lugares de fala presentes na problemática dos moradores em situação de rua. |
| HOVNANIAN, M. | Doutorado | 2013 | Representações artísticas com os moradores de rua por meio da luz e do movimento.   |
| QUINTÃO, P.   | Mestrado  | 2012 | Morar na rua: há projeto possível?  |
| REIS, D.      | Mestrado  | 2013 | A cidade do morador de rua e o morador de rua na cidade.  |
| SILVA, A.     | Mestrado  | 2020 | "Pegue a visão": dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador.   |

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A pesquisa de Esquinca (2013) teve como recorte físico a cidade de São Paulo e como objeto de estudo os deslocamentos territoriais praticados diariamente pela população em situação de rua, destacando tal movimento como uma das características principais dessa população. A autora destaca as ações institucionalizadas as principais motivadoras desses deslocamentos. Assim, discorre sobre as intervenções urbanas baseadas na requalificação de espaços públicos e as abordagens de assistência social. Nesse sentido, o trabalho estabelece essas duas ações como contraditórias visto que, ao analisar dois distritos da região central da cidade de São Paulo, a primeira ação se dedica a dispersar o grupo de pessoas em situação de rua do território de intervenção e a segunda busca manter essas pessoas neste território ocupando, no entanto, não mais os espaços públicos, mas sim as casas de acolhimento destinadas à população em situação de rua. O trabalho identifica três perfis principais na análise do grupo populacional em situação de rua: (1) os “caídos”, denominados por estarem em condições de vícios de substâncias lícitas e ilícitas, que sofriam represálias inclusive por parte de outros indivíduos em situação de rua; (2) os “desempregados sem-teto”, indivíduos em pobreza extrema que não tem alternativa de reinserção, mas que consideram o estar nas ruas como um momento transitório; (3) os “liberados”, que não se adequam às regras familiares ou empregatícias e acreditam encontrar nas ruas a liberdade. O autor conclui que o tempo que as pessoas estão nas ruas são determinantes nos modos de viver e de se deslocar, além de apontar que a relação dos indivíduos com o território ocupado é baseada principalmente em afetividade.

Gil (2019) defende o caráter conflituoso da relação entre o indivíduo que está nas ruas e o espaço urbano. Os conflitos se dão pela incapacidade das cidades de atrair as pessoas em situação de rua para a formalidade. Ainda que as políticas públicas estejam pautadas em objetivos de trazer novas perspectivas a esta população, a resposta das pessoas em situação de rua a tais políticas é justamente contrária a esse objetivo. O autor destaca que ao serem desconsideradas as singularidades desse grupo populacional, as políticas públicas acabam sendo generalistas e pouco adequadas. A pesquisa foi desenvolvida por análise de narrativas cotidianas. O autor sublinha o “caráter urbano-educativo” que se tem em pesquisas que abordem não só a população em situação de rua, mas a maneira com que essa população é investigada, porque o indivíduo que está nas ruas “condensa problemáticas urbanas” (p. 39), ou seja, é um sujeito sobre o qual recaem questões de habitação, saúde, assistência social, renda, educação, trabalho, etc., que compõem o conjunto pertencente à prática do planejamento urbano. Assim, o autor demarca a conexão entre a temática da população de rua com as questões urbanas e com a área da Arquitetura e Urbanismo. Além disso, destaca a dimensão territorial como sendo aquela que emerge regularmente nas pesquisas sobre a temática das pessoas em situação de rua, tanto no que diz respeito ao território como espaço ocupado nas cidades, quanto ao território que transcende o espaço físico. O autor conclui que as políticas públicas não estimulam a autonomia das pessoas que moram nas ruas e que fortalecem a segregação dessas pessoas.

O trabalho de Hovnanian (2013) se caracteriza como uma proposição artística sobre os modos de vida da população em situação de rua que culmina em registros fotográficos sobre a utilização de objetos descartados para criar novos objetos que lhes sejam úteis em seu cotidiano. Em um primeiro momento é questionada a colocação dessa população como “estranhos”. Ainda que realizem as mesmas atividades que pessoas domiciliadas, o estar nas ruas os coloca em uma condição de distanciamento da sociedade. Portanto, os estranhos estão inseridos na dinâmica espacial, mas não na dinâmica social e nas regras político-econômicas. Nesse sentido, os próprios moradores de rua olham para si mesmos como responsáveis por sua situação. Em um segundo momento são discutidas as diferentes estratégias de eliminação dos corpos desses indivíduos, como a construção de uma ideia de subcidadania e as formas de controle e repressão que são colocadas sobre essas pessoas excessivamente. O autor destaca o papel dos meios de comunicação na propagação das associações degenerativas em relação às pessoas que moram nas ruas, o que chega a atingir as

próprias pessoas, que se veem, a partir daí, como indignas de uma vida formalizada. O sistema de representações a qual estão submetidos os fazem absorver imagens verbais e visuais estereotipadas de seus modos de vida. O autor conclui seu trabalho trazendo uma perspectiva sobre a pessoa que está nas ruas que enfatiza a intimidade e o pertencimento recriados por eles próprios. O esforço em transformar objetos por descartados por outras pessoas em objetos úteis posiciona, segundo o autor, os moradores de rua em atores da cena urbana, porque levanta a possibilidade de adaptação do ambiente urbano para a vivência dos moradores de rua.

Nesse mesmo sentido, Quintão (2012) é a única que apresenta um trabalho com caráter propositivo. A autora enfatiza que, sendo o espaço urbano um dos conteúdos da profissão de Arquiteta ou Arquiteto e Urbanista, é necessário que a prática projetual passe a levar em conta a existência das pessoas que estão em situação de rua, porque são pessoas que coexistem espacialmente nas cidades. O trabalho buscar abordar a temática da população de rua sob a perspectiva da cidade, pensando esses indivíduos como integrantes do ambiente construído em uma relação consolidada. A autora reflete sobre as terminologias que denominam esse grupo populacional e os aspectos a que se remetem, enfatizando que “em situação de rua” concede um caráter de provisoriade que não condiz com a realidade. Nesse sentido, com base em documentos oficiais de diversos países, inclusive o Brasil, e outras pesquisas, os termos “morador(es) de rua” e “população de rua” se apresenta para a autora como mais adequados. Em uma caracterização, o trabalho identifica que há pessoas que estão nas ruas por causas palpáveis (como perda de moradia, desemprego, desavenças familiares) e aqueles que estão nas ruas por causas não palpáveis (alterações emocionais, desejo, ideal de liberdade). Assim, para o caso desses últimos, o estar nas ruas não é provisório pois a solução não é um simples fornecimento do que lhes falta. Em relação as formas de organização e estratégias de sobrevivência, a autora destaca a utilização dos albergues (inclusive com a principal finalidade de poderem usar o endereço dos espaços nas buscas por emprego), a formação de grupos, a atividade da coleta de material reciclável, o pernoite em locais de uso comercial (por ficarem vazios à noite e por terem maior oferta de materiais recicláveis descartados) e o deslocamento diurno pelos espaços da cidade. Com base nesses dados, a autora, por fim, descreve que a principal característica para projetar intervenções que articulem a assistência a estas pessoas de forma a considerar sua complexidade é flexibilizar os programas e as localizações dos equipamentos

propostos. Assim, o trabalho conclui que um dos principais motivos para a ineficiência das políticas públicas voltadas à população em situação de rua é a homogeneização desse grupo populacional, ou seja, é a caracterização desse grupo sem levar em conta suas particularidades e seus “subgrupos”. A autora provoca ainda uma reflexão que relembra como as favelas já foram abordadas ao longo do tempo e que, hoje, são assumidas como parte do cenário urbano, indicando uma familiaridade com a questão das pessoas em situação de rua. O trabalho, por fim, indica várias reflexões e diretrizes ao se pensar projetos para população em situação de rua.

Reis (2013) desenvolveu uma pesquisa que teve a fenomenologia como fundamentação teórica e como objeto de estudo a corporalidade dos moradores de rua a partir do modo como se deslocam nos espaços urbanos. O trabalho levantou as questões que fundamentam o estigma relacionado a esta população. O desaparecimento material, a mendicância, a peregrinação e a migração, para o autor, são as principais questões que envolvem a população em situação de rua em uma perspectiva de “estranhos” inseridos em um modo-de-vida-problema. O autor destaca que as pessoas que moram nas ruas e tem o deslocamento contínuo como modo de vida são pessoas que não se apegam emocionalmente a ninguém e a nenhum lugar, o que pode gerar a desconfiança e o medo em relação a outras pessoas. Essas pessoas buscam resolver as necessidades imediatas e presentes, apresentando pouca ou nenhuma conexão com o futuro. Nesse sentido, o autor enfatiza que os objetos que recebem através de doações substituem rapidamente os em uso, porque a vida itinerante não permite acumulação. No entanto, as pessoas que moram nas ruas e determinam lugares de permanência tendem a constituir um apego emocional ao lugar e à vizinhança. Assim, a pesquisa entende que a rua é indispensável na existência das pessoas que moram nas ruas, não só no sentido óbvio, mas no sentido de que se torna o *lugar* – levando em conta as questões conceituais que estão imbricadas no termo – dessas existências. O autor sugere que uma cultura própria se cria a partir da vivência nas ruas e que essa cultura tem origem na relação corporal que essas pessoas tem com as ruas. Assim, a pesquisa determina que a corporeidade dos moradores de rua se dá pelo movimento em suas dimensões espaço-temporais. A rua se configura, sob o ponto de vista do autor, como um “lugar simbólico de experiência e pertencimento” (REIS, 2013, p. 55), apesar do autor reforçar que os moradores de rua estabeleceriam apenas uma relação de sobrevivência nas ruas baseada no movimento, transitoriamente, sem nenhum apego ou afetividade.

Silva (2020) teve como foco de sua pesquisa as táticas para morar nas ruas utilizadas pelas pessoas nessa situação. Para isso, realizou uma pesquisa etnográfica acerca das táticas, considerando as práticas como “fazer cidade”. A autora aponta o caráter indissociável entre cidade e vida que se desdobra/conforma para as essas pessoas. Ao falar sobre as rupturas que antecedem o “morar na rua”, a autora considera que a ruptura familiar se delineia mais pelo espaço doméstico do que uma ruptura familiar em si, pois frequentemente esse espaço está ligado a experiências de vulnerabilidade e violência. Portanto, a autora identificou que, uma vez desconectadas da normativa social, as pessoas que moram nas ruas encontram reestabelecem vínculos, com outros e com a rua, entendendo, inclusive, o estar nas ruas como um direito e como uma inserção social. Nesse sentido, o trabalho é um dos poucos que considera a permanência espaço-temporal dessas pessoas nas ruas e que enfatiza os vínculos reconstruídos na rua como um dos elementos que possibilita essa permanência. Além disso, o trabalho também destaca a inconformidade do termo “população em situação de rua” com o cotidiano dessas pessoas, optando, assim, por usar o termo “moradores de rua”, alertando que os próprios indivíduos se reconhecem por meio dele. A autora realizou algumas entrevistas ao acaso com moradores de rua que encontrava, mas se limitou em relatar com mais afinco a história de uma das moradoras de rua com quem já havia tido contato em outra pesquisa e, assim, enxergou a possibilidade de registrar dados densos. A autora considerou que a visibilidade e a validação da presença dessas pessoas os espaços urbanos são determinantes para suas próprias existências. Em conclusão, o trabalho pontua as variadas dimensões que cercam a chegada e a permanência das ruas e indica que pesquisas ocorram abordando tal variedade.

Observa-se, portanto, que as pesquisas sobre a população em situação de rua no contexto da produção acadêmica em Arquitetura e Urbanismo estão baseadas no deslocamento contínuo das pessoas (ESQUINCA, 2013; REIS, 2013); nos modos de vida (HOVNANIAN, 2013; SILVA, 2020); e nas possíveis contribuições da profissão para a problemática das pessoas que moram nas ruas, entendendo-a como uma temática da agenda urbana (QUINTÃO, 2012; GIL, 2019). Assim, destaca-se a progressiva aproximação da Arquitetura e do Urbanismo como colaboradora do debate.

Por fim, evidencia-se que palavras recorrentes nos trabalhos expostos nessa seção de revisão de literatura são: deslocamento, movimento, percurso, táticas, estratégias e modos de sobrevivência. Mesmo quando declaram a permanência

prolongada dessas pessoas nas ruas, falam sobre uma permanência no espaço temporal e desconsideram, de certa forma, o consolidado subgrupo que está inscrito dentro do grande grupo da população em situação de rua que é composto por aqueles cuja *permanência espacial* se destaca mais do que o deslocamento e a *vivência* se destaca mais do que a *sobrevivência* – com exceção de Silva (2020). Por isso, foi comum nas pesquisas ver o termo *território* sendo usado com frequência, talvez para buscar uma adequação de escala espacial ao terreno de sobrevivência que não é considerada pequeno, mas, sim, um bairro ou até mesmo a cidade. Novamente, com exceção de Silva (2020), que usa o termo *território* para também se referir às apropriações fixas de alguns moradores de rua, assim como nesta pesquisa, onde entende-se o *território* como um ponto no espaço, uma apropriação onde a pessoa ou grupo permanece por meses ou anos.

Além disso, os termos *tática* e *estratégia* também são muito presentes e denotam uma batalha, uma luta, um modo de vida árdua e que, apesar de ser de fato, é uma propagação do estigma e carrega a intenção de urgência de retirar essas pessoas das ruas, sob qualquer condição. Isso pode ser resultado de que todos os trabalhos que mencionaram o papel do discurso jornalístico apontaram a forma como estes contribuem para a propagação dos estigmas.

Quanto aos caminhos metodológicos, apesar de ter sido encontrado um trabalho que se propõe a uma abordagem fenomenológica, ele não aborda as subjetividades do corpo morador de rua assim como essa presente pesquisa se propõe a fazer, tendo como base os relatos de percepção ambiental. Ademais, ao propor-se a conduzir a fundamentação teórica e metodológica com conceitos de campos diferentes ao urbanismo, encurta fronteiras disciplinares. Portanto, a originalidade da presente pesquisa se conforma por abordar a construção das pessoas que moram nas ruas como sujeitos, relacionando tal construção diretamente com a experiência corporal socioespacial, ou seja, com a experiência no espaço público urbano.

## 2. CORPO E CIDADE: PRINCÍPIOS PARA UMA ABORDAGEM DA SITUAÇÃO DE RUA COMO SINTOMA DO COLAPSO URBANO

As relações entre corpo e cidade são exploradas no campo do urbanismo sob variadas frentes. As mais frequentes, descritas na seção 2.1 deste capítulo, são: (1) aquelas que abordam tal relação a partir das possibilidades de apropriação urbana, descrita nesta pesquisa no tópico 2.1.1 – Cidade para pessoas; (2) aquelas que abordam o corpo como indivíduo condicionado por demarcadores sociais e que ocupa um papel social específico na dinâmica urbana e que, por isso, tem para si determinados os lugares de circulação, apropriação e habitação dos corpos, descrito no tópico 2.1.2 – Cidade e corpos dissidentes; (3) aquelas que destacam o corpo como indivíduo político, sobre o qual as forças político-econômicas do sistema capitalista em seu estado atual recaem e transformam a vivência urbana, descrito no tópico 2.1.3 – Cidade e vida precária.

Neste capítulo, adicionamos ao debate do tema *corpo-cidade* os conceitos de *identidade* (seção 2.2) e *performatividade* (seção 2.3). Essa decisão de fundamentação teórica se deu por entender que pensar os corpos urbanos – os corpos **da** cidade – a partir da tríade corpo-identidade-performatividade estrutura a investigação dos processos de subjetivação que ocorrem na cidade e que por meio dessa composição teórica é possível propor a caracterização do conceito de *performatividade urbana*, hipótese desse trabalho.

Na seção 2.4 – A situação de rua como sintoma do colapso urbano, assimilamos a situação de rua como confluência intensificada do conteúdo apresentado nas primeiras seções deste capítulo.

### 2.1. CORPO

O primeiro conceito que embasa esta pesquisa é o conceito de **corpo** como “corpo no espaço urbano”. Assim, a premissa das experiências corporais no espaço urbano é empregada tanto como contextualização da pesquisa e referencial teórico quanto como abordagem metodológica. Um primeiro momento, portanto, está relacionado à relação histórica entre *corpo* e *cidade* e, desta forma, às experiências corporais em espaços urbanos das pessoas – domiciliadas ou não – que habitam as

idades e suas dimensões imateriais. Entende-se o corpo como a primeira referência espacial dos seres humanos, através do qual nos relacionamos com o mundo e todas as coisas e pessoas que nele estão, de forma que é a partir e através do corpo que desenvolvemos nossas relações com as diversas dimensões presentes no espaço, ou seja, nossa corporeidade. O conceito de corpo apresenta-se, assim, para esta pesquisa, como parte de uma tríade: *corpo-cidade-percepção*.

Historicamente, as primeiras relações explicitamente estabelecidas entre corpo e cidade são datadas ainda na Grécia Antiga. Segundo Sennet (2020), dado a cultura de supervalorização tanto do corpo quanto da política e da civilidade, o povo grego empenhava-se às experiências cívicas mediante os preceitos fisiológicos do corpo humano. Assim, questões como a temperatura corporal, higiene pessoal e tipo físico definiam as condutas permitidas nos espaços e a experiência corporal urbana, como a circulação dos corpos na cidade e as atividades a serem exercidas por cada habitante.

O corpo era um instrumento cívico e, por isso, fruto de interesse do Estado. Isso significa que o indivíduo não exercia controle sobre seu próprio corpo, mas seguia as condutas sociais em busca do alcance do corpo idealizado como símbolo de perfeição, força, saúde, obediência e disciplina. Assim, a celebração grega do corpo – principalmente manifestada pela nudez – buscava aproximar os mortais dos deuses dando destaque àqueles corpos que tinham alcançado o objetivo do equilíbrio e harmonia (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011)

Da mesma forma, a nudez pública também era celebrada nas termas romanas, onde banhos coletivos aconteciam como um ritual de dignificação dos corpos. Assim, os romanos se sentiam superiores aos bárbaros, tidos como súditos. Nas termas, todos os corpos se encontravam: homens, mulheres, pessoas jovens e pessoas idosas e “na nudez que nelas se compartilhava, fundia-se a enorme diversidade urbana” (SENNET, 2020, p. 148). Ou seja, a celebração da nudez em um ritual comunitário alimentava a concepção da coletividade na cidade.

Outras expressões corporais em experiências coletivas também foram fundamentais para propagar os mitos e ordenar as conquistas e a civilidade da sociedade romana. Segundo Sennet (2020), o corpo do indivíduo romano deveria circular nos espaços da cidade de forma que o espaço traduzisse regras sociais. O autor categoriza dois momentos de assimilação de tais regras a partir do espaço como: “olhe e creia” e “olhe e obedeça”. Desta forma, a mímica e pantomima eram usadas a fim de trazer para a realidade os mitos romanos, além da composição geométrica que

também ditava as regras de ordenação do mundo, das cidades e das edificações. O Tratado de Arquitetura, de Vitruvius, por exemplo, trazia a escala do corpo humano e sua composição física como aquela que fundamentaria a composição geométrica das construções.

A geometria do espaço romano disciplinava o movimento corporal e, nesse sentido, conduzia à regra de olhar e obedecer, que estava vinculada de forma intrínseca ao diktat olhar e acreditar (SENNET, 2020, p. 122)

Com a chegada dos primeiros cristãos em Roma, de acordo com Sennet (2020), os valores espirituais foram colocados acima dos valores humanos – corpóreos – e deu-se início ao rompimento da conexão leal que os habitantes de Roma tinham com os espaços físicos. Os espaços passaram a abrigar escolhas projetuais que despertassem a melancolia nas pessoas e aproximassem o povo de Jesus, a partir da empatia ao seu sofrimento. Com isso, o sofrimento alheio foi altamente valorizado e atingiu a construção de preceitos éticos para com os corpos vulneráveis (pobres, desamparados e oprimidos). Além disso, desejava-se a criação de espaços onde seriam vivenciadas a onipresença e a impalpabilidade de Deus. Nestes espaços, os sentidos puramente corporais, como o tato, o paladar e o olfato, deveriam ser desestimulados (SENNET, 2020).

Além disso, segundo Barbosa, Matos e Costa (2011), o cristianismo passou a interpretar o corpo mortal como uma máquina de pecado. Desta forma, reprimiu e silenciou a experiência corporal. Por outro lado, o corpo de Jesus Cristo foi intensamente glorificado, cuja divulgação da história era feita de forma a propagar os valores espirituais, os quais viriam a reger toda a sociedade ocidental. Além disso, a valorização da alma em detrimento ao corpo buscava afastar o indivíduo da experiência material.

Na Idade Média, na França, em Paris, a experiência material é, de certa forma, retomada com a construção da Catedral de *Notre Dame*, que fez florescer a supervalorização do trabalho manual artístico e artesanal financiado por banqueiros, fazendo com que a economia ascendesse como uma terceira força de influência na civilização, emergindo as tensões entre economia, Estado e religião (SENNET, 2020).

Este período também é marcado, segundo Barbosa, Matos e Costa (2011, p. 27) tanto pela autoflagelação quanto pelos castigos e execuções públicas:

A Inquisição, inicialmente com o intuito de salvar a alma aos hereges, passou a empregar, mais tarde, a tortura e a fogueira como forma de punição, com autorização do Papa Inocêncio IV, em 1254. Estes acontecimentos e cerimônias públicas, cujo objectivo era o de expor à população a sentença recebida pelo réu, era um verdadeiro acto festivo assistido não só pela população, mas pelas autoridades religiosas.

Além disso, os cidadãos medievais construíram fortes relações com as cidades nas quais viviam e o cristianismo também intensificou o apego ao lugar. O senso de comunidade surgiu a partir do momento que os cidadãos comuns começaram a entender o sofrimento corporal, através da religião, intensificando práticas de caridade e de confissão e formando pequenas comunidades religiosas que acolhiam “viajantes, pessoas sem teto, crianças abandonadas, doentes desconhecidos e insanos” (SENNET, 2020, p. 167).

Através das estratégias de construção das igrejas do século XI, segundo Sennet (2020) foram fortalecidas as relações entre corpo e espaço construído à medida que impunham uma linguagem convidativa e vinculativa entre os sofrimentos humanos com os de Jesus. Na comunidade cristã, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores cristãos se sobressaíam pela propagação da narrativa melancólica, de modo que o trabalho cristão era visto como uma atividade que dignificava o corpo. Assim, o espaço cristão era construído de forma a envolver o corpo cristão na religiosidade, enquanto o espaço econômico envolvia o corpo como instrumento de produção manufatureira, passando, inclusive, a ditar pela produção realizada o salário a receber.

A definição dos espaços urbanos medievais e a separação por atividades e comunidades, culminou nas primeiras iniciativas de segregação espacial de corpos à margem. Em Veneza, segundo Sennet (2020), os judeus viviam em comunidades muradas, nas áreas periféricas da cidade, cujos portões se fechavam e abriam em determinadas horas do dia, impedindo sua livre circulação na cidade. Ao corpo judeu era evitado o toque com o pressuposto de que ele propagaria doenças.

Além disso, também havia o isolamento de Alemães que chegavam na cidade. Sennet (2020) menciona que o edifício “Oficina dos alemães” tinha, a partir de 1479, as janelas e as portas trancadas pelo lado de fora à noite, em cumprimento às determinações de um decreto.

Amontoados como gado e inteiramente isolados, esses estrangeiros desenvolveram seus próprios vínculos; embora houvesse no edifício fortes dissensões entre protestantes e católicos, eles adotaram um modo coeso de agir nos negócios com os italianos, **incorporando o espaço da repressão ao seu sentido de comunidade** (SENNET, 2020, p. 237, grifo nosso).

Ademais, era comum que os grupos dos “corpos estranhos”, como as prostitutas e os judeus de Veneza no século XIV e XV, usassem roupas específicas para serem identificados por outros cidadãos. Sennet (2020) diz que, nos guetos, as diferenças entre os judeus eram deixadas de lado para juntos construírem uma identidade única que lhes concedesse força para se expressar no mundo exterior, assim como fizeram os alemães no edifício da Oficina.

Na Era Moderna (séc. XVI a séc. XVII), com o capitalismo, o corpo se torna um instrumento da produção econômica que carrega uma força própria, reduzindo a experiência corporal ao individualismo:

O movimento autônomo diminui a experiência sensorial, despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem. Qualquer forte conexão visceral com o meio ameaça tolher o indivíduo (SENNET, 2020, p. 262).

Além disso, o avanço científico permitiu um maior conhecimento sobre o funcionamento do corpo como organismo anatômico. O corpo passou a ser um objeto de conhecimento, o que transformou o centro da sociedade. Assim, os princípios de organização e estrutura do corpo, descobertos pela medicina do século XVII, influenciaram o modo como os planos urbanísticos eram elaborados até o século XVIII. Tais ideais seriam, inclusive, resgatados por diversos urbanistas no século XX<sup>4</sup>. Pensava-se a estrutura viária como a estrutura de circulação sanguínea do corpo, nomeando as ruas como artérias e veias e entendendo a cidade como um organismo vivo. As cidades se dividiram setorialmente, adaptando o desenho urbano à organização tal como o funcionamento do corpo (SENNET, 2020).

---

<sup>4</sup> No Brasil, em 1930, Alfred Agache resgatou os preceitos biológicos do corpo humano para elaborar o Plano Urbanístico de Extensão e Remodelamento da cidade do Rio de Janeiro. O arquiteto entendia a cidade como um organismo e pensava a morfologia urbana a partir de três principais elementos: (1) circulação, que seria o sistema viário; (2) digestão, o saneamento; (3) respiração, os espaços livres (AGACHE, 1930).

Com o conseqüente desenvolvimento e valorização do transporte, utilizado para capacitar as cidades para essa organização e fluidez de pessoas e mercadorias, o corpo passa a se movimentar na cidade de forma passiva. Isso gera uma situação ambígua em que, ainda que esteja em movimento, o corpo se torna dessensibilizado.

Neste sentido, Simmel (2007; 1967) também discorre sobre o indivíduo na vida moderna e conceitua essa falta de sensibilidade do corpo. O chamado cidadão seria aquele indivíduo que, estando em uma grande cidade, está sujeito a variados estímulos simultaneamente. Assim, ele perde a reação sensitiva e reage com a razão.

Simmel (1967) descreve que no século XVIII, o indivíduo, depois de se liberar das amarras estatais, religiosas, morais e econômicas, busca sua individualidade e autonomia. Simmel também destaca que essa liberdade, no entanto, vem acompanhada de uma especialização funcional que, apesar de desenhar uma unicidade em cada indivíduo, o faz também depender dos outros indivíduos em suas atividades outras. O homem passa a se importar consigo mesmo e com a sua produção, junto a isso, o desenvolvimento da economia monetária aflorou modos precisos de vida – a exemplo do importante papel que o controle do tempo passou a exercer tanto na vida econômica quanto na vida social.

Para Simmel, o indivíduo nas grandes cidades é submetido a tantos estímulos que se torna “enfasiado” (*blasé*), quer dizer, depois de provocados diversas impressões, o indivíduo já não consegue mais reagir e se torna indiferente. O autor coloca a “intensificação dos estímulos nervosos” como a “base psicológica” do indivíduo metropolitano, isso porque a experiência na metrópole é composta por uma superexposição a variadas impressões sensoriais que possuem rupturas repentinas entre si e contrastes precisos, ou seja, são irregulares. Assim, o sistema nervoso do corpo moderno fica submetido a um estado de consciência excessiva. Em razão disso, para o autor, o indivíduo metropolitano passa a se proteger das irregularidades das impressões de forma intelectual, se desconectando das emoções e dos sentidos, ou seja, da experiência subjetiva.

O que define o homem enfasiado é que ele se tornou insensível às diferenças entre as coisas; não é que não as perceba, não é que seja estúpido, é que a significação e o valor dessas diferenças e, pois, das próprias coisas, para ele resulta negligenciável (SIMMEL, 2007, p. 333).

Além disso, essa atitude é influenciada, segundo o autor, pela economia monetária, que retira as individualidades e a diversidade colocando tudo o que é diferente em um mesmo peso. Com a mudança de relações entre fornecedores e clientes que esse desenvolvimento trouxe (não tendo um contato direto entre produtor e consumidor, mas sim diversos percursos entre um e outro), uma sensação de anonimato do indivíduo assim como a conversão da mente a uma redução quantitativa. O indivíduo desenvolve um ideal de que tudo deve ser preciso.

Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana e não estão apenas muito intimamente ligadas à sua economia do dinheiro e caráter intelectualístico. Tais traços também devem colorir o conteúdo da vida e favorecer a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais, instintivos, soberanos que visam a determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma de vida geral e precisamente esquematizada de fora (SIMMEL, 1967, p. 17).

Dessa forma, segundo Simmel, é concebida uma atitude comum aos metropolitanos: a atitude *blasé*. O *blasé* se caracteriza pela impessoalidade diante das novas impressões e das sensações por elas provocadas. O indivíduo da grande cidade desenvolve uma indiferença em relação a seus semelhantes, os quais deseja manter a uma distância socialmente segura para conservar a si próprio. Busca-se, assim, a liberdade que só uma grande cidade proporciona. No entanto, essa liberdade provoca um retorno não esperado: o indivíduo preza seu valor quantitativo, ignorando sua individualização subjetiva.

Isso não significa que os objetos não sejam percebidos [...], mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco (SIMMEL, 1967, p. 18)

Segundo o autor, essa atitude é reflexo da economia do dinheiro porque ela “arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade” (p. 19), ou seja, retira das coisas as suas características qualitativas equiparando todas as coisas em um mesmo nível que passam a ser diferenciados por seus valores monetários.

Com a atitude *blasé* a concentração de homens e coisas estimula o sistema nervoso do indivíduo até seu mais alto ponto de realização, de modo que ele atinge seu ápice. Através da mera intensificação quantitativa dos mesmos fatores condicionantes, essa realização é transformada em seu contrário e aparece sob a adaptação peculiar da atitude *blasé*. Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana (SIMMEL, 1967, p. 19).

A redução dos objetos aos seus valores monetários acaba por atingir também o indivíduo, que começa a se sentir inútil dentro da dinâmica da metrópole. O indivíduo desenvolve em sua personalidade o que o autor vai chamar de *reserva*. A reserva é um posicionamento diante do outro que se faz preservar sua interação e envolvimento, podendo, inclusive, atingir a um máximo de antipatia.

Esse modo de vida do metropolitano, delineado pela atitude *blasé* e pela reserva, culmina em sua liberdade pessoal. Isso porque antes inserido em grupos sociais restritivos, que não consideravam as vidas particulares de seus integrantes – a exemplo da *polis*, onde os cidadãos abusavam do senso de coletividade para proteger sua existência –, a sociedade metropolitana é configurada por grupos sociais maiores, o que confere uma distância mental maior entre os integrantes que passam, assim, a se sentirem livres, mas também solitários e perdidos. Esse alargamento do grupo social, no entanto, não é somente no sentido numérico ou espacial, mas também uma expansão caracterizada pelo cosmopolitismo. Ou seja, a expansão funcional não tem limites físicos, mas acontece pela expansão da esfera qualitativa da vida da cidade e do próprio indivíduo:

O homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente (SIMMEL, 1967, p. 23).

Dentro dessa aura de liberdade, no entanto, o indivíduo vê a necessidade de se individualizar. Ao ter o trabalho dividido economicamente na sociedade, o indivíduo busca a especialização em sua atividade de trabalho para que se destaque em sua função e se transforme em um elemento insubstituível. A pessoa se volta, então, ao processo de diferenciação das dimensões psíquicas qualitativas que lhe confere sua personalidade única, tornando-se notável e atrativo. O que acontece é que essa

manifestação é uma resposta à sociedade moderna e à divisão do trabalho que consta na metrópole, porque o indivíduo se torna, por parte da sociedade, um elemento objetivo negligenciável, em lugar da forma subjetiva que lhe é essencial. Assim, ele busca se diferenciar do outro, se individualizar.

No século XIX, entre 1851 e 1870, a cidade de Paris passou por uma grande reforma que, além de estar regida pela Lei de Expropriação e da Lei Sanitária, havia uma intenção de reestruturação da imagem da cidade. Haussmann, portanto, projetou a reforma com base na abertura de bulevares e largos que funcionariam tanto para a circulação do ar quanto para a criação de eixos visuais para aquele que caminhasse pela cidade – o *promeneur* – além de propor uma padronização das fachadas das edificações com o objetivo de refinar a experiência visual (BENEVOLO, 2007).

Um outro conceito corpóreo presentes nas teorias de cidades é o conceito de *flâneur*, uma personagem da poesia de Baudelaire, no cenário da Paris recém-construída do século XIX, que foi analisada por Walter Benjamin, apesar de nem um nem outro terem sido os precursores do conceito. O conceito diz respeito a uma atitude de se movimentar na cidade sem destino específico. Segundo Jacques (2012), a atitude aparecia como uma crítica ao processo de modernização das cidades que se pautava na reconstrução integral de territórios urbanos. Para a autora, essa experiência moderna coloca em pauta as transformações que intervenções urbanísticas geram nas experiências sensíveis daqueles que vivenciam as cidades.

Neste sentido, decorrente da era moderna, e da conseqüente acumulação de riquezas e divisão do trabalho, Debord (2000) apresentou teorias sobre como a sociedade se anunciava a essas pessoas. O autor considerou que a sociedade era apresentada por uma acumulação de “espetáculos”. Esses espetáculos seriam situações cotidianas, sociais, que são intermediadas por imagens, não só visuais puramente, mas também imagens sociais que estão manifestadas materialmente. O espetáculo se origina no exercício do poder que domina as relações sociais e o corpo se transforma em espectador alienado que não mais entende o mundo diante de si nem a si mesmo.

Em um contexto mais recente, Jacques e Britto (2015) argumentam que, no processo de espetacularização das cidades contemporâneas, cujos espaços urbanos são submetidos a estratégias de marketing, o corpo também se torna mercadoria. O “corpo-produto” fica submetido, assim como a própria cidade, a um controle das subjetividades. Isto é, à medida que o espaço é criado de forma a privar as experiências

corporais nas cidades, o corpo também se torna passivo, porque:

A cidade não é para o corpo meramente um espaço físico disponível para ser ocupado, mas um campo de processos que, instaurado pela própria ação interativa dos seus habitantes, promove a tessitura das coimplicações entre corporalidades e ambiências cuja síntese transitória chamamos de *corpografia urbana*” (JACQUES; BRITTO, 2015, livro metrópoles e invisibilidades, p. 144, grifo das autoras).

Sobre a experiência do corpo na cidade, Jacques (2008) acrescenta ao debate, portanto, o conceito de “corpografia urbana”. Derivando do conceito de “corporalidade urbana”, que delinea uma experiência de percepção sensorial nos ambientes urbanos, a “corpografia” é a inscrição da experiência urbana no corpo, como uma cartografia que registra tal experiência, e que, ao mesmo tempo, define e configura este corpo. Tal experiência tanto é uma resultante da espacialidade vivenciada, quanto das próprias memórias perceptivas, onde cidade e corpo se interligam:

[...] partimos do princípio de que a cidade é **percebida** pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação (BRITTO; JACQUES, 2012, p. 149, grifo nosso).

Ao indicar que o que fica inscrito no corpo “também o define” (JACQUES, 2008, n. p.), a autora nos indica que a experiência corporal que se tem na cidade afeta a identidade deste mesmo corpo, assim como Merleau-Ponty (2006) que diz que “[...] o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece” (p. 6). Nessa mesma perspectiva, Britto e Jacques (2012, p. 144) reforçam que:

[...] corpo e cidade se configuram mutuamente e que, além dos corpos ficarem inscritos nas cidades, as cidades também ficam inscritas e configuram os nossos corpos.

Neste sentido, o corpo é instrumento e objeto, mas a partir disso é também um corpo-sujeito, um corpo social, à medida que se constrói pela sociedade. Segundo Medeiros (2011), que faz um estudo sobre os conceitos de *habitus* e *corpo social* de Pierre Bourdieu. O *habitus*, conceito fortemente influenciado por Merleau-Ponty, é centrado no corpo e seria uma experiência gerada pelo processo de socialização,

assim, é tanto individual quanto coletivo. Então, o *corpo social* seria o corpo que porta o *habitus*. Ou seja, o corpo é um lugar de apreensão do mundo, onde a coletividade e o social, inerente ao mundo que vivemos, passam a fazer parte do corpo. O *corpo social* é um corpo que incorporou relações materiais, culturais e sociais vivenciadas no mundo. Assim, sobre o corpo é colocada uma força de dominação simbólica.

Nesse sentido, Le Breton (2012) também identifica a construção da corporeidade humana como algo social e cultural, onde o corpo seria o ponto originário das experiências de significação que embasam tanto as vivências individuais quanto a coletiva. Para o autor, existir implica em ser um corpo em movimento no espaço-tempo, de forma que o autor também discorre sobre o processo de socialização do corpo e das significações que se transformam em lógicas culturais e sociais do corpo.

Todo esse movimento de apreensão e incorporação do mundo vivido, se relaciona com Merleau-Ponty à medida que o filósofo determina o fenômeno da percepção através do corpo. Para Merleau-Ponty (2006), o corpo é instrumento da percepção porque é através dos sentidos corpóreos que expressamos o que apreendemos do mundo. O autor declara o corpo não só como objeto-base das experiências do mundo, mas também como objeto-espacial próprio e como meio de expressão. Além disso, através de nossos corpos criamos também nossa relação com o outro, apresentando aspectos subjetivos que podem ser acionados nos estágios de construção de identidade, em um momento posterior da pesquisa.

Ainda, segundo Jacques e Britto (2015), o corpo e a cidade seriam elementos de um processo complexo que não restringe a uma “causa e efeito”, mas sim um processo dinâmico contínuo que se põe como resposta controversa aos processos de espetacularização dos projetos urbanos contemporâneos como uma microrresistência que se desvela em um “urbanismo incorporado”.

Pensar sobre a tríade *corpo-cidade-percepção* implica em refletir sobre as variadas dimensões que a experiência corporal proporciona, uma vez que o corpo ultrapassa sua materialidade e está circunscrito em um processo complexo de subjetivação. Assim, o conceito de *identidade* está diretamente relacionado ao entendimento do corpo como *corpo-sujeito* e, por isso, é o segundo conceito que faz parte da configuração da fundamentação teórica desta pesquisa.

### 2.1.1 Cidade para pessoas

A partir de 1961, quando Jane Jacobs lançou o livro “Morte e vida de grandes cidades”, foram colocadas em debate as estratégias urbanísticas vigentes na época de sua escrita, que se pautavam em princípios funcionalistas. Em seu texto, Jacobs faz uma prolongada crítica aos espaços das cidades que estavam sendo pensados para grandes corporações e negócios imobiliários, além de cada vez mais construídos de forma a orientar o fluxo de veículos, e propõe a retomada do uso dos espaços públicos por pessoas das comunidades locais, defendendo que, através desse uso, seriam retomadas as funções essenciais dos espaços públicos urbanos.

Tendo como principal objeto a cidade de Nova York, a autora defende, portanto, de forma geral, a vitalidade urbana, conceito que pode ser entendido justamente pela manifestação da vida humana – do corpo – praticada no cotidiano nos espaços públicos das cidades. Tal vitalidade seria estimulada pela diversificação econômica e social de usos do espaço urbano. A partir de suas observações, antecipou questões que foram utilizados a partir daí dentro da temática que hoje chamamos de “cidades para pessoas”. Nesta pesquisa, destacamos os seguintes aspectos levantados pela autora: (1) quanto mais pessoas estiverem presentes nos espaços públicos, vivenciando-os de forma diversificada, mais sensação de segurança será passada, ainda que questões sociais mais complexas devam ser consideradas. Isso porque o movimento presente nas calçadas entretém e estimula a observação por parte das pessoas que estão dentro dos edifícios. A autora se refere a essa observação como “olhos para a rua” (p. 35) e enfatiza que ver pessoas atrai outras pessoas. Além disso, a autora defende que a presença das pessoas nas calçadas gera uma confiança a partir da socialização pública por meio de contatos casuais e informais entre conhecidos e desconhecidos. A autora destaca, ainda, a possibilidade de recreação infantil informal que as calçadas naturalmente oferecem, incorporando as crianças na vida pública e na sociedade; (2) o estímulo ao lazer urbano nos parques de bairro ou praças, que, por sua escala e por seu uso trivial, absorvem a diversidade de atividades e de usuários de seus entornos; (3) a promoção de espaços caminháveis através de distâncias curtas e usos diversificados no bairro, com a combinação de mais de uma função para o bairro ou distrito, além de alta densidade urbana - se posicionando contrária ao zoneamento urbano funcionalista – e rendimento econômico imobiliário variado; (4) a priorização do uso dos espaços livres pelos automóveis – e a existência de todas as estruturas que a

sustentam – reduz o número de pessoas presentes nos espaços públicos, mas, ao mesmo tempo, a autora se coloca contrária a destinação de ruas específicas para o uso de pedestres, argumentando que é preciso considerar modos de diminuir o número de veículos nas ruas, retomando o ponto da promoção de espaços possíveis e convidativos à circulação pedonal; (5) a relevância do aspecto visual para a experiência humana na cidade, considerando as mesmas distâncias curtas anteriormente pontuadas e as possibilidades de interação e observação entre pessoas, com recortes visuais que rompam a ortogonalidade tradicional (JACOBS, 1961).

Observa-se, portanto, que a autora trouxe argumentos precisos sobre a presença de pessoas nos espaços públicos urbanos, considerando elementos que motivam essa presença. No entanto, apesar de Jacobs (1961) trazer algum caráter sociológico em trechos de sua obra, principalmente naquele dedicado à habitação, no qual perpassa pela questão dos imigrantes no tecido socioespacial norte-americano, a autora não desenvolveu a análise sobre quais pessoas seriam essas a usar os espaços públicos e promover a vitalidade urbana e a qual custo.

Desta forma, pode-se argumentar que a obra de Jane Jacobs tenha ficado datada, mas, ainda assim, sua crítica movimentou a teoria urbanística e fez emergir o debate sobre a vitalidade urbana baseada no uso da cidade a partir das pessoas, principalmente a partir dos quatro apontamentos acima. Na atualidade, algumas críticas à autora se baseiam na desconsideração das questões étnico-raciais e no seu apoio às forças econômicas, além de seu pensamento ter sido usado para justificar estratégias de regeneração de bairros ou espaços públicos urbanos de forma a incentivar dinâmicas que hoje caracterizam a *gentrificação*<sup>5</sup>, principalmente nos Estados Unidos, onde o livro foi bastante veiculado e é tido como um dos favoritos para fundamentar as ações das gestões municipais.

Em continuidade às manifestações de pensar a cidade a partir das e para as pessoas, o livro “*Life between buildings*”, de Jan Gehl, publicado originalmente em 1971, também parte de uma observação de um cenário urbano para embasar uma crítica ao modelo funcionalista de urbanismo e um apelo para que planejadores urbanos e urbanistas considerassem a vitalidade urbana como uma dimensão da produção de arquitetura e urbanismo. O autor propõe a categorização da vitalidade urbana em três

---

<sup>5</sup> O termo *gentrificação* designa o movimento de elitização consequente dos processos de transformação urbana de áreas tidas como subutilizadas ou degradadas.

grupos de atividades desenvolvidas por pessoas nos espaços públicos urbanos: (1) atividades necessárias; (2) atividades opcionais; e (3) atividades sociais. A partir delas, o autor desenvolve sua tese sobre o uso dos espaços públicos e quais condições do ambiente construído favorece ou limita cada uma dessas categorias de atividades. Assim, o autor apresenta uma reflexão sobre a reunião<sup>6</sup> ou dispersão de pessoas e sobre atividades que estão diretamente ligadas ao uso do espaço público através do corpo e à percepção, como: caminhar, permanecer, sentar-se, observar, ouvir e conversar (GEHL, 2011).

Ainda no final do século XX, em 1980, William H. Whyte publica *The social life of small urban spaces*. O texto é acompanhado por diversas fotografias de pessoas nos espaços públicos, destacando a relação da escala humana com os espaços, as atividades exercidas e, com a ajuda de plantas e gráficos, as situações típicas das atividades mapeadas a partir de observações de espaços públicos (WHYTE, 2004).

O filme documentário, de 1988, registra a pesquisa de observação que baseou o relatório publicado em formato de livro. São vários minutos de captação de imagem em *time-lapse* de praças em Nova Iorque com comentários sobre as atividades exercidas pelas pessoas que usam o espaço público, quais atividades, o que é recorrente, o que é incomum, quais lugares as pessoas usam para quê. O autor cita a relação com aspectos climáticos e elementos naturais (sol, sombra, vento, água e vegetação) com espaços disponíveis para sentar-se, atividades como comer, conversar, falar ao telefone, ler (SOCIAL, 1988).

Já em 2009, com a crescente atenção da gestão urbana em promover cidades mais ativas em relação à movimentação e uso do corpo pelos espaços e, com isso, mais sustentáveis, Copenhague publica o relatório *A Metropolis for People*, com consultoria do escritório Gehl Architects. O texto descreve as características que fizeram a cidade obter o primeiro lugar de uma lista publicada em 2008 em uma revista inglesa das cidades mais habitáveis do mundo. A principal justificativa é que a cidade promove a vitalidade urbana, a qual os autores entendem como o conjunto de experiências, expressões, movimentação e encontros das pessoas nos espaços públicos das cidades. Além disso, o relatório atribui o sucesso econômico, turístico e cultural à alta vitalidade urbana existente na cidade. O relatório descreve que para aprimorar as ações

---

<sup>6</sup> No original, o termo utilizado é *assemble*, o mesmo que Butler (2019b) explora e que é referido neste texto como reunião em assembleia no item 2.3, na página 76.

projetuais sobre os espaços públicos urbanos foram criadas formas de medir a vitalidade urbana através de dados quantitativos e qualitativos e destaca como objetivos principais aumentar a quantidade de pedestres e criar oportunidades para que pessoas permaneçam nos espaços públicos, a partir de atividades físicas de esporte e lazer (COPENHAGEN, 2009).

Em continuidade a este trabalho, o livro *Cities for people* (GEHL, 2010) trouxe importantes conceitos para a disseminação da ideia de que as cidades deveriam reaver seus espaços públicos em função do uso das pessoas, esmiuçando questões já abordadas na obra anterior do autor, mas destacando a importância da escala e da circulação a pé. Gehl (2010) divulgou, nesse livro, uma extensa pesquisa sobre estratégias para considerar a dimensão humana no projeto de espaços públicos urbanos. O autor destaca as atividades exercidas pelo corpo nos espaços públicos tais como: caminhar, permanecer, encontrar, brincar, exercitar-se e observar – principalmente outras pessoas – destacando que para estimular tais atividades nos espaços públicos é preciso projetar cidades que se relacionem com as pessoas a partir do nível dos olhos, na escala humana, em uma crítica explícita ao urbanismo modernista de escala monumental promovido a partir da primeira metade do século XX, pelo que o autor caracteriza de “Síndrome de Brasília” (p. 195). O argumento central da proposta de Gehl é que, ao incluir a dimensão humana nos espaços públicos urbanos, a cidade se torna mais viva, mais segura, mais sustentável e mais saudável. Isso porque a maneira com que nós interagimos com a cidade influencia também no modo como nós nos entendemos – “*First we shape the cities – then they shape us*” (p. 9).

Em um estreitamento dessa discussão para os aspectos socioeconômicos que foram as cidades, o livro *Cities for people, not for profit* reúne reflexões sobre a teoria urbanística e sugere que o urbanismo passe por uma inversão de valores. Ao introduzir a coletânea de textos, Brenner, Marcuse e Mayer (2012) citam a crise da organização espacial e da estrutura político-econômica das cidades capitalistas, cidades estas que foram desenvolvidas para dar suporte à acumulação do capital e à exploração. Assim, apresentam uma proposta de teoria crítica do urbanismo que abra espaço para um urbanismo humanizado, destacando aspectos sociológicos e políticos para uma teoria crítica do urbanismo.

A popularização dos conceitos dentro da teoria das cidades para pessoas se deu também pelo lançamento do documentário *The human scale: bringing cities to life*, em 2012. O filme encoraja a reflexão sobre como as cidades contemporâneas se tornaram

inapropriadas para pessoas e quais medidas planejadores urbanos, urbanistas e gestores podem tomar para reposicionar a experiência humana no centro das decisões em relação ao espaço urbano. Os depoimentos apresentados explicam o processo de desenvolvimento orientado pelo transporte e quais ferramentas são possíveis para atribuir novamente a escala humana nas cidades. São apresentadas formas de intervenção no espaço público existente que promovam a participação popular nas diversas etapas de intervenção, colocando os conceitos apresentados como uma forma atualizada de pensar a cidade e promover cidades mais habitáveis no futuro.

Neste sentido, umas das estratégias que se tornam mais recorrentes foi a reversão do desenvolvimento orientado pelo transporte para o desenvolvimento orientado pelo pedestre. Speck (2012) defende a possibilidade do deslocamento a pé como o principal intensificador da qualidade urbana e se baseia nos benefícios sociais, econômicos e de saúde que a caminhabilidade gera para uma cidade. A classificação proposta pelo autor avalia a caminhabilidade através da pegada ecológica da malha urbana como indicador de qualidade de vida e sustentabilidade. O autor apresenta as melhorias sociais e econômicas conquistadas ao longo da evolução urbana de cidades americanas a partir de diretrizes de planejamento urbano que buscam a qualidade da mobilidade urbana.

A caminhabilidade também é um ponto que embasa a vertente urbanística que defende cidades que podem ser percorridas a pé, se relacionando com os argumentos de Jane Jacobs em prol das quadras curtas e distâncias a serem percorridas a pé. Assim, Moreno (2016) caracterizou o conceito de *cidades de 15 minutos* como uma forma de gerir a cidade em função dos usos cotidianos. A proposta é que cada bairro de uma cidade seja completo e caminhável, no sentido de que uma pessoa consiga acessar os equipamentos necessários para suas atividades diárias em menos de 15 minutos, ou seja, sem ter um deslocamento longo em tempo e distância em um veículo automotivo e sim orientando o deslocamento a pé ou por bicicleta. A ideia é que a cidade seja policêntrica, regida por 4 princípios norteadores: proximidade, diversidade, densidade e ubiquidade.

O que esta seção mostra é que os estudos que abordam as possibilidades de uma cidade ideal para as pessoas trabalham diferentes aspectos – afinal, pessoas vivem nas cidades e, portanto, para abrigá-las deve-se pensar em estruturas suficientes e eficientes de moradia, transporte, saúde e educação -, mas sob o ponto de vista do urbanismo têm em comum, em sua maioria, o entendimento de que as cidades

proporcionavam usos passivos dos espaços públicos por seus habitantes – dentro de automóveis, etc – e que deveriam, ao contrário, incentivar usos ativos das pessoas nos espaços públicos urbanos considerando seus sentidos, necessidades e movimentos corpóreos, destacando os dimensionamentos do espaço em relação às pessoas. Portanto, essa corrente se debruça, com mais atenção, sobre as estruturas urbanas como suporte a atividades desenvolvidas por pedestres, muitas vezes justificando tal preocupação por vieses da segurança, da sustentabilidade ou da economia urbana, aliando, assim, o uso ativo de espaços públicos a outras demandas e conflitos urbanos. Atualmente uma corrente baseada em aspectos sociológicos e culturais desse usufruto da cidade pelas pessoas, levanta questões mais específicas sobre *para quais* pessoas e *em que condições* a cidade permite seu usufruto de forma equalitária.

### **2.1.2 Cidade e corpos dissidentes**

Além da vertente teórica da dimensão humana pelo viés da materialidade do corpo, no sentido de que se preza pela movimentação ativa cotidiana de pedestres nas cidades, há também a abordagem que parte, de certa forma, desta discussão, mas por um viés sociocultural, reconhecendo que a reivindicação pela incorporação da dimensão humana considera corpos de forma genérica. Surgem, então, recortes particulares e interseccionais dos lugares sociais que determinados corpos ocupam nas cidades e que reverberam na morfologia, uso e planejamento do espaço urbano.

Segundo Le Breton (2012), nas sociedades ocidentais, que são individualistas, o corpo é um elemento isolado que demarca o indivíduo como tal, ao contrário das sociedades tradicionais, que são comunitárias, onde corpo é também um campo simbólico que incluído no coletivo e determinado por lógicas socioculturais. Na primeira, o corpo demarca o limite entre um e outro, enquanto na segunda o corpo demarca a união com a coletividade. Nesse sentido, a diferenciação individual determina as técnicas corporais atribuídas a este ou aquele corpo. Segundo o autor, “cada aquisição aparece como o produto de um aprendizado específico ligado a diferentes dados (um período preciso da vida do ator, a idade, o sexo, o *status* social, a profissão, etc.)” (LE BRETON, 2012, p. 43). Podemos incluir, portanto, a lógica da vivência urbana como uma das técnicas corporais que seguem as lógicas socioculturais citadas.

Os corpos dissidentes são, assim, aqueles corpos que fogem aos padrões estéticos, étnicos e de sexualidade e que desempenham, portanto, papéis diferentes

dentro da dinâmica urbana. Marcados por determinado traço sociocultural, têm vivenciado os espaços urbanos de formas particulares, atendendo às convenções a eles impostas por estarem fora do padrão esperado, mas, atualmente, rompem com a perspectiva da estranheza e da abjeção (BUTLER, 2019a) que a eles recaíram. Em discussão emergente no urbanismo, os corpos destacados como aqueles que têm sua vivência controlada nos espaços urbanos são os corpos femininos, os corpos negros e os corpos LGBTQIA+.

Segundo o coletivo Col·lectiu Punt 6 (2019), historicamente a urbanização consolidou padrões sociais e de classe no espaço urbano em uma hierarquia patriarcal dualista baseada na lógica capitalista de produção, mantendo, assim, a dicotomia entre público x privado, esfera produtiva x esfera reprodutiva, masculino x feminino, marcada pela Revolução Industrial. Esse processo invisibilizou o trabalho doméstico e de cuidado exercido pelas mulheres e limitou sua presença em espaços de poder. Os espaços masculinos e femininos foram delimitados, atribuindo-se diferentes papéis de gênero e construindo-se socialmente homens e mulheres. As autoras do coletivo apontam, ainda, que essa segregação entre público e privado é alimentada pelo desenho urbano e pelas tipologias arquitetônicas e que afeta o comportamento e as experiências individuais.

A partir de uma abordagem feminista dos estudos urbanos, Tavares (2015a) comenta sobre como o ideal feminino afetou a produção do espaço urbano relacionando espaços privados ao feminino e espaços públicos ao masculino. Na articulação do conceito de *espaço generificado de resistência* a autora aponta os espaços públicos como espaços de reconhecimento e visibilidade. Assim, a autora explica que, mediante a heteronormatividade masculina, as mulheres encontram lugares na cidade nos quais realizam práticas de resistência à norma.

O processo de resistência alcançado pela variedade de práticas sociais (não-normatizadas) faz seus corpos tornarem-se estranhos e passíveis de serem violados ou mesmo menosprezados no espaço urbano. Um menosprezo que não o do esquecimento, mas de torná-lo invisível, menos importante, e marginal para garantia da lógica de produção do espaço da cidade (TAVARES, 2015a, p. 8).

Para Tavares (2015b), o urbanismo contemporâneo ainda é pautado na heteronormatividade e premissas universalistas, que invisibilizam as experiências femininas nas cidades e dão apoio às desigualdades de gênero, se materializando

como indiferentes a essa questão. A partir disso, a autora nomeia os *espaços generificados de resistência* onde são reconstruídos, cotidianamente, pelas mulheres, o reconhecimento de sua experiência urbana e a reivindicação por justiça social, delineando uma alternativa urbana para a produção de espaços que considerem as desigualdades e as diferenças. A autora frisa que o debate sobre as desigualdades de gênero vem sendo intensificado na área da Arquitetura e do Urbanismo, mas que “um urbanismo comprometido com a construção de cidades mais justas deverá estar atento não só a uma política urbana de redistribuição, mas ao reconhecimento das diferenças tanto de gênero, quanto raça, geração, etc., além da dimensão de classe, e seus respectivos interesses” (p. 19). A autora enfatiza que analisar o espaço urbano sob a perspectiva do gênero implica em refletir sobre as dimensões subjetiva e simbólica do poder e reconhecer que os corpos sofrem interferências da sociedade na qual se inserem.

A autora destaca que, sob a perspectiva de gênero, os espaços urbanos foram articulados para atender a um modelo heteronormativo que estipulou os lugares públicos e de poder para os homens, enquanto os lugares privados e de cuidado foram reduzidos às mulheres. Atualmente, os desdobramentos dessa normativa atingem as políticas de moradia e de provimento de equipamentos de saúde e de lazer na cidade, modificando, inclusive, a morfologia urbana. No entanto, diversas são as práticas sociais que reivindicam o reposicionamento da mulher na dinâmica urbana e social, caracterizando-se como resistência às práticas dominantes e controladoras que desprezam as experiências femininas no espaço urbano. Isso não só é desempenhado pelas mulheres, mas também por corpos LGBTQIA+:

Nesse sentido, o processo de resistência alcançado pela variedade de práticas sociais (não normatizadas) faz os corpos *queers* tornarem-se estranhos e passíveis de serem violados ou mesmo menosprezados no espaço urbano. Um menosprezo que não o do esquecimento, mas de torná-lo invisível, menos importante e marginal para garantia da lógica de produção do espaço urbano (TAVARES, 2015b, p. 95).

Por fim, a autora delinea o urbanismo com perspectiva de gênero ressaltando que as relações de poder e econômicas nas quais se baseiam o modelo urbano atual. O urbanismo normativo definiu lugares específicos para a ocupação de corpos femininos no território urbano de forma hierárquica e estereotipada (TAVARES, 2015b).

Sobre os estereótipos de gênero e as experiências espaciais fundamentadas nessa desigualdade, o coletivo Col·lectiu Punt 6 (2019, p. 75, tradução nossa) ressalta:

Por sua vez, a dicotomia público-privado é opressiva para as pessoas transgênero e *queer*, porque a divisão sexual do espaço força que os indivíduos respondam a papéis de gênero e expectativas hegemônicas heteropatriarcais e a se posicionarem no binarismo homem-mulher com o qual não se identificam.

Segundo Carvalho e Macedo Júnior (2017) as relações de poder materializadas no espaço urbano se fazem mais evidentes no espaço público e que, mesmo que para a comunidade LGBT, o poder se traduz em violência e opressão. Como consequência, os corpos LGBT produzem uma cidade-armário, ou seja, uma trama de ambientes negados a esses corpos e que formula uma vivência particular desta comunidade, paralela ao circuito formal de ambientes urbanos designados à dominância cisheteronormativa.

Em uma complementação para a caracterização da definição do conceito, Moraes et al. (2021) explicam que a cidade-armário é a cidade que existe e que permanece negando a existência dos corpos LGBT, silenciando-os, limitando sua vivência urbana e materializando formas de escondê-los. Os autores argumentam que as estruturas das cidades estão baseadas no modelo capitalista, eurocêntrico, patriarcal, heteronormativo, branco e elitista e que, portanto, são dispositivos disciplinadores dos corpos que fogem a estes padrões. Nesse sentido, a política urbana se volta a alimentar esse processo disciplinador:

(...) o aparelho estatal atua por meio do controle territorial de sua ausência e na ineficiência jurídica frente aos casos de violência lgbtfóbica e racista; na omissão do atendimento a esses sujeitos na rede pública de saúde; na ausência de saneamento básica; de alimentação de qualidade; de educação e, assim, encontram-se aprisionados no desemprego e nos trabalhos informais, refugiam-se nas franjas urbanas, uma vez que, o direito à moradia também lhes é negado (MORAES et al., 2021, p. 114).

Portanto, a mesma hierarquia normativa e estereotipada que controla o movimento dos corpos femininos (demarcador gênero) no espaço urbano se recai, também, sobre corpos negros (demarcador raça), corpos LGBTQIA+ (demarcador

gênero) e corpos pobres (demarcador classe), pois o padrão dualista heteronormativo desconsidera a diversidade de subjetividades presentes no espaço. Ao pensar a vida pública de determinados corpos, principalmente aqueles que fogem aos padrões normativos de gênero, Butler (2019b) traz o conceito de “direito de aparecer”. Para a autora, esse direito é tanto um direito coletivo, de corpos se reunirem em assembleia em espaços públicos para serem vistos como resistência à precariedade induzida pela sociedade, quanto um direito individual de um corpo estar em público do jeito que se é e do jeito que se quer ser sem que haja nenhum tipo de assédio ou criminalização.

Entretanto, para a autora, o direito de aparecer não diz respeito somente a um aparecimento físico. Quando relaciona o direito de aparecer com a política de gênero, a autora cita, como exemplo, a forma como pessoas transexuais são tratadas socialmente; a forma como mulheres que usam véu são tratadas na França; a forma como mexicanos e negros são tratados nos Estados Unidos da América. Assim, a autora afirma que certos corpos são tidos como reconhecíveis e elegíveis para exercer o seu direito de aparecer e outros não. Butler destaca que além das condições de quem é passível e elegível para o reconhecimento e o aparecimento, também as condições precárias decorrentes de doenças ou desastres naturais também não distribuídas demograficamente, porque seus tratamentos e prevenções são direcionados para algumas áreas e populações e enquanto para outras não o são e que isso fica ainda mais evidente e em um sentido mais amplo para pessoa pobres e em situação de rua.

Para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância (BUTLER, 2019b, p. 44).

A luta pela existência destes corpos estranhos<sup>7</sup> à norma é uma luta contra os dispositivos institucionais e sociais de manutenção desta norma. Quando colocamos em pauta do demarcador raça, por exemplo, a urbanidade como um desses dispositivos fica ainda mais evidente e, ao longo da evolução urbana, podemos citar alguns aspectos: o apagamento de territórios urbanos ligados à história negra e ao passado

---

<sup>7</sup> O termo *estranho* é usado com base em Louro (2004). A autora usa o termo em português como tradução para o termo *queer*, em inglês. A utilização do termo visa demarcar que estes corpos que fogem ao padrão heteronormativo e, por isso, são vistos como “os outros”, “os incomuns”, “os diferentes”, “os esquisitos”.

escravista da sociedade brasileira, como o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro (CDURP, s/d); o zoneamento urbano da primeira metade do século XX que forçou a segregação de corpos negros (KOEHLER, 2018); as políticas públicas de segurança urbana que agem de forma discriminatória (OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2011); o impedimento e controle da circulação de corpos negros em espaços públicos e semipúblicos por policiais (REIS, 2020; MARTÍN, 2015) ou pela sociedade civil (MADEIRO, 2021; G1 SÃO PAULO, 2014).

Segundo Berth (2019), a cidade tem em seu território a definição de áreas de população branca e áreas de população negra e isso recai sobre o cotidiano da população tanto na oferta de infraestrutura urbana adequada quanto nas ações institucionais de dominação, como a ação policial. A autora ressalta que a segregação racial teve início no período colonial e que a urbanização perdurou as práticas e instrumentos de manutenção dessa segregação.

Desta forma, é preciso pontuar que os espaços urbanos materializam as relações sociais de poder e que são, portanto, produzidos de forma a estruturar a hierarquia social que se faz presente no padrão branco-cis-heteronormativo. Os estudos urbanos, portanto, devem ser o caminho da interseccionalidade. Marcuse (2012) acredita que para se pensar sobre o que o direito à cidade significa é preciso que sejam levantadas questões relativas aos contextos socioeconômicos que vivemos e, neste sentido, desenvolve a teoria de que o debate sobre o direito à cidade deve ser iniciado a partir de três questões: (1) direito de quem?; (2) qual direito?; (3) a qual cidade?. A primeira questão estaria ligada às demandas de pessoas oprimidas diretamente e cujas necessidades mais básicas não são atendidas e são, assim, privados socioeconomicamente. São elas que clamam pelo direito à cidade: sob uma visão econômica, os excluídos – que podem ser entendidos como os periféricos – e os trabalhadores; sob o olhar cultural, aqueles oprimidos por raça, etnia, gênero e “estilo de vida”. A segunda questão se refere, inicialmente, ao direito ao acesso a estruturas básicas da cidade para uma vida decente: água, saneamento, moradia, mobilidade, educação, participação nos processos decisórios, entre outros. Neste sentido, se refere ao direito de materialização da civilidade urbana por completo daqueles que são privados desse exercício. A terceira questão não se refere a uma descrição da cidade em seu contexto atual, mas, sim, sobre uma cidade em potencial, que considere as diferenças entre as pessoas, uma cidade que esteja fundamentada em princípios de justiça, equidade, democracia, acessibilidade, qualidade ambiental, etc.

Conclui-se, assim, que as relações sociais de poder interferem os modos de vida de alguns corpos que, ao resistirem às práticas hegemônicas de produção do espaço, são considerados dissidentes uma vez que resistem às políticas de abjeção que se materializam nas cidades.

### **2.1.3 Cidade e vida precária**

Complementar ao debate dos corpos dissidentes, o debate sobre a vida precária engloba os demarcadores sociais de gênero e raça, mas também e principalmente o demarcador de classe. Dentre os três recortes apresentados nessa pesquisa como constituintes da temática corpo-cidade – cidade para pessoas, corpos dissidentes e vida precária -, este é o recorte que não tem explicitamente uma abordagem como enquadrada na temática corpo-cidade debatida no campo do Urbanismo, mas que, sob a nossa análise, fortalece a temática por abordar o corpo-sujeito e sua vivência na dinâmica urbana como dinâmica social e econômica.

Segundo Canetti (2019b) a condição periférica tem origem no colapso urbano e na condição de precariedade, vida danificada e dominação social que marca, segundo o autor, o momento atual do capitalismo. O ponto de partida para a condição periférica está, para o autor, na crise urbana resultante do processo de acumulação e teve como consequência conflitos territoriais e estratificação social. A crise urbana produz cidades que se apresentam como “forma-periferia” no sentido de que são “como áreas degradadas, com construções precárias, pouco acesso a serviços públicos, com a constante presença do desemprego” (p. 1920).

Assim, o autor expressa uma análise das periferias como espaços que indicam o futuro das cidades. O aumento da pobreza aumenta também a precariedade do trabalho e da moradia, fazendo chegar aos centros urbanos as situações e condições antes presentes nas periferias, o que o autor vai chamar de “periferização do mundo”. À medida que a periferização atinge o centro, a precarização da vida cotidiana, antes vivenciada nas periferias chega nesses outros espaços urbanos, ou seja, a precariedade não é mais exclusiva do espaço da periferia. Nesses outros espaços, o sujeito é marcado pela descartabilidade, pela necessidade de buscar trabalho na informalidade, pelos longos deslocamentos, pela insegurança alimentar, pelo endividamento. Com isso, há a redução das expectativas em relação à reprodução da vida e ao futuro. Sem o ter o trabalho como forma de dominação, a precariedade se

torna o instrumento de dominação social (CANETTIERI, 2019b).

Sobre a construção de um cenário da precarização, Butler (2019b) destaca que esse processo é induzido institucionalmente. Diante do desemprego formal, das práticas de trabalho informais e temporárias, das ideologias de responsabilidade individual sobre a gestão da vida e da falta de apoio em estruturas sociais, o indivíduo não atinge a autossuficiência e se encontra sob insegurança e desesperança.

A fantasia do indivíduo capaz de se tornar um empreendedor de si mesmo em condições de precariedade acelerada, se não de indigência, cria a perturbadora suposição de que as pessoas podem, e devem, agir de maneira autonomia sob condições nas quais a vida se tornou insuportável (BUTLER, 2019b, p. 22).

Esse indivíduo, segundo a autora, se entende como parte da uma população descartável, uma “criatura dispensável” (p. 20). No entanto, a autora destaca que apesar do indivíduo tomar para si um fracasso moral, de incapacidade social de gestão da vida, o fracasso é, na verdade, das estruturas socioeconômicas de apoio:

(...) ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa. E ninguém sofre com o desemprego sem que exista um sistema ou uma economia política que fracasse em salvaguardá-lo dessa possibilidade. Isso significa que em algumas das nossas experiências de maior vulnerabilidade em termos de privação social e econômica, o que se revela não é apenas a nossa precariedade como indivíduos – embora isso também possa ser revelado –, mas também os fracassos e as desigualdades das instituições socioeconômicas e políticas (BUTLER, 2019b, p. 27-28).

Butler (2019b, p. 40), desta forma, destaca e enfatiza:

A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.

A autora enfatiza, ainda, que a precariedade recai sobre corpos diversos de formas diferentes. Ainda que a precariedade, ligada diretamente à política do corpo, recaia a todas as pessoas, uma vez que uns dependem dos outros para atingir e gerir

as condições básicas de sobrevivência, há uma distribuição “tática” e “desigual” da precariedade, através da qual é decidido quais vidas são dignas de ser vividas, quais são passíveis de luto e quais merecem menos o acesso a políticas de apoio. Todos nós estamos em condição precária porque dependemos uns dos outros e das políticas de apoio para alcançar o suprimento de nossas necessidades corporais básicas, ou seja, envoltos em uma trama de relações econômicas e sociais vulnerável, que correm risco, o tempo de todo, de serem rompidas, negligenciadas ou cessadas. Assim, vivemos todos em uma interdependência frágil que nos coloca em uma condição precária de vida. Por isso, Butler (2019b, p. 131) acrescenta que:

(...) a precariedade não pode ser dissociada da dimensão da política que aborda a organização e a proteção as necessidades corporais. A precariedade expõe a nossa sociabilidade, as dimensões frágeis e necessárias da nossa interdependência.

A autora considera que todos os corpos são vulneráveis no sentido de que estamos todos expostos e em uma condição de dependência social com os outros corpos e com as estruturas socioeconômicas de apoio. Neste sentido, a autora destaca que, nessa relação de coligação – com o ambiente e com os outros corpos –, os corpos se estendem para fora de si mesmos e, assim, constituem sua corporeidade social.

No entanto, é essa mesma corporeidade social, baseada em suas relações de dependência das estruturas socioeconômicas e dos outros corpos que, uma vez que são distribuídas desigualmente, que conformam as percepções de grupos de vida não passíveis de luto. A precariedade da vida vivida, delineada pelo abandono estrutural, fala de apoio e desvalorização, registra quais vidas são passíveis de luto e quais não são, denuncia que vida – ou que corpo – importa mais e que vida importa menos.

Às vezes a pessoa “já registra em um nível afetivo e corporal que sua vida *não* é digna de ser salvaguardada, protegida ou valorizada. Trata-se de alguém que entende que *não* será passível de luto quando perder a vida e, portanto, alguém para quem a reivindicação condicional “Eu não seria motivo de luto” é vivida de maneira ativa no presente. Quando não tenho certeza se terei comida ou abrigo, ou estou certo de que nenhuma rede ou instituição social me ampararia caso eu sucumbisse, é porque passei a pertencer aos não passíveis de luto (BUTLER, 2019b, p. 217, grifos da autora).

Podemos, então, relacionar a condição precária (BUTLER, 2019b) com a condição periférica (CANETTIERI, 2019a, 2019b), pois sendo um a condição de todo vivente estar exposto à morte, o outro pode ser pensado como a condição de todo vivente estar exposto à precariedade da periferia.

Quando Frangella e Rui (2017) relacionam corpo e cidade a partir da precariedade destacam que o corpo não é só uma presença material no espaço urbano, mas uma experiência e que, uma vez inserido no contexto de precariedade, fica submetido a transformar sua corporalidade em um instrumento de sobrevivência. Assim, na vivência das ruas o corpo precário se revela um corpo abjeto. As autoras destacam ainda que a corporalidade precária é identificada em pessoas em situação de rua, usuários de crack, vendedores ambulantes, prostitutas, artistas de rua, entre outros. A precariedade, para os autores, se materializa em marcações corporais: em cheiros, aspectos da pele, condição das roupas, entre outras marcas. Por fim, as autoras manifestam que: “é essencial apontar para as condições de dominação econômica, política e social que criam vidas precárias e sistemas de exclusão. Contudo, é igualmente necessário não deixar que tais sujeitos e corpos, associados geralmente a essa condição de *bare life* (excluídos, marginalizados, doentes, refugiados) sejam reduzidos a ela.” (p. 36)

O conceito de *bare life*, quando traduzido para *vida nua*, é encontrado em Agamben (2002). O autor contribui para o debate da vida precária ao analisar a existência da *vida que não merece viver* e descrever que ao colocarmos o corpo como centro da vida política entendemos que o poder soberano designa as normativas e suas exceções para o corpo político. A fundamentação da existência da *vida que não merece viver* é feita pela biopolítica e em correlação à figura romana do *homo sacer*.

A biopolítica é o poder político sobre a vida que determina a regra e a exceção, controlando a vida em sociedade e estabelecendo a exclusão de corpos que sejam entendidos como exceção, privando esses corpos de seus direitos e desqualificando-os como humanos. Assim, esse corpo se torna uma vida que pode ser eliminada impunemente. Agamben explica que a figura do *homo sacer* estava presente no direito romano como a exceção – aquele excluído do direito romano e do direito divino - e que seria determinada por aquela vida que poderia ser morta sem que o executor de sua morte fosse punido. Isso porque esse corpo era entendido como impuro, portanto não poderia ser morto em sacrifício, mas poderia ser morto em outra circunstância uma vez que seria um corpo que não está qualificado a ter direito à vida – vida insacrificável, mas

matável:

A “vida indigna de ser vivida” não é, com toda evidência, um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo: é, sobretudo, um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável e insacrificável do *homo sacer*, sobre a qual se baseia o poder soberano (AGAMBEN, 2002, p. 148-149).

A decisão de valor sobre qual vida não merece viver é feita, portanto, pela soberania e é por sua matabilidade que é incluída na vida política, pois fica incumbido ao poder soberano a decisão do momento da morte. Apesar de o totalitarismo ser o sistema que produz vidas nuas com mais veemência, os sistemas democráticos também as produzem e Agamben (2002, p. 146) afirma que “a vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente” e, neste sentido, se relaciona com a condição periférica delineada por Canetti.

Canetti reforça que a vida nua é quando a vida se torna abstrata, no sentido de que se torna apenas uma vida biológica, uma vida humana esvaziada de sentido, em um processo consequente à dominação social do capital. A superexploração da força de trabalho atinge a reprodução da vida:

toda a vida se converte em tempo de trabalho na produção de uma mercadoria, a mercadoria força de trabalho, que é o que sobra de uma vida abstrata, de uma existência dessubstancializada (CANETTI, 2019a, p. 226)

O autor lembra que antes a dominação social se fazia pelo emprego, mas que agora a própria produção da vida é a mercadoria e que a dominação então acontece pela condição periférica, e é assim, segundo o autor, que o capital sobrevive. Em um diálogo com Agamben, Canetti (2019a, p. 252) diz:

A vida periférica é uma forma de vida nua simultaneamente decadente, por razões óbvias, e sacra, com sua existência exclusiva para que se possa gerar mais-valor no sistema global. Dessa maneira, a vida nua da periferia é revelada pelo descompasso entre a existência social (simbólica) e política anuladas pelo confinamento compulsório nos terrenos da precariedade e da pauperização.

Portanto, a vida nua é uma vida que está reduzida a sua vivência biológica, desqualificada de sua vivência humana e que, por isso, perde sentido. Cortina (2020) tangencia a vida nua quando trata da vida em pobreza principalmente a partir da vivência de imigrantes e refugiados e explica que, para além da realidade econômica que define a pobreza, a pobreza também é caracterizada pela falta de liberdade social, no sentido da impossibilidade de decisão sobre a própria vida.

Neste sentido, a autora também entende que as pessoas pobres estão excluídas da sociedade a partir de processos de rejeição àquilo nos é diferente, perturbador ou que foge ao nosso controle. A partir da explicação em relação à aversão às pessoas pobres, a autora apresenta o termo *aporofobia* para designar a rejeição social à pobreza. A atitude aporofóbica está, para a autora, originada na xenofobia e articulada pelo discurso de ódio. Há, ainda, a construção da pessoa pobre como descartável social, uma vez que parecer não participar do sistema de troca no qual se baseia nossa sociedade.

Assim, Cortina provoca a reflexão sobre a inclusão de parâmetros qualitativos para busca pela definição da pobreza. No caso de pessoas sem-teto ou em situação de rua, por exemplo, a autora destaca que a falta de moradia configura uma situação de vulnerabilidade econômica, mas também de exclusão social pois nestes casos estão rompidas as conexões sociais que se configuram através do trabalho, da cultura e da economia. Em conclusão, a autora aponta que a falta de autonomia sobre a própria vida é um dos principais critérios que configuram a pobreza (CORTINA, 2020).

Percebe-se que a precariedade é uma condição urbana contemporânea que incide sobre todos os corpos que habitam cidades, mas que a depender de como um ou outro corpo é demarcado socialmente, a incidência tem maior intensidade. Em vista disso, as experiências urbanas são regidas pela diferenciação entre corpos, processo esse que interfere na construção da identidade própria e da subjetividade.

## 2.2. IDENTIDADE

A **identidade** é um o conceito que carrega não só a relação de um corpo consigo mesmo, mas, sobretudo, a relação de um corpo com os outros corpos. Tal ponto já foi, de certa forma, levantado na seção anterior à medida que se considera a construção do sujeito inserida na relação interacional com o outro e com o mundo. Além

disso, conforme foi mencionado, acredita-se que um corpo também se define por suas experiências corporais no espaço-tempo. Portanto, abordando a temática da identidade a partir do urbanismo, indica-se o espaço público urbano – e tudo o que o conforma – como um destes espaços com o qual, ao se relacionar, um corpo constrói sua identidade. Ao pensarmos na escala do indivíduo, podemos considerar que cada corpo passa por um processo de reconhecimento de suas identificações que o fazem entender a si próprio como sujeito. Essas identificações, no entanto, não são consequentes apenas de um processo de enxergar o que lhe é comum, mas, principalmente, são consequentes de um processo de diferenciação.

De acordo com Silva (2014), o processo de criação da diferença, seja ela social e/ou cultural, é predominante nas relações de um indivíduo com o outro que decorrem a construção da identidade. Para o autor, identidade e diferença são dependentes uma da outra e inseparáveis. Ainda que a identidade se faça pela afirmação, quando eu digo que sou alguma coisa – “sou brasileira”, “sou branca” – estou fazendo tal afirmação porque reconheço que existem outros que não são aquilo que eu sou. Assim, uma afirmação identitária carrega uma série de negativas em cadeia formadas anteriormente, que são as diferenças – “sou brasileira porque não sou portuguesa, também não sou japonesa, tampouco sou indiana”. Em outras palavras, a partir de sistemas simbólicos, um corpo se identifica com outro ou outros formando grupos identitários ao enxergar pontos e questões comuns ao grupo com base em pontos e questões que são diferentes de outros grupos.

Por essa relação interdependente entre identidade e diferença, a construção da identidade não está centralizada no indivíduo de forma essencial e inerente. Ou seja, a identidade e a diferença são ativamente produzidas em bases socioculturais. Para o autor, ainda, a identidade e a diferença estão inseridas nos sistemas de significação, inclusive da linguagem. Quer dizer, determinado signo recebe sua significação a partir dessa mesma relação entre identidade e diferenças e o sistema simbólico que nelas estão contidas. Assim, tanto a manifestação da identidade quanto a expressão implícita das diferenças estão inseridas em uma relação de poder:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2014, p. 81).

As relações de poder se colocam sobre a identidade e a diferença sob a forma de ações de inclusão/exclusão, classificação e normalização que vão se fazer presentes no processo de diferenciação e identificação. As afirmações declaradas em relação à identidade incluem uns e excluem outros, demarca fronteiras, distingue um “dentro” e um “fora” e, assim, determinam as posições-de-sujeito. O mundo social é, desta forma, inteiramente dividido em classificações assimétricas que respondem às hierarquias sociais. O autor explica que as classificações são assimétricas porque são polarizadas. Quando usamos classes opostamente binárias, estas não são simétricas e uma delas recebe um valor positivo enquanto a outra recebe um valor negativo. A divisão entre “nós” e “eles” pré-determina uma norma, um estranhamento e uma predileção (SILVA, 2014).

Segundo o autor, a normalização é a própria hierarquização da identidade e da diferença. Esse processo elege uma característica privilegiada sobre a da outra classe de forma que fixa uma identidade como norma, exercendo seu poder sobre a outra sutilmente.

Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. [...] Assim como a definição da identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do “dentro”. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural (SILVA, 2014, p. 83-84).

A tendência, segundo o autor, é a tentativa de tornar uma identidade fixa e estável, através de diferentes recursos essencialistas. No entanto, existe a subversão dessa lógica pela mobilidade entre territórios de algumas identidades. Processos como migração, diáspora e até mesmo viagens deslocam a identidade original a partir do movimento entre fronteiras literais e metafóricas. Essas identidades do espaço “entre” são identidades desestabilizadas e ambíguas.

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja de natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro

lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2014, p. 96-97).

Hall (2014) lembra que a identidade é um processo de subjetivação que se constitui pelo reconhecimento de origem, ideais ou características em comum com o outro, processo este que nunca é dado como finalizado, mas que nos acompanha ao longo de toda a vida. A identificação – palavra que o autor opta por usar para enfatizar esse processo constante – pode ser, por sua infinitude, sustentada ou abandonada e, depois, novamente reconstruída, mas nunca se desvinculará da diferença que encontra entre o “mesmo” e o “outro”, criando fronteiras entre eles. Pelo seu caráter de processo, de constante construção e reconstrução, a identidade não é simplesmente, então, “de onde se vem” e o que “se é”, mas o que “se torna”, “como sou representado”, “como essa representação me afeta”.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas e poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional (HALL, 2014, p. 109-110).

Desta forma, Hall destaca, novamente, a relevância direta que a *diferença* tem nos processos de identificação, argumentando que esses processos acontecem *por meio* dela, muitas vezes marcada por uma polarização, assim como discorrido por Silva (2014). A relação com o Outro aparece como fundamental e essencial para que a identificação aconteça.

Além disso, um outro extrato importante de teoria de Hall é a identidade como um “ponto de encontro” (HALL, 2014, p. 111). O que o autor diz é que a identidade seria um ponto no qual o discurso que recai sobre nós encontra nossas próprias subjetividades, nos fazendo, obrigatoriamente, assumir as “posições-de-sujeito”.

Ao falar do discurso, Hall recorre a Foucault. O autor diz que, em um primeiro

momento, Foucault argumenta que o sujeito seria o efeito *do* e *no* discurso, porém Hall o considera radical em seu pensamento uma vez que essa afirmação não contempla uma existência própria do sujeito e a motivação para ocupar uma ou outra “posição-de-sujeito”. No entanto, mais tarde Foucault vai considerar o poder como centro dos discursos e, assim, conectá-lo à formação do sujeito.

Para Hall o corpo é elemento do processo de identificação. Até certo ponto, Hall concorda com Foucault ao considerar os movimentos de desconstrução e reconstrução do corpo como resposta às práticas discursivas disciplinadoras. No entanto, Hall não acredita que uma “instabilidade” do corpo reprime o homem do autoreconhecimento, mas sim que o corpo ainda carrega a função de “significante da condensação das subjetividades no indivíduo” (HALL, 2014, p. 122).

Hall (2014) ainda vai destacar a abordagem de Foucault em relação à materialidade do corpo. Segundo o autor, Foucault trata do corpo como um lugar sem resistência contra os discursos disciplinares, como “corpos dóceis” facilmente controlados e adaptáveis à instituição do poder que sobre eles recai. No entanto, de acordo com Hall, Foucault vai em outro momento considerar que:

Há a *produção* do eu como um objeto do mundo, as práticas de autoconstituição, o reconhecimento e a reflexão, a relação com a regra, juntamente com a atenção escrupulosa à regulação normativa e com os constrangimentos das regras sem os quais nenhuma “subjetivação” é produzida (HALL, 2014, p. 125, grifo do autor).

Assim, Foucault estaria considerando um eu interior, que assente à regra, preestabelecendo o território que vai ser ocupado, mais adiante, pelo conceito de *performatividade*, trabalhado principalmente por Butler. Segundo Hall (2014), Butler vai se fundamentar na teoria de Foucault em relação aos discursos disciplinares que recaem sobre o corpo e a aceitação que esse corpo tem em relação a eles, culminando em seu processo de identificação, para, enfim, delinear a *performatividade*. A autora se retém aos limites que o sexo impõe ao corpo através de discursos destinados ao seu controle e a sua regulação, produzindo tais corpos. A produção do sujeito é, então, ambos em Butler e Foucault, efeito do poder.

Inserida nos debates feministas e *queer*, Butler (2019a) fala sobre como o poder tem um papel de ser um meio através do qual os sujeitos se constroem, mesmo que estejam sob discursos regulatórios e normativos. Esses discursos formalizam a

construção e existência de *sujeitos abjetos*, que se colocam à margem da identificação consequente de tais discursos. Assim, é questionada a unidade que se cria a partir de uma identificação, porque essa unidade não é sólida à medida que desconsidera sujeitos com outras identidades dentro da própria unidade. A autora considera que a identificação dissolve a constituição do *eu* para configurar um *nós* que contenha esse *eu*. As identidades são, portanto, segundo a autora, aquilo que emerge do movimento de controle, ordenação, contestação, normatização e categorização dos corpos.

A normatização e a categorização dos corpos é a base também do que chamamos de estigma e que é trabalhado por Goffman (1988). O autor recapitula como os gregos formularam o termo *estigma* para designar os sinais corporais que uma pessoa trazia e que se remetia às questões morais a que estivesse afixada, concedendo-lhe, através desses sinais, uma identidade social. Cria-se uma expectativa sobre o que o indivíduo é ou como deveria ser, ou seja, a partir de um atributo, configura-se uma ideia do comportamento “normal”. Enxerga-se no outro um diferente, frequentemente inferiorizado, que vai ser citado no discurso por meio de termos específicos que demarquem seu atributo.

Muitas vezes, segundo o autor, o estigma que recai sobre uma pessoa vai direcionar o seu comportamento, de forma que a pessoa o aceita. O indivíduo estigmatizado se vê como “defeituoso” em um primeiro momento, se vê fora da sociedade, mas reencontra seu lugar à medida que se depara com indivíduos com os mesmos estigmas aos quais está submetido e se enxerga como parte de um grupo (GOFFMAN, 1988).

De toda forma, é a partir do indivíduo e de seus processos individuais de subjetivação que grupos são fundados. Portanto, alargando a escala de reflexão do indivíduo para a coletividade, a contribuição de Simmel é retomada. O conceito de “sociação” usado por Simmel (2011) se relaciona com as questões desta pesquisa à medida que coloca no cerne do processo a interação entre, no mínimo, dois indivíduos. Diferente da “socialização”, que seria uma coletivização de hábitos, ou seja, um movimento do grupo para o indivíduo, a “sociação” tem o ponto principal no indivíduo que vai formular um grupo ou associação de acordo com suas questões individuais. Nesse sentido, o conflito gerado no fenômeno da “sociação”, se relaciona com os processos de diferenciação anteriormente mencionados:

O indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade exclusivamente por uma harmonização exaustiva, de acordo com as normas da lógica, objetivas, religiosas ou éticas, do conteúdo de sua personalidade. Ao contrário, contradição e conflito não apenas precedem a esta unidade, mas são nele operativos a cada momento de sua existência (SIMMEL, 2011, p. 570).

Assim, a sociedade se resultaria da interação conflituosa entre fatores negativos e fatores positivos, fatores polarizados que, juntos, formam uma unicidade. Essa unicidade, porém, não é uma convergência de interesses, mas uma configuração por interdependência dos indivíduos de grupo em uma relação total, uma síntese da totalidade do grupo de indivíduos que o compõe, seja em relações conflitivas, de interesse ou de dominação (SIMMEL, 2011).

A construção da diferença também se coloca como central na Teoria da Identidade Social, de Tajfel e Turner (1986), que levanta a questão da crença do pertencimento de um indivíduo em relação a um grupo, a partir da categorização de suas características. O ponto de partida das questões que englobam tal teoria são as relações funcionais dentro dos grupos sociais, que interferem diretamente no comportamento entre grupos distintos. Segundo os autores, são os conflitos entre-grupos que potencializam a construção identitária dentro de um ou outro grupo. O contexto apresentado pelos autores se delinea a partir do comportamento individual ou interpessoal dentro de um grupo, onde, quanto mais intenso é um conflito entre grupos, torna-se mais provável um indivíduo ou o próprio grupo se manifestar em função de seus membros, não priorizando características individuais. Conflitos institucionalizados trazem à tona questões de estrutura e natureza sociais, assim como questões de mobilidade social, mudança social e sistema de crenças individuais, ao mesmo tempo que fortalecem os grupos:

Many social intergroup situations that contain, for whatever reasons, strong elements of stratification perceived as such may tend to move social behavior away from the pole of interpersonal patterns toward the pole of intergroup patterns. This is as true of groups that are "superior" in a social system as of those that are "inferior" in it. The major characteristic of social behavior related to this belief is that, in the relevant intergroup situations, individuals will not interact as individuals, on the basis of their individuals' characteristics or interpersonal relationships, but as members of their groups standing in certain defined relationships to members of other groups (TAJFEL; TURNER, 1986, p. 278)

Em suma, a compreensão da identidade de um corpo gera o reconhecimento do lugar social que este corpo individual deve ocupar. O corpo entende, a partir da construção de sua identidade e do reconhecimento das diferenças, por meio do discurso, o seu papel na dinâmica socioespacial. Portanto, se considerarmos que o discurso se propaga por variados meios, podemos articular a configuração do espaço urbano como uma reprodução do discurso ou até mesmo uma reprodução das práticas discursivas disciplinares determinadas por Foucault e Butler. Assim, essa pesquisa espacializa o discurso, considerando que é ele quem vai estruturar a experiência espacial perceptiva dos corpos que vivenciam as cidades. Enfim, contemplar as subjetividades que se dão no espaço público urbano nos inspira a alongar a discussão para o conceito de *performatividade*, atribuindo a ele um caráter socioespacial.

### 2.3. PERFORMATIVIDADE

A fim de demarcar o conceito de **performatividade** aplicado a esta pesquisa, há que diferenciá-lo, primeiramente, do termo “performance”. O termo “performance” é comumente aplicado nas áreas tecnológicas – performance estrutural ou performance material – ou nas Artes – performance como coreografia ou outras apresentações artísticas. Por sua vez, o termo “performatividade” quando empregado em pesquisas sociológicas, antropológicas e culturais trata de um papel social exercido por um indivíduo a partir de uma condição que o categoriza socialmente. Como adiantado na seção anterior, a performatividade é um desdobramento da construção e produção de identidades.

Segundo Butler (2019b), a performatividade tem em primeiro lugar e em um primeiro momento, um caráter linguístico, enunciativo, declarativo, que impacta nas ações do indivíduo. A partir do que se fala/se declara, o objeto da fala é materializado. Em um segundo momento, os atos corporais se tornam também performativos. No caso do gênero, a partir do momento que se enuncia o sexo biológico de um bebê que acaba de nascer, recai sobre essa criança as normas e imposições psicossociais que não só a coloca dentro de um estigma e estereótipo do gênero, mas que também produz sua corporeidade. Existe então, essa dimensão ideal do que é um menino e do que é uma menina que vai determinar nossos “esforços de corporificação vividos” (p. 37) e que, ainda que na realidade, transitemos entre as normas culturais ideais, confrontando-as

de certa forma (uma menina que joga futebol, por exemplo), o gênero “reside em nós como uma fantasia ao mesmo tempo formada pelos outros e parte da nossa formação” (p. 37). Ou seja, a partir da enunciação o discurso é absorvido pelo corpo, produzindo-se como sujeito. O que a autora traduz como vida generificada vai ser, portanto, a reprodução das normas generificadas que nos são colocadas a partir de discursos autoritários como a lei, a medicina e a psiquiatria, entre outros. Assim, o gênero é performativo porque é uma representação corporal das normas (BUTLER, 2019b).

Dessa forma, a utilização do conceito de performatividade, em síntese, conecta o corpo individual – e a produção da identidade desse corpo – com a experiência em sociedade. Dentro dessa perspectiva, Silva (2014) acrescenta que:

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é [...] para a ideia de “tornar-se”, para uma concepção da identidade como movimento e transformação” (p. 92).

O autor explica que, para além de proposições descritivas comuns no estabelecimento de identidades e diferenças, como “eu sou mulher”, existem proposições performativas, que geram, a partir delas, uma efetivação, como pelo exemplo dado pelo autor: “Eu vos declaro marido e mulher”. A proposição é performativa porque gera um resultado a partir daquilo que é anunciado. O que acontece, no entanto, é que algumas proposições descritivas se tornam performativas pela repetição e produzem um resultado em vez de uma descrição.

Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um “fato” do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo (SILVA, 2014, p. 93).

A produção da identidade pelas enunciações performativas depende da repetição. Através da repetição, a enunciação pode ser retirada de seu contexto e pode ser proferida por qualquer outra pessoa que não a remetente e a destinatária da mensagem que, ainda assim, terá o mesmo significado. O que o autor explica, com base em Derrida, é que a enunciação performativa tem um caráter de citação. Uma

sentença tantas vezes repetida, quando é novamente repetida carrega toda a cadeia de repetição que define, produz e reforça uma identidade cultural. É esse processo que se caracteriza como *performatividade*. No entanto, essa repetição pode ser interrompida: “é nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes” (SILVA, 2014, p. 95).

Butler (2019a), principal referência utilizada em estudos e pesquisas que abordam a performatividade, entende que cada corpo traz condições que são lidas pela sociedade e utilizadas para enquadrar tal corpo em um grupo social, mostrando a este corpo o comportamento normatizado, esperado e socialmente aceito. A autora, assim, trata sobre como a materialidade do corpo tem sido usada para justificar práticas discursivas e regulatórias. Uma vez identificada uma categoria material, ela é usada na estruturação dessas práticas e normas. Essas normas vão, em uma espécie de retroprocesso, “constituir a materialidade dos corpos” (BUTLER, 2019a, p. 16) e vão, também, materializar tal categoria a ponto que seja colocada em destaque a diferenciação entre esse corpo e outros corpos. Nesse contexto, é importante destacar que a autora não considera a materialidade como uma constituição física, mas sim uma estabilização da demarcação e da fixidez.

Esse processo está inteiramente inserido em um sistema de poder, onde a materialidade dos corpos é um efeito desse sistema. A determinação de uma categoria regulatória não vai ser, portanto, apenas uma descrição, mas sim uma determinação qualitativa do corpo que inclui e exclui, definindo tanto os sujeitos quanto os abjetos:

Desse modo, essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. Essa zona de inabitabilidade vai constituir o limite que circunscreve o domínio do sujeito; ela constituirá esse lugar de pavorosa identificação contra a qual – e em virtude da qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação por autonomia e vida. Nesse sentido, o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, “interior” ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional (BUTLER, 2019a, p. 18).

Em outras palavras, a abjeção se dá pela instabilidade e não fixação de uma identidade, mas é a própria existência da abjeção que vai fixar e tornar estável o sujeito, por meio da diferenciação. Segundo a autora, a diferenciação delimitadora marca, seleciona e, de certa forma, violenta à medida que impõe um critério e formula uma determinação de quais modos de vida seriam dignas e viáveis. A lei reguladora se coloca de forma impositiva, diante da qual o indivíduo não tem escolha em assumir ou não determinada normatização.

A performatividade não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição (BUTLER, 2019a, p. 34).

A citacionalidade, recuperada também por Butler (2019a), assim como já se referida anteriormente por Silva (2014), entra como aspecto fundamental para a performatividade. Um fenômeno performativo se dá a partir de sua enunciação em expressão direta, objetiva e repetida. Como decorrência, o corpo se vê assumindo a regulação a ele imposta. Segundo a autora, não é um ato unicamente imitativo, mas é tomar aquilo para si e transformá-lo em si mesmo. Isto é, a performatividade seria aquilo que faz um corpo materializar – assumir, apropriar-se de – aquilo que se espera que ele exerça como função simbólica e se forme como sujeito, mas essa formação não é inteiramente exercida por ele:

O processo de sedimentação ou o que podemos chamar de *materialização* será uma espécie de citacionalidade, a aquisição do ser mediante a citação do poder, uma citação que estabelece uma cumplicidade originária com o poder na formação do “eu” (BUTLER, 2019a, p. 39, grifo da autora).

Para Bell (1999), as identidades são produzidas, incorporadas e performatizadas como efeitos sociopolíticos. A autora parte da conceituação de *pertencimento*, a qual considera ser uma conquista, um efeito alcançado, assim como a identidade. O sentimento de pertencimento a um grupo pode ser alcançado através da reafirmação e propagação de repetidas histórias e experiências, como acontece em grupos religiosos, por exemplo. Assim, o pertencimento e a performatividade são caminhos próximos,

visto que a repetição – ou citacionalidade – pode se transformar em um ato ritualístico de forma que os códigos sejam divulgados, incorporados e materializados, cultivando o sentido de pertencimento. A autora destaca que a produção da identidade e outros modos de afiliação são processos corporificados que condensam o espaço temporal trazendo estruturas simbólicas históricas em cada ressignificação.

Apesar de utilizada principalmente em estudos de gênero, as origens do conceito de performatividade podem ser retomadas para que ele seja aplicado em outras temáticas, como a trabalhada nesta pesquisa. Isso porque a performatividade pode ser entendida, de certa forma, como o momento em que o ambiente afeta o comportamento do indivíduo. Assim, utilizar a construção deste conceito como ponto de abordagem do objeto de estudo desta pesquisa se torna um caminho procedente e favorável.

Em pesquisa inserida no campo da Arquitetura e Urbanismo, Britto e Setenta (2017) fazem essa distinção ao analisarem os gestos públicos e individuais do corpo na cidade percorrendo o conceito da performatividade. A performatividade se coloca no trabalho como prática do corpo que ocorre em ênfase à dimensão pública do corpo e do gesto urbano, mediados pelo sistema de poder. Após um ciclo de atividades e discussões desenvolvidas junto a um grupo de estudo, as autoras, sob o ponto de vista do debate entre o que envolve a performance e o que envolve a performatividade, dizem:

[...] performatividade e performance se contrapõem como práticas do corpo, justamente pela ênfase que conferem às dimensões públicas e particular, respectivamente. A ação performática, claramente associada ao tempo pretérito de objeto concluído, como composição de uma cena planejada, remete a uma ideia de “encenação de si” para o outro, enquanto a ação performativa acentua o tempo contínuo dos processos e remete a uma ideia de “composição de si” a partir do outro (BRITTO; SETENTA, 2017, p. 242).

Tiwari (2010) propõe uma abordagem sobre a temática corpo-cidade através de uma *análise rítmica*, que seria uma análise a partir de como usuários entendem, mapeiam e representam a cidade. A autora apresenta uma análise em relação a rituais culturais e/ou religiosos, pois, para ela os atos performativos que compõem um ritual suprimem, segundo a autora, os limites entre espaço público e espaço privado e o espaço passa a ser integrante do corpo. Nesse sentido, a autora enfatiza que o ritual

pode também ser entendido como um “comportamento cotidiano transformado em um evento estruturado através de sequenciamento, repetição e ritmo” (TIWARI, 2010, p. 16, tradução nossa).

O corpo em ritual se aproxima de um corpo em vida nua, uma vez que, segundo Tiwari (2010), despe-se de suas individualidades e se coloca em liminaridade. Assim, à medida que um corpo experiencia um espaço, os elementos físicos e as ações ritualizadas que se dão nesse determinado espaço geram uma ação responsiva do corpo que inscreve essa experiência em si mesmo através da memória e transforma essas ações ritualizadas em uma convenção. Para a autora, a cidade deixa de ser um objeto textual a ser lido, mas um objeto que é escrito e lido ao mesmo tempo, com o envolvimento do corpo – sentimento, toque, experiência – do usuário no espaço. Assim, apesar de Tiwari se debruçar mais especificamente sobre rituais religiosos, esportivos e festivos, o debate se apresenta sobre a transformação mútua entre espaço e corpo através de atos performativos.

Ainda na aproximação do conceito com o campo da Arquitetura e Urbanismo, Tavares e Bonadio (2021) colocam a performatividade como o caminho para centralizar o corpo no estudo das experiências urbanas. As autoras apresentam a premissa de que refletir sobre o espaço urbano por meio das teorias da performatividade é abrir um caminho que se contrapõe às lógicas da ordem urbana atual. Considerar a materialidade do corpo se coloca para as autoras como uma “potência teórico-metodológica e intelectual” (p. 5) porque enxerga a produção do espaço como indutora social de uma dependência da vida urbana da infraestrutura e da experiência cotidiana. O espaço urbano se produz como expressão e instrumento da discriminação social dos corpos, os categorizando como “vivíveis” ou não (TAVARES; BONADIO, 2021).

Além disso, Butler (2019b) diz que a performatividade se conecta à precariedade uma vez que “descreve tanto o processo de ser objeto de uma ação quanto as condições e possibilidades para a ação” (p. 70). Então, se um indivíduo ou um grupo não tem as mesmas condições de existência, a performatividade se apresenta como uma maneira de agir contra a própria precariedade e a partir dela:

Desse modo, o corpo é menos uma entidade do que um conjunto vivo de relações; o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação. (...) Além disso, humanos e outras criaturas dependem do apoio de infraestruturas, de maneira que isso expõe uma vulnerabilidade específica que temos quando ficamos sem apoio,

quando as condições de infraestrutura começam a se decompor, ou quando nos encontramos radicalmente sem apoio em condições de precariedade. Agir em nome desse suporte sem esse suporte é o paradoxo da ação performativa plural em condições de precariedade (BUTLER, 2019b, p. 72)

Sobretudo, o exercício performativo é, para a autora, um exercício corporal de reivindicação pelo público. Além disso, a reunião em assembleia é apoiada por um espaço físico, material, mas também pelo espaço subjetivo do aparecimento.

Nenhum corpo estabelece o espaço de aparecimento, mas essa ação, esse exercício performativo, acontece apenas “entre” corpos, em um espaço que constitui o hiato entre o meu próprio corpo e o do outro. Na realidade, a ação emerge do “entre”, uma figura espacial para uma relação que tanto vincula quanto diferencia (BUTLER, 2019b, p. 86)

O ato performativo é uma enunciação, porque se faz através da vocalização de uma afirmação, mas Butler (2019b) diz que isso se faz, além de ser pelo discurso vocalizado, também por outras formas de linguagem, inclusive ou principalmente, pelas linguagens que se expressam através do corpo. A autora usa o termo “atores corporificados” dizendo que ainda que não usem a linguagem vocalizada, também representam suas reivindicações.

Nesse sentido, Wolfrum e Janson (2019) acreditam que a arquitetura urbana, ou seja, arquitetura e urbanismo pensados juntos, sejam uma dessas formas de linguagem. Para os autores, o termo *performative urbanism* – “urbanismo performativo”, em tradução livre – designa a característica performativa que a arquitetura tem, também em escala urbana, de transformar a realidade. Apesar de estar frequentemente interpretada como um elemento fixo, a arquitetura urbana pode ser vista como imprevisível e imprecisa em relação ao seu uso, uma vez que está sujeita a possíveis modificações, e, complementar a isso, tem o potencial de ser transformada a depender da percepção do usuário e da atmosfera do lugar. Assim, a teoria defendida pelos autores é que pensar um urbanismo performativo é dar ênfase no seu potencial de ação.

## 2.4. A SITUAÇÃO DE RUA COMO SINTOMA DO COLAPSO URBANO

Ainda que tenhamos optado pela separação temática das seções referente à reflexão sobre corpo-cidade entre cidade para pessoas, corpos dissidentes e vida precária, é possível observar que as temáticas são coincidentes e que se entrelaçam quando a aplicamos no debate sobre a situação de rua. A partir das características urbanas que as fundamentam, podemos afirmar, portanto, que a situação de rua se insere na agenda urbana, sobretudo como sintoma do colapso urbano. Dizemos isso no sentido de que é a forma como o urbano foi desenvolvido que gerou, dentre seus conflitos e falhas, a situação de rua. Isso porque conforme apresentado nas seções anteriores deste texto, as relações entre corpo e cidade perpassam questões políticas, sociais e culturais que determinam a maneira como todos os corpos ocupam, se apropriam e habitam os aglomerados urbanos. A partir do momento que entendemos a falência social e urbana (colapso urbano) que produz corpos em precariedade tamanha que não atingem, sob determinados olhares, a vida mínima para serem considerados corpos cidadãos e são lidos como “sem-lugar”, podemos, enfim, tratar da situação de rua como sintoma do colapso urbano, no sentido de que, para além de questões de saúde e de assistência social, a situação de rua tem sua raiz e sua continuidade na urbanidade.

Schuch e Gehlen (2012) lembram que a população em situação de rua passou a ser vista como um problema social à medida que os espaços públicos urbanos foram se transformando em espaços de passagem e que, por isso, a itinerância característica da população em situação de rua foi considerada como incivilizada e aquém da lógica urbana e social que estava sendo consolidada desde a modernidade. Os autores prezam pela visibilidade das relações sociais e simbólicas construídas por essas pessoas no espaço da rua e defendem que a situação de rua deve ser vista não só pelo viés da sobrevivência, mas sim pela existência e pela capacidade de agir em relação a própria vida. Neste sentido, argumentam que:

o fenômeno da situação de rua se realiza na convergência entre determinados processos sociais e históricos, modos de governo particulares e práticas de sujeitos específicos. Tais sujeitos são agentes reflexivos, que não apenas subordinam aos cenários sociopolíticos e culturais que habitam, mas também produzem relações, práticas e modos de existência nesse espaço social, simbólico e ambíguo da rua (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 22).

No entanto, os autores defendem a agência própria da população em situação de rua sem apresentarem as limitações que o próprio sistema impõe sobre a vivência desta população. Por isso, essa pesquisa se afasta da despolarização da discussão da situação de rua entre aqueles que sustentam o modo de vida nas ruas como legítimo e aqueles que conservam uma visão individualizada da responsabilidade de viver nas ruas para inserir a situação de rua na agenda urbana. Vincular questões estruturais à situação de rua não significa abandonar as abordagens sociais, mas pensar a situação de rua de forma holística, como fenômeno cuja abordagem transdisciplinar é conveniente e aponta um caminho mais efetivo, em oposição ao debate centralizado em abordagens da assistência social, das políticas de saúde pública, das políticas de segurança e das políticas de moradia.

As cidades, como aglomerações humanas que são, têm sua dinâmica histórica e atual baseadas em como os corpos circulam e interagem. Vimos que a segregação socioespacial foi consolidada de acordo com políticas econômicas de desenvolvimento e interesse imobiliário, que estruturam o espaço sob regência polarizada de usos e funções. Foi visto também que a polarização centro x periferia está falida uma vez que o colapso urbano transformou a periferia no centro do mundo e estabeleceu a precariedade periférica como condição a todos os viventes. Foi reconhecido, com isso, que há uma persistente aversão àquelas pessoas que estão excluídos do sistema capitalista de troca e/ou que fogem do padrão cisheteronormativo.

À vista disso, ao refletir sobre o grupo objeto de estudo constituído pela situação de rua, as questões levantadas pela revisão de literatura e os apanhados teóricos, algumas questões emergiram, tais quais:

(1) apesar de alguns estudos relacionarem a existência atual de pessoas em situação de rua a grandes crises habitacionais e econômicas mundiais, a presença de pessoas habitando as ruas das cidades é relatada muito antes, conforme abordado por Sennet. Isso de certa forma demonstra que tratar a falta de habitação como o gerador do aumento da população em situação de rua é ilusório. É preciso repensar como as relações de trabalho estão materializadas na dinâmica socioespacial e qual é o lugar da pessoa que não tem trabalho;

(2) a construção da estima pelo sofrimento alheio, no desenvolvimento do cristianismo, que transpôs o pecado ao corpo miserável e vulnerável parece se relacionar com a construção do estigma que envolve a população em situação de rua. Neste sentido, Reis (2013) destaca a fé cristã como aliciadora da manutenção da

miséria para difundir a ideia de caridade e regeneração no cristão. Sob essa perspectiva, o que os documentos oficiais sobre as estimativas da população em situação de rua apontam é que a maior parte da assistência recebida pelas pessoas em situação de rua advém de instituições religiosas e não governamentais inseridas em contextos de religiosidade. O grupo da população em situação de rua ainda é visto como aquele que precisa “se salvar” dos pecados que configuram a vivência nas ruas e aquele para qual os cristãos têm a missão de levar a luz, se purificando eles mesmos em direção ao alcance dos céus. Isso indica como a propagação de discursos estão presentes no cotidiano das pessoas em situação de rua;

(3) as relações históricas de punição de corpos nos espaços públicos podem estar ainda se fazendo presentes de forma implícita, visto que em muitos dos relatos vistos nas pesquisas abordadas na revisão de literatura as pessoas em situação de rua tratam o estar nas ruas como uma autopunição, além, é claro, das variadas dimensões de violência a quais são submetidos por estarem nas ruas, demonstrando relações subjetivas da pessoa em situação de rua com o espaço público urbano;

(4) é possível relacionar a ênfase que a identidade dá à diferença por meio da determinação de quem é a pessoa que mora na rua, assim como pelos estigmas que recaem sobre essas pessoas. Essa determinação é pelo que ela não tem e não é: a pessoa que não tem casa, não tem controle sobre seus vícios e/ou desejos, não tem vínculos familiares e/ou afetivos. Definir uma identidade para as pessoas que moram nas ruas é uma manifestação do poder que se tem sobre esses corpos: aqueles que são sujos (e não limpos como nós); aqueles que são viciados (e não tem controle como nós); aqueles que têm lares desestruturados (e não são amados e apoiados como nós); aqueles que estão fora da norma; aqueles que não são dignos de luto. Se, segundo Silva (2014), as identidades tendem a ser estabilizadas e normatizadas por condições variadas, como questões biológicas no âmbito da identidade de gênero e questões culturais no âmbito das identidades nacionais, quais seriam as condições mais substanciais na normatização dos corpos das pessoas que moram nas ruas?;

(5) considerando que a produção da identidade pelas enunciações performativas depende da repetição e trazendo esse ponto ao âmbito de uma pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, sobressaem-se as variadas estratégias de exclusão das pessoas em situação de rua que se materializam no espaço urbano – *defensive design*, políticas públicas disciplinadoras, propagação de estigmas em veículos de comunicação, entre outros. Para traçar a performatividade urbana em relação às

pessoas que moram nas ruas, portanto, devemos buscar nos relatos de percepção a repetição do discurso de exclusão, de não-permanência e de não-cidadania;

(6) a reflexão sobre as polarizações binárias e as identidades que se fazem nos espaços-entre, que, segundo Silva (2014), subvertem a tendência de estabilização da identidade, fortalece o posicionamento desta pesquisa em enquadrar o grupo da população em situação de rua por sua permanência e reconstrução de laços socioespaciais, visto que é um comportamento não esperado pela sociedade em relação a essas pessoas.

Esses seis apontamentos norteiam a leitura espacializada da teoria da performatividade a partir da situação de rua. Buscamos expressar que a abordagem da situação de rua deve ser transdisciplinar, pois a situação de rua está imbricada de aspectos sociais, econômicos e políticos que, em conjunto, podem ser vistos como urbanos.

De acordo com Valencio et al. (2012) o desamparo é uma característica urbana da situação de rua pois determina seu processo de desterritorialização. O desamparo e as dimensões pelas quais se desdobra busca a manutenção da distância social e colocam as pessoas em situação de rua como aqueles que estão excluídos da dinâmica urbana. A desterritorialização é demarcada pela inadequação das políticas públicas, pelas políticas de segurança pública e pelos projetos de requalificação dos espaços públicos urbanos através dos quais ocorrem expulsões. Além disso, o próprio desamparo pode agilizar o desaparecimento dessas pessoas, uma vez que estão submetidas a situações de intensos eventos climáticos. Por fim, os autores indicam que as atitudes indiferentes em relação a situação de rua têm o espaço como instrumento:

Na indiferença social, permitimos o estabelecimento de uma nova sociabilidade que converte o ideário de acessibilidade generalizada dos direitos às regras de mercado; dissimulamos o conflito social nas estratégias de anulação crescente dos miseráveis, desqualificando-os, silenciando sua voz, inviabilizando seu espaço vital e já precário, impedindo o nascimento e consolidação de redes de proteção, retirando sua vida; e, por fim, forjando uma territorialização pacificada (VALENCIO et al., 2012, p. 69).

A expulsão contínua das pessoas em situação de rua do espaço que lhes resta é o reforço da negação dos direitos e, de forma mais enfática, é a negação do direito de

existir ou, ainda, a negação do *direito de aparecer*, pois, uma vez que não aparece, a sociedade não precisa encarar as formas de lidar com essa população. O conceito de direito de aparecer, que Butler (2019b) aborda para falar principalmente sobre a política de gênero pode ser trazido para a reflexão sobre a população em situação de rua sobre os mesmos aspectos: o direito de aparecer no espaço público; o direito de aparecer na mídia; o direito de aparecer como humano para a sociedade; o direito de aparecer nas políticas sociais. A reflexão que a autora faz, ainda, sobre os processos de patologização das pessoas transexuais também pode ser trazido para o debate, uma vez que também são colocados sobre a população em situação de rua modos de tratamento, principalmente em relação ao uso de drogas e a aspectos psicológicos, mas também em relação os modos de vida, com o objetivo de que uma vez que a pessoa em situação de rua esteja “consertada”, ela sairia das ruas.

O que percebemos é que pensar a situação de rua como inserida na agenda urbana e como sintoma do colapso urbano é identificar que a cidade é instrumento de viabilização da situação de rua por questões macroestruturais social, econômica e politicamente, mas que, sobretudo, é também instrumento de materialização das estratégias de controle e aversão dessas pessoas. Assim, produzida pela precariedade vigente nas cidades contemporâneas, as pessoas em situação de rua, por serem vidas precárias e não enlutáveis, se tornam também corpos dissidentes, ou seja, corpos que fogem à normatização e provocam incômodo social e espacial.

### 3. CORPO E PERCEPÇÃO: METODOLOGIA PARA ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS DO CORPO NA CIDADE

Perante a apresentação teórica sobre **quem são** os corpos que habitam as cidades, essa pesquisa se direciona para a reflexão sobre **como** esses corpos experienciam as cidades. Nesse sentido, este capítulo apresenta os aspectos metodológicos desta pesquisa, mas, sobretudo, apresenta a postura desta pesquisa em relação às experiências corporais urbanas, pois se caracteriza como uma pesquisa corporificada, conduzida pela fenomenologia urbana e que considera a percepção do sujeito como fundamento de tais experiências. Assim, o texto se inicia pela descrição da fenomenologia urbana (seção 3.1) que dá embasamento para enquadrarmos a pesquisa como pesquisa corporificada (seção 3.2) para, em seguida, detalhar os procedimentos metodológicos aqui utilizados (3.3).

#### 3.1 FENOMENOLOGIA URBANA

Em acordo com as questões levantadas até aqui e com o ponto central na experiência urbana das pessoas em situação de rua a partir de seus corpos, foi reconhecida contribuição da fenomenologia, principalmente a fenomenologia da percepção, em um recorte específico, para a estruturação metodológica. Em um recorte ainda mais específico, notou-se a possibilidade do uso do termo “fenomenologia urbana”, cuja definição se apropria da conceituação da base filosófica para se aprofundar na pesquisa em ambientes urbanos. Dito isso, fundamenta-se a metodologia da pesquisa primeiramente pela fenomenologia da percepção, cuja principal referência é Merleau-Ponty (2006), pois na construção desta tese abordamos a percepção como o processo de apreensão do ambiente construído – e do discurso que nele está implícito – que tem o corpo como ponto de referência, ao qual o discurso vai categorizar, normatizar e controlar através do sentido que esse corpo vai dar para a experiência perceptiva.

A fenomenologia, com base em Husserl, se configura, principalmente, como a descrição de uma experiência ou fenômeno que se dão na consciência. Husserl (1859-1938) é visto como o precursor do pensamento fenomenológico e foi aquele que fundamentou os pensamentos de Heidegger (1889-1976), Sartre (1905-1980) e

Merleau-Ponty (1908-1961), dentre outros. Em seus estudos e teorias, Husserl tinha como objetivo fundamentar a experiência do ser humano no mundo e compreender como são gerados sentidos e significados a partir dessa experiência. Na fenomenologia de Husserl, três pontos se colocam aqui como indispensáveis: o conceito de intencionalidade, o conceito de vivência e a teoria da subjetividade.

Para Husserl (2017), em texto proferido nas Conferências de Paris, em 1929, a intencionalidade surge como a consciência que se tem de alguma coisa, em uma compreensão da auto-experiência do ser no mundo. Para isso, seria necessário retornar às coisas elas mesmas, à vivência original do objeto, quando ele ainda não tem sentido. Assim, o ser direciona sua consciência, em um ato intencional, e lhe concede esse o sentido que vai o conceber como tal e configurar sua vivência intencional. Para o filósofo, a percepção é um dos modos de consciência intencional. Por fim, uma vez que as vivências intencionais se colocam como estrutura de uma unidade síntese, atinge-se a subjetividade.

Sob a influência de Husserl, Heidegger buscou a resposta para qual seria o significado do ser e da existência, entendendo o mundo como esse lugar onde as coisas são concebidas. Um dos conceitos de Heidegger mais propagados na área da Arquitetura e Urbanismo é o conceito de *habitar*. Apesar de, por vezes, ter sido interpretado literalmente, o conceito de *habitar* – juntamente ao de *construir* – nessa pesquisa, também é abordado a partir de uma perspectiva ontológica.

Em Heidegger (2007) vemos a explicação do *habitar* como a intenção que compõe qualquer construção humana. Assim, *habitar* e *construir* são indissociáveis e “estão um para o outro na relação de fim e de meio” (p. 346), além de não estarem restritos às edificações onde fazemos morada. O *habitar* seria o “sentir-se em casa” – o reconhecer-se e identificar-se com determinado espaço, tornando-o algo que faz parte de si próprio. Por fim, em uma análise semântica da palavra *habitar*, são demonstradas as conexões do verbo alemão cuja tradução é habitar com o verbo *ser*, então “estar na Terra” é *ser* e *habitar*.

Com base em Husserl e Heidegger, Merleau-Ponty (2006) delineou a fenomenologia da percepção como a descrição da experiência de percepção a partir do corpo e através dele, ou seja, a teoria pontiana considera o corpo como instrumento da percepção por ele percorrida. Segundo o autor, é através do corpo que nos manifestamos neste mundo e, assim, nos conhecemos a partir desta experiência, utilizando-nos dos próprios sentidos corpóreos e da consciência humana para ler o

mundo. Ou seja, o fenômeno da percepção se dá através da consciência que se tem de um espaço, explorado através dos sentidos, também em uma relação de intencionalidade. O mundo passa a ser não somente o que se coloca visível, mas sim as experiências que temos no mundo, os significados que colocamos sobre os fatos apresentados e a consciência que temos deste mundo através dos nossos corpos.

Além disso, a corporeidade, o movimento e a inteligência/imaginação presentes em nossos corpos, nos faz atingir uma leitura que simultaneamente produz o mundo, uma vez que tem o corpo como referencial. O conceito de *espacialidade do corpo próprio*, em Merleau-Ponty, ultrapassa a estrutura física do corpo. Além de estar posicionado fisicamente em relação a um objeto, um corpo *envolve* o objeto. Através do esquema corporal que é o corpo, os objetos são percebidos tanto por estímulos internos, do organismo em funcionamento, quanto por sensações cinestésicas, em relação a localização espacial do corpo, como, ainda, por “uma tomada de consciência global de minha postura no mundo intersensorial” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 145). Assim, o corpo não é passivo em relação ao mundo e, sim, como esquema corporal, um processo ativo e dinâmico. O corpo é o marco zero que orienta o espaço exterior, onde a espacialidade do corpo próprio é toda essa extrapolação do corpo.

Sobre isso, Pallamin (1996, p. 49-50) acrescenta:

As várias dimensões espaciais são julgadas em relação às manifestações corporais. O lugar é estruturado de acordo com minha presença nele, no modo como nele me ancoo e instalo, e todos os parâmetros são fixados no espaço de acordo com minha existência. Ela é seu referencial.

Ademais, a autora explica que a construção da espacialidade em Merleau-Ponty passa pela estruturação tanto do objeto quanto do sujeito, justamente por esse sujeito estar no mundo experienciando-o ao mesmo tempo que o produz, em uma relação de intersubjetividade e de intercorporeidade. A intersubjetividade diz respeito à totalidade formada entre o corpo do outro e o meu, já a intercorporeidade seria a relação do Eu com o Outro, que origina justamente a minha identidade (PALLAMIN, 1996).

O espaço que se cria a partir da espacialidade do corpo próprio é o *mundo percebido*. Merleau-Ponty (2006) explica que a percepção é a consciência de apreensão do mundo – em referência à intencionalidade de Husserl – que tem os sentidos corporais como instrumento. Ou seja, o corpo tem seu lado objetivo e seu lado

subjetivo. Objetivamente, nos voltamos à consciência dos sentidos. O ato perceptivo dá-se através do movimento – aqui o movimento não se coloca necessariamente como um deslocamento – do corpo que vai apreendendo o sentido do mundo ao mesmo tempo que o concebe. Como ato, a percepção não é uma representação da experiência, é a própria experiência, por isso é ativa e se dá em movimento. Nesse sentido, a subjetivação do corpo sustenta a experiência perceptiva:

A sensação é intencional porque encontro no sensível a proposição de um certo ritmo de existência – abdução ou adução – e porque, dando sequência a essa proposição, introduzindo-me na forma de existência que assim me é sugerida, reporto-me a um ser exterior, seja para abrir-me seja para fechar-me a ele (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 288).

O sujeito, em Merleau-Ponty, é aquele que percebe, ou seja, aquele que compreende o mundo e o concebe. A experiência da percepção e da compreensão do mundo e dos objetos faz com que o que o sujeito conheça também a si próprio, isso porque a formulação da consciência é, também, o modo como o sujeito se coloca no mundo. Ou seja, o corpo, então, não só é instrumento para conhecer o mundo, mas a partir da consciência de mundo, o corpo é instrumento que conecta o sujeito ao mundo, caracterizando uma associação entre corpo e mente.

O mundo no sentido pleno da palavra não é um objeto, ele tem um invólucro de determinações objetivas, mas também fissuras, lacunas por onde as subjetividades nele se alojam, ou, antes, que são as próprias subjetividades. Compreende-se agora por que as coisas, que devem ao mundo o seu sentido, não são significações oferecidas à inteligência, mas estruturas opacas, e por que seu sentido último permanece embaralhado (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 447).

É a partir disso que a fenomenologia da percepção se aproxima também do que entendemos como “percepção ambiental”, cujos preceitos vêm da psicologia ambiental e para a qual os sentidos humanos ganham uma dimensão essencialmente relevante. A percepção ambiental se caracteriza como uma leitura dos fatos apresentados a partir de uma provocação subjetiva. Tendo como ponto inicial a Gestalt (1920-1930) e sendo desenvolvida pela psicologia ambiental no final dos anos 1950/início dos anos 1960, a fenomenologia da percepção contraria o posicionamento da Gestalt em relação à

dualidade entre corpo e mente.

A Gestalt contribui para a psicologia ambiental com os princípios da figura-fundo, da supersoma e da transponibilidade, apesar do caráter de separação entre corpo e mente. A teoria da figura e fundo, muito utilizada em campos que lidam com questões visuais, também é reconhecida na filosofia por abordar a coexistência entre figura e fundo, onde um só existe porque existe o outro também. O princípio da supersoma enxerga o todo como um elemento que extrapola as várias partes de que é composto. Ou seja, o todo não seria só a soma das partes, mas algo que se compõe além dessa soma, formando algo maior que a própria soma das partes. Já a transponibilidade seria uma supervalorização da forma, onde a junção de elementos em composição formal traz uma outra imagem ou forma (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009).

Isto posto, a psicologia ambiental surge como uma abordagem da psicologia que considera e estuda justamente o comportamento das pessoas em relação ao ambiente, ou seja, a pessoa em seu contexto. Aborda o que o ambiente provoca em cada indivíduo. Surge como “psicologia da arquitetura”, após a 2ª Guerra Mundial, quando as cidades estavam sendo reconstruídas e os arquitetos enxergaram nessa reconstrução a possibilidade de projetar ambientes que refletissem as necessidades psicológicas e comportamentais dos indivíduos que viriam a ocupar esses espaços. Além disso, a psicologia ambiental considera também as dimensões sociais e culturais dos indivíduos, enxergando que essas dimensões têm influência direta na percepção que as pessoas têm do mundo (TASSARA; RABINOVICH, 2003).

Um segundo momento de consolidação da percepção ambiental é a publicação do Documento de Diretrizes para Trabalhos de Campo em Percepção Ambiental da Unesco, em 1977. O documento foi fruto de um seminário realizado em 1973, que discutiu a importância da pesquisa em percepção ambiental para o planejamento dos ambientes. Levantou-se, por fim, uma variedade de valores culturais e posições socioeconômicas nos ambientes, e destacou como essas condições alteram a percepção dos indivíduos, além descrever métodos e técnicas de pesquisa de campo avaliando a percepção ambiental, como, por exemplo, observações participantes, observação indireta, questionários e entrevistas (SOUZA, 2017).

As experiências no mundo e as percepções do corpo no espaço alcançaram, assim, o campo da Arquitetura e Urbanismo e são, por exemplo, de certa forma, objetos de estudo de Norberg-Schulz (1926-2000). Ao abordar o fenômeno do lugar, o arquiteto parte da totalidade de fenômenos que é o “mundo-da-vida”, fenômenos esses que

podem ser concretos ou intangíveis, mas que essa totalidade compreende o que ele chama de *lugar*. O *lugar* seria, de acordo com o autor, um conjunto formado entre os fenômenos concretos e os fenômenos qualitativos que são apreendidos através da nossa experiência diária e acrescenta que “a experiência diária nos diz, ademais, que ações diferentes exigem ambientes diferentes para que transcorram de modo satisfatório” (NORBERG-SCHULZ, 2008, p. 445). Por esse motivo, o autor aponta a fenomenologia como aquela capaz de abordar o que não é concreto e, sendo assim, um caminho importante para arquitetos e urbanistas.

Para explicar o caráter imaterial do mundo-da-vida, Norberg-Schulz (2008) recorre ao conceito de *habitar* trabalhado por Heidegger. O autor destaca que o *habitar* transforma o mundo, tornando-o “interior”, quer dizer, tornando-o daquele que está no mundo, daquele que habita. Por isso, o *lugar* possui uma identidade ou “espírito” que é alcançada no todo, no “mundo”. Uma construção, por exemplo, para ser entendida como um espaço interno precisa do espaço externo para tal.

Ao falar da estrutura do lugar, o autor apresenta o uso do “espaço como campo perceptual” (p. 449), que seria diferente do espaço físico. O espaço físico, repleto de termos concretos como *extensão*, *cercamento*, *centralização*, *direção*, *ritmo* e *proximidade*, estaria envolto nos princípios da teoria da Gestalt, no sentido de que o sistema de elementos geométricos e topológicos organizam o espaço e isso independe da escala do espaço, seja ele uma sala ou uma paisagem, por exemplo. Além disso, o autor adiciona ao lugar o conceito de *caráter*. O caráter se estabelece pela composição material e de acordo com o tempo e seria, então, uma qualidade peculiar do espaço a partir da experiência. Em resumo, o lugar é designado por um substantivo; o espaço, por uma preposição, demonstrando que o espaço é a relação entre as coisas (acima, abaixo, ao lado); e o caráter por um adjetivo. Dessa forma, inseridos em lugares naturais, estariam os lugares construídos pelo homem que reúnem as “coisas” e é a partir da explicação que essas “coisas” geram que o caráter do lugar é apresentado ao homem.

Há ainda, pelo autor, uma formulação de três relações básicas entre os lugares naturais e os lugares construídos: visualização, simbolização e reunião. A primeira se refere à construção a partir daquilo que o homem viu e entendeu da experiência no natural, como, por exemplo, “construir” um caminho a partir de um conjunto de árvores que estão em uma só direção. A segunda se refere à tradução de um caráter visto na experiência em uma construção que carrega tal significado. A terceira se refere a unir

os significados de forma a consumir o “mundo”. Mais adiante do texto, o autor caracteriza o *habitar* como sendo esse momento em que o homem *reúne* os significados e os torna habituais em uma construção concreta do mundo.

O texto de Norberg-Schulz (2008) culmina na explicação do conceito de “espírito do lugar” – *genius loci* – que se estabelece como o que dá vida aos lugares e às pessoas. O “espírito do lugar” está diretamente ligado ao “caráter” do lugar e à experiência nele:

Para conquistar uma base de apoio existencial [*habitar*], o homem deve ser capaz de *orientar-se* [*se localizar no espaço*], de saber onde está. Mas ele também tem de *identificar-se* [*se localizar no lugar*] com o ambiente, isto é, tem de saber *como* [*caráter*] está em determinado lugar (NORBERG-SCHULZ, 2008, p. 455, grifo do autor)

O autor ainda acrescenta que o *orientar-se no espaço* tem sido abordado em teorias de Arquitetura (vide Kevin Lynch) e que traz ao debate questões culturais de organização do espaço e suas interferências na orientação das pessoas em suas experiências. De acordo com Norberg-Schulz (2008), Kevin Lynch fragmenta o *habitar* na experiência da orientação, sendo que a experiência do *habitar* está condicionada à *identificação* com ambiente.

A *identificação* se dá na medida em que a pessoa reconhece relações pré-estabelecidas com elementos concretos do ambiente. O autor cita os “esquemas perceptuais” desenvolvidos na infância que vão acompanhar as experiências adultas das pessoas. Assim, destaca que “os sistemas perceptuais se compõem de estruturas universais [*ex.: frio/calor*], inter-humanas, e também de estruturas condicionadas pela cultura e determinadas pelo lugar” (NORBERG-SCHULZ, 2008, p. 457) e, nesse sentido, esses sistemas perceptuais vão definir também a *identidade* da própria pessoa: “A *identidade humana pressupõe a identidade do lugar*” (NORBERG-SCHULZ, 2008, p. 457, grifo do autor].

No texto de Pallasmaa (2012), publicado originalmente em 1996, o corpo humano também é o centro da percepção do espaço na arquitetura, é “o próprio local de referência, memória, imaginação e integração” (p. 11). A pele, para o autor, é a fronteira entre nossos corpos, nossas identidades, e o mundo, apesar da visão ser o sentido mais predominante em nossa vivência e ser o sentido mais explorado na

arquitetura, a exemplo do uso pela arquitetura da teoria da *Gestalt*. Sob essa perspectiva, a arquitetura ocidental, segundo o autor, privilegiou a visão em sua história recente e negligenciou a experiência estética humana coletiva ampliada pelos demais sentidos, tornando a arquitetura uma imagem bidimensional a ser contemplada visualmente. O autor complementa que:

A falta de humanismo da arquitetura e das cidades contemporâneas pode ser entendida como consequência da negligência com o corpo e os sentidos e um desequilíbrio de nosso sistema sensorial. O aumento da alienação, do isolamento e da solidão no mundo tecnológico de hoje, por exemplo, pode estar relacionado a certa patologia dos sentidos. É instigante pensar que essa sensação de alienação e isolamento seja frequentemente evocada pelos ambientes mais avançados em termos tecnológicos, como hospitais e aeroportos. O predomínio dos olhos e a supressão dos outros sentidos tende a nos forçar à alienação, ao isolamento e à exterioridade (PALLASMAA, 2012, p. 18-19).

No entanto, Pallasmaa (2012) destaca que há um movimento de redescoberta na arquitetura e no urbanismo que reposiciona o corpo humano no centro da experiência estética e espacial. O autor explica que colocar o corpo como centro da experiência urbana ou arquitetônica é reconhecer que através do corpo sentimos as suas dimensões, suas formas e sua materialidade e que é essa experiência que dá significado à cidade, que a faz existir, ao mesmo tempo que corpo e cidade se complementam e se integram. Esse processo se dá através da multissensorialidade essencial do corpo.

O autor destaca que múltiplas sensações podem ser sentidas através de uma única: por exemplo, ao vermos uma pintura de uma paisagem diurna em um campo de flores podemos “sentir” o calor do sol e o aroma floral nela representados, pois

o corpo não é uma mera entidade física; ele é enriquecido pela memória e pelos sonhos, pelo passado e pelo futuro. (...) O mundo é refletido no corpo, e o corpo é projetado no mundo (PALLASMAA, 2012, p. 43).

Assim, para o autor, trazer questões relativas à experiência humana de forma a contemplar questões metafísicas e existências é um “modo de pensar corporificado” (p. 43), pois é, justamente, considerar essa unidade entre corpo-mente, entre objeto e

sujeito. Podemos, a partir disso, recuperar a teoria espacial de Lefebvre (1991), pois, pensando a unidade corpo-mente, o autor recorre à fenomenologia para trabalhar os conceitos de espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido. O espaço percebido compreende a materialidade dos objetos que são percebidos através dos sentidos humanos, o espaço concebido é aquele construído pela união dos elementos percebidos e o espaço vivido é aquele que considera as subjetividades do ser. Assim, Lefebvre insere a dimensão temporal na experiência social e define que o espaço é produzido pela relação de troca entre os seres e o espaço, tanto materialmente quanto representativamente.

Entendemos que os conceitos aqui levantados, quando aplicados em pesquisas sobre o espaço urbano, delineiam uma fenomenologia urbana, dentro da qual a fenomenologia da percepção funciona como uma guia para afunilar a discussão e avançar para as definições dos procedimentos metodológicos. Um dos aspectos mais significativos da fenomenologia é entender o corpo como unidade.

Quadro 4 – Síntese dos elementos-chave de pesquisas fenomenológicas em Arquitetura e Urbanismo

|          |  |   |
|----------|--|---|
| O QUÊ?   | Experiência no espaço                    | - estudo do fenômeno da experiência do ser no ambiente urbano (espaços arquitetônicos, espaços urbanos e paisagem urbana)<br>- experiência vivida   |
| POR QUÊ? | Unidade corpo-mente                      | - corpo como instrumento que constrói a experiência subjetiva   |
|          | Unidade corpo-espaço                     | - percepção é a experiência que constitui o sentido e o valor do espaço<br>- a junção entre o que se percebe e o que se concebe a partir da percepção é o que configura a experiência vivida<br>- interação entre corpo e cidade extrapola a experiência espacial simples |
|          | Contraposição à lógica da cidade produto | - debater espaços tendo o corpo usuário como centro<br>- destaque à urbanidade  |
| COMO?    | Leituras espaciais                       | - consciência de auto-experiência do ser no ambiente urbano<br>- vínculos afetivos ou simbólicos  |
|          | Percepção                                | - Reposicionamento do corpo no centro da experiência<br>- experiência sensorial<br>- lugaridade   |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos autores da seção 3.1.

Ao pensarmos em uma abordagem fenomenológica em relação ao espaço urbano, vemos que o corpo ocupa um lugar de suma importância, sendo centradas nele as questões relativas à essência da experiência humana nas cidades, de onde são levantadas dimensões objetivas e subjetivas. Nesse sentido, entende-se que os fenômenos da experiência são corporificados, à medida que o corpo-objeto e o corpo-sujeito são um só e é esta entidade que experiencia o mundo e o espaço.

### 3.2 PESQUISA CORPORIFICADA

Ao situarmos metodologicamente esta pesquisa a partir do corpo, da identidade e da performatividade e das correlações entre esses conceitos e a situação de rua, expostas no capítulo 2, entende-se que essa pesquisa está enquadrada dentro da categoria das pesquisas corporificadas (em inglês, *embodied research*), cuja característica principal é posicionar o corpo no centro do processo de pesquisa e que, por isso, contempla a investigação de experiências urbanas a partir do corpo, como é esta apresentada nesta tese. Isso significa que a pesquisa corporificada é conduzida de forma que emergam sensações, memórias e experiências de um corpo e que estes dados sejam relatados a partir de sua materialidade – atribuída aos sentidos corpóreos – e de sua subjetividade, além de incluir o caráter de ação e reação que caracteriza a experiência espaço-tempo.

Apesar de estarmos aqui usando a expressão *pesquisa corporificada* como tradução para *embodied research*, há que, em primeiro lugar, explicarmos a decisão de optarmos por essa terminologia. Na tradução da língua inglesa para o português, as palavras *embodied*, *embody* e *embodiment* são relacionadas às palavras *incorporado/encarnado*, *incorporar/encarnar* e *incorporação/encarnação*. Durante o processo de estudo teórico desta tese, vimos que algumas pesquisas brasileiras usam a tradução *pesquisa incorporada* para traduzir o termo *embodied research* ou, ainda, em desdobramentos e discussões sobre o conceito, como dois trabalhos usadas como referência nesta pesquisa nos quais vemos o termo como *incorporado* (JACQUES; BRITTO, 2015) para designar o processo de apreensão do espaço urbano de uma forma atualizada, considerando a resistência aos processos de espetacularização das cidades:

um *urbanismo incorporado*, que se insinua através da possibilidade de constituir outra forma de apreensão urbana, e, assim, outro tipo de produção de subjetividades e de desejos, levando a uma reinvenção mais sensorial das cidades, o que efetivamente nos levaria a uma reflexão e a uma prática mais incorporada do urbanismo, ou seja, a um *urbanismo incorporado* (JACQUES; BRITTO, 2015, p. 145, grifo das autoras).

Também nos deparamos com a grafia como *encorporado* (TAVARES; BONADIO, 2021) como forma de enfatizar a decisão de analisar o espaço urbano a partir das práticas vividas por um corpo-sujeito que é generificado, racializado e sexualizado. As autoras enfatizam então que o espaço urbano é praticado por esses corpos sujeitos *encorporados*.

Se partirmos para uma definição estrita, *incorporar* traz a definição de “dar ou ganhar corpo”, junto à correspondência de um processo de adição, ligação, união e admissão a um conjunto. No entanto, *embody/embodiment*, no inglês, também traz o sentido de representação, de personificação. Por exemplo, “*she is the embodiment of joy*” ou “ela é a alegria em pessoa”, em linguagem brasileira popular, ou “ela é a personificação da alegria”. Também poderíamos recorrer ao termo *corporalizada* para traduzir *embodied*. No entanto, *corporalizada* deriva de *corporal* e enfatiza a materialidade do corpo humano em sua dimensão fisiológica. No inglês, essa definição se aproximaria da palavra *bodily*. O sentido de representação do termo *embodiment*, que se relaciona diretamente com o conceito de *performatividade*, que é explorado neste texto, está, portanto, mais contemplado pela expressão *corporificar* uma vez que essa se define pela “solidificação de elementos dispersos”, “materializar”, pela representação de algo. Por esse motivo optamos por usar a expressão *pesquisa corporificada*.

Em uma apresentação introdutória, no verbete “*embodied knowledge*”, da publicação *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*, Ellingson (2008) destaca que a pesquisa corporificada também pode ser entendida por aquela na qual o corpo da pessoa pesquisadora se faz presente de forma participante na formação do conhecimento corporificado. De forma não imparcial, o afetamento da pessoa pesquisadora pelo objeto pesquisado é relatado como um dado de pesquisa. Isso porque entende-se, ainda, que mente e corpo são um elemento único, sem distinção e separação entre um e outro, demonstrando, inclusive, a base fenomenológica da metodologia. Descreve-se que os métodos em função da busca de um conhecimento

corporificado transcorrem através de pesquisas de campo, entrevistas, escrita e outros métodos qualitativos e que os resultados, segundo a autora, podem ser apresentados sob a forma de narrativas, poesia, autoetnografia ou densas descrições de experiências corporais

Antes de avançarmos nos procedimentos metodológicos, no entanto, gostaria de chamar atenção para esse ponto de partida da unidade representada por corpo e mente. A unidade corpo-mente é também o ponto que aproxima a pesquisa corporificada da fenomenologia, principalmente a fenomenologia da percepção, que também fundamenta essa tese teórica e metodologicamente. Autores descrevem essa aproximação de forma mais direta, como Crossley (2001), que se fundamenta em Merleau-Ponty para dissolver as dualidades entre corpo/mente ou ter/ser um corpo. O autor coloca a percepção como instrumento de construção de nossos próprios comportamentos e hábitos que, por sua vez, mudam a forma como experienciamos o mundo, como vivemos nossas vidas:

As embodied beings we are perceptible to others. We fall within their perceptual field and, in this sense, they 'have' us too. Our embodiment is thus necessarily alienated. We are never in complete possession of ourselves. More to the point, our perceptible being is captured in schémas of collective representation (CROSSLEY, 2001, p. 2).

Esse ponto em específico, converge para o que exploramos na seção 2.3 – Performatividade (p. 76). O autor destaca a coletividade nos captura para uma categoria social, assim como é feito com o gênero, a partir do sexo biológico, por exemplo, por que características anatômicas – ou outras igualmente visíveis, além de outras não especificamente visíveis, como classe social – são muito significativas na sociedade e os sistemas de categorização social são construídos sobre elas. As codificações e classificações geram consequências para nossos modos de vida e para o entendimento de nós mesmos e, para o autor, podem ser entendidas como formas corporificadas de capital simbólico, pois características anatômicas são transformadas em “destino” daquele corpo: são atribuídos valores específicos – assim como “vida que merece ser vivida” – a partir da classificação e essa classificação determina como esse corpo pode ser usado.

As atribuições nas quais nos colocamos são um ponto de vista externo à nós

mesmos, nós estamos em um “ponto cego”, porque vivenciamos o mundo a partir de nossa experiência particular, mas, ao nos depararmos com a experiência do outro geramos comparações que alteram a nossa própria experiência. Por exemplo, eu me entendo alta ou baixa me comparando com a altura das outras pessoas. Ou seja, como afirma Crossley (2001), as características do sujeito corporificado são relacionais e comparativas. O outro é sempre um objeto de percepção, seja eu nos olhos do outro, seja o outro nos meus. A imagem que nós criamos de nós mesmos, é uma imagem produzida pela interação com o outro, que nos revela sua percepção de nós, junto a suas classificações, tipificações e julgamentos. Tal argumentação converge com as relações entre corpo e diferença explorados na seção 2.2 (pág, 70). Mais enfaticamente Crossley (2001, p. 8) explica que o sujeito corporificado reconhece através da diferença a sua categoria social:

We not only perceive but are perceived; we can be seen, touched, heard, smelled and tasted. And, as a consequence, we can be classified according to our perceptible qualities, or at least according to those perceptible qualities deemed salient within the forms of classification that have been constructed historically within our societies. Bodies are classified from birth and often before.

O autor destaca que o ser humano responde ao ambiente e ao outro na produção de signos e que categorizam e respondem ao significado, mas são também categorizados. Fora do nosso controle, corporificamos significados sociais, atribuindo-os às nossas existências. Isso se torna uma forma de dominação social de nossos corpos, pois as atribuições e as codificações permeiam nossas vivências como agentes sociais. A imagem produzida pela interação com o outro é o que chamamos de reflexividade. O autor argumenta que a corporificação é, portanto, reflexiva, no sentido de que a construção de nossas próprias identidades é realizada a partir de uma visão que o outro tem de nós e que nós acessamos essa visão pela interação do outro, como uma forma de espelho: eu sou percebido pelo outro e o outro passa essa imagem para mim, numa espécie de reflexividade.

A reflexividade também é um conceito que aparece muito nos trabalhos que falam sobre a pesquisa corporificada, por sua caracterização como a resposta à interação com o outro e com o mundo. Segundo Perry e Medina (2015) uma pesquisa corporificada parte do entendimento de que nossos corpos são “meios de experiência,

comunicação e interação com ideias, sensações, política, relacionamentos e paisagens/espços” (p. 1) e que são produzidos ao mesmo tempo que produzem. São produzidos porque são a representação de discursos sociais, afetivos e políticos e produzem porque são meio pelo qual discursos são colocados em prática, participando, assim, da preservação e divulgação desse discurso.

Com origem na área da dança, as autoras destacam que uma pesquisa corporificada parte, para elas, de uma junção da performance artística com os estudos culturais, a semiótica social, as perspectivas feministas e de gênero, a teoria social e a teoria do afeto. Assim, as autoras descrevem o corpo como um campo de pesquisa transdisciplinar, interseccional e sujeito a sobreposições. Apresentam uma revisão de literatura que demonstram as principais vertentes da pesquisa sobre corpo, em pesquisas qualitativas: (1) naturalística (corpo biológico); (2) semiótica (corpo como signo); (3) fenomenológica (corpo como unidade); (4) pós-estruturalista/teoria do afeto (corpo experiencial, relacional e sensorial); (5) teoria social/performance cultural/feminismo crítico (corpo como prática cultural); (6) foucaultiana (corpo discursivo); (7) pós-humanista (corpo relacional e descentralizado) (PERRY; MEDINA, 2015).

Para Spatz (2017) a pesquisa corporificada tem sido usada com maior frequência nas áreas das Ciências Sociais, Estudos Culturais e Psicologia e que, nestas áreas, a pesquisa é conduzida com foco no corpo e tem como particularidades a condução pelas premissas do corpo, do espaço e do tempo. O autor fala também sobre como a prática corporificada pode ser um caminho de pesquisa, no sentido de a própria pessoa pesquisadora praticar aquela técnica que está pesquisando. Portanto, a pesquisa corporificada também pode ter seu aspecto de pesquisa participante, por exemplo, porque a pessoa pesquisadora se torna instrumento do próprio objeto de pesquisa, como na dança, por exemplo. Neste sentido, uma pesquisa corporificada está, necessariamente, inserida em um espaço e tempo. A união entre corpo, espaço e tempo é que configura a prática corporificada para o autor.

Em texto de 1990, Csordas situa a *corporificação* – embodiment – como um paradigma para a antropologia e acrescenta:

This approach to embodiment begins from the methodological postulate that the body is not an *object* to be studied in relation to culture, but is to be considered as the *subject* of culture, or in other

words as the existential ground of culture (CSORDAS, 1990, p. 5, grifo do autor)

O autor se posiciona antropologicamente na abordagem em relação aos processos de subjetivação e se embasa nos argumentos de que o *eu* é constituído culturalmente. Em sua fundamentação teórica, Csordas (1990) destaca as dualidades entre os aspectos da percepção de Merleau-Ponty e da prática de Bourdieu e enfatiza que uma metodologia corporificada deve partir de uma dissolução da dualidade entre corpo e mente.

No caso de Merleau-Ponty, Csordas lembra que para o filósofo a construção do sujeito surge de uma experiência perceptiva de mundo elaborada e registrada pelo aparelho corporal sensório. Neste sentido, o corpo se torna o ponto de origem do processo perceptivo enquanto o objeto é o ponto final. Sobre a fenomenologia, discutida por Merleau-Ponty, Csordas destaca que:

Phenomenology is a descriptive science of existential beginnings, not of already constituted cultural products. In our perception “ends in objects”, the goal of a phenomenological anthropology of perception is to capture that moment of transcendence in which perception begins, and, in the midst of arbitrariness and indeterminacy, constitutes and is constituted by culture (CSORDAS, 1990, p. 9).

Já no caso de Bourdieu, o autor destaca que o conceito de *habitus* quebra dualidades de corpo/mente e signo/significado, de modo que, a partir da perspectiva comportamentalista, entende o *habitus* como um sistema que estrutura as práticas e representações culturais.

Em outro texto, Csordas (1994) explica que os estudos do corpo sofreram grandes mudanças a partir da década de 1990 com relação ao entendimento do tipo de corpo que aparece nestes estudos. Antes visto como um material fixo, biológico e um fato da natureza, o corpo passou a ser visto através de sua complexidade, sua historicidade e sua fluidez. Além disso, a cultura do consumo e sua propagação exagerada de imagens, modificou o comportamento do corpo uma vez que este passou a se preocupar com sua aparência e apresentação para o mundo.

Assim, o autor alega que é preciso posicionar o corpo na situação a qual pertence, entendendo-o como agente da experiência na qual está inserida, ampliando a compreensão do corpo como um fenômeno cultural e não só como uma entidade física.

Assim, encoraja o uso do corpo como ponto de partida metodológico. Para além da espacialidade do corpo e sua orientação no espaço, a *corporificação* – ou *embodiment* – deve ser grifada.

No livro “*Embodied Inquiry*” (LEIGH; BROWN, 2021), as autoras descrevem a investigação corporificada como uma metodologia centrada nas experiências corpóreas vividas pela pessoa pesquisadora e pelas pessoas pesquisadas. A experiência corporificada seria a vivência na qual o indivíduo tem consciência do seu corpo, da sua mente, seus pensamentos, sentimentos, sensações e respostas proprioceptivas, ou seja, a respostas perceptivas a partir da consciência de materialidade de seu próprio corpo. Assim, uma investigação corporificada destaca a autoconsciência corporificada, ou seja, a união entre corpo e mente, no seu processo de pesquisa e durante o qual a pessoa pesquisadora participa ativamente, principalmente na análise dos dados. As autoras definem três princípios a partir das clássicas perguntas de pesquisa: “o quê?” – a consciência da experiência corpórea; “por que?” – a pesquisa corporificada atinge a autenticidade da experiência vivida, por acessar dados que corpos armazenam; e “como?” – através da percepção consciente.

As autoras ressaltam que não há uma fundamentação teórica específica que defina a investigação corporificada, que pode partir de várias bases teóricas, mas que é importante que o quadro teórico escolhido permita o conhecimento criado a partir de, por e dentro de nossos corpos e mentes. Portanto, na pesquisa corporificada o corpo tem destaque principal. São apresentadas variadas perspectivas a partir das quais podemos nos posicionar em relação à abordagem corporificada: seja a partir de discursos que entendem o corpo como uma entidade material central ou em discursos que entendem o corpo para além do componente material, considerando-o como representação e expressão de nossas identidades, ou moldados para pertencer à sociedade, como entidade do capital, seja ainda, na participação etnográfica na pesquisa, considerando o corpo da própria pessoa pesquisadora como um instrumento de pesquisa.

Em relação ao desenho da pesquisa corporificada, as autoras destacam que este depende diretamente da pergunta de pesquisa e se a pesquisa visa uma abordagem superficial/mínima do corpo ou da corporeidade; uma abordagem que considera o corpo ou a corporeidade de certa forma; ou uma abordagem na qual o corpo e a corporeidade são centrais e integrais na pesquisa. A partir disso são apresentadas 4 tipologias, que devem ser vistas como interrelacionais: (1) experiência

vivida; (2) o corpo pesquisador no campo; (3) o corpo como comunicador; e (4) o corpo em interação. A primeira, da experiência vivida, segundo as autoras, difere das entrevistas e narrativas porque se aproxima, entende e até certo ponto busca recriar a experiência vivida dos participantes e que, junto à psicologia existencial, ao estruturalismo e à fenomenologia, a experiência sensorial pode ser vista através da propriocepção (equilíbrio e movimento) e da interocepção (sensações como dor e fadiga). A segunda, da imersão do corpo da pessoa pesquisadora no campo, considera que para além da experiência por si só da pessoa em campo, pode haver um reconhecimento da transformação causada na pessoa pesquisadora pelo envolvimento na pesquisa ou que o corpo da pessoa pesquisadora seja, de fato, o objeto da pesquisa. A terceira, o corpo como comunicador, considera que o corpo da pessoa que entrevista é instrumento da interação e que produz conhecimento e dados, podendo ser considerados em entrevistas não só as respostas verbais, mas também as gestuais, expressões faciais e movimentos. A quarta, o corpo em interação, investiga comportamentos primordialmente individuais, mas que são influenciados pelo princípio de interação com a sociedade, considerando o corpo como uma entidade social.

Em relação à fundamentação da pesquisa corporificada, as autoras indicam a fenomenologia e a hermenêutica. A fenomenologia se conecta com a pesquisa corporificada por ser uma abordagem que estuda a experiência do ser no mundo como um ser que se relaciona e que está em um contexto. A hermenêutica, como teoria da interpretação, alimenta a pesquisa corporificada porque visa a interpretação de elementos individuais para juntá-los em unidade.

Além disso, as autoras destacam que a pesquisa corporificada entende que a comunicação humana vai além da expressão verbal e que, por isso, apresentam três pilares para esse tipo de investigação: (1) a compreensão humana é corporificada – assim como no comportamento infantil, pessoas exploram os espaços ao seu redor fisicamente; (2) a linguagem é insuficiente e imprecisa – apesar de frequentemente recorreremos a linguagem verbal para descrevermos algum tipo de sentimento ou atitude, existem certas coisas que não conseguimos comunicar suficientemente; (3) comunicação e compreensão humanas são metafóricas – frequentemente usamos expressões metafóricas para explicar alguma emoção. Como consequência, a pesquisa corporificada pode ser entendida como multimodal, pois é assim que funciona a linguagem humana: é comum usarmos textos combinado com imagens e gestos combinados com a fala para nos expressarmos.

O caminho metodológico que se segue a partir dessa fundamentação pode ser variado, segundo as autoras, mas, de toda forma, o elemento principal para a pesquisa corporificada, segundo as autoras é a experiência corpórea e corporificada. Além disso, as autoras apontam que um dos benefícios de usar a pesquisa corporificada é fornecer uma prática mais inclusiva de pesquisa, uma vez que a inclusão pressupõe a não hierarquia da mente sobre o corpo, assim como a fenomenologia o faz:

*Perceiving and understanding the body-mind as a whole and unified thing, rather than a separated split body and mind, is a different ontological standpoint. By centring Embodied Inquiry, it is possible to challenge oppressive structures that would silence the voices of marginalized people, and allow those who find themselves ignored to have a voice. Embodied Inquiry does not automatically or naturally engage bodies that are marginalized and sidelined, but with its critical-reflexive focus it offers an opportunity to reconsider positions of power, hierarchy and control and to see who is absent from a discourse (LEIGH; BROWN, 2021, p. 33).*

No processo de análise de dados de uma pesquisa corporificada, Leigh e Brown ressaltam a abordagem interpretativa e o engajamento físico da pessoa pesquisadora. Ambos permitem que a pessoa pesquisadora relate o impacto causado pela pesquisa em sua própria experiência e acesse mais fluxos e camadas na etapa de análise de dados. Levando em conta os aspectos da comunicação multimodal e por metáforas, levantados pelas autoras, elas defendem que esses aspectos estejam presentes também na etapa de análise dos dados, onde tal consideração demarca, de fato, a abordagem analítica corporificada. As autoras exemplificam alguns tipos de tratamento de dados utilizados por elas em pesquisas anteriores e as formas de exposição do resultado, como a montagem de caixas de identidade por parte de participantes que geraram uma instalação artística sintética, a criação de textos ficcionais a partir dos pontos relatados pelas pessoas participantes ou a produção de colagens, mas ressaltam que as formas de tratamento e exposição de resultados são particulares a cada pessoa pesquisadora e a cada pesquisa quando estamos falando de pesquisas corporificadas.

O indispensável em uma pesquisa corporificada é considerar o corpo participante ou o sujeito de pesquisa em sua unidade, em sua identidade e em seu sentido de ser. Durante o tratamento e produção dos dados a reflexividade – uma atenção sem julgamentos voltada à explorar a experiência relatada – também se faz presente pois a

investigação corporificada identifica as experiências e dá voz às perspectivas e tipos de conhecimento que, como destacam as autoras, frequentemente são preteridos em pesquisas acadêmicas. Nesse sentido, a pesquisa corporificada privilegia a experiência vivida, os sentimentos e muito do que às vezes nem é dito. Por isso, depende também do modo como a pessoa pesquisadora se posiciona em relação aos sujeitos, para que os sujeitos se sintam confortáveis em compartilhar tais experiências (LEIGH; BROWN, 2021).

Sobre os dados em uma pesquisa corporificada, Leigh e Brown (2021) frisam que esta etapa é entendida como uma produção de conhecimento – incluindo o corpo da pessoa pesquisadora na pesquisa – e que podem ser usadas entrevistas e questionários, mas que uma vez que o objetivo é atingir as vivências das pessoas participantes é preciso que sejam usados instrumentos para as pessoas participantes reflitam, de fato, sobre suas experiências, mesmo que inconscientes, para relatá-las. Os dados e o conhecimento são, então, produzidos a partir das interações e conexões entre a pessoa pesquisadora e as pessoas pesquisadas e não são dados absolutos, ao contrário, o conhecimento é produzido de acordo com o contexto e a partir de múltiplos aspectos, produzido junto com a pessoa pesquisada, que é guiada pela pessoa pesquisadora pelas suas experiências corporificadas:

Embodied Inquiry the researcher is a data traveller on a journey alongside and with participants to explore and make sense of bodily, embodied, lived experiences. Therefore, what would traditionally be 'data collection' is interpreted as an organic, dynamic, fluid process of generating and making data to allow for space to practise and actively engage in the hermeneutic spiral (LEIGH; BROWN, 2021, p. 42).

Podem ser usadas gravações em vídeo, fotografias, observações e auto-observações a partir da pessoa pesquisada – muitas vezes relatando momentos passados, uma vez que nem sempre a pessoa pesquisadora poderá estar junto à pessoa pesquisada no momento da ação – para que sejam depois identificadas e analisadas as ações corporificadas. A gama de procedimentos metodológicos expressa pelas autoras é vasta:

(...) the philosophical and methodological principles of Embodied Inquiry allow for eclecticism in addition to conventional data methods such as interviews, surveys, questionnaires and observations. As

these are discussed in many research methods books, we focus on the lesser reported data generation methods here. The range of individual methods in use in Embodied Inquiry is vast and includes photo-voice, video-recordings, diary methods, walking interviews, forms of poetic inquiry, creations of films, performances and ethnodrama, fictionalizations, and making and creating activities, such as collaging, model-making, map-making or mark-making. Trying to provide a complete list of all data generation methods in use in Embodied Inquiry would be an impossible undertaking, as the field is rapidly changing and because researchers engage in Embodied Inquiry without specifically referring to that (LEIGH; BROWN, 2021, p. 44).

Em um trabalho que perpassa a produção científica de abordagem corporificada em pesquisas qualitativas, Chadwick (2017) destaca que as principais estratégias metodológicas passam pela teorização do sujeito corporificado, problematização da transcrição e uso de dispositivos de representações e metodologias poéticas. A ideia é que o corpo não seja representado como inerte, como reduzido a sua materialidade física. Em seu texto, a autora explora abordagens e estratégias de outros pesquisadores, destacando, principalmente, a variedade de procedimentos metodológicos nas pesquisas corporificadas e frisa a reflexividade corporificada, as diversas estratégias de coleta de dados e os esforços experimentais de corporificar a escrita e a interpretação dos dados. A reflexividade corporificada se refere à inclusão do corpo da pessoa pesquisadora na pesquisa, mas a autora alerta que, muitas vezes, isso domina a pesquisa e deixa de lado as experiências dos sujeitos participantes. No entanto, o “estudo da memória” como estratégia de coleta de dados posiciona o sujeito pesquisado no centro. Outra estratégia é incluir na questão o sentimento e as sensações – “como você se sentiu?” – podendo usar, inclusive, estratégias que acionem esses sentimentos e sensações. É preciso, segundo a autora, ouvir o corpo nas experiências narradas pelas pessoas participantes e não só que fazer com eles falem sobre o corpo e, ao mesmo tempo, usar técnicas de escrita que sejam corporificadas, ou seja, que não se limitem às regras gramaticais da palavra escrita, mas que expressem o discurso corporificado: as pausas, as respirações, as emoções, as ênfases, etc. É essa construção da narrativa corporificada como poemas narrativos que é o objeto principal de relato do artigo apresentado pela autora, que parte de um desafio de corporificar a pesquisa, assim como os procedimentos metodológicos como estudo da memória, entrevista sensorial, entrevista ancorada no corpo e uso de fotografias, pinturas e cartões. No entanto, a autora acredita que esses métodos ainda

ficam muito focados em falar sobre o corpo em si e não sobre a experiência. Assim, aponta que o não falar sobre o corpo em si pode ser feito com modos diversificados de transcrição, de representação do texto transcrito e de modos de contar não destacados pela autora como métodos corporificados de análise de dados (CHADWICK, 2017).

Quadro 5 – Síntese dos elementos-chave de pesquisas corporificadas

|                 |                                   |   |
|-----------------|-----------------------------------|---|
| <b>O QUÊ?</b>   | Experiência vivida                | - <i>A experiência vivida corporificada é o cerne da pesquisa corporificada</i>   |
| <b>POR QUÊ?</b> | Unidade corpórea                  | - <i>Parte de uma base fenomenológica, mas é menos teórica e mais centrada no corpo.</i><br>- <i>Corpos guardam e contam experiências vividas que, quando acessadas, atingem realidades autênticas e profundas.</i>   |
|                 | Reflexividade                     | - <i>Corpo relacional, em movimento de interação com o outro e com o ambiente.</i>  |
| <b>COMO?</b>    | Percepção consciente              | - <i>A pessoa pesquisadora desperta essa consciência no sujeito pesquisado sobre a percepção dos sentimentos, das imagens, das sensações e dos pensamentos.</i><br>- <i>A percepção consciente dá sentido às experiências vividas e aprofunda o aspecto qualitativo das pesquisas</i> |
|                 | Envolvimento do corpo pesquisador | - <i>Participação da pessoa pesquisadora na produção do conhecimento corporificado</i><br>- <i>Análise e exposição dos resultados através de instrumentos tradicionais com interferências corporificadas.</i>   |

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Leigh e Brown (2021), Chadwick (2017), Csordas (1990; 1994), Spatz (2017), Crossley (2001), Perry e Medina (2015) e Ellingson (2008).

Nos textos e pesquisas estudados para essa seção, percebemos que a pesquisa corporificada é apresentada como interdisciplinar e como uma abordagem em ascensão em campos científicos diversos. Seus procedimentos metodológicos são variados porque não se trata simplesmente de uma abordagem que determina tais procedimentos ou modos de fazer, mas, sim, que demarca uma visão de mundo e o foco na experiência vivida por meio do corpo. Por isso, uma pesquisa corporificada se relaciona diretamente com o fenômeno da percepção na medida que destaca a experiência corporal do sujeito através de seus sentidos corporais, mas entendendo o estreitamento entre mente e corpo em unidade. Queremos demarcar, nesta pesquisa, a construção da performatividade através de um processo normativo ao qual corpos são submetidos e indicar que a pesquisa é centrada no corpo como indivíduo social e

político que vivencia espaço e tempo.

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A PRODUÇÃO DOS DADOS

Tendo em vista os pontos levantados nas seções 3.1 e 3.2, aqueles destacados nos quadros que apresentam as sínteses dos elementos-chave das pesquisas fenomenológicas e das pesquisas corporificadas foram usados como guia para a definição dos procedimentos metodológicos desta pesquisa. A escolha das observações, da entrevista semiestruturada e da seleção visual foi amparada tanto pelos métodos de condução e pelos resultados que cada uma se propõe a gerar quanto pela complexidade de abordagem junto à população em situação de rua<sup>8</sup>.

Usamos a expressão *produção de dados* nesta pesquisa, em consonância com a fundamentação teórica sobre pesquisas corporificadas que pressupõe, também, o envolvimento do corpo da pessoa pesquisadora. Neste sentido, a pesquisa não atinge dados estáticos de forma imparcial e os coleta, mas sim produz dados à medida que conduz a pessoa pesquisada em seus relatos e identifica dados como relevantes a partir da própria subjetividade do corpo pesquisador. Por isso, para enfatizar o posicionamento do corpo pesquisador como produtor de dados, em alguns trechos das análises o texto é construído na primeira pessoa do singular. Assim como as observações, que não são consideradas não participantes porque o corpo pesquisador está sempre participando ativamente da pesquisa.

Notamos no estudo sobre a fenomenologia urbana e sobre a pesquisa corporificada que os procedimentos metodológicos usados sob estas abordagens são variados, sendo o mais importante o enfoque na experiência. Assim, vimos que os relatos podem ser acessados tanto no momento concomitante entre acontecimento e pesquisa quanto em momento posterior. Para esta pesquisa, visto que a situação de rua é prolongada e seria inviável estar presente no momento no qual uma pessoa passa a estar nas ruas, os procedimentos se atém a atingir a experiência vivida em um passado, às vezes distante, às vezes recente, mas também atingir o relato da experiência sendo vivida no presente. Ainda que parecesse fácil centrar o corpo da pessoa em situação de rua na pesquisa, uma vez que a relação da população em

---

<sup>8</sup> Esta pesquisa encontra-se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, com data de aprovação em 04 de fevereiro de 2021, CAAE n. 40245220.8.0000.5133.

situação de rua com o seu próprio corpo é tão intensa, foi um desafio atingir essa experiência de forma direcionada e não invasiva. Isso por dois motivos principais: (1) não submeter a pessoa entrevistada a uma situação de constrangimento ou de acionamento de gatilhos emocionais; (2) limitar o tempo de entrevista; (3) adequar a linguagem verbal e não verbal para viabilizar a total compreensão da pessoa entrevistada.

Por exemplo, não foi possível, nesta pesquisa, utilizar de mapas mentais, percursos comentados ou outros procedimentos específicos das pesquisas de percepção ambiental que muitas vezes utilizam da expressão artística para documentar uma experiência perceptiva vivida. A busca por procedimentos metodológicos para essa pesquisa levou já muito em consideração quem são essas pessoas que estão nas ruas. Então não adiantava, por exemplo, fazer um estudo da memória a partir de narrativas escritas. Também tive que tomar cuidado com as perguntas para que não desestabilizasse a pessoa com memórias negativas, muito emotivas ou muito pessoais. Por isso, foram formuladas questões que durante a entrevista funcionassem como gatilho para o acionamento da memória da experiência vivida no sentido de que através das narrativas elaboradas pelas pessoas entrevistadas fosse possível ouvir o corpo dessas pessoas. O questionário (Apêndice C) foi elaborado em quatro principais naturezas de experiência: (1) experiência de vínculos afetivos pelo grupo criado; (2) experiência de vínculo espacial pela apropriação física; (3) experiência vivida durante a situação de rua; (4) experiência vivida na cidade.

Pretendeu-se, portanto, coletar relatos de percepção ambiental dos indivíduos da população em situação de rua, cuja análise revelaria como essas pessoas se percebem individualmente e pessoalmente no espaço urbano que vivenciam e como essa experiência perceptiva conduz a construção de sua identidade, sinalizando, assim, a performatividade urbana dessas pessoas. Deixamos a obtenção dos dados e as abordagens junto aos indivíduos acontecerem de forma orgânica e levando em consideração a própria relação construída entre pesquisadora e grupo ou pessoa pesquisados, demarcando, neste caso, a inclusão do corpo pesquisador no processo de pesquisa.

Para a realização desta pesquisa, o recorte físico se mostrou, de um modo geral, pouco influente na análise final. Isso porque o fenômeno da percepção do espaço urbano ocorrido na vivência das pessoas em situação de rua é, em si, o objeto da pesquisa e tal fenômeno ocorre em qualquer espaço físico de qualquer bairro de

qualquer cidade de qualquer país do mundo. É claro que o recorte físico traz especificidades de território e de cultura, no entanto, não foi a intenção abordar tais especificidades. Ainda assim, faz necessário a determinação de um recorte físico para realização da pesquisa e, sobretudo a título de viabilidade, o recorte físico determinado foi a região central da cidade de Juiz de Fora-MG.

A cidade de Juiz de Fora, contudo, apresenta circunstâncias favoráveis à pesquisa do objeto de estudo que aqui se coloca. A cidade está a 283km da capital do Estado, Belo Horizonte, e junto com outras 146 cidades de Minas Gerais conforma a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2017. De acordo com a estimativa do IBGE em 2020, a cidade tem uma população de 573.285 pessoas, o maior número populacional da Zona da Mata Mineira.

Como demonstrado no enquadramento discorrido no item 1.3, p. 24, a taxa de crescimento do número de pessoas em situação de rua nas cidades brasileiras que têm entre 100 e 900 mil habitantes foi de 135% entre 2012 e 2020. Além disso, a maioria do número de pessoas em situação de rua estar localizada na Região Sudeste. Em Juiz de Fora, por exemplo, segundo dados do Diagnóstico da População em Situação de Rua de Juiz de Fora (2016), a cidade tinha 607 pessoas em situação de rua. Em 2017, a Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora realizou uma pesquisa que apontou 880 pessoas em situação de rua na cidade<sup>9</sup>.

Ainda de acordo com o diagnóstico realizado em 2016, o Centro é o bairro que mais concentra a população em situação de rua na cidade. Além disso, o relatório aponta que 86% das pessoas em situação de rua abordadas para este diagnóstico estavam nas ruas por mais de 1 ano, sendo que 46% destas estavam há mais de 5 anos. Sobre a violência sofrida nas ruas, 70% relataram ter sofrido violência moral, como assédio e/ou agressão verbal e proibição de entrada em algum lugar da cidade. Além disso, 30% declaram que pernoitavam em instituições públicas de acolhimento.

Neste sentido, o diagnóstico da população em situação de rua da cidade de Juiz de Fora delinea um perfil favorável à realização da pesquisa. A cidade conta com 4 equipamentos de média complexidade (Serviço Especializado de Abordagem Social, Centro Pop, Fundação Maria Mãe e CREAS) e 6 equipamentos fixos de alta

---

<sup>9</sup> **Pesquisa identifica 880 moradores de rua em Juiz de Fora.** <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/pesquisa-identifica-880-pessoas-em-situacao-de-rua-em-juiz-de-fora.ghtml>>. Acesso em 08 jul. 2021.

complexidade (Casa de Passagem para Homens, Casa de Passagem Benfica, Serviço de Acolhimento Casa da Mulher e Serviço de Acolhimento Casa da Conquista), além do abrigo emergencial de público misto em períodos de chuva e de 27 vagas em hotel (JUIZ DE FORA, 2022a). Também há assistência da Defesa Civil em períodos de baixa temperatura, com o plano de contingência instituído em maio de 2022 (Portaria 12.228/2022), elaborado intersetorialmente entre as secretarias municipais, e a criação o Abrigo Emergencial com 60 vagas oferecidas. Em maio de 2022, 382 pessoas estavam sendo atendidas pelos abrigos, além das 27 pessoas em hotel e 100 beneficiárias do Programa Auxílio-Moradia (JUIZ DE FORA, 2022b).

Além disso, em 19 de abril de 2021 foi estabelecido o Decreto Municipal nº 14.489 que instituiu o Comitê Intersetorial de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua de Juiz de Fora, composto por 11 representantes do governo e 11 representantes da sociedade civil, dentre os quais 3 da população em situação de rua e 8 de entidades envolvidas e/ou atuantes na temática da população em situação de rua. Com isso, busca-se alcançar aspectos de saúde, assistência social, cultura, lazer, esporte e renda.

Foi elaborado junto com a Universidade Federal de Juiz de Fora o projeto do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua de Juiz de Fora, divulgado em agosto de 2022, com o objetivo de dar dados básicos sobre os quais o comitê trabalharia. A equipe deu início à pesquisa com uma estimativa com base nos dados das equipes de abordagem de cerca de 1.300 pessoas em situação de rua na cidade. O resultado da pesquisa ainda não foi publicado.

Assim, em um primeiro momento, ficou delimitado como recorte físico dessa o Centro da cidade de Juiz de Fora, principalmente levando em consideração o Diagnóstico de 2016. Essa delimitação espacial pode ser verificada no Apêndice A e os resultados das observações estão descritos na seção 4.1 (p. 113). Durante o encaminhamento da pesquisa, no entanto, essa delimitação foi extrapolada para a aplicação das entrevistas devido às condições de abordagem e ao recorte de amostragem do grupo pesquisado que tinha como principal ponto a manutenção de uma apropriação fixa.

Por fim, a formulação dos roteiros da entrevista semiestruturada e da seleção visual foi realizada de forma que emergissem nos relatos a experiência corporificada, captando a exteriorização do espaço percebido, do espaço concebido (imaginado depois da experiência perceptiva) e o espaço vivido, com base em Tiwari (2010) e Leigh

e Brown (2021). Por isso, foram estruturados três temas principais a serem abordados nas entrevistas: vínculos socioespaciais e afetivos; corpo orientado no espaço; e corpo orientado no tempo. O objetivo principal era identificar relatos sobre a relação corpo-sujeito com o espaço, a partir das próprias percepções. O roteiro da seleção visual teve um papel complementar ao roteiro da entrevista semiestruturada, pois apresentou fotografias de edificações que fazem parte da imagética da cidade e do cotidiano das pessoas em situação de rua. O objetivo foi, novamente, emergir as experiências vividas na cidade. Os resultados e análises dos dados produzidos estão descritos no capítulo a seguir.

## 4. OS CORPOS EM SITUAÇÃO DE RUA

Por se enquadrar em uma pesquisa corporificada, que entende o afetamento e a participação do corpo pesquisador no processo de pesquisa, consideramos que os dados não são coletados, mas sim produzidos. A produção de dados para essa investigação sobre o processo ontológico da pessoa em situação de rua foi decorrida em 2 procedimentos principais: as observações (estruturadas e não estruturadas) e a aplicação de 2 roteiros de entrevistas semiestruturadas. Optamos por não definir as observações com a nomenclatura participante por tal termo sugerir um procedimento de contato prolongado no cotidiano da pessoa pesquisada e já ter seu uso consolidado na produção científica. No entanto, não nos consideramos contemplados pelo termo “observação não-participante” uma vez que entendemos e reforçamos o posicionamento do corpo pesquisador na pesquisa e seu desempenho ativo no processo de pesquisa. Assim, consideramos que foram feitas observações e que estas foram estruturadas, em um primeiro momento, por um roteiro de observação previamente organizado, mas que observações complementares não-estruturadas foram feitas no momento de interação com as pessoas em situação de rua no momento de aplicação dos roteiros de entrevista semiestruturada.

### 4.1 OBSERVAÇÕES ESTRUTURADAS

O objetivo desta etapa metodológica foi levantar os indivíduos e/ou grupos em potencial para conformar a amostra para a aplicação dos procedimentos metodológicos seguintes, cujo critério foi a vivência em uma apropriação fixa na rua, o que indica um vínculo socioespacial reconstruído. Optou-se pela observação, neste primeiro momento, por manter a rotina dos grupos de pessoas em situação de rua observados sem interferências e, assim, ter dados prévios às abordagens para a realização das entrevistas. Além disso, ainda em período de pandemia, as observações foram uma opção de maior segurança sanitária para a pessoa pesquisadora e para as pessoas pesquisadas.

Ainda que as observações fossem consideradas um primeiro procedimento, várias novas observações foram feitas em todo o momento de pesquisa. As primeiras observações foram realizadas nos primeiros momentos da pesquisa em campo, entre

os dias 28 de junho de 2021 e 04 de julho de 2021. O roteiro da observação (Apêndice C) prezou por caracterizar as apropriações em sua composição física (objetos) e em sua composição humana (número de pessoas e atividades). Foi possível identificar que, apesar de muitas pesquisas sobre a situação de rua demarcarem a mobilidade como uma das principais características da população em situação de rua, muitas pessoas em situação de rua tendem a se fixar em espaços da cidade, muitas vezes em duplas ou grupos, o que veio a indicar um vínculo socioespacial reconstruído, validando a continuidade da pesquisa.

Conforme mencionado acima e ilustrado no Apêndice A, a definição da área para a realização das observações estruturadas se deu pela análise do Diagnóstico da População em Situação de Rua de Juiz de Fora, publicado em 2016. De acordo com esse diagnóstico, 67,3% das pessoas que dormem nas ruas estavam ligadas ao território socioassistencial do Centro. Assim, foram demarcados no mapa os grupos que foram identificados pelo relatório e definido um perímetro que contemplasse esses pontos, além de possibilitar a verificação de novos pontos de apropriação. Essa primeira etapa de pesquisa gerou, por si só, uma atualização dos dados apresentados pelo relatório de 2016.

Ainda que algumas observações espontâneas já houvessem sido feitas em datas anteriores, desde a elaboração da proposta desta pesquisa, as observações estruturadas só foram realizadas após a aprovação desta pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, em fevereiro de 2021.

Desta forma, em 7 dias consecutivos – de segunda a domingo – em diferentes horários para que não fossem contadas duplamente a mesma pessoa e/ou grupo no mesmo dia de observação, além de, na época, ainda estarmos passando por altos índices de transmissão de COVID-19, o levantamento foi realizado de automóvel. Assim, as observações tiveram entre 55 minutos e 1 hora e 35 minutos de tempo total, a depender do dia e horário, por causa do fluxo de tráfego. Foram percorridos por dia, em média, aproximadamente 16km.

Não havia chuva em nenhuma das observações, mas houve uma queda brusca de temperatura na noite da observação 3<sup>10</sup>. Foram considerados nas observações apropriações com características fixas e de permanência prolongada, não sendo

---

<sup>10</sup> **Frio recorde: Juiz de Fora registra menor temperatura em 9 anos.** Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/01-07-2021/frio-recorde-juiz-de-fora-registra-menor-temperatura-em-9-anos.html>>. Acesso em 05 jul. 21.

contabilizadas, portanto, pessoas em situação de rua e/ou catadores de lixo que estivessem em movimento.

Quadro 6 – Observações estruturadas realizadas.

| Número da observação | Dia da semana | Horário de início | Temperatura | Quantidade pontos observados |
|----------------------|---------------|-------------------|-------------|------------------------------|
| 01                   | segunda-feira | 15:00             | 21°         | 21                           |
| 02                   | terça-feira   | 13:00             | 25°         | 23                           |
| 03                   | quarta-feira  | 21:00             | 11°         | 32                           |
| 04                   | quinta-feira  | 18:00             | 14°         | 25                           |
| 05                   | sexta-feira   | 08:00             | 8°          | 29                           |
| 06                   | sábado        | 17:00             | 16°         | 25                           |
| 07                   | domingo       | 10:00             | 19°         | 23                           |

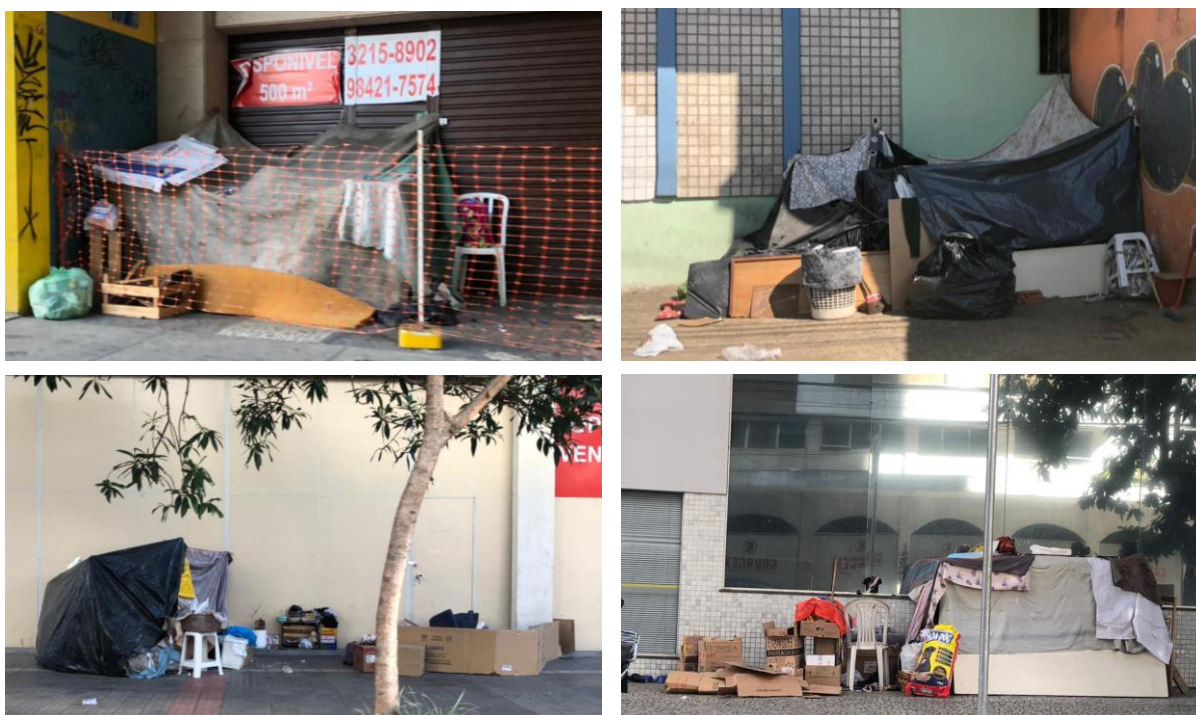
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Durante a realização das observações foi confirmada a presença de 4 dos 23 pontos descritos no relatório do Diagnóstico da População em Situação de Rua em Juiz de Fora de 2016 e foram observados outros 22 novos pontos. Não é possível, no entanto, afirmar se os 22 novos pontos são pessoas diferentes ou realocações do conjunto relatado no diagnóstico. Alguns pontos observados já haviam sido notados em observações não estruturadas, de forma espontânea, em datas anteriores ao início das observações estruturadas. Um dos pontos, por exemplo, está na mesma localização desde 2017. A localização mais frequente é em calçadas de lojas que estão vagas. Uma das apropriações observadas é montada e desmontada de acordo com o horário comercial de funcionamento. Uma apropriação, no entanto, ainda que esteja muito próxima à porta, permanece montada independente do funcionamento da loja. Assim como uma outra apropriação, que fica numa calçada de um supermercado, mais distante da porta de entrada e não é desmontada no horário de funcionamento.

Durantes as observações foram vistas variações em relação à estrutura montada. Algumas apropriações são mais estruturadas que outras, mesmo que as com menos estrutura tenha sido observada em todos os dias das observações, caracterizando-se como permanente. A maior parte dos objetos que estruturam a apropriações são: cobertores e/ou lençóis, lona, pedaços de madeira e colchões. Foi observada uma média frequência de papelão, cadeiras/bancos de plástico, carrinhos de supermercado, caixotes de feira e vassoura. Em uma menor frequência foram vistos utensílios de cozinha como: potes de alimentos, alimentos, panelas e talheres. Em uma

das apropriações foi vista uma fogueira. Uma das apropriações faz uso de uma tela-tapume de obra para a demarcação do seu espaço e proteção. Uma das apropriações está localizada em um monumento de uma praça, apesar do monumento estar cercado com grade. Durante as observações, foi possível ver as pessoas desta apropriação passando por entre as barras da grade para acessar o monumento. O monumento é composto por dos discos de laje e as pessoas desta apropriação ficam tanto na parte de baixo quanto na cima, além de utilizarem as grades para estender roupas e cobertores, lhes dando, inclusive, maior privacidade. Três apropriações foram observadas na margem do Rio Paraibuna. As três possuem estrutura em lona e estacas. Uma delas fez uma escada em terra e duas delas usam árvores e vegetação para delimitar o espaço de suas apropriações.

Figuras 1 a 4 – Exemplos de apropriações observadas.



Fonte: A autora, 2021.

Nas apropriações mais estruturadas (com “parede” e “teto”), dificilmente foi observada a presença de pessoas, pois ficam bastante fechadas. Em uma delas, observou-se furos na lona feitos em uma das laterais da apropriação, talvez para facilitar a visão da rua. Em 5 dos pontos caracterizados como fixos, no entanto, foi frequente a presença de pessoas em uma variação de 1 a 7 pessoas. Em muitos dos pontos não foi possível afirmar quantas pessoas pertenciam àquela apropriação,

portanto o cruzamento dessa informação com os dados disponibilizados no diagnóstico não foi possível. Todas as mulheres que foram vistas faziam parte de grupo com homens. Em dois pontos, foram vistos animais de estimação apenas uma vez. As pessoas, quando vistas, estavam em mais de uma e exerciam atividades de socialização entre si (conversando, comendo, cozinhando, bebendo, organizando a apropriação, recebendo outra pessoa de fora da apropriação, lavando roupa). Em uma das apropriações, quando uma única pessoa foi vista, ela estava abordando transeuntes. Em relação à pandemia de COVID-19, apenas um homem, em todos os dias das observações, foi visto portando máscara.

Uma das apropriações, localizada em uma praça, apesar de possuir características de apropriação fixa, foi desmontada por completo no final do período das observações. A apropriação tinha uma estrutura circular, com estacas de madeira e lona, em um diâmetro aproximado de 5 metros. Em um dos dias das observações, houve uma manifestação política na praça pela manhã e foi visto que a apropriação foi levemente alterada. No dia seguinte, a apropriação havia sido inteiramente desmontada. Outras 2 apropriações foram desmontadas durante o período das observações.

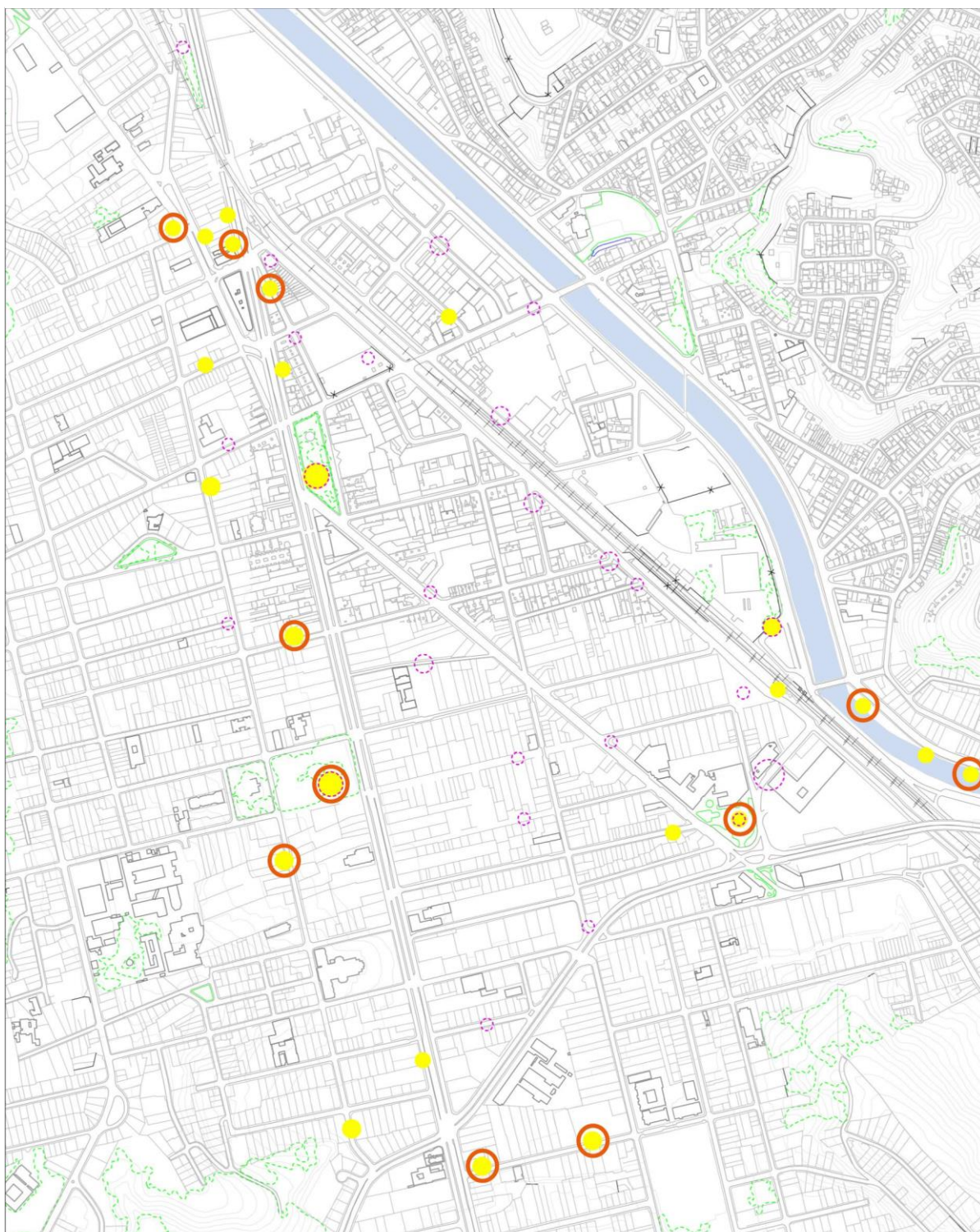
Em uma outra apropriação localizada em outra praça da cidade, as pessoas se apropriam de um palco permanente para eventos públicos. Em razão da pandemia de COVID-19, eventos não estavam sendo promovidos e, portanto, o palco não está sendo utilizado formalmente. Cada pessoa do grupo tem um espaço próprio. As grades laterais do palco são utilizadas para formar “paredes”, estendendo cobertores. Foi possível notar que um outro homem dormia em um equipamento de skate em dois dos dias das observações. Por estar em outro equipamento, notou-se que este homem não fazia parte do grupo que se apropriou do palco.





Na noite da observação 3, foram observados grupos de assistência abordando as pessoas em situação de rua. Nesse mesmo dia foi também inaugurado um alojamento emergencial da Prefeitura de Juiz de Fora, com 50 vagas. Na primeira noite (dia 30 de junho), 26 pessoas foram abrigadas no local; na noite seguinte (dia 01 de julho) foram 29 pessoas<sup>11</sup>. O novo abrigo permite o alojamento de casais e animais de estimação, além de disponibilizar um local para que a pessoa guarde seus pertences.

---

<sup>11</sup> **Abrigo emergencial da Prefeitura disponibiliza 50 leitos para população vulnerável.** Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=71518>>. Acesso em 05 de julho de 2021.

Figura 5 – Mapa síntese das observações estruturadas.



-  Pontos relatados no Diagnóstico da População em Situação de Rua em Juiz de Fora e **não** confirmados durante as observações
-  Pontos relatados no Diagnóstico da População em Situação de Rua em Juiz de Fora e confirmados durante as observações
-  Pontos **não** relatados no Diagnóstico da População em Situação de Rua em Juiz de Fora e vistos durante as observações
-  Possíveis pontos de aplicação das etapas seguintes

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

#### 4.2 PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CENSO E DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO DE RUA ADULTA DE JUIZ DE FORA”, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.

Em outubro de 2022 tive a oportunidade de me voluntariar ao projeto de extensão com inovação “Censo e Diagnóstico da População de Rua adulta de Juiz de Fora”, vinculado à Faculdade de Serviço Social e aos Departamentos de Psicologia e Estatística da Universidade Federal de Juiz de Fora (Edital Fadepe – Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão) e à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Foram oferecidas 50 vagas para bolsistas de graduação, das quais 40 teriam duração de um mês, contemplando apenas a coleta de dados da pesquisa, e 10 vagas teriam duração de dois meses, contemplando as etapas de coleta e análise de dados. Fui voluntária apenas na primeira etapa. Dentre os bolsistas e voluntários selecionados, havia estudantes dos cursos de Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia, Estatística, Farmácia, Filosofia, Geografia, Letras, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Rádio e TV, Serviço Social e Turismo. Do curso de Arquitetura e Urbanismo havia apenas uma pessoa selecionada, que, no entanto, não continuou sua participação.

A primeira parte do projeto consistiu em duas reuniões de capacitação com palestras de equipes de abordagem e assistência da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, como Secretaria de Assistência Social, Consultório na Rua, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defesa Civil, além da apresentação dos questionários. Existiam dois tipos de entrevista: a curta e a longa. A curta consistia na aplicação do primeiro bloco de questões, abrangendo dados censitários de identificação do entrevistado e a longa consistia na aplicação do questionário de diagnóstico. Fomos todos instruídos em relação à forma de abordagem,

Os participantes foram divididos em duplas e distribuídos por rotas de aplicação dos questionários entre os dias 24 e 28 de outubro de 2022, totalizando 5 dias de abordagem. Este é o primeiro momento de corporificação da pesquisa, pois relato aqui nesta seção não os dados obtidos, uma vez que estes são de responsabilidade do projeto em questão, mas sim a minha experiência pessoal durante essa participação voluntária.

Sendo uma pessoa sem experiência na abordagem de pessoas em situação

de rua, o período de participação no projeto foi muito importante para me capacitar nestas abordagens. Foi falado sobre o turno ideal para a realização das entrevistas em virtude da rotina comum das pessoas em situação de rua, sobre formas de abordagem em respeito ao território e à atividade da pessoa, além de cuidados específicos em cenas de uso. Entendi, neste momento, que seria através de como eu agisse corporalmente que as pessoas entrevistadas ganhariam a confiança em responder às questões. Dentre todas as pessoas que entrevistamos, gostaria de contar a história de 2 homens: E. e A.

No primeiro dia, fizemos o trajeto da rota por 3 vezes, além de ruas adjacentes. A primeira pessoa que entrevistamos foi E., homem, branco, cisgênero, heterossexual, de 40 anos, vive nas ruas há mais de 10 anos, tem um cachorro e estava dormindo no canteiro que o encontramos há dois meses. Nos sentamos junto a ele, no canteiro, e ele nos contou que morava em uma outra rua antes dali e que saiu de lá quando os pertences de outro homem em situação de rua pegaram fogo e, sem saber quem teria ateado o fogo, ele ficou com medo que pudesse acontecer com ele também. E. perdeu o emprego por ter quebrado o pé e não ter conseguido se recuperar direito, ainda sente dores quando carrega peso, que era sua principal função. Não conseguiu pagar mais o seu aluguel e, por isso, ficou na rua. Disse também que o uso de drogas acaba mantendo-o na rua, porque gera, ainda, conflitos entre ele e os familiares. E. já recorreu aos abrigos, mas antes não tinha como levar o cachorro e isso era uma questão para ele. Além disso, considera que nos abrigos tem muita confusão, brigas e roubo, que as regras de horário para entrar e sair atrapalham e que fica longe para ele ir andando, então, apesar de as pessoas que trabalham nos abrigos o tratarem muito bem e ele não ter dificuldade em encontrar vaga, disse que não gosta de dormir lá. Falou que se alimenta muito bem na rua, porque recebe muitas doações. E. já passou por situações de violência, mas disse que neste lugar que ele está as pessoas o tratam bem, que não mexem com ele. Disse que acha o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) chato porque prescrevem remédios que ele não quer tomar e que já passou por situações nas quais precisou de atendimento do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), muitas vezes não foi atendido ao falar que era uma pessoa em situação de rua. E. trabalha com recicláveis e disse que não costuma pedir nada a ninguém, que normalmente as pessoas doam coisas sem ele pedir.

Neste dia, conseguimos aplicar o questionário mais duas vezes: um homem

de menos de 40 anos, que está nas ruas há 26 anos, e um outro homem por volta dos 40 anos que disse que sempre morou na rua. Nesses dois casos foram aplicados os questionários curtos, de Censo. No dia seguinte, dia 25 de outubro de 2022, foram aplicados 5 questionários, desses foram feitos 2 de diagnóstico, longos.

Enquanto a pessoa que era minha dupla aplicava um dos questionários longos em uma pessoa em situação de rua, eu entrevistei, também pelo questionário longo, A., homem cisgênero, negro, 43 anos, bissexual. Está nas ruas há mais de 10 anos, desde que ficou desempregado. Contou que por causa das circunstâncias do desemprego, se permitiu usar drogas e que isso contribuiu para que ele permanecesse nas ruas. Estava, neste dia, em uma praça e disse que dormia ali há 2 anos e que antes estava numa ocupação em um edifício desocupado da cidade há 8 anos, mas que, quando a pandemia de COVID-19 foi iniciada, a prefeitura os tirou de lá para os colocarem em abrigos. Com o tempo, as pessoas foram saindo dos abrigos e se dispersaram pela cidade. A. disse que gosta de se fixar em um ponto porque começa a conhecer as pessoas. Falou que conhece os moradores do entorno da praça, que faz alguns serviços para um ou outro e que conhece também o dono da loja onde fica na frente. A loja está vazia, disponível para aluguel. Relatou que reconhece que quando ele não cria confusão, que respeita e conhece os moradores do entorno é bom para ele, porque ninguém o expulsa. Contou que gosta dos abrigos e que são lugares confortáveis, mas que, apesar de não permitirem uso de drogas e álcool algumas pessoas levam escondido e que isso acaba gerando confusão e briga dentro dos abrigos, porque a pessoa que quer parar de usar acaba sendo exposta às drogas e tem recaídas. Além disso, A. pontuou também que ocorrem roubos de pertences. A. reforçou muito que morava na calçada, brincando que no meio da rua não dá para morar, porque senão seria atropelado. Disse que já foi retirado da rua contra sua vontade para ser levado aos abrigos. Encontrei A. casualmente em 2023, fora da pesquisa de campo. Disse a ele que o procurei na praça, onde havia conversado com ele nesse dia de aplicação dos questionários. Ele me contou que saiu de lá para ficar mais próximo ao Centro e que estava pernoitando em uma das casas de acolhimento da cidade.

Ainda no mesmo dia de aplicação dos questionários, tentamos entrevistar C., mulher negra, 28 anos, bissexual, mas a entrevista foi interrompida por vontade dela. C. estava em uma praça que é a maior cena de uso de drogas da cidade. Disse que atualmente estava dormindo no hotel pela vaga disponibilizada pelos

serviços de assistência em medida de emergência por causa do frio. Relatou que estava usando droga quando chegamos e que isso atrapalha. Disse que não gosta de conversar porque muitas vezes as pessoas a abordam com medo. Nos contou que tem o sonho de dar uma palestra para contar sua história de vida nas ruas para que todos conhecessem como é morar na rua e que tinha muita vontade de arrumar um emprego, porque adorava vender bala, e de ir ao salão de beleza. S. interrompeu a aplicação do questionário e foi embora apressada.

No dia 26 de outubro de 2022, minha dupla e eu estávamos designadas para um abrigo, junto com outras 3 duplas, a Casa de Passagem para homens, no horário que estavam chegando para jantar e se acomodar, por volta das 19h. As entrevistas foram realizadas com um pouco de pressa, para que conseguimos abordar o maior número possível antes que os homens entrassem para os quartos. Entrevistei 5 homens. Destes, 4 estavam nas ruas há menos de 2 meses e 1 estava nas ruas há cerca de 8 anos.

No dia 27 de outubro, estávamos designadas para uma casa de passagem para homens e mulheres, em outra região da cidade. Ao contrário da casa de passagem do dia anterior, este era um imóvel residencial que foi transformado em institucional. As funcionárias disseram que é comum que algumas pessoas usam a instituição para jantar, por já terem conseguido uma residência, mas ainda não terem renda suficiente para manter os custos da alimentação. Na região, seguindo a rota, encontramos com alguns usuários de drogas que não quiseram responder a pesquisa e um homem que se apropriou de um imóvel vazio e disse que já estava ali há alguns anos com sua mulher, e respondeu o questionário curto rapidamente.

No último dia da coleta, o dia 28 de outubro, fomos na porta da instituição conhecida como “Sopa dos Pobres”. Nesta instituição, as pessoas têm acesso à refeição gratuita na hora do almoço e alguns legumes e frutas que são distribuídos antes da entrada das pessoas para a refeição no local. Como o fluxo era mais intenso e muitas das pessoas que buscam a instituição não são pessoas em situação de rua aplicamos apenas os questionários de censo.

Neste período de coleta de dados<sup>12</sup> do projeto do Censo e Diagnostico, os relatos de E. e A. chamaram atenção por indicarem relações socioespaciais

---

<sup>12</sup> Aqui utilizo a expressão “coleta de dados” para delimitar minha participação voluntária no projeto como entrevistadora. Nesse momento, fui instrumento de uma outra pesquisa, por isso não foi usada a expressão “produção de dados”.

reconstruídas a partir da permanência em um lugar fixo por tempo prolongado. Apesar de ser frequente a vinculação entre mobilidade frequente com a população em situação de rua, esses relatos confirmaram a reflexão sobre a reconstrução de vínculos e identidades socioespaciais derivados da permanência por tempo prologando na situação de rua e, principalmente, a relevância dos vínculos socioespaciais no território escolhido para fixar-se. Foi observado que, como a proposta das casas de passagens é de serem espaços temporários e de transição da situação de rua para serviços de acolhimento, atendem com frequência um perfil de situação de rua mais recente. Observou-se que as pessoas entrevistadas fora das casas de passagem são pessoas que estão em situação de rua por um tempo maior, indicando a provável dificuldade de fazer com que as casas de passagem sejam de fato uma transição da situação de rua para o domicílio. Para este perfil, de pessoas sem situação de rua por tempo prolongado, o compartilhamento da história de vida foi menos desconfortável, estando estas pessoas mais abertas à interação. Estas pessoas se demonstraram, ainda, mais desapegadas ao abrigo institucional transitório pois, com o passar do tempo, descobriram formas autônomas de sobrevivência e por isso buscam os abrigos só em casos de situações extremas.

Por isso, esse período de participação no projeto apontou a relevância do enfoque da pesquisa no perfil das pessoas em situação de rua por tempo prolongado. A partir dessa experiência, foi definido que, ao contrário do estabelecido nos primeiros anos de pesquisa, não é somente a apropriação em grupo de mais de uma pessoa em situação de rua que se torna relevante para o estudo, mas especificamente a apropriação em um lugar fixo.

#### 4.3 APLICAÇÃO DOS ROTEIROS DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E SELEÇÃO VISUAL

Até o momento da qualificação da pesquisa, acreditávamos que poderíamos aplicar os roteiros em momentos diferentes, mas devido à dificuldade de encontrar a pessoa disposta a conversar ou disponível no local, as aplicações foram condensadas. Os roteiros dos apêndices C e D foram, portanto, aplicados em um mesmo momento para cada pessoa ou grupo. A possibilidade de voltar a campo para conversar com a mesma pessoa ou grupo ficou em aberto caso houvesse necessidade.

No primeiro contato com cada pessoa ou grupo, houve uma apresentação tanto da pesquisadora quanto da pesquisa, seus objetivos e o modo como a conversa seria conduzida. Essa apresentação foi feita com linguagem informal, adequada ao perfil das pessoas entrevistadas, esclarecendo que o vínculo da pesquisadora era somente com a universidade e que eles não eram obrigados a responder, principalmente se sentissem desconfortáveis com alguma questão. Além disso, também foi reiterado que a participação era anônima. Pretendeu-se diminuir os riscos de constrangimento e/ou desconforto dos participantes através de uma abordagem simplificada. Para que fosse construída uma relação de confiança, preservou-se a informalidade e a naturalidade. As conversas foram guiadas pelos roteiros semiestruturados, mas com a disponibilidade de intervenções que se mostrassem necessárias em campo.

Junto ao roteiro de entrevista semiestruturada foi apresentado um conjunto de fotografias que compõem o procedimento da seleção visual. As imagens foram previamente escolhidas para que eles identificassem os espaços mostrados e conversássemos sobre eles, relatando sobre suas vivências na cidade, seus critérios de localização, identificação e pontos positivos e negativos observados por eles.

Imaginávamos, no começo desta pesquisa, que para manter a relação de confiança entre mim, como pesquisadora, e as pessoas pesquisadas fosse ser indispensável a realização de mais de um encontro, além da abordagem ser feita junto a alguma pessoa que o grupo ou indivíduo já conhecesse. No entanto, na etapa de participação voluntária no projeto do censo e diagnóstico concluiu-se que pessoas em situação de rua que estão em um local fixo de apropriação se mostram mais dispostas a conversar e, dependendo da abordagem inicial, se sentem confortáveis em responder as questões e relatar suas histórias de vida.

Aqui, portanto, relato novamente o posicionamento do meu corpo na pesquisa. Em todas as abordagens para a aplicação dos roteiros eu estava sozinha e percorri a zona central da cidade de Juiz de Fora a pé. Os dias estavam quentes, com sol e sem períodos de chuva, apesar da semana anterior ter chovido muito. Pensei que algumas das pessoas em situação de rua com apropriações fixas tivessem procurado os abrigos por causa das chuvas, mas ainda assim consegui localizar 5 grupos, totalizando 9 pessoas entrevistadas. Em todas as abordagens, me aproximei com cautela, pedindo licença e me apresentando. Me sentei ao lado das pessoas – em cadeira, banco, papelão ou diretamente no chão – e fiz anotações. A experiência da participação do projeto me deu mais segurança na abordagem e na forma como posicionar meu corpo

– não só o corpo físico, mas corpo subjetivo – junto a estas pessoas, demonstrando confiança para receber confiança em troca e demarcando os não julgamentos.

Foram usadas perguntas abertas (Apêndice C), que possibilitassem que a pessoa entrevistada se colocasse como narradora da própria história de vida, despertando a consciência sobre situações e usando de estratégias que a induzisse a posicionar seu corpo subjetivo e a relação do seu corpo com o espaço-tempo no centro da narrativa, explorando também a percepção do espaço urbano. Por exemplo: foram pedidas descrições do ponto de instalação da apropriação; comparações entre situações de mobilidade e de fixidez; relatos sobre a movimentação no espaço da cidade e sobre mudanças pessoais ao longo do tempo em situação de rua; questões sobre o espaço urbano; e relações que têm com as políticas assistenciais.

Quadro 7 – Perfil dos grupos entrevistados no momento da entrevista.

| Grupo   | Animal de estimação | Indicação | Gênero | Raça / etnia | idade         | Tempo de rua   | Vínculos entre o grupo    | Tempo na apropriação |
|---------|---------------------|-----------|--------|--------------|---------------|----------------|---------------------------|----------------------|
| GRUPO 1 | não                 | S.        | Mulher | Negra        | 60            | 27 anos        | Mãe de B.; namorada de N. | 1 ano                |
|         |                     | B.        | Homem  | Negro        | Entre 30 e 35 | 15 anos        | Filho de S.               |                      |
|         |                     | N.        | Homem  | Negro        | 36            | 1 ano          | Namorado de S.            |                      |
| GRUPO 2 | sim                 | E.        | Homem  | Branco       | 40            | + de 10 anos   | -                         | 7 meses              |
| GRUPO 3 | sim                 | L.        | Homem  | Negro        | 46            | Aprox. 10 anos | -                         | 1 ano e meio         |
| GRUPO 4 | não                 | M.        | homem  | Negro        | 40            | 7 meses        | Amigos                    | 6 meses              |
|         |                     | G.        | homem  | Branco       | 36            | 7 meses        |                           |                      |
| GRUPO 5 | sim                 | Y.        | mulher | Negra        | 35            | 3 anos         | Namoradas                 | 3 semanas            |
|         |                     | R.        | mulher | Branca       | 34            | 7 anos         |                           |                      |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A seguir, transcrevo as experiências vividas por mim nas abordagens com cada grupo, para que a pessoa leitora seja conduzida ao cenário ainda não analisado. Procedo dessa forma por considerar importante que os relatos sejam apresentados de forma o mais integral possível, para que esse momento de visibilidade da pessoa em situação de rua seja preservado. Demarco, assim, a oportunidade que quis conceder a

essas pessoas de terem suas histórias narradas por elas mesmas, ainda que conduzidas por mim por meio da semiestruturação dos pontos abordados.

#### 4.3.1. Grupo 1

Cheguei na praça e rapidamente avistei uma barraca montada por cima de um dos bancos da praça como estrutura, como se fosse uma cama. Eram três pessoas: S., a mãe; B., o filho de S.; e N. o namorado de S. Por cima, a cobertura era estruturada por pedaços de madeira e coberta com lona preta por cima e uma lona azul, mais grossa, por baixo, que S. disse que foi a irmã dela quem deu dinheiro para ela comprar, por causa das chuvas que estavam frequentes na cidade. Dentro estava um homem deitado e uma mulher sentada. Do lado de fora, um outro homem estava sentado junto a eles, em um banco de plástico, e um terceiro homem estava próximo a eles organizando papelões em um carrinho grande de recicláveis, que depois soube que era um amigo que começou a ficar ali com eles há pouco tempo, em uma barraca própria. Do lado esquerdo da barraca montada existe uma banca de jornal, em funcionamento. A praça é uma praça tradicional e bastante movimentada, com comércio em todo seu entorno imediato. Notei algumas roupas, cobertores, remédios e outros pertences ao fundo da barraca, guardados em caixotes de feira.

Me aproximei, expliquei a pesquisa e a S. logo puxou um banco de plástico para que eu me sentasse junto a eles. Estavam muito receptivos e dispostos a conversar. S. é uma mulher negra, de 60 anos – “sou a mãe velha da praça”, disse –, que vive nas ruas há 27. Tem 4 filhos, é da Bahia, mas está em Juiz de Fora há muitos anos. Era casada e domiciliada, mas se envolveu com as drogas e foi perdendo tudo, disse que vendeu a casa da mãe, se afastou da família e que “quando acabou o dinheiro, acabou o amor”, por isso se separou e começou a viver nas ruas. Disse que não é mais usuária de drogas, mas que bebe álcool. Estava sentada na beira da barraca, no pé da cama, e N. estava deitado na cama, muito magro e debilitado.

N. é um homem negro, de 36 anos, que vive nas ruas há 1 ano. Perguntei se eram parentes, S. disse que N. era meio marido, meio filho, mas mais filho do que marido. N. conheceu S. logo que chegou nas ruas e estava envolvido nas drogas. Disse que foi S. quem o ajudou a sair das drogas e que por isso ele estava debilitado assim. Perguntei se ele tinha diminuído bastante o consumo, me respondeu “diminuí não! Parei!”. A abstinência estava o deixando enjoado, ele não estava conseguindo se

alimentar. Estavam esperando atendimento médico que tinham solicitado.

Do lado de fora, estava B., filho de S., homem negro, entre os 30 e 35 anos, que vive na rua há 15 anos, depois que se envolveu com as drogas e acabou vendendo também e por isso foi preso, mas contou que hoje não usa mais nada. B. não fica direto ali, às vezes vai para a casa do pai, que é a mesma casa onde S. morava. Contou que quando o pai fica doente pede para irem chamar ele lá na praça, aí ele fica em casa cuidando do pai e quando o pai melhora o expulsa para a rua de novo.

Disseram que estão ali na praça há 1 ano e S. disse que já morou – usou essa palavra – em várias outras ruas da cidade, ali na região central mesmo, inclusive na beira do Rio Paraibuna. Disse que saiu desses outros lugares porque “o povo não gosta” que fiquem e que escolheu ficar ali na praça por causa dos amigos que já conhecia por ali, porque normalmente é isso que ela leva mais em consideração para escolher um lugar. Durante o tempo da entrevista 4 pessoas passaram, cumprimentaram e conversaram com eles. Relataram que na praça eles ficam muito bem, que os comerciantes os ajudam e eles ajudam os comerciantes, dão segurança, ficam de olho nas lojas de noite, “nós toma conta de tudo aqui”, disse. S. disse que conhece todos eles, sabe os horários de cada um. Declarou que essa, para ela, é a principal diferença entre ter e não ter um lugar fixo: a relação de amizade com as outras pessoas. “Aqui nós somos uma família”, complementou, dizendo que ajuda todo mundo, conhece todo mundo e que todo mundo gosta muito dela. Contaram que juntos jogam baralho, tomam banho de chuva e que quando tem briga na praça, ficam assistindo: “é a nossa televisão”, brincaram. Contaram que os comerciantes os protegem muito e que o dono da banca de jornal é um pai para ela. Relatam que dali ninguém tira eles, porque eles têm essas amizades ali na praça.

S. relatou que se tivesse dinheiro comprava uma barraca de camping e fazia uma estrutura de madeira no chão para a pôr a barraca em cima, porque ali com essa barraca que eles têm hoje, uma chuva muito forte acaba molhando os pertences deles, então dependendo da chuva eles tem que pegar as coisas e ir para outro lugar até passar. Em casos de terem que sair, recorrem também a deixar alguns pertences na árvore ou em um canto da banca de jornal. Em ordem de importância em um lugar para ficar, colocaram a proteção dos pertences em 1º lugar, a proteção contra sol e chuva em 2º e a preservação da intimidade em 3º.

Entre serem chamados de moradores de rua e pessoa em situação de rua, disseram que tanto faz, mas S. falou que se fosse para escolher, seria “ocupante de

calçada” porque “A gente mora na calçada. Se morasse na rua, a gente estava morto, seria atropelado”, brincaram. S. disse: “sou pobre, moro na calçada, esse lugar maravilhoso”, contemplando a amplitude do espaço da praça, abrindo os braços.

Sobre a questão do uso de drogas, como os três pararam de usar, disseram que acham uma falta de respeito outras pessoas em situação de rua oferecem drogas para eles e disseram que não gostam que usem drogas ali na praça porque acaba dando confusão, briga, roubo e que isso prejudica todo mundo. Disse que tem umas outras pessoas em situação de rua usuárias de droga em uma rua adjacente à praça, mas que “ali é escuridão, aqui é luz”. Disseram também que essa questão das drogas é um dos motivos que os fazem não querer usar os abrigos mais, além dos roubos que acontecem lá.

Quando perguntei como eles se sentem vivendo nas ruas e o que mudou para eles quando começaram a viver nas ruas, expressaram somente pontos positivos. S. disse que se sente mais feliz, porque quando era casada e domiciliada não era feliz, disse: “aqui tenho liberdade”. Contou que já trabalhou como cozinheira, pedreira, salgadeira, doceira, mas que hoje, por causa da idade, qualquer trabalho é pesado para ela e por isso está esperando a aposentadoria. N. disse que mudou tudo, porque antes era usuário de drogas e nas ruas conheceu S. que mudou a vida dele e ajudou ele a parar de usar. B. relatou que, para ele, também mudou tudo, porque logo antes de começar a viver nas ruas estava preso e na prisão ele apanhava muito, mesmo quando estava fazendo tudo certo, e que “na rua é melhor”.

Em ordem de importância para eles hoje, colocaram a moradia em 1º, os relacionamentos familiares, de amizade e amorosos em 2º, a comida em 3º e o trabalho em 4º. Disseram que a população os chama muito de vagabundos, falando para arrumarem um trabalho, mas que dali do entorno imediato recebem muita ajuda, muita doação. Sobre as equipes de abordagem, disseram que ajudam, mas que às vezes acaba prometendo uma coisa e depois não cumprem. S. disse que não liga muito para a questão da alimentação, falou que “se vier doação, eu como; se não tiver, não como”. Complementaram dizendo que o que mais precisam hoje é de “amor, amizade e carinho”.

S. já viajou para outras cidades a pé, em viagens de até 6 dias. Disse que não gosta de viajar de ônibus, porque “a pé a gente vai conhecendo as maravilhas do mundo”. Disse que lembra de Juiz de Fora muito diferente, que viu muita coisa mudar. Nas fotos não reconheceram muitos lugares, se limitando ao Hospital, ao edifício do

Pronto Atendimento Médico e à praça onde ficam.

#### 4.3.2. Grupo 2

Tive a intenção de voltar nos locais onde estavam E. e A., com quem conversei durante a participação no projeto de censo e diagnóstico, mas A. não estava mais no local onde eu o havia encontrado. Foram três meses passados entre a coleta da pesquisa do censo e o momento da minha própria abordagem. A apropriação de E., no entanto, permanece a mesma. No canteiro de uma agência bancária, em uma das avenidas mais movimentadas da cidade, estavam duas barracas de camping, uma cadeira de metal e um carrinho de supermercado com algumas latas amassadas dentro. As barracas ficam por baixo de uma marquise, junto a uma palmeira e a uma entrada de um estacionamento de um edifício vizinho. No primeiro dia que fui procurar E., ele não estava quando cheguei. Me sentei nas escadas da agência bancária para esperar por ele e notei um rapaz que também foi procurar por ele. E. chegou em alguns minutos, com o cachorro na guia. Chamei ele pelo nome, que eu já sabia por causa da aplicação do questionário do diagnóstico do projeto do censo e perguntei se ele lembrava de mim. Ele disse: “Lembro! Da pesquisa!”, com um sorriso largo. Ele amarrou a guia do cachorro na palmeira e me pediu licença para pegar água. Foi até a caixa de hidrômetro do edifício vizinho, encheu uma pequena garrafa d’água e colocou no pote do cachorro. Expliquei que queria conversar com ele sobre outras coisas, falei da minha pesquisa e ele disse que podia conversar, mas perguntou se ia demorar, porque tinha hora para pegar os recicláveis em outro lugar: “se eu não chegar lá na hora, eles passam para outro”. Falei que não queria atrapalhar e que voltava no dia seguinte, então. Perguntei se tinha algum outro horário que seria melhor, ele disse que saía por volta das 10h da manhã para pegar os recicláveis. Combinei de chegar ali às 9h no dia seguinte.

No dia seguinte, cheguei às 9h e ele não estava. Esperei por ele e ele chegou por volta das 11h. Novamente amarrou a guia do cachorro na palmeira, eu perguntei se podíamos conversar e ele disse que sim, me oferecendo a cadeira para eu sentar na sombra. E. se sentou ao meu lado, dentro da barraca. Notei que dentro da barraca estavam guardados alguns alimentos, como manteiga e macarrão instantâneo. Na época da pesquisa do censo, E. disse que um homem em situação de rua tinha perguntado para ele se podia dormir por ali com ele e ele tinha dito que sim. Perguntei

se esse homem ainda estava por ali, ele disse que não, porque recentemente ele se envolveu em uma briga e agora voltou para a cidade dele. E. disse que está sozinho ali e que usa uma barraca para dormir e a outra para guardar os pertences dele. Uma das barracas ele mesmo comprou, a outra ele ganhou de uma moça. Disse para mim que com a barraca fica mais arrumado, “a lona fica muquifo”, disse.

E. relatou novamente a situação que passou na outra rua que ficava antes de ir dormir ali. Falou que, neste dia, saiu dessa rua e foi andando, até encontrar esse canteiro. Achou o lugar bom, porque era bem localizado e porque como é o canteiro da agência bancária, disse que a prefeitura não pode tirar ele dali, só se a própria agência bancária expulsar ou reclamar, e que normalmente em frente a lojas as pessoas costumam reclamar mais. Considera ali bem localizado porque fica próximo a uma praça que tem banheiro público, que além do uso, também poderia pegar água. Agora pega água ali no hidrômetro, porque as pessoas do prédio deixam. Acredita a principal diferença entre ficar ou não em um lugar fixo é a troca que tem com as pessoas do entorno: “um ajuda o outro”, disse, e “quanto tá num lugar hoje e amanhã num outro não tem isso” e que recebe amigos ali, além de ficar mais fácil da equipe de abordagem encontrar ele. Observou, inclusive, que a assistência tanto das equipes de abordagem quanto da população aumentou desde que se fixou ali, por esse motivo, mas em comparação a quando ele começou a viver nas ruas disse que diminuiu, porque depois que passa um tempo, acham que a pessoa já desistiu de querer sair das ruas.

Questionei sobre o rapaz que vi indo ali procurar por ele e pela descrição que dei, ele reconheceu, disse que é um rapaz domiciliado, que mora ali perto e que com frequência ajuda ele. Contou que as pessoas ali em volta tratam ele bem, que quando ele tem que sair, o rapaz da loja fica de olho nas coisas dele e avisa se alguém mexer em alguma coisa. Falou também que os funcionários do estacionamento ajudam ele e foi com eles que recebeu a autorização de pegar a água no hidrômetro. Disse que ele raramente pede alguma coisa a alguém, que é muito comum as pessoas doarem coisas para ele e que ali ele não tem o que reclamar, porque conquistou o espaço dele respeitando as pessoas ali do entorno, “o espaço da gente, a gente tem que conquistar”, concluiu, acrescentando que tem muito apoio das pessoas ali do entorno. E. identifica que outras pessoas em situação de rua sentem inveja de pessoas que estão dessa forma em um lugar fixo, não sendo expulsos pelas pessoas do entorno e que isso acaba gerando desentendimentos entre eles, tendo sido o principal motivo apontado por E. por ter sofrido violência por parte de pessoas em situação de rua.

Para se proteger do sol e da chuva, pensou na posição da barraca de camping. Colocou as duas embaixo da marquise do prédio e colocou a barraca com a abertura para o lado, perpendicular à marquise, para não entrar chuva de frente e para não entrar o sol direto, porque pela manhã bate sol ali – “é bom para secar roupa” – e o sol da tarde, que fica mais quente, fica contido pela marquise. Em relação aos pertences, disse que anda sempre com os documentos em uma bolsa que fica com ele e que as outras coisas ele deixa ali mesmo, contando com o cuidado do rapaz da loja, mas que se alguma coisa acontecer, não se importa tanto, porque “bens materiais a gente conquista”. Colocou a intimidade em 1º lugar na ordem de importância, seguido da proteção dos pertences e, por último, a proteção contra sol e chuva. Não julga necessário nenhum tipo de melhoria ali em sua apropriação, mas expôs que gostaria de um carrinho maior para recolher os recicláveis seria bom, porque no carrinho de supermercado não cabe muita coisa e é preciso juntar muito volume de recicláveis para fazer dinheiro. Relatou que o centro de reciclagem emprestava o carrinho maior antes, mas agora eles não emprestam mais.

E. revelou que se sente vulnerável vivendo nas ruas e considera que quando se tem um domicílio, se tem mais segurança e mais privacidade. Quando usou os abrigos viu muitas brigas e pessoas roubando os pertences uns dos outros, que não se tem respeito e dignidade lá e que por isso não recorre aos abrigos, apesar das equipes de abordagem frequentemente insistirem que é para ele ir. Disse que tem família na cidade e mantém contato com eles, mas disse que a família cobra que ele tenha um emprego para aceitá-lo novamente em casa e ele também acredita que precisa do emprego para se manter para pensar em voltar para a casa da família, mas que se a família dissesse que daria um jeito e que ele não precisaria do emprego para ficar com eles, ele disse que iria. Disse que também ouve muito a população o chamando de vagabundo, ordenando que ele vá trabalhar. Para ele, hoje, o trabalho está em 1º lugar, em 2º lugar estão os relacionamentos familiares e de amizade, em 3º lugar, a moradia e em 4º lugar, a comida, porque “Graças a Deus não falta”, disse. Prefere ser chamado de cidadão em situação de rua e acha que o melhor tipo de assistência que pode receber é o apoio moral, validando a capacidade dele.

E. disse que anda por toda a cidade para buscar os recicláveis e que considera Juiz de Fora uma cidade acolhedora, com pessoas boas. Reconheceu todos os lugares das fotografias, dizendo os nomes. No grupo das fotografias de intervenções aporofóbicas, também reconheceu a maioria e disse que “as pessoas colocam essas

coisas para não fazerem moradia”.

Aproveitei a oportunidade e perguntei se por um acaso ele conhecia o A., porque eu gostaria de conversar com ele. Ele me disse que conhecia, mas que ele não está mais ficando lá na praça que ficava e que agora estava no Centro Pop. Falou também que conhecia a S., que ela era “gente boa”.

#### 4.3.3. Grupo 3

Abordei L. pela primeira vez por volta das 12h, quando o vi na calçada com uma frigideira em um fogareiro improvisado, cozinhando. A apropriação de L. ocupa duas calçadas opostas de uma mesma rua. De um lado, na calçada de um restaurante de fast food ficam alguns de seus pertences; do outro lado, junto a um posto de gasolina, fica a sua barraca, feita com papelões e uma lona preta presa a um muro de um terreno vazio. Ele me pediu que passasse ali outra hora, porque naquela hora estava fazendo o almoço dele e não dava para conversar. No mesmo dia, por volta das 16h, voltei para tentar conversar com ele.

Quando cheguei, ele estava deitado do outro lado da rua, nos papelões, recostado em um saco de recicláveis e junto a duas cachorras, fez um sinal com a mão para mim, me reconhecendo. Perguntei se podíamos conversar e ele aceitou, não sem antes perguntar para o que seria a pesquisa, de onde eu era, o que eu queria saber. Pedi licença e me sentei de frente a ele, no papelão. As cachorras ficaram em festa. Perguntei se ele as deixava sempre soltas, ele disse que sim, que antes as deixava presas, mas que haviam reclamado, então ele as ensinou a ficarem próximas, a atravessarem a rua e agora elas ficam soltas. Ele me perguntou se eu queria trocar de lugar com ele, já que estava muito sol e ele estava mais na sombra. Respondi que não precisava, que ele podia ficar à vontade. Notei que nas cercas-viva, ao lado do restaurante, L. tinha estendido algumas roupas e colchão. Me pediu licença em certo momento para ir até lá virar as roupas e o colchão de lado. Perguntei se ele tinha lavado roupa, ele disse que não, que tinha molhado tudo com a chuva forte que havia caído no dia anterior.

L. é um homem negro, de 46 anos, que vive nas ruas há quase 10 anos. É de Belo Horizonte e veio para Juiz de Fora a pé, pegando algumas caronas em alguns trechos. Disse que foi muito difícil, que pegou muita chuva no trajeto e que não foi fácil conseguir carona. Relatou que conhece pouco a cidade, mas que considera a cidade

boa. Quando chegou em Juiz de Fora, ficou em frente ao teatro, no centro da cidade, por volta de 1 ano no mesmo lugar, porque o teatro estava fechado por causa da pandemia. Quando o teatro reabriu, ele teve que sair de lá e encontrou esse lugar, onde já havia um amigo dormindo, o C., e perguntou se podia dormir ali. L. já está ali há mais de um ano, quase 1 ano e meio, e que agora o C. quase não fica por ali. Falou que o C. gosta de acordar cedo e ficar andando pela cidade, mas que ele não tem muita rotina, às vezes gosta de acordar cedo, às vezes quer dormir até mais tarde. Quando C. está por ali, eles conversam e bebem juntos. Contou que a prefeitura já o tirou dali umas 2 vezes, mas que ele voltou. Relatou que em uma das vezes o funcionário da prefeitura chegou a avisá-lo que iam passar no dia seguinte recolhendo os seus pertences e que ele tentou chegar a tempo para que não pegassem tudo, mas que não conseguiu, quando chegou já estava tudo na caçamba e, então, não teve jeito de impedir.

L. contou que escolheu aquele lugar por ser perto dos lugares que ele frequenta para pegar recicláveis e porque se sente com mais segurança por ser próximo a dois estabelecimentos com funcionamento 24h, além de ter acesso à água no posto de gasolina. Além disso, disse que tem amizade com alguns moradores dos prédios do entorno e que eles costumam oferecer água, gelo, alimentos, dinheiro e que ajudaram, inclusive, na cirurgia de castração das duas cachorras. Durante a entrevista, algumas pessoas que passaram cumprimentaram ele e as cachorras, chamando-as pelos nomes.

Relatou que já se acostumou a viver nas ruas e que já rejeitou ajuda para ir para o abrigo por ser longe dos lugares de trabalho dele, onde ele consegue os recicláveis. Contou que já usou os abrigos e que também já ficou no hotel, com vaga da prefeitura, mas que prefere ficar ali mesmo, porque em hotel às vezes te designam em um quarto com outra pessoa que você não se dá bem e em abrigo tem muita gente que rouba os pertences e roupas novas, principalmente quando a pessoa vai tomar banho. Disse que hoje, além disso, também se preocupa com as cachorras e que, em lugares que é permitido a entrada delas, fica apreensivo delas mexerem nos pertences das outras pessoas, porque uma delas é bem bagunceira.

Colocou em 1º lugar de importância em um lugar para ficar a proteção contra o sol e chuva, em 2º lugar colocou a proteção dos pertences e em 3º, a intimidade. Comentou que nessa época o sol já estava “virando” e que antes pegava pouco sol ali naquela calçada, agora já pega bastante no horário da tarde. L. disse que, se pudesse, compraria uma lona mais grossa, mencionando que a lona preta não o protege tanto

contra chuva, quando chove forte. Quando a chuva está muito forte, ele fica na calçada do restaurante, por causa da marquise. Relatou que deixa os seus pertences ali e que quando sai, às vezes deixa mais escondido em um canto, porque já aconteceu de mexerem, e que deixa o seu carrinho dos recicláveis de um jeito que os funcionários do posto de gasolina consigam tomar conta com facilidade, já que na outra calçada, atrapalharia o serviço deles.

Quando falamos sobre como a vida dele seria diferente se ele tivesse uma casa, relatou que ter um domicílio com um terreno seria bom para guardar os recicláveis com segurança. Disse que o que mais mudou na vida dele quando ele começou a viver nas ruas é que antes ele tinha mais convivência com outras pessoas e mencionou que mesmo com outras pessoas em situação de rua não tem convivência. Perguntei se ele preferia ser chamado de morador de rua ou de homem em situação de rua, me respondeu que tanto faz, mas contou um caso de um dia que estava em uma padaria e ouviu um homem o chamando de mendigo. Disse que ele ficou chateado, porque estava com roupa arrumada e limpa e que, sob o efeito do álcool, respondeu ao homem dizendo: “Mendigo não! Morador de rua!!”, e riu, se divertindo com a história.

Em ordem de importância, colocou o trabalho em 1º lugar, os relacionamentos em 2º, a comida em 3º e a moradia em 4º, justificando que “moradia já tenho, durmo aqui e lá”. Relatou que quando começou a viver nas ruas recebia menos ajuda e que hoje considera que recebe mais. Contou que quando se fixou ali o apoio e a assistência mudaram porque “as pessoas passam a te conhecer, aí ajudam mais, porque veem a dificuldade da pessoa”, disse.

Contou que costuma ouvir as pessoas passando por ali e se queixando de que tem lixo amontoado e argumentou: “eu não junto lixo, eu junto recicláveis. Eu tô ajudando a cidade recolhendo os recicláveis” e que, das equipes da abordagem, ouve sempre oferta de ir para o abrigo, mas disse que não quer ir.

Sobre as fotografias, reconheceu a Praça Antônio Carlos, o Parque Halfeld e a Praça da Estação, além do Restaurante Popular, o Hospital de Pronto Socorro e o Pronto Atendimento Médico Marechal, indicando que fica na rua em frente ao Parque Halfeld. Sobre as fotografias de intervenções aporofóbicas, reconheceu alguns lugares e disse que “os cara bota isso lá pros cara não dormir ali” e contou que já teve amigo que passou por essa situação.

#### 4.3.4. Grupo 4

A apropriação de M. e G. fica em uma rua menos movimentada, paralela a uma importante via da cidade, nos fundos de um hospital público, em uma parte alargada da calçada, feita de um estacionamento sem fechamento, mas coberto. A apropriação tem uma “parede” e um “teto” feita com chapas de policarbonato e régua de madeira e uma porta, também de madeira, que fica solta, mas que determina a entrada e permite o fechamento completo da barraca. Foi a segunda vez que fui até lá para tentar entrevistá-los, da primeira vez não havia ninguém. Quando me aproximei, ouvi uma movimentação dentro da barraca e chamei por eles, pedindo licença. M. foi quem me respondeu primeiro, disse que era para eu aguardar um pouco porque estava trocando de roupa. Quando saiu, percebi que estavam em uso de droga. M. é um homem negro, de 40 anos, que disse estar há menos de um ano vivendo nas ruas, cerca de 7 meses. G. é um homem branco, de 36 anos, que também disse estar vivendo das ruas há 7 meses. Havia um terceiro homem junto com eles na barraca, mas que não fica ali, era só um amigo.

M. e G. são amigos e relataram ter uma amizade muito forte. Foi M. quem chegou ali naquele ponto primeiro. G. relatou que antes tinha 3 ou 4 lugares onde costumava ficar alternadamente, mas que cansou e pediu para ficar ali junto com M. Estão nesse ponto há cerca de 6 meses e vivem nas ruas por causa do envolvimento com as drogas. G. relatou que é do Rio de Janeiro, que fez curso técnico de metalurgia e que começou a usar drogas quando estava na faculdade, mas que perdeu o controle do vício e foi perdendo tudo o que tinha. M. estava preso antes e quando saiu do sistema prisional, ainda envolvido com as drogas, foi expulso de casa pela família. Disse que já trabalhou com pintura e com obra, mas que trabalharia com qualquer coisa, que tem muita vontade de arrumar um emprego, mas que considera que tem pouca oportunidade.

M. disse que escolheu aquele lugar por três motivos. Primeiro, a segurança que a proximidade com o hospital oferece. Segundo ele, o terreno do estacionamento também pertence ao hospital e, por isso, disse que a prefeitura não pode recolher os pertences dele, só se o hospital reclamar. Em segundo lugar, como a rua tem vaga de automóvel nos dois lados, M. viu uma oportunidade trabalhar como flanelinha. E, em terceiro lugar, era uma época de chuvas, então como ali era coberto, proporcionava mais proteção. Por fim, os dois escolheram ficar juntos porque sentem mais segurança

do que ficar sozinhos, além de juntos terem os momentos de lazer, como conversas e uso de drogas. Para eles, em ordem de importância, a proteção contra a chuva e o sol – “a proteção do corpo físico”, como disseram – fica em primeiro lugar. Em segundo lugar disseram a preservação da intimidade, porque M. considera ser falta de respeito eles usarem drogas enquanto passam pessoas por ali, principalmente porque tem uma escola perto e crianças podem ser influenciadas. Em terceiro lugar colocaram a proteção dos pertences.

Relataram que a principal diferença entre ter ou não um lugar fixo é a possibilidade de ter acesso a dinheiro e alimentos e poder guardar as coisas que conseguem, pois quando ficam em movimento não dá para guardar coisas. Contaram que naquele lugar ficam bem protegidos da chuva, por causa do telhado, mas que se chove muito forte vaza água pelo muro da garagem ou a rua enche, mas que nunca chegou no lugar mesmo onde fica a barraca. Disseram também que pessoas costumam mexer nos pertences deles, mas que agora que estão os dois juntos isso diminuiu. M. disse que deixa documentos e pertences de mais importância na casa de uma amiga. Relataram que o tipo de barraca que têm ajuda na proteção dos pertences e na preservação da intimidade e G. disse que não me chamava para ver dentro da barraca porque estava bagunçado, “de um jeito que a gente não gostaria que você visse”, complementaram. Disseram, ainda, que se tivessem uma casa, para além do conforto, seria bom para ter espaço para guardar recicláveis e prepará-los para a entrega. Disseram que estão pensando em um jeito de colocar um cano para fazer um chuveiro improvisado, para poderem tomar banho.

Os dois expressaram que se sentem muito mal vivendo nas ruas. M. comentou que sua experiência no sistema prisional foi muito ruim e que quem entra como primário acaba aprendendo muita coisa com os outros presos. No entanto, disse que ali naquele lugar se sente bem às vezes, porque algumas pessoas já os conhecem, cumprimentam, “olham com boa intenção”.

M. confessou que muitas pessoas demonstram medo, seguram a bolsa quando vão passar por eles ou atravessam a rua e que ele percebe e se sente muito mal por isso. M. relatou também que muitas vezes é chamado de “cracudo”. Declararam que o que mais ouvem da população é “não”, no sentido de que não podem ajudar, não podem comprar, entre outros, e complementaram: “são poucos os que querem te ajudar, te ouvir”. Nesse momento, G. perguntou se podia me pedir uma coisa e disse: “sempre que você tiver chance, fala para as pessoas que nós não somos gente ruim”.

Disseram que as equipes de assistência prometem muitas coisas, mas sem sempre cumprem e que dali do entorno, alguns moradores cumprimentam e ajudam e outros atravessam a rua com medo. Confessaram, ainda, que de outras pessoas em situação de rua ouvem muita oferta de droga e que, por isso, é muito difícil parar. Em relação à família, disseram que eles oferecem ajuda, mas que “querem ajudar do jeito deles” e por fim acabam ouvindo que eles que não querem sair das ruas. Consideram, ainda, que a medida que foram ficando mais tempo nas ruas, a assistência foi diminuindo.

Sobre o que mudou para eles depois que começaram a viver nas ruas, M. disse que a personalidade dele mudou muito. Confidenciou que a família diz que ele os abandonou, mas que ele leva a família no coração e que não mantém muito contato para protegê-los de algumas situações e que, como ele não quer a ajuda que eles oferecem, ficam chateados e acaba gerando um conflito que ele quer evitar, por isso se afastou. G. disse que o que mudou muito foi a visão que as pessoas têm dele. Revelou que “Não concordo que a vida é uma escolha. Eu até escolhi estar na rua, mas foi porque não achei oportunidade de emprego quando saí das drogas. As pessoas acham que quem mora na rua é pilantra, ladrão”. Contaram que preferem ser chamados de moradores de rua, porque consideram que escolheram estar nas ruas e que acreditam que a “situação de rua” é caracterizada por uma situação de alguém que perdeu uma casa em um desastre, por exemplo, ou o emprego, e que vai retomar a vida domiciliada.

Já recorreram ao abrigo apenas uma vez e não querem mais usar, porque disseram que tem muita confusão. Além disso, contaram que recebem comida às vezes da população e que a equipe de abordagem já esteve ali, mas que não foram mais. Em ordem de importância para eles atualmente, M. colocou: moradia em 1º, relacionamentos em 2º, trabalho em 3º e comida em 4º. G. colocou: trabalho em 1º, relacionamentos em 2º, moradia em 3º e comida em 4º.

Os dois concordam sobre o que acham de Juiz de Fora: “uma cidade boa para quem quer beber, comer e usar droga. Para quem quer trabalhar é ruim, só arruma emprego quem é conhecido de alguém”. Disseram que observam o desemprego aumentando, o número de pessoas em situação de rua e de usuários de droga crescendo, a violência aumentando e os preços de tudo ficando mais altos.

M. disse que tinha um compromisso e pediu licença para se arrumar. Pediu que eu o indicasse para qualquer serviço se eu soubesse de alguém procurando, que ele poderia trabalhar com qualquer coisa. Só G. viu as fotografias e reconheceu todos os lugares, mas em relação às intervenções de aporofobia não relacionou com as pessoas

em situação de rua, pontuou apenas que enxergava esses espaços como residuais nas cidades. Encerrei a entrevista e me despedi. G. disse, em tom de brincadeira, “quando puder passa aí para dar um oi, ver se a gente tá vivo”.

#### 4.3.5. Grupo 5

A apropriação de Y. e R. está localizada na mesma rua da apropriação do Grupo 4, logo em frente, do outro lado, na calçada do hospital. Eu já as havia observado em um colchão próximo à barraca, dormindo juntas, com uma cachorra próximo a elas. Logo que acabei de entrevistar o Grupo 4 vi que elas estavam acordadas, dentro da barraca. Me aproximei, pedi licença, expliquei a pesquisa e disse que tinha acabado de conversar com os meninos. Elas aceitaram participar e eu me sentei no chão, em frente à barraca. Y. estava deitada de bruços e R. sentada. A cachorra também estava dentro da barraca, deitada de barriga para cima, pedindo carinho.

Y. é uma mulher negra, de 35 anos, 3 anos em situação de rua e tem 2 filhos (um de 17 e um de 18, que moram com a família), é do Rio de Janeiro, mas está em Juiz de Fora há 10 anos; R. é uma mulher branca, de 34 anos, 7 anos em situação de rua e tem uma filha de 3 anos, que mora com o pai. São namoradas e estão juntas há 3 anos. A cachorra era de uma amiga, mas já está com elas há cerca de 2 anos, que as protege quando percebe algum perigo.

A apropriação consiste em uma barraca junto à parede dos fundos do hospital, feita com pedaços de caixotes de madeira e lona preta. Em alguns caixotes, elas guardam seus pertences. Nesse ponto estão há pouco tempo, cerca de 3 semanas. Estavam no albergue antes, mas Y. se envolveu em uma briga por ciúmes de R. e perdeu a vaga, então as duas saíram. Escolheram esse ponto por ser embaixo de uma marquise e estar na calçada do hospital, porque, segundo elas, sendo do hospital a prefeitura não pode tirá-las dali, então acharam que seria bom “montar comarca” ali.

Disseram que antes do albergue estavam em uma rua ali próximo e ficaram lá cerca de 9 meses. O local onde estavam falando é um dos que aparece nas fotografias do grupo das intervenções de aporofobia usadas na segunda parte da entrevista. Me relataram que antes delas havia lá um homem que tinha sido preso, por isso, R. “tomou a comarca”, mas que com o passar do tempo a síndica começou a jogar um forte desinfetante nos pertences dela quando ela saía. Então, um dia, elas montaram a barraca do outro lado da calçada e logo em seguida a síndica instalou as grades de

ferro e fechou o espaço onde ficavam anteriormente.

Quando questionei se acreditavam que uma vida domiciliada seria muito diferente do que têm hoje, me responderam que não, que iam ter a mesma rotina que têm hoje, que iam fazer as mesmas coisas, porque elas tomam banho, se alimentam, lavam as roupas, “A gente tem que viver! Tem gente que vegeta. A gente vive normal, só não tem casa”, Y. complementou. Disseram que acordam cedo, vão para o bairro vizinho encontrar com amigos e lá ficam bebendo. Confessaram que desde que começaram a viver nas ruas mudaram muito para melhor. R. disse que “evoluiu muito”, que “ficou com mais cabeça”, Y. concordou: “eu só aprontava”. Para elas, atualmente, o relacionamento familiar está em 1º lugar na ordem de importância, principalmente por causa dos filhos, em 2º lugar está a moradia, em 3º a comida e em 4º o trabalho. Quando questionei se achavam que precisavam de alguma coisa diferente hoje do que precisavam quando começaram a viver nas ruas, Y. acrescentou que não: “não preciso de mais nada, a R. estar perto de mim já está ótimo”.

Gostam muito de ficar ali, contaram que observam o movimento do hospital e que conseguem usar o banheiro do hospital para sua higiene pessoal, que às vezes enchem um balde com água lá no banheiro e usam para lavar as roupas. Y. relatou que antes tomava banho em uma igreja, mas que agora com o hospital ficou melhor. Disseram que dali só saem se for para cada delas mesmo ou para o albergue para o qual solicitaram vaga de novo e estão aguardando. Disseram que a lona preta protege bem da chuva e do sol, ainda mais com a localização da barraca sob a marquise, mas que o sol costuma bater ali na parte da tarde e fica muito quente, por isso estavam dormindo no colchão mais pra frente da calçada, para ficar na sombra e complementaram: “já temos o ponto certo, porque o sol fica tampado pelo prédio da frente”. Brincaram quando perguntei do que queriam melhorar na barraca, disseram rindo “uma cama de casal, uma televisão”, e depois disseram que tinham vontade de puxar um ponto de energia, porque em relação as outras coisas estão satisfeitas. Em ordem de importância para elas atualmente, colocaram em 1º lugar a intimidade, em 2º a proteção dos pertences e em 3º a proteção contra sol e chuva.

Relataram que se sentem bem vivendo nas ruas porque fazem o que fariam se tivessem domicílio: comem, tomam banho, “a gente vive normal”. Disseram que não sofrem violência, mas que sentem muita discriminação por parte da população, mais por serem mulheres em situação de rua do que por serem mulheres lésbicas. Das equipes de assistência disseram que ouvem muita oferta de ajuda e que os abrigos são

ótimos. Dos moradores do entorno da apropriação relataram que um morador implicava muito com elas e que as denunciou, dizendo que iam colocar fogo no hospital porque tinham posicionado um fogão adaptado muito próximo da parede, mas que depois disso elas colocaram os tijolos que fazem a base do fogão mais próxima ao poste e que, com isso, o morador parou de reclamar da presença delas. Em relação as outras pessoas em situação de rua, relataram que “muitas pessoas não têm a cabeça que a gente tem”, no sentido de que elas vivem a vida delas normalmente e que outras pessoas em situação de rua ficam dominadas pelas drogas e pela situação de rua. Sobre a família, disseram que só os ouvem dizendo para que elas saiam “dessa vida”.

Consideram Juiz de Fora uma cidade muito acolhedora que tem um bairro certo que elas sabem que não morrem de fome lá, porque conseguem muita doação. Disseram que a população costuma doar alimentos para elas e ração para a cachorra. E que, nesse sentido, gostam de ficar em lugar fixo porque é mais fácil da população ajudar e das equipes de abordagem as encontrarem, além de que “ninguém enche o saco”, têm mais privacidade. Em relação as fotos, reconheceram o hospital no qual a apropriação está localizada: “Ah, o hospital, né! Eu moro aqui”; reconheceram as praças, o restaurante popular, e o edifício do Pronto Atendimento Médico, “eu vou lá amanhã”. Quando mostrei as fotografias das intervenções de aporofobia, imediatamente reconheceram o lugar onde costumam ficar antes de estarem ali: “Aqui onde eu morava! A banca do orgânico ali”. Sobre as expulsões, Y. disse que quando a prefeitura vem tirar, ela fala para esperarem pelo menos a época de chuva passar, porque ela é doente e não pode ficar pegando chuva. A entrevista foi finalizada e Y. foi ajudar um homem conhecido que chegou trazendo uma barraca de camping e ia se acomodar ao lado da barraca delas.

#### 4.4 PERCEPÇÃO E SUBJETIVAÇÃO: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

A mobilidade e o rompimento de vínculos são características habitualmente apontadas como predominantes na situação de rua. No entanto, estudos também constataam que a mobilidade é compulsória, mediante as formas como a população interagem com essas pessoas, expulsando-as, repudiando e repelindo seus corpos, sua presença e sua visibilidade. Por isso, conforme explorado no item 1.3, que

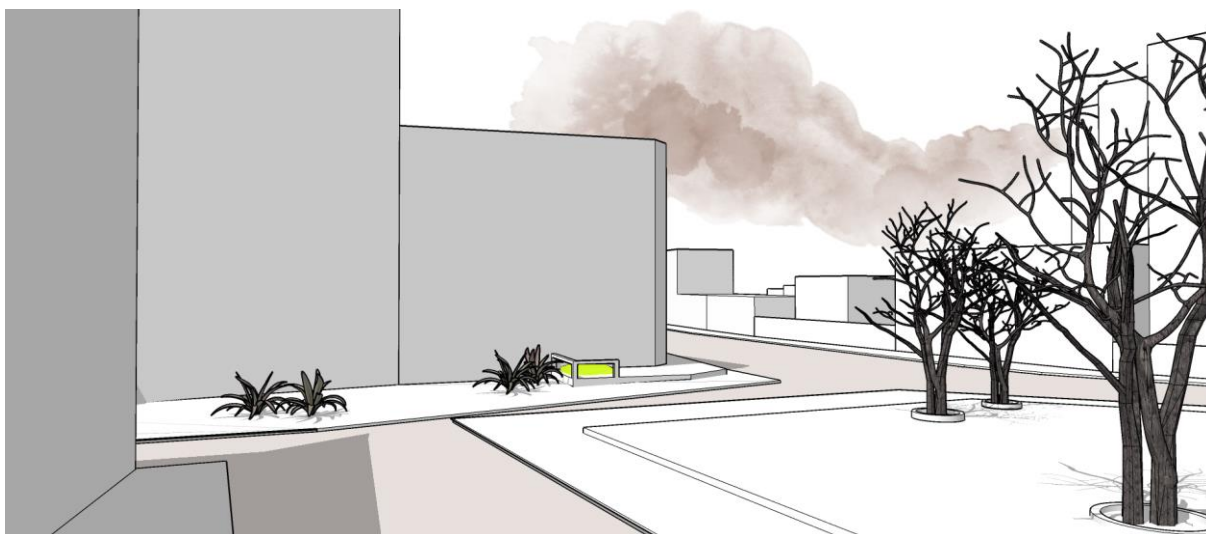
versa sobre o enquadramento desta pesquisa, definimos que abordáramos os sujeitos que decidem se fixar em alguma área da cidade e que conquistam uma permanência fixada por algum tempo, contrariando as lógicas de expulsão, repúdio e repelência por parte da população e os métodos de acolhimento das políticas públicas. A produção dos dados a partir das entrevistas realizadas buscou conduzir uma leitura espacializada da experiência corporificada de pessoas em situação de rua de modo que emergissem questões relativas à inscrição dessa experiência espacial corporificada na subjetividade destas pessoas. Tendo como guia a hipótese de que a construção da identidade da população em situação de rua se dá através de sua relação com o espaço público urbano, da leitura e percepção dos signos nele contidos, que os fazem performatizar seu papel socioespacial na dinâmica urbana contemporânea, essa análise dos dados foi estruturada em três pontos:

1. Experiência perceptiva: a relação com o espaço público urbano
2. Experiência corporificada: a construção da identidade da pessoa em situação de rua no espaço público urbano;
3. A performatividade urbana.

#### *4.4.1. Experiência perceptiva: a relação com o espaço público urbano*

Para analisar a percepção do corpo orientado no espaço, exploramos as observações das apropriações e os relatos das relações desses sujeitos com o espaço que ocupam. Nas observações, o espaço urbano foi observado em sua materialidade e identificados, assim, os elementos físicos que amparam as apropriações por parte das pessoas em situação de rua. Nesta seção foram analisadas principalmente as questões abertas sobre os motivos que os levaram a escolher o lugar onde estavam, os motivos que os levaram a sair do lugar anterior, as estratégias e importância da proteção de pertences e do corpo físico, além das vantagens e desvantagens do ponto onde estavam, desejos de melhoria e as vantagens e desvantagens de terem fixado uma apropriação. Os relatos confirmam que a relação das pessoas em situação de rua com o espaço público urbano se inicia com a definição de um lugar onde abrigar-se, ainda que não se saiba, em um primeiro momento, por quanto tempo vai ficar naquele lugar. As figuras a seguir ilustram algumas das apropriações visitadas durante a etapa de produção dos dados.

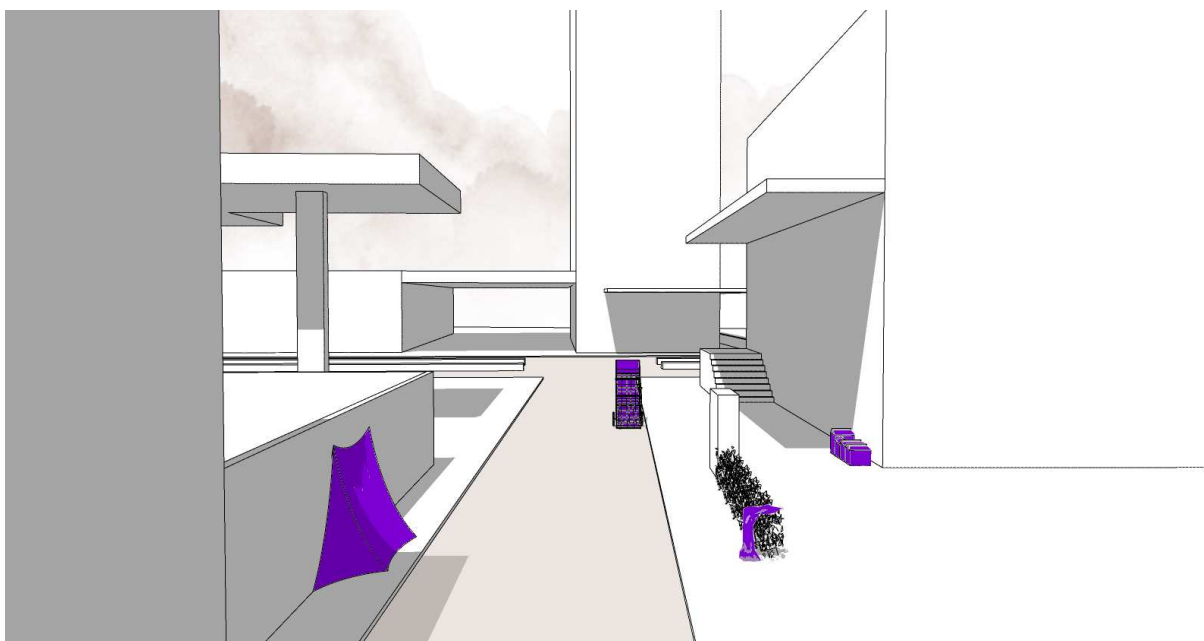
Figura 6 - Ilustração de apropriação.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023

Na Figura 6, vemos uma apropriação sem uma estrutura elaborada de abrigo. Localizada em uma praça, cujo entorno imediato é predominantemente residencial, a pessoa em situação de rua instalou sua apropriação em um patamar de acesso ao edifício, em frente à porta de uma loja desocupada, junto à parapeitos de cimento e não tem cobertura.

Figura 7 – Ilustração de apropriação.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Na Figura 7, observa-se o domínio do espaço. A apropriação é dispersa e

ocupa calçadas opostas da mesma rua. A marquise da construção à direita é usada como proteção para os pertences. Quando chove, é sob ela que a pessoa da apropriação fica. O carrinho de recicláveis fica posicionado na rua. A cerca-viva é usada para colocar roupas para secar no sol. A lona, usada para o pernoite, fica presa a um muro de um terreno vazio.

Figura 8 – Ilustração de apropriação.



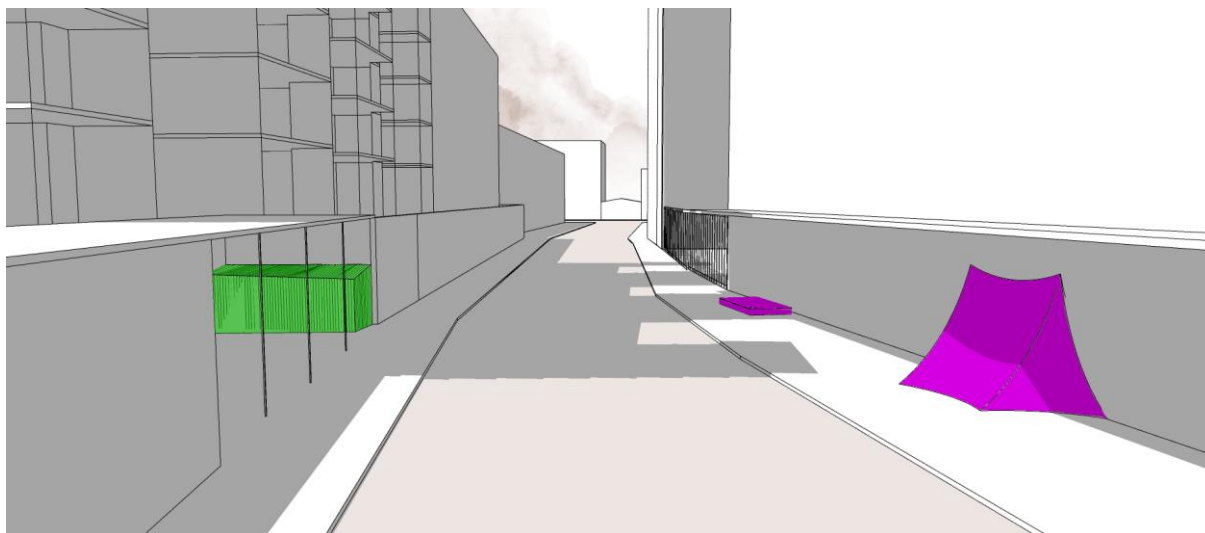
Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Na Figura 8, a apropriação está ao centro da figura, demarcada em cor rosa. A praça fica próxima à linha férrea, que se encontra ativa, e o entorno é composto por estabelecimentos comerciais e uma antiga estação de trem. A praça tem movimento intenso durante o dia pois conecta duas porções do bairro central e é um dos pontos principais da malha de transporte público. Com frequência a praça é usada para festas públicas. A apropriação utiliza o mobiliário urbano da praça como base para a instalação da apropriação e foi posicionada, também, próxima à banca de jornal, cujo dono conhece as pessoas dessa apropriação.

A Figura 9 ilustra duas apropriações que estão localizadas em uma mesma rua. A via fica paralela a uma via principal da cidade e é predominantemente residencial, com alguns estabelecimentos educacionais e de saúde. Próximo às apropriações existe um edifício cuja construção foi interrompida. A rua possui circulação mediana durante o dia e fraca durante a noite, tanto em relação ao fluxo de pedestres quanto ao fluxo de veículos. A utilização das vagas disponíveis tanto na margem esquerda quanto direita da rua resulta em um movimento intenso de estacionamento de veículos. A apropriação em rosa está localizada sob a marquise

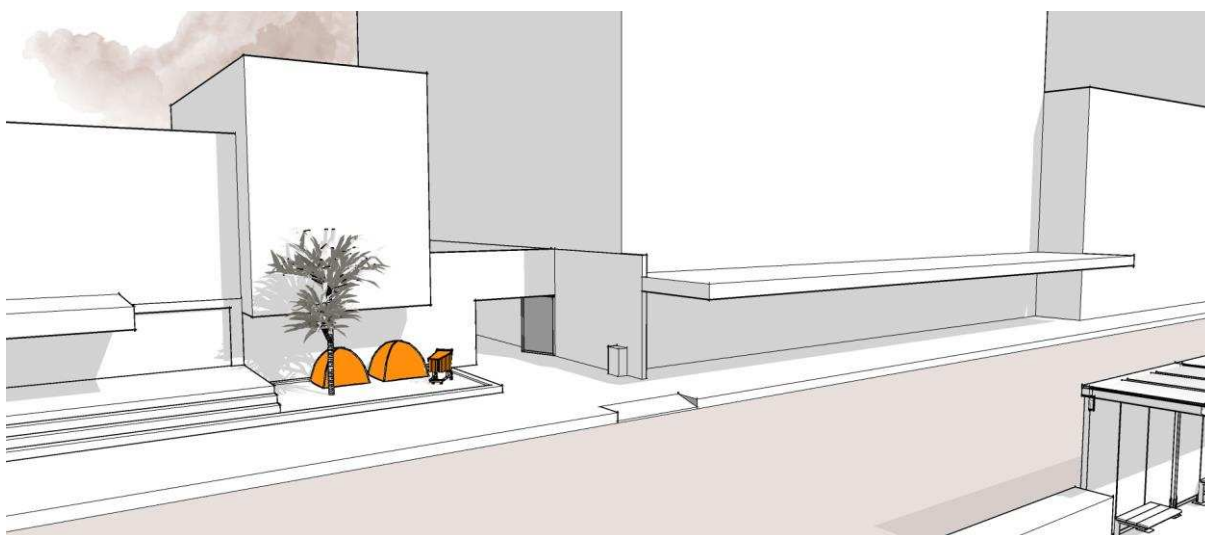
da parte de trás de um hospital público e demonstra domínio sobre o território da calçada, pois, em dias de sol, a posição do colchão mexe de acordo com a sombra. A apropriação em verde está localizada em um terreno transformado em estacionamento, sob uma cobertura.

Figura 9 – Ilustração de apropriação.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023

Figura 10 – Ilustração de apropriação.



. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

A Figura 10 ilustra uma apropriação localizada no Centro da cidade, em uma das avenidas mais importantes da cidade. A avenida possui fluxo intenso de veículos e pedestres durante a maior parte do dia. O uso da avenida é misto. A instalação da apropriação foi feita em um canteiro gramado, pertencente a uma

agência bancária, no qual barracas de camping foram posicionadas sob um elemento de fachada que cede cobertura. Todos os itens da apropriação ficam sobre o canteiro e árvore decorativa é utilizada prender a coleira do animal de estimação em caso de necessidade. Do lado direito da apropriação há a entrada de veículos e pedestres de um edifício comercial.

Percebe-se pelos dados obtidos em entrevista que a percepção do espaço público é ativada em relação à dominância sobre a área escolhida, seja por parte de outras pessoas em situação de rua, das pessoas domiciliadas no entorno ou de estabelecimentos comerciais. Quer dizer, a pessoa em situação de rua, antes de instalar uma apropriação, direciona algum tipo de pedido de autorização. Tal questão se justifica pela relação de dominância que percebem existir no espaço urbano. A partir do grupo analisado, levando em consideração a especificidade do perfil das pessoas em situação de rua por tempo prolongado e em apropriação fixa, podemos observar que pessoas em situação de rua tem a característica da errância e o deslocamento, mesmo quando compulsório – assim como visto em Kunz, Heckert e Carvalho (2014), Santos e Bertoloto (2020), Esquinca (2013), Reis (2013) – e que isso dá em, majoritariamente, em resposta a ações de expulsão e repúdio voltadas a eles. Os relatos indicam que, em errância, as pessoas entrevistadas experienciaram o espaço perceptivamente até encontrarem uma área na qual pudessem se instalar levando em conta a relação de dominância sobre a área. Por exemplo:

- A. estava em uma ocupação de um edifício subutilizado da cidade e que a prefeitura desocupou o edifício por causa da pandemia para colocá-los em abrigos. A partir daí, as pessoas foram voltando para as ruas e se espalhando pela cidade. Ele escolheu a área onde estava por parecer que poderia ficar ali por um tempo maior. Conheceu o dono da loja onde fica em frente e foi, de certa forma, autorizado a se instalar ali;
- S. relatou que morou em outras ruas antes de se fixar na praça, mas que saiu desses outros lugares porque “o povo não gosta” que fiquem e que escolheu a praça porque já tinha alguns amigos ali, o que significaria que consentiriam sua instalação;
- E. estava em uma outra rua antes de se instalar no canteiro da agência bancária e saiu de lá por uma situação que não sabia se tinha partido de outras pessoas em situação de rua que também estavam na mesma

rua ou se por funcionários dos estabelecimentos comerciais ali localizados. Por isso, preferiu buscar um lugar onde ainda não tivesse sido ocupado por outra pessoa em situação de rua e onde tivesse um tipo de permissão para se instalar. Foi andando até encontrar essa área a qual ele interpreta ser pouco provável de sofrer expulsão. E. também relatou o pedido de autorização que recebeu por parte de um outro homem em situação de rua para se abrigar nesse mesmo lugar, demonstrando que a partir do momento que ele se instalou naquela área, se transformou em referência de dominância;

- L. também estava em outra localização da cidade e, com a retomada das atividades que tinham sido suspensas por causa da pandemia, buscou outro lugar. Disse que foi andando e chegou em um lugar que tinha um homem em situação de rua que ele já conhecia e pediu autorização para se instalar ali com ele;
- M. e G. relataram que M. se instalou nessa área primeiro e que G. perguntou se poderia ficar junto com ele, porque havia cansado de ficar intercalando áreas da cidade para pernoitar;
- Y. e R. contaram circunstâncias que aconteceram em sequência: primeiro, se instalaram em uma área sob um edifício residencial porque o homem em situação de rua que antes estava instalado no local havia sido preso, então ele perdeu o direito de dominância sobre aquele espaço e elas o assumiram; depois, sofreram expulsão por parte da síndica do edifício e foram para a casa de acolhimento. Lá, perderam a vaga por Y. ter se envolvido em uma briga. Escolheram o local atual por ser calçada de hospital público e que, por isso, não seriam expulsas. Agora que estão ali, têm o domínio da calçada. No dia da entrevista, um homem conhecido chegou para montar sua barraca de camping e pernoitar próximo à acomodação delas.

Em paralelo, foram levantados dados sobre a percepção da ocupação do território da cidade, pois, diante da necessidade de transferência de apropriação, também outras questões são levadas em consideração, como a proximidade com possibilidades de renda (atividades de flanelinha ou de catador ou catadora de recicláveis); com doações; com equipamentos de saúde; e com outras trocas que o ambiente pode oferecer. Assim, destacamos no

Quadro 8 as regiões, equipamentos e estabelecimentos que foram apontados pelas pessoas entrevistadas como tendo sido decisivos na escolha do local de instalação da apropriação e/ou que sejam pontos positivos para a permanência na área.

Quadro 8 – Equipamentos ou estabelecimentos considerados decisivos para a escolha da área de instalação da apropriação ou que apontados como positivos para a permanência na área.

| GRUPO          | PONTOS  | MOTIVO                           | DISTÂNCIA APROX. DA APROPRIAÇÃO |
|----------------|---|----------------------------------|---------------------------------|
| <b>Grupo 1</b> | Banca de jornal   | Socialização                     | 1 m                             |
|                | Estabelecimentos comerciais   | Socialização, segurança e trocas | Entre 20 m e 30 m               |
| <b>Grupo 2</b> | Estacionamento do edifício comercial                                      | Socialização, segurança e trocas | 2 m                             |
|                | Ponto de água   | Necessidade                      | 5 m                             |
|                | Estabelecimentos comerciais   | Socialização, segurança e trocas | 5 m                             |
|                | Banheiro público  | Necessidade                      | 140 m                           |
|                | Ruas onde recolhe recicláveis   | Renda                            | Entre 50 m e 500 m              |
|                | Área de instalação de apropriação anterior                                | Familiaridade                    |                                 |
| <b>Grupo 3</b> | Ponto de água   | Necessidade                      | 15 m                            |
|                | Moradores domiciliados que oferecem doações                               | Socialização e necessidade       | Entre 1 m e 60 m                |
|                | Estabelecimentos comerciais com funcionamento 24h                         | Segurança e trocas               | Entre 20 m e 60 m               |
|                | Ruas onde recolhe recicláveis   | Renda                            | Entre 200 m e 500 m             |
| <b>Grupo 4</b> | Hospital público  | Segurança                        | 5 m                             |
|                | Vagas de estacionamento nas ruas  | Renda                            | Entre 1 m e 150 m               |
| <b>Grupo 5</b> | Hospital público (com autorização para acesso a ponto de água e banheiro) | Segurança e necessidade          | 2 m                             |
|                | Área de instalação de apropriação anterior                                | Familiaridade                    | 300 m                           |
|                | Bairro onde têm amigos  | Socialização                     | 450 m                           |
|                | Bairro onde tem mais acesso a doações de alimentos                        | Necessidade                      | 450 m                           |

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, a dimensão corporal se coloca em seis sentidos diferentes sobre a forma como o corpo vai ocupar esse espaço: (1) sentido do abrigo do corpo físico; (2) sentido de facilidade de acesso a bens de necessidades fisiológicas (água, banheiro e alimentos); (3) sentido de facilidade de acesso a situações de provimento de renda; (4) possibilidades de socialização ou trocas; (5) possibilidade de permanência por um tempo indeterminado; (6) segurança em relação a si mesmo e a seus pertences. Tais sentidos enunciam a dimensão corporificada da experiência no espaço urbano, porque demonstra a percepção de si e do espaço, uma vez que verbaliza o posicionamento de si mesmo como uma pessoa em situação de rua e uma reflexão acerca dos lugares que poderiam ocupar ou que poderiam lhes prover opções seguras em relação às dificuldades que a situação de rua impõe à vida cotidiana.

No momento de estabelecimento da apropriação, portanto, o sujeito percebe elementos do ambiente construído em conjunto com uma definição territorial – ou aciona percepções já consolidadas pela experiência na região – principalmente porque algumas das pessoas entrevistadas relataram que saíram de algum outra área onde estavam fixados e foram expulsos, o que configura um deslocamento compulsório que essas pessoas desejam que não aconteça novamente. Para isso, diante do espaço público, leem como a estrutura física se apresenta e também seus signos: buscam por áreas subutilizadas, tidas como residuais, para que sua permanência seja tolerada; áreas que não sejam território dominado por outra pessoa em situação de rua; áreas cuja gestão esteja associada a algum estabelecimento, inclusive por vezes solicitando autorização e inibindo a retirada por parte da prefeitura ou pela população; identificam os usos do entorno para assimilar as possibilidades de troca de segurança, socialização e renda; identificam possibilidades de acesso a itens de necessidade.

O desejo da permanência em um ponto fixo foi reforçado pelas pessoas em situação de rua entrevistadas a partir do fato de que essas pessoas já tinham instalado apropriações fixas em outro lugar e pela exposição de justificativas por essa preferência. Os motivos que elegeram destacar sobre as diferenças que ficar em um lugar fixo ou não são positivos: possibilidade de armazenamento e proteção de seus pertences, maiores chances de receber doações, facilidade da equipe de abordagem os localizar, troca social com moradores ou funcionários de estabelecimentos comerciais do entorno imediato, definição de local de trabalho e sentimento de privacidade. Todas as pessoas relataram, ainda, que recebem amigos em sua apropriação.

Nesta seção, analisamos a experiência espacial das pessoas em situação de rua e suas percepções sobre o espaço público urbano, que nos revelaram a leitura e a percepção dos signos contidos no espaço urbano. No entanto, é possível confirmar que a experiência espacial não está somente condicionada a uma movimentação física e corporal no espaço, mas, também, a uma relação social estabelecida entre corpo e espaço e entre corpo e outros corpos, ou seja, o fenômeno da percepção do espaço urbano se junta à percepção que tem si próprios, suas necessidades enquanto pessoas em situação de rua, seus medos e sua experiência pessoal. A partir da experiência espacial são criados vínculos subjetivos que interferem em seus modos de vida. É nesse sentido e de acordo com o exposto no item 3.2 sobre as caracterizações de uma pesquisa corporificada é que determinamos que a experiência espacial perceptiva é, sobretudo, corporificada.

#### *4.4.2. Experiência corporificada: a construção da identidade da pessoa em situação de rua no espaço público urbano.*

A experiência da pessoa em situação de rua no espaço público urbano não se restringe às relações físicas do corpo com os elementos materiais da cidade, conforme já sinalizamos em outros momentos deste texto. A experiência é perceptiva e, por isso, é multidimensional: política, social, cultural e subjetiva. Ou seja, centramos o corpo na experiência, mas destacamos os atravessamentos que percorrem essa experiência, transformando-a em corporificada e não somente corporal. A experiência corporificada no espaço público urbano se delinea pela apreensão dos significados sociais, em interação com o outro e com o espaço, estabelecendo uma imagem identitária a qual é imposta à experiência.

Ao analisarmos a situação de rua como sintoma do colapso urbano, não são abordadas as motivações individuais que levam uma pessoa a essa situação, mas sim analisadas as experiências criadas a partir desse momento, no decorrer da vivência em situação de rua. Por isso, conforme já apresentado no item 1.3. (p. 24), o enquadramento da população em situação de rua apresentado nesta pesquisa se dá pela permanência prolongada e pela constituição de apropriações fixas, independente da história de vida até o momento da situação de rua. Esse enquadramento nos deu maior acesso ao processo de construção da identidade da pessoa em situação de rua porque as percepções relatadas são mais estáveis. Identificamos, ao correlacionar tais relatos com a fundamentação teórico-

metodológica, 4 estágios da construção da identidade destas pessoas que não são subsequentes, mas coincidentes: (1) a ruptura com seus vínculos socioespaciais primários; (2) reconhecimento e apreensão de mensagens socioespaciais; (3) a construção identitária a partir de vínculos socioespaciais secundários; (4) a performatização urbana

#### *A ruptura com seus vínculos socioespaciais primários*

Pesquisas sobre situação de rua costumam destacar a ruptura de vínculos como individual, abordando o rompimento de vínculos familiares, sociais e de trabalho, principalmente, como motivadores da situação de rua. Nesta pesquisa, na qual pensamos a situação de rua como um sintoma do colapso urbano, abordando os processos de subjetivação com natureza na situação de rua, a ruptura dos vínculos é vista de forma coletiva. Por isso, nas entrevistas semiestruturadas optamos por não questionar o motivo da pessoa estar nas ruas, além de que isso poderia gerar constrangimento. De toda forma, algumas das pessoas entrevistadas citaram espontaneamente motivos como: perda de emprego por motivo de saúde, envolvimento com as drogas e migração. Gostaria de pontuar que foi observado que o envolvimento com as drogas não foi citado, pelas pessoas entrevistadas, como uma questão isolada e direta para o início da vivência nas ruas, mas desencadeadora de situações. Por exemplo: (1) para S. o uso das drogas desencadeou a venda do imóvel de sua mãe e de outros itens do patrimônio pessoal, além da separação de seu marido, do afastamento da família e da suspensão dos serviços informais que prestava; (2) para A. o envolvimento com as drogas desencadeou a perda do emprego porque se deixou levar pelo prazer que sentia nas ruas, com as drogas e com a socialização que elas proporcionavam; (3) para B. o envolvimento com as drogas descortinou a possibilidade de renda gerada com a venda, acabou sendo preso e com a saída da prisão ficou sem oportunidades; (4) para M. o envolvimento com as drogas o fez ser preso e também ficou sem oportunidades quando saiu da prisão, além de ter sido expulso de casa pela família; (5) G. contou que à medida que o vício em relação às drogas foi se desenvolvendo, foi se afastando da família e ficando nas ruas, até se ver em situação de rua.

Consideramos, então, que os vínculos rompidos são aqueles que foram sendo construídos durante sua vivência em sociedade e nas cidades desde o nascimento, enquanto domiciliados. Por isso, o denominamos nesta pesquisa como

vínculos socioespaciais primários, porque são aqueles que absorvemos ao longo da vida, criando um padrão de vida em coletividade, e, no caso das pessoas entrevistadas nesta pesquisa são vínculos anteriores à situação de rua. Podemos categorizar os vínculos socioespaciais citados nos relatos das pessoas entrevistadas como: econômicos, culturais, interpessoais e sociocomportamentais.

A falta de vínculos econômicos formais é explícita, uma vez que a vida em precariedade envolve a falta de um emprego formal, como exposto por S., por A., por B, por M. e por G. Destaco aqui que B., M. e G. relatam terem tentado ou estarem tentando se reposicionarem no mercado de trabalho formal, mas que não têm tido sucesso. Além disso, destaco que E. passou por uma situação de saúde que o impossibilitou de continuar exercendo sua atividade de renda. Ou seja, o rompimento com os vínculos econômicos formais pode ser anterior à situação de rua, mas é sempre coexistente à situação de rua. Ainda, como mencionado por S., a situação de rua não permita que ela exerça as atividades que realizava, tanto por não ter uma estrutura física quanto pelo envelhecimento do corpo junto à situação de rua. E. também relatou que a situação de rua atrapalhou a recuperação da cirurgia a qual foi submetido por causa de um acidente de trabalho e que isso dificulta a continuidade de atividades remuneradas.

Os vínculos culturais são entendidos, nesta pesquisa, como a assimilação de condutas culturais, como higiene pessoal, alimentação e modos de morar. Apesar do vínculo com a higiene pessoal ser reconhecido popularmente como uma questão para a situação de rua, as pessoas entrevistadas relataram manter esse vínculo, apesar da dificuldade. Nos relatos, o acesso a um ponto de água e a banheiros públicos foi observado como uma vantagem na fixação de apropriação nas áreas que estão. Em relação à alimentação, o padrão de alimentação regular é rompido e as pessoas em situação de rua, para além do quadro de insegurança alimentar, assimilam novos modos de adquirir alimentos, além de identificarem a alimentação como menos importante em sua vivência. Nas entrevistas, a comida foi colocada sempre em último ou penúltimo lugares na classificação de ordem de importância. Isso porque muitos relatam que recebem doações, mas que comem se tiverem acesso à alimentação e que se acontecer de não terem, tudo bem. Os relatos mostram que a doação é a principal fonte de acesso à alimentação, seja por parte de moradores do entorno onde estão instalados, seja de transeuntes ou de grupos de caridade. Em relação a modos de morar, a manifestação de preferência pela

situação de rua é justificada por uma moradia anterior que não permitia autonomia sobre suas vidas ou que havia situações de violências morais ou físicas. S. relata que é mais feliz vivendo nas ruas do que quando era domiciliada, porque tem mais liberdade. O rompimento com a relação de segurança que se tem com um domicílio foi também levantada pelas pessoas entrevistadas, as quais relataram se perceberem vulneráveis e inseguros em relação ao que pode acontecer tanto com seus corpos quanto com seus pertences.

Os vínculos interpessoais foram entendidos principalmente como os vínculos familiares, mas também como outros vínculos afetivos. Podemos dizer que a partir do momento em que se encontraram na situação de rua, os vínculos primários com a família foram totalmente rompidos ou sofreram alterações, sendo reinstituídos em outro momento com o que denominamos nesta pesquisa de vínculos secundários. Algumas das pessoas entrevistadas não têm contato com a família e sentem muito desconforto em falar sobre essa questão. Outros têm contato, mas relatam que a relação com a família mudou: E., M., Y. e R. relatam que mantêm contato com a família, mas que eles cobram que consigam um emprego e voltem para casa; M. e G. relatam que a família considera que eles não querem sair da situação de rua, porque tentam ajudar e eles não aceitam, mas M. e G. relatam que a forma como querem ajudar não condiz com a realidade deles atualmente, demonstrando certa incompreensão; B. relata que o pai o recebe em casa quando precisa e depois o expulsa novamente.

Assim, os vínculos primários são rompidos em conjunto, quase ao mesmo tempo ou em uma sequência temporal muito próxima. Observa-se que a ruptura com seus vínculos socioespaciais primários tem origem na composição do cenário da precariedade que atinge seu ápice na situação de rua. Os vínculos socioespaciais primários se mostram como frágeis, pois dependem de relações sistemáticas de troca que, quando negligenciadas ou cessadas, estabelecem o deslocamento do corpo para fora do padrão esperado, aquém das condutas sociais estabelecidas. É diante disso que a sociedade repudia a situação de rua e cria mensagens socioespaciais para caracterizar essa vivência. Verifica-se, contudo, que, como são vínculos primários, consolidados nos sujeitos, não são descartados totalmente. No momento de mudança de modo de vida, a pessoa em situação de rua conserva a intenção de reproduzi-los. O entendimento sobre de quais formas podem realizar a reprodução ou a reconstrução desses vínculos na situação de rua é feito a partir da leitura das

mensagens socioespaciais, que guiam sua conduta, indicando o que é ser uma pessoa em situação de rua.

### *Reconhecimento e apreensão de mensagens socioespaciais*

A ruptura com seus vínculos socioespaciais primários tem origem na precariedade e é mantida por ela por meio de mensagens disseminadas no meio urbano, que afetam diretamente as relações físicas e subjetivas entre corpo e cidade, como já abordamos no Capítulo 2 (p. 43). A experiência física do corpo da pessoa em situação de rua no espaço urbano é discorrida por esta perspectiva, uma vez que identificamos nos relatos expressões da cidade que demarcam por onde estes corpos podem e não podem circular, em quais lugares eles podem ou não podem se instalar e de que forma esses corpos podem ou não podem se apropriar de áreas da cidade.

Uma das formas mais explícitas de expressão do repúdio e do controle lançado às pessoas em situação de rua são as intervenções aporofóbicas. Diante das imagens apresentadas às pessoas entrevistadas, pessoas dos Grupos 2, 3 e 5 salientaram que as intervenções que estão nas fotografias são direcionadas a impedir que pessoas em situação de rua se apropriem das áreas mostradas. Essas mesmas pessoas relataram conhecer pessoas que foram expulsas de áreas por meio dessas manifestações. Além disso, dentre esses grupos que confirmaram a manifestação de repúdio e a expulsão que está contida nessas intervenções, Y. e R. saíram de um antigo lugar de apropriação por terem sido alvo de manifestações de aporofobia pela síndica do edifício ao qual pertence a calçada onde tinham se instalado e ainda estavam presentes na mesma rua, em uma apropriação do outro lado da calçada, quando a área foi gradeada, impedindo que elas ou outras pessoas em situação de rua se instalassem nesse local.

Diante disso, passam por processos de mobilidade forçada, como já mencionado, mas não se movimentam por distâncias muito grandes na cidade. O reconhecimento dos equipamentos e pontos emblemáticos da cidade foi, de forma geral, limitado ao entorno imediato e médio. Foi observado que os equipamentos de saúde foram os mais reconhecidos, ainda que não soubessem dizer o nome da instituição.

Situações de expulsão advindas da Prefeitura Municipal e dos serviços de assistência também foram mencionados, como: o relato de L. sobre a prefeitura já o

ter retirado do lugar que está instalado por duas vezes; os relatos de E. e de Y. e R. sobre a quem compete a gestão da calçada onde estão, para que não possam ser submetidos à remoção por parte da prefeitura; o relato de Y. e R. sobre a expulsão que sofreram na casa de acolhimento que estavam por Y. ter se envolvido em uma briga.

Além disso, a prolongação do tempo em situação de rua gera um sentimento de inadequação em relação às políticas públicas de assistência, sendo que algumas das pessoas entrevistadas relataram que recebiam mais assistência por parte da abordagem ou da população quando começaram a viver nas ruas. As pessoas de 4 dos 5 grupos entrevistados descreveram um sentimento de desconexão com as políticas assistenciais. Disseram que não gostam dos abrigos e que os abrigos não atendem suas demandas pessoais, porque têm muita confusão, brigas e roubos, além de que é difícil a convivência de pessoas que estão parando ou já pararam de usar droga, uma vez que muitos fazem uso dentro dos abrigos. L. também contou que já passou por uma situação de ter sido designado a uma vaga do hotel com um outro homem em situação de rua e que eles não se deram bem. E. sente que, à medida que o seu tempo em situação de rua foi se prolongando, a assistência pública diminuiu. Considera que isso se dê porque as equipes têm a impressão de que ele não quer mais tentar sair da situação de rua.

Em relação à população, há uma associação incessante da população em situação de rua com a falta de emprego, de uma forma depreciativa. Quer dizer, a falta de acesso a ganhos de renda formais é reconhecida, porém entende-se como uma situação de responsabilidade individual e determinadas atividades não são entendidas como atividades dignas, adequadas ou suficientes. As pessoas entrevistadas disseram ouvir com frequência que eles têm que trabalhar, ou seja, a mensagem dada é que eles não têm um emprego porque não tem vontade própria, o que também é disseminado por suas famílias. Sobre isso, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que dados do MDS (2009) trazem o número de 70,9% de pessoas em situação de rua que dizem exercer atividade remunerada, então eles reconhecem que estão trabalhando (com recicláveis, flanelinha, construção civil e carregador), mas a sociedade No caso das pessoas entrevistadas, o trabalho com recicláveis é exercido por 3 dos 5 grupos e está fortemente presente no cotidiano de 2: (1) E. caracteriza o trabalho com recicláveis como um trabalho quando fala de seu dia a dia, mas entende que precisaria de um tipo de trabalho para conseguir atingir

uma situação domiciliada, discurso que é reforçado pela família; (2). L. se chateia quando ouve da população que está aglomerando lixo, pois entende o trabalho com recicláveis como um trabalho e frisa que é um trabalho que contribui para a organização da cidade. Inclusive, para ambos, a escolha da localização da área para instalação de suas apropriações foi influenciada pela facilidade de ter acesso a itens recicláveis, assim como M., que expressou a existência das vagas de automóveis na rua de sua apropriação foi considerada no momento da instalação, pois enxergou a possibilidade de adquirir renda. Nota-se, assim, a invisibilização da realidade cotidiana e a mensagem de falta de merecimento para sair da situação de rua.

A questão que envolve o trabalho informal e a falta de trabalho formal é uma das que mais afetam a relação das pessoas em situação de rua com suas famílias. M. diz que a família quer ajudá-lo, mas de um jeito que não se enquadra no que ele precisa. G. lê a mensagem da responsabilidade individual e demonstra um conflito interno entre o que dizem sobre ele ter escolhido estar nas ruas, ao mesmo tempo que expressa não ter tido oportunidades suficientes para sair das ruas. Então, afirma que estar nas ruas é uma escolha dele, mas ao mesmo tempo percebe que o principal motivo é falta de oportunidade, falta de emprego, ou seja, pontos que não são da responsabilidade dele. E. também ouve da família que se ele tivesse um emprego o receberia de volta em sua casa, mas, como ainda sente dores relacionadas ao acidente de trabalho que sofreu, não alcançou nenhuma atividade formal remunerada.

Além da dificuldade de relacionamentos com a família, foram levantados ainda o rompimento de vínculos afetivos de amizade: L. deu ênfase na falta de socialização e convivência com outras pessoas; M. e G. também têm dificuldades de socialização, principalmente por serem usuários de droga; E., Y. e R. disseram ter poucos amigos. Nota-se um isolamento social da população em situação de rua. As pessoas do Grupo 1, do Grupo 2 e do Grupo 4, além de C., confienciaram que precisam de mais amor, amizade, carinho, atenção, apoio moral e de pessoas que estejam dispostos a ouvi-los sem medo. Portanto, demonstraram que se sentem abandonados, invisibilizados e vulneráveis. L. relatou que se sente sozinho e disse que perdeu a convivência com outras pessoas a partir do momento que começou a viver nas ruas e apesar de deixar as coisas dele ali quando sai, às vezes pode ser que alguém mexa, expressando a vulnerabilidade. E. também demonstrou que se sente vulnerável, no sentido de que pode ser agredido ou roubado a qualquer momento. Nesse sentido, no entanto, notou-se a individualidade na variedade da classificação de

ordem de importância na escolha da área de instalação de uma apropriação fixa entre a proteção do corpo físico, a proteção de pertences e a intimidade. Todas as pessoas entrevistadas classificaram os relacionamentos familiares, de amizade ou amorosos como extremamente importante: 4 dos 5 grupos colocaram em 2º lugar na ordem de importância e Y. e R. colocaram, como grupo, em 1º lugar. O posicionamento em 1º lugar por Y. e R. pode ter se dado por R. ser a única das entrevistadas a ter uma filha menor de idade e por serem também o único grupo composto como casal.

Associações com a criminalidade também foi relatada pelas pessoas entrevistadas. B. e M. estavam no sistema prisional antes de irem pra ruas e expressaram que passaram por situações muito ruins. B. relata que “na rua é melhor” porque sofreu muita violência na prisão, mesmo quando seguia todas as regras. M. também conta que foi passou por muita dificuldade dentro da prisão e que quem é réu primário acaba aprendendo muita coisa. Essa associação com a criminalidade dificulta a empatia da sociedade e faz emergir intervenções aporofóbicas que se justificam pela manutenção da segurança. A mendicância é uma atividade muito associada à pessoa em situação de rua e eles percebem como algo que gera incômodo da população. M. e G. relataram que quando pedem alguma coisa para transeuntes têm resposta negativa da população que observam com frequências transeuntes que atravessam ruas para evitá-los ou que seguram suas bolsas e sacolas com força. E. diz com orgulho que não pede nada a ninguém.

Outra associação recorrente é ao uso de drogas. De fato, a população em situação de rua conta com os efeitos causados pelas drogas para enfrentar os sentimentos causados pela situação de rua. No entanto, 3 dos 5 grupos entrevistados são usuários moderados e 1 dos grupos já usou, mas tiveram sucesso em parar com o uso. S., inclusive, demonstra desconforto em ter proximidade com pessoas em situação de rua que usem drogas. No caso de M. e G. a percepção em relação às mensagens se dá não só por estarem em situação de rua, mas por serem usuários de drogas. Sentem muito preconceito, sentem a população com medo. Atravessam a rua, não conversam com eles. Percebe muito o medo nas pessoas (assim como M. e G. disseram que ouvem muito “não” da população, e que são poucas as pessoas que querem ajudar ou simplesmente ouvi-los. G. quis demarcar que eles não são pessoas ruins só porque usam drogas e pediu que eu espalhasse essa mensagem sempre que possível. Assim, como C. – com quem conversei durante a participação no Projeto do Censo e Diagnóstico – que relatou perceber o medo que a

população tem em se aproximar, em ouvir sua história.

As pessoas entrevistadas relataram também, de forma implícita, que são associados à falta de higiene e ao mesmo tempo que refutam esse ponto, avaliam negativamente as pessoas em situação de rua que não demonstram essa preocupação. Isso foi notado porque algumas pessoas entrevistadas evidenciaram como fazem questão de deixar seus pertences organizados e como o acesso a estruturas que permitam a manutenção da higiene pessoal foi considerado na decisão da área de instalação da apropriação. Por exemplo, (1) E. relata que prefere o uso da barraca de camping porque lona é visto como “muquifo” e que, dentre outras coisas e relações que ele criou com as pessoas do entorno, a manutenção da higiene e da organização dos seus pertences é um instrumento de conquista do espaço; (2) Y. e R. enfatizam levar uma vida “normal”, porque fazem questão de tomar banho, lavar suas roupas e manter sua apropriação organizada; (3) M. e G. enfatizaram que mantém sua apropriação sempre organizada e que gostariam de ter um jeito de improvisar um chuveiro para que pudessem tomar banho.

As mensagens são, em sua maioria, de repúdio, de invisibilização e de desconhecimento da heterogeneidade da população em situação de rua. Isso reflete, ainda, no fato de que as pessoas entrevistadas relataram ouvir das equipes de assistência com muita frequência a oferta de irem para os abrigos, mas que isso não os atende e não têm interesse, porque expressam que, de certa forma, não se adequam aos abrigos, pois internamente há roubos, brigas, uso de drogas e convivência obrigatória com pessoas que não se dão bem. O que se verifica pela análise dos relatos é que as mensagens socioespaciais promovidas pelas intervenções justificadas pelo repúdio, pelas ações das equipes de assistência social e pelo modo como transeuntes lidam com sua presença propagam indicativos de controle de conduta, mas que, sobretudo, quando esse discurso é assimilado pela pessoa em situação de rua, que passa a adequar seu cotidiano a esses indicativos, sua presença passa a ser tolerada. Assim, ao terem uma apropriação fixa instalada, principalmente, são instituídos vínculos socioespaciais secundários, criados pela pessoa em situação de rua para se adequar novamente ao convívio social.

*A construção identitária a partir de vínculos socioespaciais secundários, instituídos na situação de rua*

Em resposta às mensagens emitidas e lidas pelas pessoas em situação de

rua, que, principalmente, determinam a caracterização dessas pessoas como pessoas invisíveis, à margem e/ou descartáveis, os seus vínculos socioespaciais são reformulados, porque precisam de qualquer forma existir, pois são inerentes à vida em sociedade e é através deles que essas pessoas experienciam o pertencimento socioespacial. Portanto, há a reconstrução de vínculos socioespaciais, entendidos nesta pesquisa como secundários, pois ocorrem após a ruptura dos vínculos primários e durante a situação de rua, na qual apreendem e reconhecem tais mensagens. Essa reconstrução de vínculos é parte constituinte da identidade pessoa em situação de rua pois foi observado que dado o prolongamento da situação de rua no caso das pessoas entrevistadas, a reconstituição dos vínculos socioespaciais é um instrumento de afirmação dessas pessoas como sujeitos.

De fato, a ruptura com os vínculos primários influencia totalmente a experiência urbana da pessoa em situação de rua, como vimos acima, mas tais vínculos, por serem primários e implementados pela vivência em sociedade, não são completamente rompidos, mas sim reformulados. Algumas das pessoas entrevistadas lembram de forma negativa os vínculos primários, principalmente por causa de situações de violência ou falta de autonomia que vivenciaram quando domiciliados. Assim, os vínculos primários ainda se inserem no cotidiano, mesmo que sob proporções ou formas diferentes das primárias de fato.

Os vínculos econômicos são rompidos em sua formalidade e esse rompimento é mantido pela situação de rua. Como observado nos casos de E., M. e G., principalmente, que citaram a perda de emprego como uma das circunstâncias que os levaram à situação de rua, mas, sobretudo, por não encontrarem oportunidades de se reposicionarem no mercado formal. E., M., G., L., S. e A. não se reconhecem em atividades formais e demonstram estar subordinados a atividades informais e, muitas vezes, por serem informais, não entendem tais atividades como, de fato, um trabalho apesar dos vínculos com a atividade serem firmes a ponto de: (1) L., E. e M. desejarem melhorias relacionadas a essa questão; (2) E. ter manifestado o desejo de ter um carrinho maior para juntar os recicláveis e ter marcado um outro horário para ser entrevistado para que não perdesse a hora de buscar os recicláveis; (3) L. ter dito que gostaria de ter um terreno para guardar os recicláveis com segurança e em maior quantidade e ter sido enfático sobre entender que essa atividade contribui para a organização da cidade; (4) M., apesar de ter sua renda associada à atividade de flanelinha, ter manifestado também que tem desejo de

trabalhar com os recicláveis e que se tivesse uma casa seria bom ter o lugar para guardar e preparar o material para entrega. Assim, o vínculo com um trabalho é reconstruído e tem uma grande importância no cotidiano dessas pessoas, principalmente ao condicionarem a situação de rua diretamente com a falta de emprego. Isso é demonstrado, também, pelo posicionamento do trabalho muitas vezes em 1º lugar em ordem de importância.

Os vínculos culturais primários de alimentação, manutenção da higiene pessoal e modos de morar também não são abandonados, mas sim reformulados e inseridos no cotidiano de formas diferentes. Mencionamos anteriormente a relação satisfatória com a alimentação irregular e as decisões tomadas para a manutenção da higiene pessoal, mas gostaríamos de destacar aqui o uso do verbo *morar* pelos grupos 1, 2, 3 e 5 para representar a relação criada com o espaço a partir de uma apropriação fixa e o sentimento de pertencimento em relação à cidade e ao entorno. L. chega a dizer que já tem moradia, se referindo aos lugares onde dorme. Y. e R. relatam que não teria muita diferença entre ter uma vida domiciliada e continuar nas ruas, porque ali elas vivem “normal”, têm a rotina delas como se tivessem em um domicílio. Foi possível verificar, ainda, que ficaram muito satisfeitos ao reconhecerem pontos da cidade, ainda que não soubessem os nomes. Expressaram, com isso, os vínculos em relação às regiões de circulação e o sentimento de pertencimento em relação à cidade. E. ficou muito satisfeito em dizer que andava muito pela cidade e reconheceu todas as fotografias. Também foi notado o entusiasmo do Grupo 1 em reconhecer a praça onde estavam instalados e do Grupo 5 ao reconhecerem a área que se apropriaram anteriormente, ainda que a fotografia tenha dado ênfase em uma intervenção aporofóbica, e a área onde estavam instaladas no momento.

Diante das frequentes mensagens de repúdio e invisibilização, a permanência em uma área da cidade – o *morar* – é vista como uma conquista pessoal e determina, para eles, uma diferenciação marcada entre as outras pessoas em situação de rua e a ideia de como as pessoas os tratam. Por exemplo: (1) E. diz que a forma com a qual organizou seu cotidiano e seus pertences, além de manter uma rotina de higiene pessoal, fez com que conquistasse o direito de permanecer na área onde está, pois permitiu que as pessoas do entorno o aceitassem e criassem relações de troca. E. relata, inclusive, que a fixação de apropriações costuma gerar inveja por parte das outras pessoas em situação de rua; (2) S. também expressa

que se sente diferente das outras pessoas em situação de rua, porque ali onde estão conhecem todo mundo do entorno, não atrapalham os comerciantes e que ali “é luz”, se diferenciando das pessoas em situação de rua usuárias de droga e que, por isso, brigam umas com as outras; (3) Y. e R. acreditam que têm uma cabeça diferente de muitas pessoas em situação de rua, porque mantêm suas rotinas. Além disso, a fixação de uma apropriação estabelece um cenário de visibilidade, como L. destaca que estando em uma área cotidianamente, as pessoas começam a os enxergar de outra forma, tendo mais respeito pelas dificuldades da vivência nas ruas. Isso gera compaixão e a pessoa recebe mais ajuda. G. também notou essa diferença. Em um primeiro momento, ele não tinha lugar fixo e diz que tinha perdido os vínculos com seus pertences e com o espaço. Agora que estão ali, M. e G. relatam que estar em um lugar fixo é bom para manter os pertences e que fica mais fácil conseguir alimentos e dinheiro, principalmente porque como as pessoas do entorno já os conhecem, acabam ajudando mais, cumprimentam e “olham com boa intenção”.

A identificação com o termo “em situação de rua” é controversa. Uns se identificam, outros não. Muitos brincam com a expressão “morador de calçada” porque dizem que na rua não se dá pra morar. E apesar dessa população frequentemente ser associada com os “sem lugar”, e mesmo aqueles que se apropriam do termo “em situação de rua”, com a justificativa de demarcar que existe a vontade de sair das ruas, usam o verbo “morar” para designar suas apropriações. Isso porque a relação que se cria não é só com o espaço vazio, em uma relação puramente de abrigo, mas uma relação com o entorno, com as trocas com os elementos construídos, com as pessoas que são domiciliadas ou trabalham no entorno imediato, com os bairros adjacentes (em relações de renda ou de socialização) e até mesmo com as equipes de assistência, porque relataram que fica mais fácil de encontrem eles, assim como quem tem domicílio fixo. L. diz que para ele tanto faz, mas quando quis retrucar com um homem que o chamou de mendigo, usou o termo “morador de rua” para reivindicar respeito.

Há o explícito rompimento com o padrão de moradia domiciliada, mas, ao longo do prolongado tempo em situação de rua, desenvolve-se a vontade de se fixar novamente. G., por exemplo, relatou que tinha mais de um lugar definido para pernoite, mas que cansou dessa alternância. G. ficava em um lugar ou outro, até que cansou, ou seja, teve os vínculos rompidos com o espaço, mas cansou da errância e da mobilidade e resolveu ficar fixo, reconstruiu o vínculo com uma área

fixa. Para G. e M. ficar em dois dá mais segurança, além de terem mais socialização pela convivência cotidiana.

Os vínculos interpessoais são reconstruídos, muitas vezes, de forma a proporcionar experiências mais seguras. Diante da vulnerabilidade expressada, tanto do próprio corpo físico quanto de seus pertences e da fragilidade dos vínculos afetivos primários buscaram no espaço e nas relações de troca formas de diminuir a sensação de insegurança e isolamento. Isso está manifestado na opção por áreas onde já se tem amigos ou conhecidos, como nos casos dos Grupos 1, 3 e 4, ou na proximidade com apropriações passadas como nos Grupos 2 e 5, ou, ainda, com as possibilidades de interação com o entorno como todos os grupos expressaram, inclusive também A. entrevistado durante a participação no Projeto do Censo e Diagnóstico. Tal fato também é representado pela classificação dos relacionamentos interpessoais em 2º lugar pelos Grupos 1, 2, 3 e 4 e em 1º lugar pelo Grupo 5.

Assim as relações podem ser classificadas entre aquelas circunscritas: (1) no entorno imediato (como as trocas com moradores ou funcionários do comércio adjacente dos Grupos 1, 2, 3 e 5); (2) no entorno médio (como relações de trabalho e de socialização relatadas pelos Grupos 2, 3, 4 e 5); (3) na cidade (como manutenção do contato com a família ou outras apropriações na cidade, como mencionado pelos Grupos 1, 2, 4 e 5).

A reconstrução dos vínculos afetivos com outras pessoas em situação de rua também foi notada, assim como abordada por Quintão (2012), principalmente em situações de rua por tempo prolongado. A exemplo disso, (1) E. disse conhecer algumas das pessoas que foram entrevistadas e que ficam mais próximas a sua apropriação; (2) L. também disse conhecer as pessoas que estavam instaladas em uma rua próxima; (3) S. disse que um dos principais motivos de ter escolhido a praça para se instalar foi a presença dos amigos; (4) a relação de N. com S., que foi incentivado por ela a parar o uso de drogas; (5) M. e G. que se sentem seguros em dupla; e (6) a proximidade da apropriação de Y. e R. com um bairro onde têm amigos. Além disso, destacamos o fato das apropriações do Grupo 4 e 5 que ficam na mesma rua, uma em frente à outra. Demonstrem, assim, reconstruírem seus vínculos interpessoais ao se apoiarem uns nos outros, mas dizem que as pessoas nas quais de fato podem confiar, que os entendem, os apoiam e os ajudam não são muitos.

A troca com os moradores e funcionários de estabelecimentos comerciais do

entorno também é um ponto de destaque, pois constata a intenção de se sentir pertencente e útil, de se reconectar com os princípios da vida em sociedade. As pessoas relataram ter relações de troca como: lavar carro dos moradores, ajudar a manter a ordem do lugar, vigiar o estabelecimento durante a noite. Em troca, os funcionários dos estabelecimentos vigiam os pertences da pessoa quando ela precisa sair e os moradores que fazem doações de roupas, alimentos e objetos, além do caso de L. que foi auxiliado pelos moradores do entorno com a castração de suas cachorras. Sobre a questão dos animais de estimação, observou-se, ainda, que para além dos vínculos afetivos de companhia, amizade e cuidado que compartilham com os animais de estimação, os animais são instrumentos de mediação e socialização com a população. Para L., ter as cachorras motiva contato, cumprimentos e doações. No caso de Y. e R. foi a partir de um vínculo criado com outra pessoa em situação de rua que a cachorra foi adotada, mas o animal também é instrumento de mediação com a população, motivando doações. Os três grupos que possuem animais de estimação relataram se sentir também mais protegidos tendo cachorro, porque os animais avisam se detectam alguma situação de perigo.

Por fim, E. acredita que a principal diferença entre ficar ou não em um lugar fixo é a troca que se tem com as pessoas do entorno: “um ajuda o outro”, disse. E. também observou, inclusive, que a assistência tanto das equipes de abordagem quanto da população aumentou desde que se fixou ali, por esse motivo. A facilidade de as equipes de abordagem encontrarem as pessoas em situação de rua que ficam em pontos fixos foi pontuada como um ponto positivo.

No entanto, as pessoas entrevistadas, que estão em pontos fixos na cidade e por tempo prolongado, expressam se sentirem sozinhos, alguns por sentirem que à medida que o tempo passa e a situação de rua se torna prolongada, a população e as equipes de assistência social fazem uma interpretação errônea de que a pessoa não quer sair das ruas, como relatado por E., outros por sentirem a discriminação, o preconceito e o afastamento da população, como relatado por L., Y., R., M. e G., nas entrevistas dos grupos e também por C., durante a participação no Censo. Como resposta a isso, M. e G., que são usuários de drogas, relatam que uma das vantagens oferecidas pelo formato da apropriação que montaram é que permite a privacidade para o uso e que fazem isso em respeito à população para que não se incomodem ou que crianças transeuntes não sejam expostas a uma cena de uso. Para L. as formas de socialização foi o que mais mudou com a situação de rua, pois expressou que não tem mais

convivência com outras pessoas. Apesar disso, foi observado que ele mantém uma certa convivência com os moradores dos prédios do entorno e com os funcionários do posto de gasolina.

Por meio das relações de troca constituídas na situação de rua, a consciência sobre a própria experiência de vida enxerga a situação de rua como um período de desenvolvimento pessoal, para algumas das pessoas entrevistadas. S. disse que se sente mais feliz depois que começou a viver nas ruas, que tem mais liberdade; M. diz que sua personalidade mudou muito e que se afastou da família para protegê-los de determinadas situações consequentes do uso de drogas; Y. e R. dizem que a vivência nas ruas fez com que elas amadurecessem. Apesar disso, as famílias reproduzem o afastamento. Por exemplo, para B. o vínculo com o pai mudou completamente, pois o pai só o deixa ficar em casa quando está doente e precisa de ajuda, colocando em prática uma expulsão que o recoloca na situação de rua; Y. e R. dizem que a família sempre fala para elas saírem “dessa vida”, mas elas mesmas olham a situação de rua como uma experiência de amadurecimento e de processo de conquista e manutenção de vínculos; a família de M. também oferece ajuda, mas impõe regras as quais M. não consegue e não tem interesse de seguir. Esse contexto pode gerar um certo conflito pessoal e, mais uma vez, um sentimento de inadequação e insuficiência.

Verifica-se, assim, que diante do cenário de vulnerabilidade e invisibilização conformado pela situação de rua, as pessoas buscam no espaço público construir as pessoas querem ser para o olhar do outro, demarcando sua subjetividade. Esse processo é o que chamamos de experiência corporificada. Para atingir a tolerância que permita o morar, as pessoas reformulam seus modos de vida, porque apreendem por meio da leitura das mensagens que tipo de comportamento é tolerado.

Assim, as pessoas entrevistadas manifestaram que se reconstróem como sujeitos nesses vínculos secundários instituídos pela situação de rua. A identidade não é centrada apenas no sujeito, portanto, mas sim, construída à medida que o sujeito, condicionado à situação de rua, se relaciona com o espaço público urbano e com a sociedade. Fica reconhecida a existência de um grupo de perfil particular dentro da situação de rua que é o grupo das pessoas que, por terem um tempo prologando de SR reconstróem os vínculos e se inserem socioespacialmente a partir do exercício da performatividade urbana. Eles identificam o papel que PSR exercem na cidade e vão contra isso para se entenderem como pessoas que estão nas ruas, mas não pertencem às pessoas que usam muitas drogas, que roubam, que arrumam confusão, que não

trabalham, que não tomam banho.

Reiteramos que esses estágios de construção da identidade (ruptura de vínculos primários, reconhecimento de mensagens e reformulação) não são somente subsequentes, mas muitas vezes coincidentes, porque o movimento contínuo do corpo no espaço-tempo permite que novas experiências sejam vividas e novos signos apreendidos. Mas entendemos que, em uma perspectiva ontológica, a experiência corporificada das pessoas em situação de rua no espaço público urbano capta informações e significados sociais que produzem uma imagem tipificada do papel social, a qual é atribuída a suas existências. Essa atribuição é o que chamamos de performatividade.

#### 4.5 PERFORMATIVIDADE URBANA

A assimilação das mensagens sociais e espaciais presentes no meio urbano não é exclusiva da população em situação de rua. Todos os corpos habitantes das cidades têm seus comportamentos condicionados a normatizações materializadas no ambiente urbano. No entanto, essa pesquisa delinea o conceito de performatividade urbana a partir da situação de rua por enxergá-la como a intensificação da relação corpo-cidade já que para esse grupo populacional a experiência corporificada no espaço urbano é muito particular, devido a sua exposição corporal consequente da situação de extrema vulnerabilidade. Dispomos aqui, então, os pontos abordados na fundamentação teórica, principalmente sobre o conceito *performatividade*, mas sem abandonar os conceitos *corpo* e *identidade*, relacionando-os com a experiência no espaço urbano das pessoas em situação de rua. Assim, aprofunda-se nesta seção a leitura especializada da performatividade, que culmina na estruturação do conceito *performatividade urbana*.

Diante do que foi exposto nos dados produzidos e analisados, vimos que por trás de quaisquer motivos específicos que leva uma pessoa domiciliada à situação de rua, o contexto da precariedade urbana se sobressai. A precariedade, estágio último de um sistema urbano em colapso, fragilizado em seus vínculos políticos e socioeconômicos, diferencia quais corpos importam para a cadeia de trocas e que, por isso, devem ser mantidos vivos e quais corpos são descartáveis, tornando-se vidas nuas, expostas de forma desproporcional a desigualdades econômicas e privadas de sociabilidade, moradia, alimento e renda. Essa condição é explicada por Canetti (2019a, 2019b),

Butler (2019b) e Agamben (2002), numa dimensão teórica, e sua veracidade é revelada pelos relatos da história de vida das pessoas entrevistadas, que trouxeram brevemente o cenário já precário que viviam antes da situação de rua – a fragilidade dos vínculos familiares de S. e B.; a fragilidade dos vínculos empregatícios de E. e A., a vida em pobreza e a falta de autonomia sobre a própria vida, por exemplo. Portanto, a situação de rua está em uma extremidade da diferenciação das vidas que importam, uma vez que se sobressai de uma condição precária já instituída aos corpos em condição periférica, para usar a expressão traçada por Canetti (2019b).

Diferentemente de outras populações em condição periférica para as quais as políticas urbanas se destinam quando abordam desigualdades e vulnerabilidades, como as comunidades periféricas, as favelas e as comunidades de povos originários, a população em situação de rua não está segregada espacialmente – para além da segregação social como o isolamento e dominação de corpos femininos, negros e LGBTQIA+. Quando pensamos a dissidência dos corpos dessas comunidades, trazemos questões interseccionais da ocupação, uso, apropriação e circulação mediante à normatização estética, étnica e de sexualidade dos corpos habitantes de cidades. Marcamos, assim, os processos de controle desses corpos e suas atitudes de resistência e reivindicação pelo uso do espaço urbano em equidade. Ao contrário dos corpos pertencentes a esses grupos, cujas aglomerações podem ser identificadas através de conhecidos recursos do planejamento urbano, como levantamentos fotográficos por recursos aéreos, desenhos planimétricos e mapas de zoneamento em grande escala, a população em situação de rua está dissolvida por entre os espaços públicos urbanos. Digo isso pensando nas comunidades posicionadas distantes do centro urbano, de forma compulsória, e nas pesquisas que mostram formas hierárquicas de ocupação do espaço urbano considerando demarcadores sociais. À população em situação de rua, por sua vez, não há uma destinação territorial de uso e ocupação. Podemos até destacar que as pessoas em situação de rua localizam-se em maior número na região central das cidades, em virtude da dificuldade de mobilidade entre grandes distâncias e da facilidade de acesso a doações e assistência social. No entanto, as observações realizadas durante esta pesquisa evidenciaram que, em relação ao espaço de uso e ocupação, a destinação dos corpos em situação de rua é à pequenas áreas degradadas e subutilizadas do espaço público urbano desassociada de uma ocupação territorial como aglomeração de indivíduos, sendo esse ponto, inclusive, descrito na caracterização que consta na Política Nacional da População em Situação

de Rua.

Essa dissolução da ocupação territorial das pessoas em situação de rua se revela como uma relação ambígua com o espaço público urbano. Pelo ponto de vista da demarcação social do lugar ao qual esses indivíduos pertencem, há uma intenção implícita de que passem despercebidas e de que esteja demarcado, na verdade, a qualidade de serem pessoas sem-lugar, uma vez que são vidas nuas. No entanto, ao estarem espalhadas em diversos pontos da cidade se convertem em elementos da paisagem urbana das cidades médias, grandes e metrópoles, denunciando a falência social todo o tempo. A demarcação se torna ambígua pois a ocupação do território urbano pelas pessoas em situação de rua deveria estar apresentada em sua invisibilização, mas sua resistente presença, conseqüente da precarização cada vez mais intensa, faz com que estejam mais e mais visíveis.

Esse é um dos pontos que determina a singularidade da relação das pessoas em situação de rua com o espaço público urbano, mas, além disso, é ao estar na cidade, como corpo individual, que o corpo se percebe precário, descartável, frágil, isolado, sem-lugar, sem acesso às necessidades básicas de sobrevivência, recoberto pelo preconceito e tratado com hostilidade. É no espaço público urbano que a situação de rua, em suas dimensões simbólicas, se constrói e é por isso que afirmamos neste trabalho que a essência da situação de rua é a experiência urbana, sem subestimar a complexidade de questões socioeconômicas estruturais e contemporâneas que cercam a discussão, mas incluindo tais questões no que entendemos como urbano.

Sendo a experiência urbana das cidades regidas por normas hierárquicas e segregacionistas, que são percebidas pelos corpos habitantes das cidades e assimiladas a ponto de dominar as formas de uso e ocupação do território urbano, nos perguntamos: quão precário, descartável, frágil, isolado, sem-lugar, sem acesso às necessidades básicas de sobrevivência, recoberto pelo preconceito e tratado com hostilidade esses corpos **se** percebem? Se o corpo em situação de rua constrói a si mesmo na rua, o que a rua – como espaço público urbano – indica como características para essa construção? O quanto dessa experiência esse corpo toma para si?

Fica evidente que culturalmente absorvemos as mensagens expressas no convívio social para definir nossas experiências sociais e espaciais e esta pesquisa frisou a interação do eu com o mundo e com o outro como essencial nessa definição, com base nos processos de construção da diferença vistos em Silva (2014), Hall (2014) e Tajfel e Turner (1986), além do processo de apreensão do mundo pelo corpo por meio

da percepção, com referência em Merleau-Ponty (2006). Reforçamos aqui o fato de compreendermos a identidade não como uma essência inerente ao sujeito, mas, sim, um atributo produzido por meio de relações interacionais com o mundo e com o outro.

Como explorado no item 2.3 (p. 76) deste trabalho, no qual descrevemos o conceito de performatividade sob a perspectiva dos estudos culturais e de gênero, foram levantadas algumas características fundamentais para a construção da performatividade: (1) diferenciação (2) enunciação; (3) repetição; (4) identificação. Esses estágios de construção da performatividade podem ser vistos como etapas sucessivas, mas devem ser vistas, sobretudo, como um conjunto, tramado por um movimento cíclico de regularidade e duração indefinidas.

### *Diferenciação*

A diferenciação é o momento que um fator externo, ou seja, não centrado no indivíduo, determina uma categoria regulatória para demarcar as hierarquias sociais às quais os corpos devem se submeter. No sistema capitalista junto ao qual a sociedade brasileira se organiza, o padrão da vida em urbanidade é o da produção de mercadoria, da participação no sistema de trocas e da reprodução da vida em uma interdependência. Esse padrão é, contudo, tecido por elos frágeis, o que determina a precariedade da vida. A precariedade, como vimos, se relaciona diretamente com a falência da condição urbana e com a dominação política, social e econômica dos corpos. Induzida pelas instituições socioeconômicas e políticas, diversos mecanismos são usados para propagar a fragilidade dos vínculos (habitacionais, econômicos e de acesso à alimentação), a descartabilidade da vida, as desigualdades, a privação social e econômica e a redução das expectativas em relação à reprodução da vida e ao futuro. Quer dizer, todos os habitantes de cidades podem vivenciar a qualquer momento a ruptura dos elos que nos inserem no padrão da vida em urbanidade e a fronteira deste padrão é violentamente demarcada para que corpos não representantes do padrão fiquem posicionados em exclusão. A precariedade produz, então, vidas vazias de sentido, que estão reduzidas a uma manutenção fisiológica e esquecidas em suas subjetividades.

A situação de rua, sobre a qual nos debruçamos nesta pesquisa, é moldada neste cenário. Pudemos notar nos relatos das pessoas entrevistadas que o momento da diferenciação é marcado, sobretudo, pela ruptura dos vínculos socioespaciais primários. As pessoas sinalizaram os marcadores da diferença: rompimento com a

família, passagem por violências físicas e morais, passagem pelo sistema prisional, perda do emprego, perda da relação de segurança com o domicílio por envolvimento com as drogas, por exemplo. Isso fica claro para essas pessoas porque, como abordamos, os vínculos socioespaciais primários são aqueles construídos ao longo de nossas vidas em adequação ao padrão da urbanidade e do sistema socioeconômico: a vida em família, os estudos, o trabalho, os relacionamentos interpessoais e as condutas sociais e domiciliares. Esses vínculos, fragilizados pelo colapso urbano, são rompidos rapidamente, em uma cadeia de acontecimentos, instituindo a situação de rua.

Como vivemos em uma sociedade capitalista organizada pelo sistema de trocas, um dos primeiros estágios da diferenciação está relacionado à falta de vínculos econômicos formais e estáveis, o que é também demarcado na caracterização da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Certamente essa falta não é restrita à situação de rua, mas generalizada em uma sociedade econômica em colapso. Pessoas que vivem nas periferias ou áreas de risco, por exemplo, já são posicionadas na base de uma pirâmide social hierárquica elitizada e branca, além daquelas outras pessoas que fogem aos padrões heteronormativos, que muitas vezes recorrem a empregos desvalorizados, a atividades informais ou a atividades autônomas. Quer dizer, a precariedade está presente na vida do sujeito muito antes de ser enunciada a situação de rua. No caso da população em situação de rua, pela complexidade que a caracteriza, conforme já abordamos na análise dos vínculos rompidos, não há uma sequência temporal de ruptura de um e outro vínculo, mas como o trabalho e a renda são centrais em nossa sociedade, o vínculo econômico é supervalorizado e uma vez que este é rompido, aqueles que ainda o detém exercem seu poder sobre os outros corpos. Diante desta hierarquia social de poder, a pessoa vê a sua diferença demarcada e vai se afastando das condutas normatizadas. Os modos de socializar, de se alimentar e de se manter vivo são vistos por suas diferenças. A família ainda se constitui como um dos elos conectores com o padrão e tentam, forçadamente, resgatar essa pessoa de volta à conduta normatizada, se constituindo como parte do processo de diferenciação que invisibiliza a motivação estrutural da configuração da situação de rua e determina a responsabilidade individual. A transposição da responsabilidade do sistema para o sujeito e a inadequação do sujeito em administrar essa responsabilidade com sucesso o enquadra em uma vida que não merece ser vivida. Essa demarcação materializa a diferença por meio da enunciação.

### *Enunciação*

A enunciação é o momento de instituição da situação de rua. O processo de diferenciação é um processo de deslocamento ativo do sujeito para fora. Já o processo de enunciação é um momento de estabilização do sujeito, através do qual cria-se uma nova realidade. Fica, a partir da enunciação, determinado a que grupo o sujeito pertence, traduzindo estigmas e condutas relacionadas ao grupo e o reconhecimento de pertencimento a esse grupo determinado na enunciação que vai direcionar a conduta do indivíduo. A enunciação de um discurso é feita por múltiplos tipos de linguagem. Nesta pesquisa, consideramos tanto a linguagem verbal quanto as não verbais, que podem ser aquelas emitidas pelo corpo, pelas imagens ou pela arquitetura e materialidade da cidade. O urbanismo se torna performativo quando, por ser uma forma de linguagem social, enuncia o discurso regulador dos corpos e transforma suas realidades e subjetividades, assim como foi apontado sobre os atos enunciativos de linguagem verbal que constroem uma identidade a partir da declaração de uma característica que demarca um sujeito socialmente, por exemplo: a fala enunciativa de “eu vos declaro marido e mulher”.

Na situação de rua, observamos dois momentos principais de enunciação. O primeiro se faz pelo dispositivo legal, visto que sua caracterização está presente na Política Nacional para a População em Situação de Rua. O texto reafirma a conexão da situação de rua com o uso de “logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento”, ou seja, enuncia o lugar de ocupação do grupo. Isso foi constatado pelas observações realizadas para essa pesquisa, dados que expusemos no item 4.4 (p. 140). A partir deste enunciado, a busca por espaços residuais para se instalarem é feita de forma consciente, pois a busca por espaços residuais ou subutilizados da cidade é uma atitude vital diante do momento em que a pessoa se vê na rua pela primeira, já que há de se abrigar de alguma forma.

Destacamos aqui que a enunciação da situação de rua confunde como deve ser o modo de vida da pessoa, principalmente por duas questões referentes ao uso do termo “situação de rua”: (1) a contradição entre o termo “situação” e a realidade das pessoas que estão contidas nesse grupo, por explicitarem tempos prolongados de vivência nas ruas; (2) o fato de ter sido considerado o uso do espaço público urbano para moradia, mas a lei ter sido determinante na mudança do termo “morador de rua” para “pessoa em situação de rua”. Nesse sentido, a enunciação pela ênfase da expressão “em situação”, dá a sensação de que é um fato que a pessoa será

novamente realocada no padrão esperado, quando, na verdade, a saída das ruas é um processo difícil e complexo, pouco alcançado com sucesso.

Um outro momento de enunciação se dá pela própria experiência na rua. O sentimento de pertencimento ao grupo populacional “População em Situação de Rua” vem do contato gradativo que se tem com outras pessoas na mesma situação, que compartilham também da mesma experiência de ruptura de vínculos em decorrência da vida precária, como algumas das pessoas entrevistadas relataram. Há também os casos que a enunciação é feita de forma velada pela sociedade. Com estigmas e estereótipos consolidados, a população enuncia a situação de rua de uma pessoa pela demonstração de preconceito e a abjeção. Tais atitudes expõem as fronteiras demarcadas no processo de diferenciação e, com isso, o indivíduo capta a qual grupo ele pertence.

No caso da situação de rua, portanto, apesar de não haver um único momento de enunciação pela linguagem verbal necessariamente declarativa, observamos que há, no espaço urbano, situações que afirmam sob diversas formas de linguagem a classificação da pessoa de domiciliada para em situação de rua. A partir disso, a enunciação tem sucesso quando é propagada repetidamente, ainda por meio das diversas linguagens que se materializam no espaço público, de forma que o indivíduo não se desvirtue do que foi enunciado.

### *Repetição*

A proposição performativa é feita por meio da repetição daquilo que é enunciado. Isso quer dizer que a enunciação sai do contexto do qual originou e se repete indefinidamente a ponto de construir uma outra realidade. Para que essa realidade seja assimilada, o que foi enunciado na diferenciação se materializa pela repetição, sempre cercando e interferindo na experiência do sujeito. Na situação de rua, a condição de precariedade, de exclusão, de abjeção, os preconceitos e os estigmas são repetidamente encaminhados de forma a persuadir o sujeito a adicionar o discurso em sua própria consciência. A diferenciação e a enunciação não são abandonadas, são replicadas. A urbanidade acaba sendo um meio de propagação e veiculação da mensagem, um dispositivo institucional de manutenção da norma que rege a vivência dos corpos que fogem do padrão social, para atender ao modelo e depositar regras sobre as experiências dos corpos.

Na análise dos relatos dados pelas pessoas entrevistadas, foi observado que

essas pessoas percebem o discurso da diferenciação enunciada através do reconhecimento e apreensão de mensagens que estão expressas no espaço público urbano. Observou-se o afetamento pelas intervenções aporofóbicas, os estigmas, as associações com as drogas e associações com a criminalidade. Como resultado, as pessoas entrevistadas relataram a frequente mobilidade forçada, o isolamento e a preferência por dormir nas ruas a dormir em abrigos. Isso se dá porque, de fato, a mensagem toma uma dimensão pública – presente no espaço público urbano, na sociedade e nas instituições de assistência.

A aporofobia se pauta na destinação de uma mensagem de repúdio da situação de pobreza e de seus modos de vida. Com as intervenções aporofóbicas realizadas no espaço público urbano, há a percepção, por parte das pessoas em situação de rua, do poder em relação ao espaço público disposta por uma vigilância constante desempenhada pela população e pela gestão municipal que os expulsam de possíveis áreas de apropriação ou os retiram de áreas já apropriadas. As pessoas em situação de rua percebem esse poder sobre o espaço e tentam ficar em áreas onde consigam uma certa autorização – como vimos nos relatos das pessoas entrevistadas que manifestaram tanto a relação com as pessoas do entorno imediato com as quais lidam no dia a dia, quanto com o fato da calçada ser de uma instituição, o que concede um nível de segurança de permanência – ou, ainda, em áreas apropriadas por outra pessoa em situação de rua e que são mantidas – como relatados nos casos da pessoa pedir autorização para outra para se instalar ao lado de sua apropriação.

Essas mensagens de repúdio, abjeção e estereotipação resultam do discurso enunciado e contribuem para a normatização da situação de rua, expressando o que é esperado dessa população: não podem se fixar, não podem pedir nada, não podem socializar, não podem mexer com lixo, não podem ser vistas, não podem ficar bêbados, não podem usar drogas, para além das estratégias de controle de conduta por parte das políticas de assistência social, que contribuem para essa regulação. Uma vez marcadas pela enunciação da diferença, essas pessoas devem seguir regras específicas para as atividades do seu cotidiano, algumas das quais a população domiciliada tem total direito de praticar. A repetição também se dá, muitas vezes, pelas organizações de assistência voluntária e pela família. Ao contrário de pessoas domiciliadas que tem autonomia para fazer uso de bebidas alcólicas, se alimentar com refeições recreativas e escolher suas próprias roupas, sem contar no uso de drogas

ilícitas, por exemplo, a população em situação de rua é demarcada por sua falta de autonomia quando até mesmo o apoio oferecido só é validado se for recebido dentro das regras. O oferecimento de apoio sob a forma de doações de alimentos, roupas ou dinheiro cria uma atmosfera de aceitação especificada e é limitado pela situação que vivem. Aqueles que não aceitam as regras são repudiados, rejeitados e malvistas.

Além disso, a precariedade induzida pelas instituições socioeconômicas e políticas, enunciadas pela exposição a desigualdades, pela privação social e econômica, viram evidências do papel atribuído ao grupo. Foi relatado que a população profere às pessoas em situação de rua mensagens que os chamam de vagabundos, que a família condiciona a ajuda que poderiam proporcionar à existência de algum vínculo empregatício. Além disso, nem todas as casas de acolhimento permitem a acondicionamento dos materiais recicláveis para pernoite, também desconsiderando esse vínculo socioeconômico.

Chega-se ao ponto em que uma identidade cultural é produzida, pois diante da constante repetição, os próprios corpos assumem o papel enunciado, reproduzindo por si só o discurso e participando ativamente do processo de diferenciação, enunciação e repetição. Porque o discurso passa a ser reproduzido por aquela própria pessoa que foi diferenciada e teve sua categorização enunciada e repetida. Como uma identidade é produzida, chamamos esse processo de identificação.

### *Identificação*

A identificação é o momento de consolidação daquilo que foi instituído pela diferenciação, pela enunciação e pela repetição. É a reprodução da diferenciação, no sentido de multiplicação, de proliferação, de propagação do papel enunciado, de uma produção da diferença feita mais uma vez. O sujeito toma para si o discurso e o incorpora a sua identidade, acreditando que o discurso seja a sua essência. Ou seja, a representação atribuída ao sujeito afeta não só seu comportamento, mas também o próprio entendimento que o sujeito tem si mesmo. O sujeito se torna, por fim, a representação da identidade que lhe foi conferida.

Na situação de rua, diante dos relatos apurados, a produção do sujeito-em-situação-de-rua é provocada pela enunciação da situação de rua e a repetição proferidas com muitos estigmas sobre as condutas e os modos de vida. Como é fortemente demarcada a temporalidade da situação de rua, inclusive pelo uso da expressão *em situação*, como já discutimos, as pessoas que estão em situação de rua

por tempo prologando, entrevistadas nesta pesquisa, formam suas identidades a partir do sentimento de que não são o padrão da situação da rua e manifestam esse sentimento com o intuito, inclusive, de serem aceitos novamente pela sociedade. Nos relatos, foram vistas concepções sendo reproduzidas como: (1) Y. e R. que falaram que algumas pessoas em situação de rua vegetam, mas que elas vivem “normal”; (2) E. dizendo que conquistou o espaço dele ali porque não arruma confusão e não pede nada a ninguém, além de manter a apropriação dele organizada e limpa e que a apropriação feita com lona fica com cara de “muquifo”; (3) S. dizendo que parou com as drogas e que por isso é “luz”, reforçando que não gosta de pessoas que usam muitas drogas, de confusão e de roubo; (4) M. e G. que expressam que não é porque estão em situação de rua que são ladrões, além de não quererem influenciar outras pessoas e crianças a usarem drogas; (5) L. que diz que ao trabalhar com recicláveis está ajudando a cidade. O discurso da associação à falta de emprego e renda com mais intensidade, ainda, é tão disseminado que eles mesmos em sua fala não enxergam o trabalho com recicláveis como um trabalho, reproduzindo o discurso que é proferido pelos familiares e pela população, principalmente. Quando falam de suas relações com a família e com as possibilidades de sair das ruas mencionam que precisam ter um trabalho para sair das ruas, apesar de falarem da atividade de coleta dos recicláveis como trabalho quando falam de seu cotidiano. Com isso, condicionam a falta de um vínculo formal ao não merecimento de uma vida dentro dos padrões de produção de renda. Observa-se, então, que as pessoas entrevistadas, com a particularidade de serem pessoas em situação de rua por tempo prolongado, demonstraram que se entendem como pessoas em situação de rua, mas demarcam uma diferença em relação a outras pessoas nessa situação, reproduzindo certos discursos que foram proferidos no momento de diferenciação, avaliando negativamente certas condutas.

Desta forma, reconhecem as condutas que devem seguir para mostrar essa diferença e recriar seus vínculos, o que consuma a vontade de se instalar fixamente em alguma área. Ou seja, a partir da diferenciação, enunciação e repetição iniciadas quando passaram a viver nas ruas, assimilam o que a sociedade rejeita na situação de rua (sujeira, desorganização, uso de drogas, falta de trabalho) e buscam contrapor essas questões para serem aceitos, em especial junto às pessoas domiciliadas ou trabalhadoras do entorno imediato. Buscam espaços que sejam obscuros, vazios urbanos e áreas degradadas, com a atitude assimilada da invisibilização, para que não sejam repudiados no primeiro momento de instalação e que não viam um incômodo

para as pessoas do entorno. A aceitação se manifesta com a diminuição do medo e da abjeção dos moradores do entorno em relação a pessoa em situação de rua, com o aumento de pequenas atitudes de socialização, com o aumento das doações, oferta de ajuda e trocas comunitárias.

No entanto, mesmo que consigam alterar certas perspectivas, se aproximando da conduta padrão, não visualizam seu futuro com naturalidade. Quando foram questionados sobre melhorias que gostariam de fazer nas apropriações, aqueles que conseguiram pensar em alguma questão expuseram pontos muito específicos do presente. Assim como quando foram questionados sobre como seria uma vida domiciliada também imaginam soluções para situações presentes. Isso demonstra que, apesar de se expressarem como pessoas em situação de rua que têm condutas particulares, algumas distintas do estereótipo da pessoa em situação de rua, não vislumbram um momento que estariam domiciliados.

\*\*\*

Dada a relevância da relação do corpo em situação de rua com o espaço público urbano no processo de produção do sujeito-em-situação-de-rua, analisada sob os aspectos da performatividade, emergiu-se a estruturação do conceito de performatividade urbana. Podemos afirmar que a “performatividade urbana” é a condensação da experiência corporificada no espaço-tempo urbano. Isso porque destacamos que, em síntese, durante a experiência urbana, o corpo interage com o ambiente urbano – físico e social – e por meio da percepção assimila discursos e normas que afetam seu próprio comportamento. Retomando os conceitos de corpo, identidade e performatividade: o corpo é entendido como instrumento da percepção do espaço em suas dimensões material, social, cultural, política e econômica; a identidade se constrói a partir do reconhecimento e assimilação das diferenças, através do qual o indivíduo reconhece a categoria a qual pertence, e não está centralizada no sujeito, uma vez que depende da interação com o outro e com o mundo; e a performatividade é a constatação do afetamento do sujeito pelo papel social assimilado pela categoria enunciada pelas diferenças e percebido pelo corpo. A Figura 11, a seguir, ilustra, de forma sintética, essas definições e interrelações entre os conceitos de corpo, identidade e performatividade.

Figura 11 – Ilustração dos conceitos corpo, identidade e performatividade.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Podemos dizer, ainda, que a performatividade é o alcance da inscrição da experiência corporificada no sujeito e, à medida que o sujeito reproduz para fora de si o que foi assimilado durante essa experiência, a performatividade se apresenta também como uma prática pública do corpo. Como experiência corporificada nos referimos à experiência que considera o corpo como produtor de sensações, memórias e subjetividades e como matriz das interações com o discurso normativo. Na teoria de Butler, que trata mais especificamente da performatividade de gênero, está exposto que o gênero é performativo porque é uma representação corporal das normas. Se interpusermos a situação de rua nessa descrição, a situação de rua se mostra como performativa porque é, acima de tudo, uma representação corporal da precariedade e da falência social do urbano. Diante do que foi exposto, nota-se que todas as etapas (diferenciação, enunciação, repetição e identificação) do processo de subjetivação da pessoa em situação de rua estão relacionadas ao ambiente urbano, ao espaço público e à urbanidade. A relação do corpo com a cidade é uma característica sobressalente no processo de produção do sujeito-em-situação-de-rua. Desta forma, a dimensão urbana da performatividade revela-se naturalmente e como resultado disso é que confirmamos que a pessoa em situação de rua está submetida à performatividade urbana.

Neste sentido, a performatividade urbana se apresenta como uma condição de todas as pessoas que vivem em cidades, principalmente por termos levantado que a condição precária se estende à população urbana perante a fragilidade dos vínculos de interdependência socioeconômica, aos papéis sociais atribuídos aos corpos dissidentes e assimilados por esses corpos pela interação no ambiente urbano e à designação à dominação. A cidade é instrumento da produção de subjetividades, pois a urbanidade diferencia corpos, a cidade em sua materialidade e em sua estrutura social enuncia condutas e as repete, e no ambiente urbano os corpos

reproduzem as subjetividades apreendidas.

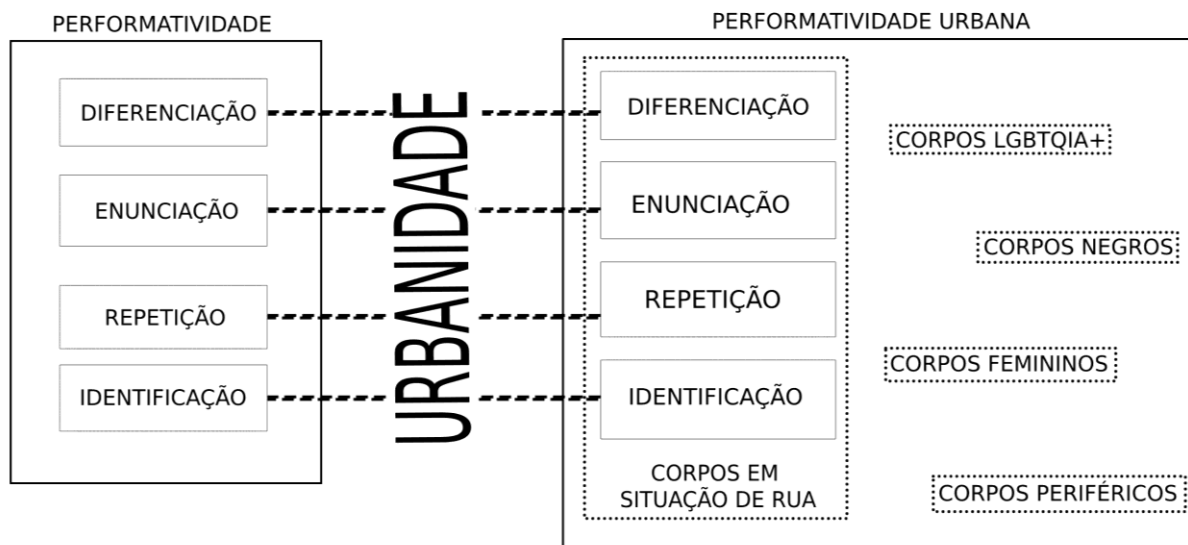
O corpo urbano é performativo porque exerce o seu papel performático urbano de forma ativa, sendo agente de produção da subjetividade junto à cidade e à sociedade. Frangella e Rui (2017, p. 27) dizem:

o corpo é, desse modo, visto contemporaneamente para além de uma entidade na qual se inscrevem mecanismos de poder e dominação; mas como uma atividade simultaneamente física, material, social e política, que se constrói na relação com outros corpos.

É essa atividade que consideramos como a performatividade nesta pesquisa. Assim como a performatividade de gênero, descrita por Butler, que traz em si uma dimensão política e social, da estrutura patriarcal e cisheteronormativa, a performatividade urbana também traz em si a dimensão política e social, da falência social e do colapso urbano. Não há limite entre corpo e cidade. Um se insere no outro, um é o outro. Por isso, não entendemos a performatividade urbana como específica da população em situação de rua, mas dos corpos urbanos, no entanto, a situação de rua é a ponta mais extrema do colapso urbano e o corpo em situação de rua, é a falha urbana materializada por ser uma intensificação da precariedade decorrente do estado atual do urbano, e como Gil (2019) aponta, a situação de rua condensa as problemáticas urbanas. Foi à vista disso que se optou por delinear o conceito de performatividade urbana a partir da situação de rua.

No caso da situação de rua por tempo prolongado, especificamente, podemos pensar a performatividade pela instituição da situação de rua ou o posicionamento do corpo em situação de rua e também como a performatividade praticada pela pessoa em situação de rua que tenta se reaproximar da conduta padrão, já que a performatividade é uma busca pelo pertencimento. Diante da diferença que foi enunciada e repetidamente expressada, o sujeito se torna aquela identidade construída, com o propósito de cada vez ser mais aceito. Revela-se que a performatividade pode ser pensada pelo viés de vários corpos com a cidade, pois a experiência é sempre corporificada, à medida sempre vão ter corpos vivendo nas cidades. Outras várias categorias da população urbana estão sob normas corporificadas e performativas: a população periférica, a população LGBTQIA+, a população negra, a população feminina.

Figura 12 – Performatividade urbana: diagrama síntese.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Diversas são as exposições das normas de conduta para esses corpos que fogem do padrão. Por isso a precariedade é uma condição do cenário urbano atual, pois todos nós estamos sob discursos regulatórios e debruçados uns nos outros para alcançarmos a manutenção das nossas vidas. Todas essas experiências são experiências urbanas performativas, pois essas populações estão fadadas ao constrangimento responsivo por fugirem da norma e à punição pela insistência no aparecimento dos seus corpos: a privatização de áreas públicas para que não sejam acessadas, o encarceramento desmedido, as operações policiais, a criminalização dos corpos, a culpabilização da vítima, os grandes deslocamentos, as intervenções de aporofobia e diversas outras mensagens que se repetem no cotidiano urbano, no qual corpos têm uma vivência urbana limitada, dominada pela precariedade e esvaziadas de sentido da vida.

Retomamos o que Butler diz sobre a vida pública dos corpos que fogem aos padrões de gênero e sexualidade para complementarmos a discussão da experiência corporificada das pessoas em situação de rua. Para a autora, o direito de aparecer é um direito coletivo ao mesmo tempo que é individual. É coletivo pois é um direito de corpos se reunirem em assembleia em espaços públicos para serem vistos como resistência à precariedade induzida pela sociedade. E é individual por ser direito de um corpo estar em público do jeito que se é e do jeito que se quer ser, sem que haja qualquer tipo de assédio, discriminação ou criminalização. Assim, o direito de aparecer deve se traduzir

em políticas públicas de redução do constrangimento e da punição, tornando as experiências urbanas mais confortáveis e seguras. Entretanto, ainda são frequentes discursos reguladores tanto nos dispositivos legais quanto naqueles propagados pela população. No caso das pessoas em situação de rua, os discursos dominam as esferas públicas do corpo: a família os expulsa, a política pública apresenta regras, a cidade repudia.

Esquinca (2013) apontou uma quebra dos vínculos econômicos, sociais e culturais da pessoa em situação de rua e que a experiência para lidar com as situações cotidianas de sobrevivência nas ruas é que faz com que a pessoa deixe de recorrer às casas de acolhimento para pernoite. No entanto, acreditamos que, diante dos relatos, não há uma quebra total com os vínculos econômicos, sociais e culturais, pelo contrário. Pelo contrário, nas ruas são reproduzidos vínculos econômicos, sociais e culturais antes estabelecidos, principalmente como forma de demarcação de que a pessoa ainda tem direitos, ainda tem sua vida, ainda trabalha, ainda mantém uma rotina no seu dia a dia, etc. Vimos que, na situação de rua, o contexto e a motivação da diferenciação é menos a ruptura dos vínculos por si só ou por questões psicológicas ou de escolha, é mais pela falência da estrutura urbana, ou seja, é, de fato, um acontecimento fora do corpo, uma determinação de fora para dentro.

Além disso, apesar de Frangella (2004) afirmar que “seu [*da pessoa em situação de rua*] corpo aparece como último território”, verificamos que a noção de território está presente na relação perceptiva do espaço urbano e na condução de sua experiência corporifica, através da qual o território é reconstituído. As pessoas em situação de rua, sobretudo aquelas que tem preferência por se fixar em alguma área da cidade, relatam uma percepção sobre o território urbano em suas características de uso e de ocupação do solo, não só pelas atividades formais (como regiões residenciais, regiões comerciais e de serviço) mas também pelas atividades informais, tendo uma leitura do espaço urbano em relação às ocupações de outras pessoas em situação de rua e também da localização de equipamentos que podem prover meios de acesso a itens básicos de sobrevivência, como água, alimentação, saúde, políticas assistenciais e, até mesmo, possibilidades de socialização. O que observamos diante dos relatos é que a relação das pessoas em situação de rua com o espaço urbano ultrapassa, portanto, questões fisiológicas e materiais, em contraposição ao destaque que Frangella (2004) dá, por exemplo, às marcas corporais da vivência nas ruas. O que observamos é que existe

uma relação com a materialidade do espaço urbano, no sentido de o corpo das pessoas em situação de rua estarem em contato direto com elementos como o chão, o asfalto, a chuva, o sol, a poeira, os recicláveis, mas que elementos sociais são também trazidos para seus corpos como marcas corporais.

Portanto, para além de compreender a situação de rua como vinculada ao sistema capitalista, expandimos essa noção ao vinculá-la à urbanidade, e ao considerar a experiência do corpo em situação de rua no ambiente urbano, tratamos de atingir os aspectos subjetivos que compõem o corpo e não somente seus aspectos perceptivos sensoriais e fisiológicos, que dariam contribuições apenas sobre a materialidade do corpo. Visamos avaliar a experiência do corpo em situação de rua de forma que pudéssemos alcançar a devida complexidade a ele atribuída e por ele vivenciada. Assim, reafirmamos que a performatividade urbana é forjada sobretudo pela precariedade, uma vez que esse cenário se intensifica nas cidades contemporâneas, mas se configura também como um modo de viver, de se reconhecer e de se reconstruir atendendo a uma situação que não está no seu controle.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve início em 2019, um ano antes da instauração do cenário de pandemia de COVID-19. Durante a pandemia, além dos impactos gerais que todo o mundo sentiu ao vivenciar essa experiência de insegurança e incertezas, algumas intercorrências foram reconhecidas na pesquisa. O adiamento da realização de algumas etapas foi inevitável e isso foi bem contornado, inclusive a ida a campo, que em virtude das recomendações sanitárias que indicavam a diminuição da circulação de pessoas nas ruas e o isolamento social, foi realizada somente depois de completado o primeiro ciclo de vacinação tanto para a segurança da pesquisadora quanto dos pesquisados. Outro impacto que pôde ser observado em razão da pandemia se refere à caracterização do grupo objeto desta pesquisa. Devido aos inúmeros efeitos econômicos e sociais gerados pela pandemia prolongada, principalmente no Brasil, foi relatado um aumento no número da população em situação de rua e uma mudança no perfil daqueles que começaram a viver nas ruas neste cenário. Em Juiz de Fora, o aumento da presença de pessoas em situação de rua desde o início da pandemia foi relatado duas vezes no jornal Tribuna de Minas, uma em matéria de dezembro de 2020<sup>13</sup> e outra em matéria de março de 2021<sup>14</sup>. Ambas as matérias jornalísticas destacam que não houve um levantamento oficial da população em situação de rua para constatar o aumento, mas que a sociedade civil observou a presença de pessoas nas ruas com mais frequência. Além disso, as matérias pontuaram que as vagas ofertadas pelos abrigos não estavam sendo suficientes. A falta de levantamento, no entanto, não é uma questão somente da cidade de Juiz de Fora, que, inclusive, realizou em 2022 o Censo e Diagnóstico da População de Rua Adulta da cidade, ainda sem publicação. Em 2020, pela primeira vez a população em situação de rua seria inserida no Censo Brasileiro, mas a realização do Censo foi adiada, alguns dados preliminares foram publicados e ainda não há data definida para a publicação de dados oficiais depois da realização do Censo em 2022. Por essas questões mencionadas, as etapas de produção dos dados desta pesquisa – observações e entrevistas – foram realizadas

---

<sup>13</sup> **Pandemia impacta moradores em situação de rua em Juiz de Fora.** Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/13-12-2020/pandemia-impacta-moradores-em-situacao-de-rua-em-juiz-de-fora.html>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

<sup>14</sup> **Aumento da população de rua é perceptível em JF durante pandemia.** Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/28-03-2021/aumento-da-populacao-de-rua-e-perceptivel-em-jf-durante-pandemia.html>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

de modo condensado, o que, apesar de parecer afetar negativamente a pesquisa, fez com que a realização dessas etapas de ida a campo fosse categórica para o resultado favorável e a hipótese do trabalho, definida ainda no ato de ingresso ao curso de doutorado, foi confirmada.

Como forma de considerar alguns pontos desta pesquisa à guisa de conclusão, considero relevantes: (1) o meu posicionamento como corpo pesquisador no campo e na produção da pesquisa; (2) os atos performativos urbanos da pessoa em situação de rua; e (3) algumas reflexões sobre um urbanismo corporificado.

### *O corpo pesquisador no campo*

Devido ao enquadramento da pesquisa como uma pesquisa corporificada, importante pontuar também alguns aspectos sobre o posicionamento do meu corpo na pesquisa. Em um primeiro momento tive que reconhecer os preconceitos e julgamentos já enraizados em mim sobre a situação de rua para me permitir vivenciar a pesquisa da forma a ser instrumento da narrativa das pessoas entrevistadas. Primeiramente, quando fiz as observações fui afetada pela mudança de olhar em relação a essas pessoas, vendo-as em atividades corriqueiras e, por vezes, contentes. Como todas as pessoas que vivem em cidades, passei a minha vida inteira convivendo com a situação de rua, sabendo que existiam. No entanto, como parte da sociedade, as olhava com compaixão, mas sem enxergá-las de fato. No momento das observações fui capaz de humanizá-las e percebê-las para além da situação de rua. No segundo momento, já com uma sensibilidade maior e com o intuito de estruturar as entrevistas, tive receio de colocá-las em alguma situação de exposição, em incomodá-las em seu cotidiano e tive que remanejar minha postura corporal para acessá-las. A participação no projeto do Censo e Diagnóstico da População de Rua Adulta de Juiz de Fora foi fundamental para que eu ganhasse confiança e me permitisse o contato mais próximo e a escuta. Durante as entrevistas, quando os abordei sozinha, me sentei no chão, cumprimentei com apertos de mão, ouvi com naturalidade aspectos do dia a dia, sem julgá-los. Já durante a finalização da tese passei por uma situação pessoal conflituosa com a pesquisa, com uma mulher em situação de rua que se instalou na calçada do edifício onde moro. O prédio tem três lojas no seu térreo, ao lado do portão de entrada de pedestres e de garagem. Uma delas, mais próxima do limite do terreno está disponível para locação e fica adjacente a um muro que determina a construção vizinha. As outras duas lojas estão em funcionamento. Isso nunca havia acontecido em nenhum dos edifícios que

morei em minha vida. Vivenciei, assim, o processo da pessoa se instalar, uma pessoa usuária de drogas, que deixava seus pertences desorganizados e acordava a vizinhança com brigas à noite e provocações com os moradores do edifício, acionando os interfonos de madrugada. Situações de ameaça ocorreram com as pessoas de uma das lojas em funcionamento. Um dia, o síndico, por vontade própria, recolheu os pertences da pessoa e acionou a abordagem. Ouvi do meu apartamento funcionários da coleta de lixo recolhendo os pertences em meio a frases como “Vai ter que ir dormir no abrigo”. Vi também as funcionárias da loja jogando água nos itens da pessoa e acionando a empresa de recolhimento do lixo para tirar tudo o que estava na calçada. Eu mesma liguei para a abordagem e eles me responderam que já conheciam o caso dessa pessoa e que, por ela ser usuária frequente de drogas, não estavam tendo sucesso na abordagem. Me indicaram, então, que eu ligasse para polícia já que estava tendo dano ao patrimônio e perturbação da paz. Em um determinado dia, logo após a pessoa espalhar fezes pela calçada e na porta da loja, a polícia foi acionada pelas funcionárias. Soube depois que a polícia disse que não podia fazer nada e que, se levassem a pessoa, ela assinaria um papel e seria liberada, já que havia cometido delito leve, pois o procedimento padrão seria ela ser intimada, mas que como é uma pessoa em situação de rua não seria encontrada para entrega da intimação. A polícia disse que em uma próxima vez o ideal era chamá-los junto com o SAMU, porque neste caso a situação da pessoa seria classificada como surto psicológico e a levariam para o hospital, a internariam por uns dias e a liberariam em seguida. Diante de toda a situação, a pessoa demonstrou agressividade e usou formas rebeldes de expressão, além de dizer que sabia que não podiam encostar em seu corpo e que podiam fazer o que quisessem, mas que ela voltaria para dormir nessa calçada. O policial relatou, inclusive, conhecer essa pessoa e mencionou que ela saiu de uma área porque colocaram grades na calçada, no limite do terreno, instruindo nosso condomínio a fazer o mesmo. Por parte do síndico e das pessoas funcionárias da loja foram proferidas frases que citavam “passar o carro por cima”, “se fizer alguma coisa é a gente que paga”, além de chamarem a pessoa de “vagabunda”. Depois de alguns dias, a pessoa não retornou à calçada.

Particularmente, me incomodei com a limitação da abordagem social, policial e de saúde e notei que as pessoas em situação de rua também reconhecem essa limitação, tanto por se sentirem desamparadas quanto por saberem o que pode ou não ser feito para contê-las. Reconheci que, de fato, o que as pessoas entrevistadas

relataram sobre fazerem mudanças em seus cotidianos para serem aceitos faz diferença em sua aceitação, pois entendi o incômodo dos moradores do entorno quando a pessoa é usuária de droga ou desorganizada, ao contrário das pessoas que entrevistei e que conseguiram certa autorização para permanecem na área de apropriação.

Assim, apesar de nunca ter sido a intenção deste trabalho de ser finalizado com a indicação de uma proposta imperativa para lidar com as pessoas nessa situação ou suprimir a situação de rua, entendi que tal qual a situação de rua é configurada na complexidade das dimensões que se colocam em uma experiência urbana, a definição de uma estratégia para diminuir os riscos, vulnerabilidades e violências aos quais estão expostos passa por uma abordagem em conjunto de várias equipes públicas ao mesmo tempo e o reconhecimento da responsabilização sistêmica pode ser o primeiro passo para superar políticas públicas que estejam ultrapassadas e empenhar-se na busca por estratégias eficientes e duradouras. Hoje, estou mais atenta aos processos urbanos de expulsão e repúdio direcionados a essa população e mais ciente da minha prática profissional como colaboradora das estratégias de redução das desigualdades.

### *Atos urbanos performativos*

Fizemos o esforço, neste trabalho, de fortalecer a consideração da população em situação de rua a partir de dimensões sociais e culturais mais do que as físicas que versam sobre a circulação, as estratégias de sobrevivência e as relações com a arquitetura dos abrigos. A dimensão física que constitui a corporeidade das pessoas em situação de rua é dada aqui, justamente, pelos espaços públicos urbanos como elementos que sustentam a incorporação do discurso. Assim, os relatos de percepção ambiental nos forneceram os dados necessários para traduzir os aspectos que o urbanismo agrega na construção subjetiva das pessoas em situação de rua.

A experiência vivida pelas pessoas entrevistadas, em seus relatos, demonstrou-se ser imbricada de formulações que controlam suas experiências. Desde o momento que se desvinculam do domicílio, não por vontade própria, mas frequentemente por outras rupturas socioeconômicas e por relações conturbadas com as quais compartilhavam suas casas (diferenciação), passa pela determinação da realidade vivenciada como situação de rua, a partir de características especificadas pela sociedade ou por dispositivos legais (enunciação), é reafirmada por estratégias de dominação de seus corpos percebidas em seus cotidianos (repetição) e é tomada para si em um

processo ativo de produção de como se entendem como sujeitos-em-situação-de-rua (identificação). Esse controle parte de um contexto urbano e é enunciado, repetido e reproduzido no ambiente urbano, tornando a dimensão urbana como uma dimensão imbricada nesse processo. Com isso, foi possível delinear o conceito de performatividade urbana, que não se mostra compatível apenas com a vivência das pessoas em situação de rua, mas também com outros corpos dissidentes, como a população LGBTQIA+, a população feminina, a população negra e a população periférica, muitas vezes tais categorias são vistas, inclusive, articuladas.

Assim, as pessoas em situação de rua não estão nessa circunstância por acaso ou pela falta de um senso estruturado. Nossas cidades estão produzindo precariedade, estão expulsando pessoas de suas casas com altos aluguéis e com mobilidade urbana insatisfatória, estão segregando corpos e aumentando desigualdades. Nesse aspecto, enfatizamos que a performatividade urbana é a condensação da problemática urbana nos atos de viver e manter a vida, de se reconhecer e de reconstruir vínculos, se entendendo como parte de uma vida coletiva.

Portanto, apesar de estarmos o tempo todo reforçando que a urbanidade em colapso produz vidas precárias, supérfluas e excluídas da dinâmica formal, estamos também destacando que é na urbanidade que as pessoas em situação de rua encontram seus lugares não só de sobrevivência, como costuma ser associado a elas, mas de existência. A ação de existir é um ato urbano performativo, as pessoas em situação de rua seguem existindo, construindo seus cotidianos e habitando as cidades, mesmo que essa existência esteja submetida às forças de precarização, de repúdio e de controle.

### *Reflexões sobre um urbanismo corporificado*

Ao espacializar a leitura da performatividade, nos manifestamos por um urbanismo corporificado, que volta a considerar as experiências do corpo no espaço urbano e desempenha um olhar crítico sobre as cidades que estamos produzindo. Podemos dizer que a corporificação do urbanismo se apresenta como caminho insurgente, mas, sobretudo, urgente. Apesar de Jacques e Britto (2015) terem feito uso do termo “urbanismo incorporado”, damos continuidade ao uso do termo “corporificado” por estar convergente com o apresentado na pesquisa no que concerne à perspectiva de reposicionar o corpo no centro da experiência urbana, considerando as diferenças entre corpos. Isso porque as diferenças já coexistem no espaço urbano e essa é a

essência da vida urbana. No entanto, os dispositivos de dominação e repúdio dos corpos que fogem às regras se tornaram mais evidentes, principalmente em estudos recentes. É preciso retomar, como recomenda Tavares (2015), o urbanismo como política pública, ou, como recomenda Joice Berth, um planejamento interseccional das cidades.

Gostaria de pontuar que por vezes as referências usadas na pesquisa conduziram a um pensamento reducionista da situação de rua à uma vida nua, de exclusão multidimensional (de trabalho, de cultura, de economia e de sociabilidade). No entanto, é justo dizer, mais uma vez, que, com exceção de três pessoas em situação de rua com as quais conversei durante a pesquisa, as pessoas em situação de rua encontram sim caminhos para reconstrução de vínculos. É incorreto sobrepor a ruptura de vínculos às experiências de vida dessas pessoas. Inclusive, ao revisitar meu corpo na pesquisa, faço a leitura de nossos encontros como um vínculo criado de forma muito rápida e que ainda está mantido. Portanto, demonstram que estão dispostos a reconstruírem seus vínculos e fazem essa tentativa no seu cotidiano com frequência. Assim, um urbanismo corporificado aponta ser uma proposta de valorizar a experiência urbana como exposição a possibilidades de vínculos que favoreçam uma interdependência não baseada na fragilidade, na exploração e na dominação, mas no fortalecimento e na coparticipação.

Dito isso, reconhecemos que não há caminho único e a curto prazo que aponte uma solução para as crises, diante da multiplicidade de questões que cercam o sistema socioeconômico urbano que segrega, que precariza, que isola e que descarta vidas. Mas também não há como atribuir a discussão sobre a situação de rua a poucos ou restritos campos disciplinares. Não há caminho que se transcorra em singularidade para lidar com essa questão e isso é pontuado pelas próprias pessoas em situação de rua que, ao narrarem suas histórias de vida o fazem por tantas perspectivas, por tantos vieses, e com tanta complexidade. Dispor a situação de rua na agenda urbana e refletir sobre a experiência urbana das pessoas em situação de rua é se reaproximar de aspectos originários da disciplina do urbanismo, que se destina, em síntese a pessoas vivendo em coletividade de forma a usufruir com equidade de um aglomerado socioespacial. A produção de um urbanismo corporificado passa pela solução dessas questões ligadas conectando-as às subjetividades das pessoas que vivenciam essas experiências.

### *Encerramento*

Ao pensar a essência urbana da situação de rua e expressar a experiência corporificada das pessoas em situação de rua no espaço urbano, nos apropriamos, como profissionais da Arquitetura e do Urbanismo, da temática, de forma a contribuir com a transdisciplinaridade, pois a entendemos como evidente ação responsiva à complexidade que cerca essa população. Demarcamos o urbanismo, em seus aspectos materiais e simbólicos, como meio de propagação de um discurso autoritário que controla corpos que fogem à normatização. No entanto, acreditamos que o urbanismo vem sendo retomado como instrumento de redução das desigualdades à medida que se apropria das discussões sobre experiências urbanas a partir das subjetividades.

Refletir sobre a performatividade urbana é, portanto, reforçar a importância de posicionar o corpo no centro da experiência urbana, que pressupõe aglomeração e coletividade em harmonia. Enquanto houver corpos que estejam sem acesso à moradia, saúde, alimentação, emprego, lazer e educação, a cidade/o urbano como instituição está falhando. Esta pesquisa aponta que um dos caminhos para combater esse insucesso é recolocar o corpo no centro da experiência e refletir sobre as ações que direcionam comportamentos coletivos e comportamentos reativos. É reconsiderar o urbanismo como instrumento de produção de qualidade de vida.

Em artigo no prelo, discorreremos sobre como o cenário urbano, através da sociedade e da gestão municipal, se torna um espaço conflituoso para a experiência da pessoa em situação de rua, uma vez que se ela se depara ao mesmo tempo com manifestações de acolhimento, representadas pela gentileza urbana, e manifestações de repúdio, representadas pelas intervenções aporofóbicas. No desenvolvimento da pesquisa percorrida no artigo, discutimos a criação de dispositivos legais que proíbem intervenções aporofóbicas nas cidades, os quais se mostram como ações propositivas de instituição do urbanismo e do planejamento urbano em função do estímulo a experiências urbanas não hostis.

Nesse sentido, reforçamos que este não é um trabalho que defende genericamente o respeito à população em situação de rua, mas que pleiteia o posicionamento do urbanismo como uma abordagem crítica sobre a construção e produção do espaço e das experiências urbanas e suas repercussões nas subjetividades dos corpos urbanos. É essencial entender que a população em situação de rua não é uma consequência natural da urbanização ou da alta demanda habitacional, mas que está imbricada no processo de colapso urbano e que sua política

assistencial ainda é regida por perspectivas normativas de gênero, raça, classe e orientação sexual. Também não se pretendeu defender a vivência nas ruas por si só, entendendo-a como uma possibilidade ou opção de vida, mas sim lançar luz ao processo de tentativa falha do enquadramento das pessoas em situação de rua às dinâmicas socioespaciais formais, inclusive mediante ao que vimos durante os relatos, quando algumas das pessoas entrevistadas confessaram se sentir inadequadas e relataram que a assistência pública diminuiu à medida que o tempo em situação de rua foi se prolongando. A política pública assistencialista não tem contemplado a realidade desse perfil de pessoas que estão, de fato, com vínculos reconstruídos e se sentem parte da sociedade, exercendo sua cidadania. Importante salientar que os vínculos criados com o entorno da instalação de uma apropriação dão, inclusive, abertura para que outros vínculos sejam constituídos e alimentam a socialização, a proteção de suas vidas e o resgate de vínculos afetivos e econômicos. Observa-se também que pode ser possível a readequação da linguagem nos dispositivos legais e nas pesquisas científicas. Na busca pelo assistencialismo, as pessoas em situação de rua são generalizadas e observa-se pouco o movimento de fazê-los falar e ser ouvidos, e mais um olhar *para* eles e não *por* eles.

Recomenda-se que o grupo da população em situação de rua deixe de ser considerado em sua heterogeneidade apenas a título de caracterização para serem de fato enxergados em suas subjetividades e seus subgrupos, como este enquadrado nesta pesquisa constituído pelas pessoas em situação de rua por tempo prolongado que instalam apropriações fixas em alguma área da cidade. Essas pessoas demonstram interesse de criar e alimentar vínculos socioespaciais a partir da fixidez. Muitos vinculam a situação de rua a uma questão social, no entanto, demonstramos ao logo do texto que esse quadro de extrema vulnerabilidade é também um quadro de raiz econômica e política. Constatamos, durante o processo de pesquisa descrito neste texto que a situação de rua tem origem na dificuldade de manutenção econômica de suas residências, seus empregos e suas vidas; tem origem, também, em questões políticas que mantem a população negra – maioria da situação de rua – e periférica em condições de pobreza e que mantem a população feminina segregada e exposta à violência doméstica. Uma vez em situação de rua, os relatos expuseram a dificuldade da pessoa em situação de rua por tempo prolongado de se sentir assistida pelas políticas públicas sociais que diminuem com o prolongamento do tempo em situação de rua, porque são inadequadas a esse perfil.

É preciso formular novas políticas de assistência ou reformular políticas já existentes para que esse grupo se sinta contemplado. Apesar de já estarem nas ruas por tempo prolongado, o que por vezes inviabiliza a vida domiciliada por falta de adaptação, foram acessadas duas metodologias de assistência que têm sucesso na realocação de pessoas em situação de rua em domicílios: o modelo *Housing First* ou Moradia Primeiro e o modelo de habitação coletiva compartilhada. No modelo *Housing First*, há uma inversão da escala assistencialista. Em vez de se iniciar com o tratamento de saúde mental para a pessoa ser alocada em uma moradia compartilhada com apoio intensivo, depois ter um domicílio supervisionado e, por fim, a moradia independente, o modelo *Housing First* parte do princípio de que a moradia é um direito humano fundamental e, desta forma, não condiciona a alocação em uma moradia independente à pré-requisitos. No modelo de habitação coletiva compartilhada, apesar de ter o compartilhamento com outras pessoas advindas da situação de rua, a gestão da moradia é feita de forma autônoma pelo coletivo, também sem pré-requisitos. As problemáticas urbanas podem ser abordadas em conjunto, portanto, pois nesse caso das pessoas em situação de rua em número crescente, também há o abandono de imóveis que se tornam vazios em áreas centrais da cidade.

Na contextualização da temática, observou-se que, apesar das variadas possíveis abordagens sobre a temática da população em situação de rua, as pesquisas realizadas, em sua maioria, se voltam a uma perspectiva de saúde pública, seja por meio da ênfase às rupturas emocionais, seja por meio da ênfase à dependência química. É possível notar, ainda, os trabalhos vinculados à área da Geografia Humana que se esforçam desassociar as pesquisas dos estigmas sociais e conduzem uma pesquisa orientada pelo espaço-tempo. A revisão de literatura apontou que há uma imprecisão do retrato da população em situação de rua no sentido de que essa população ainda não é vista em sua heterogeneidade, apesar do grupo ser assim caracterizado em dispositivos legais a ele atribuído. Essa pesquisa buscou articular uma perspectiva a partir da cidadania e da vivência no espaço urbano, perspectiva essa que, por vezes, desloca o corpo da situação de rua para colocá-lo como um corpo que habita a cidade. Tal deslocamento se fez necessário em alguns momentos para que nos distanciássemos de ser uma pesquisa que aborda a situação de rua somente como um grupo populacional em vulnerabilidade que precisa de auxílio e assistência para enxergá-los como uma consequência de um contexto urbano falido e colapsado que é determinante na propagação contínua da precariedade, da segregação e da

manutenção desses corpos em situação de rua.

Foi nessa conjuntura teórica que nos aproximamos dos estudos culturais para trazer o conceito de performatividade para a pesquisa e, por fim, delinear o conceito de performatividade urbana. Entende-se que o processo de produção do sujeito-em-situação-de-rua é a performatividade. E diante da relevância, da presença, da interferência que a urbanidade tem nessa situação, é que a definimos como uma performatividade urbana. Não que a performatividade urbana seja a situação de rua, mas a situação de rua é uma performatividade urbana. Nesse sentido, recomenda-se a continuidade de pesquisas corporificadas no campo do urbanismo com esse viés, a fim de aprofundarmos o debate sobre as experiências corporificadas de acordo com as subjetividades dos corpos urbanos. O pensamento urbanístico se consolida cada vez mais em uma crítica aos espaços monumentais e espetaculares e propõe-se a repensar o desenvolvimento das cidades por práticas que ampliem a equidade e incluir em suas teorias conceitos e abordagens que considerem as interseccionalidades que existem ao pensarmos as experiências corporais nos espaços urbanos.

Assim, provoca-se reflexão sobre formas da sociedade e da urbanização de responsabilizarem-se pela situação de rua, ou seja, entende-se como indispensável a inclusão da situação de rua nos estudos urbanos, visto as questões aqui destacadas e debatidas. Defende-se que o urbanismo deve se associar a diversas disciplinas para combater desigualdades, seletividades e a descartabilidade da vida. Acredita-se que a responsabilização é o primeiro passo para superar as políticas públicas ultrapassadas e empenhar-se na busca por estratégias eficientes e duradouras.

## REFERÊNCIAS

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão-Remodelação-Embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: <<http://planourbano.rio.rj.gov.br/DocReadernet/docreader.aspx?bib=PlanoUrbano>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 24-34, 2011.

BEDRAN, Laura; DANTAS, Lucas. A cidade, seus espaços, narrativas e o morador de rua: entre o miserável e o flâneur. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 1, p. 90-100, ago. 2017.

BELL, Vikki. Performativity and belonging: an introduction. In: BELL, Vikki. **Performativity and belonging**. Londres: SAGE Publications Ltd, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BERTH, Joice. **Áreas brancas e áreas negras: o redline nas cidades brasileiras**. Carta Capital, 2019, *on-line*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/>>. Acesso em 30 set. 2022.

BRASIL. Governo Federal. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td\\_2246\\_sumex.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246_sumex.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200612\\_nt\\_disoc\\_n\\_73.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRITTO, Fabiana; JACQUES, Paola. Corpo e cidade: coimplicações em processo. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 19, n.1 e 2, p. 142-155, jan./dez. 2012.

BRITTO, Fabiana; SETENTA, Jussara. Performatividades. In: BRITTO, Fabiana; JACQUES, Paola. (Org.). **Corpocidade: gestos urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: N-1 Edições, Crocodilo, 2019a.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

CANETTIERI, Thiago. A cidade capitalista na produção dos excluídos e os excluídos na produção da cidade capitalista: o paradoxo da exclusão urbana. **Geoiingá – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 64-83, 2016.

CANETTIERI, Thiago. **A condição periférica: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe**. 2019a. 404 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2019a.

CANETTIERI, Thiago. A produção do espaço como periferia: condição periférica e a contradição do capital. **Anais do XVI Simpurb – Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Vitória-ES, 14-17 de nov. de 2019b, p. 1919-1935.

CARNEIRO, Karine Gonçalves. **Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica**. 2016. 508 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2016.

CARVALHO, Claudio; MACEDO JÚNIOR, Gilson. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 09, n. 1, p. 103-116, 2017.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**, n. 18, v. 2, p. 39-62, jul./dez., 2011.

CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. **Circuito histórico e arqueológico da celebração da herança Africana**. s/d. *On-line*. Disponível em: < <https://portomaravilha.com.br/africadetalhe/cod/3>>. Acesso em 27 set. 2022.

CHADWICK, Rachele. Embodied methodologies: challenges, reflections and strategies. **SAGE Journals**, Qualitative Research, v. 17, n. 1, p. 54-74, fev. 2017.

COL·LECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida**. Barcelona: Virus Editorial, 2019.

COPENHAGEN (Prefeitura). The Technical and Environmental Administration. **A metropolis for people: visions and goals for urban life in Copenhagen 2015**. 2009. Disponível em: <[http://kk.sites.itera.dk/apps/kk\\_pub2/pdf/646\\_mlr0dQ6Wdu.pdf](http://kk.sites.itera.dk/apps/kk_pub2/pdf/646_mlr0dQ6Wdu.pdf)>. Acesso em 6 abr. 2022.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CROSSLEY, Nick. **Reflexive embodiment: being, having and difference**. In: CROSSLEY, Nick. *The social body: habit, identity and desire*. London: SAGE Publications Ltd, 2001, p. 140-160.

CSORDAS, Thomas. Embodiment as a paradigm for anthropology. **Ethos**, n. 18, p. 5-47, 1990.

CSORDAS, Thomas. Introduction: the body as representation and being-in-the world. In: CSORDAS, Thomas (Org.). **Embodiment and experience: the existencial ground of culture and self**. Londres: Cambridge University Press, 1994, p. 1-24.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ELLINGSON, Laura. Embodied knowledge. In: GIVEN, L. (Ed.). **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2008. p. 244-245. Disponível em : <<https://scholarcommons.scu.edu/gender/33/>>. Acesso em 28 jun. 22.

ESQUINCA, Michelle. **Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos Bairros Sé e República**. 2013. 254 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; *et al.* Arquitetura da violência: a arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana. **Movimento**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 2015.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei; MACHADO, Bruno Amadei. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua. Os “sem-teto”: moradores ou transgressores?. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 609-623, nov. 2014.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. 2004. 361 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

FRANGELLA, Simone; RUI, Taniele. Corpos precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, n. 47, jun./dez. 2017, p. 23-38.

G1 SÃO PAULO. **Conheça a história dos 'rolezinhos' em São Paulo**. Globo.com/G1, 2014. *On-line*. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>>. Acesso em 30 set. 2022.

GEHL, Jan. **Cities for people**. Londres: Island Press, 2010.

GEHL, Jan. **Life between buildings: using public space**. Washington: Island Press, 2011.

GIL, Guilherme. **Moradores em situação de rua: uma leitura das imagens e dos lugares de fala presentes na problemática dos moradores em situação de rua**. 2019. 122f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo, LTC, 1988.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. **Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais**. **Revista Científica Facmais**, v. IV, n. I, 2015, p. 1-16.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. (Org.). Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HOVNANIAN, Marco Antonio. **Representações artísticas com os moradores de rua por meio da luz e do movimento**. 2013. 216f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

HOWARD, Ella. **Homeless: poverty and place in urban America**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

HUSSERL, Edmund. **Conferências de Paris**. São Paulo: Edições 70, 2017.

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. Nova York: Random House, 1961.

JACQUES, Paola Berestein. Corpografias urbanas. **Arquitextos**, ano 08, n. 093, São Paulo, Portal Vitruvius, fev 2008. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em 20 set. 2019.

JACQUES, Paola Berestein. **Elogio aos errantes**. Salvador: Edufba, 2012.

JACQUES, Paola Berestein; BRITTO, Fabiana Dultra. Sujeitos corporificados e corpografias urbanas: em busca de um urbanismo incorporado. In: Cátia Antonia da Silva; Andreilino Campos. (Org.). **Metrópoles e Invisibilidades**. Da política às lutas de sentidos da apropriação urbana. 1ed.Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, v. 1, p. 140-147.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora**. 86p. 2016.

JUIZ DE FORA. Portal de Notícias. 04 out. 2022a. **PJF continua com Plano de Contingência no período de chuvas para população em situação de rua**. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=77256>>. Acesso em 24 jan. 2023.

JUIZ DE FORA. Portal de Notícias. 23 mai. 2022b. **População em situação de rua passa a ser acolhida na Rua Calil Ahouagi**. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=75363>>. Acesso em 24 jan. 2023.

KOEHLER, Ana Luiza. Modernização periférica: a segregação da população negra e o modelo haussmanniano no Brasil. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 155, p. 61-75, dez. 2018.

KUNZ, Gilderlândia; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia. Modos de vida da população de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919-942, set./dez. 2014.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford-UK, Cambridge-USA: Blackwell, 1991.

LEIGH, Jennifer; BROWN, Nicole. **Embodied Inquiry**. London, New York, Oxfor, New Delhi, Sydney: Bloomsbury Academic, 2021.

MADEIRO, Carlos. **CE: Zara criou Código para 'alertar' entrada de negros em loja, diz polícia**. Uol, 2021. *On-line*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/10/20/ce-zara-criou-codigo-para-alertar-entrada-de-negros-em-loja-diz-policia.htm>>. Acesso em 30 set. 2022.

MARCUSE, Peter. Whose right(s) to what city?. In: BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. (Ed.) **Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city**. Londres; Nova York: Routledge, 2012.

MARTIN, Maria. **A política que barra negros e pobres e ameaça a democracia da areia do Rio**. El país, 2015. *On-line*. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/27/internacional/1440710239\\_607074.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/27/internacional/1440710239_607074.html)>. Acesso em: 27 set. 2022.

MEDEIROS, Cristina. Habitus e Corpo Social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 01, p. 281-300, jan./mar. 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORAES, Camila, et al. Cidade armário: corpos, sexualidade e subversão. In: DA SILVA, Marcelo. (Org.). **Políticas públicas e mobilidade urbana: uma compreensão científica da atualidade**. São Paulo: Editora Científica, 2021, p. 107-117.

MORENO, Carlos. La ville du quart d'heure: pour un nouveau chrono-urbanisme. **La Tribune**, 05 out. 2016, on-line. Disponível em: <<https://www.latribune.fr/regions/smart-cities/la-tribune-de-carlos-moreno/la-ville-du-quart-d-heure-pour-un-nouveau-chrono-urbanisme-604358.html>>. Acesso em: 09 set. 2022.

NONATO, Domingos; RAIOL, Raimundo. Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 81-101, jul./dez. 2016.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 443-461.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir; LIMA, Verônica. Segurança pública e racismo institucional. In: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Análise Político-Institucional**. Brasília: Ipea, 2011.

PALLAMIN, Vera. **Forma e percepção: considerações a partir de Maurice Merleau-Ponty**. São Paulo: FAUUSP, 1996.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

PERRY, Mia; MEDINA, Carmen. Introduction: working through the contradictory terrain of body in qualitative research. In: PERRY, M.; MEDINA, C. (Eds.). **Methodologies of embodiment: inscribing bodies in qualitative research**. Nova York: Routledge, 2015, p.1-13

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na rua: há projeto possível?**. 2012. 150 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

REIS, Deyvid. **A cidade do morador de rua e o morador de rua na cidade: lugar e percepção do ambiente urbano**. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

REIS, Mariana; RIZZOTTI, Maria Luiza. População de rua, território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 43-65, jul./dez. 2013.

REIS, Vivian. **Grupo que fazia tour sobre cultura negra no Centro de SSP diz que foi seguido e filmado por PMs durante 3 horas**. Globo.com/G1, 2020, *on-line*. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/grupo-que-fazia-tour-sobre-cultura-negra-no-centro-de-sp-diz-que-foi-seguido-e-filmado-por-pms-durante-3-horas.ghml>>. Acesso em 30 set. 2022.

RESENDE, Viviane. Deslocamento forçado e permanência vigiada, território e fronteira: metáforas de espaço na representação da situação de rua na Folha de São Paulo. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 565-596, 2020.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; *et al.* **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

RIBEIRO, Wallace Carvalho; LOBATO, Wolney; LIBERATO, Rita de Cássia. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. **Sinapse Ambiental**, p. 42-65, set. 2009.

ROBAINA, Igor. **Entre mobilidades e permanências: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro**. 2015. 380 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Jéssica; LIMA, Alúcio; HOLANDA, Renata. Identidade, drogas e saúde mental: narrativas de pessoas em situação de rua. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 424-436, jul./set. 2018.

SANTOS, Juliano; BERTOLOTO, José. Os moradores de rua como contrafluxo à espetacularização das cidades. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em cultura e Sociedade**, v. 06, ed. Especial, p. 1-15, mar. 2020.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Orgs.). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020.

SILVA, Anna Raquelle. **“Pegue a visão”**: dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador. 2020. 139p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Edições, 1967.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. In: CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SIMMEL, Georg. O Conflito como Sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.10, n. 30, p. 568-573, dez. 2011.

SOCIAL Life of Small Urban Spaces, The. Direção: William H. Whyte. Produção: The Municipal Art Society of New York. Nova York: Direct Cinema Limited, 1988. DVD. (58 minutos).

SOUZA, Lucas Barbosa e. Percepção ambiental e fenomenologia: possibilidades de adaptação do método e alguns exemplos de pesquisa. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, p. 297-314, abr. 2017.

SPATZ, Ben. Embodied Research: a methodology. **Liminalities: a journal of performance studies**, v. 13, n. 2, 2017, p. 1-31.

SPECK, Jeff. **Walkable city**: how downtown can save America, one step at a time. Nova York: North Point Press, 2012.

TAJFEL, Henri; TURNER, John. **The social identity theory of intergroup behavior**. In: WORCHEL, S.; AUSTIN, W. (Orgs.). Psychology of Intergroup Relations. Chicago: Nelson Hall, 1986, p. 276-293.

TASSARA, Eda; RABINOVICH, Elaine. Perspectivas da Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 8, n. 2, Natal, maio/ago., 2003.

TAVARES, Rossana. Uma cidade indiferente: espaço *generificado* de resistência à cidade-mercadoria. **Anais do XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015a, p.1-12. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/1638/1617>>. Acesso em 13 set. 2022.

TAVARES, Rossana. **Indiferença à diferença**: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. 2015b. 230f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.

TAVARES, Rossana; BONADIO, Mariana. Ao encontro do corpo: teorias da performatividade para um debate diferencial sobre espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, E202115, 2021, p. 1-24.

THE HUMAN SCALE: BRINGING CITIES TO LIFE. Direção: Andreas Dalsgaard. Produção: Signe Byrge Sorensen. Dinamarca: Bullfrog Films, 2012.

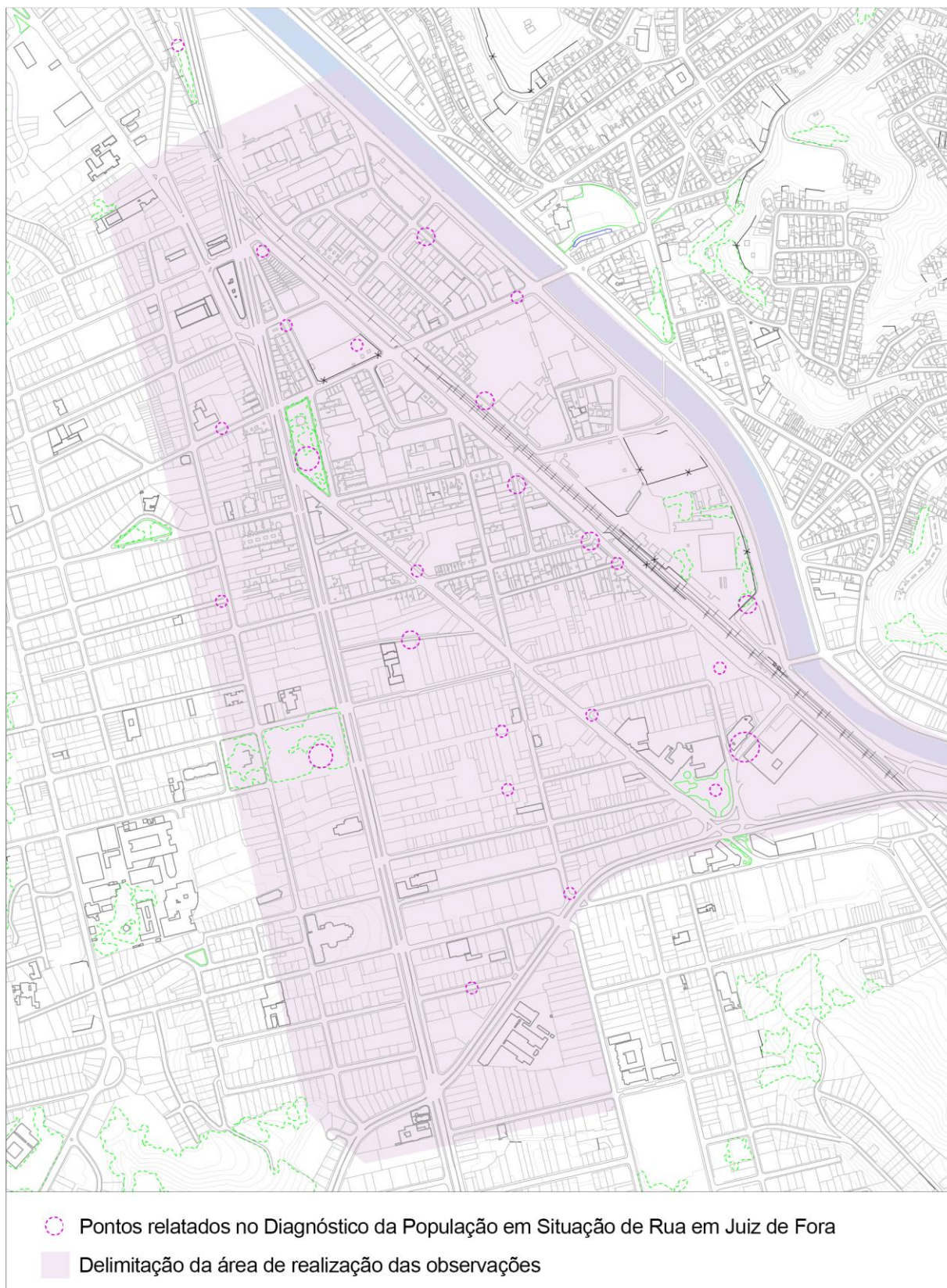
TIWARI, Reena. **Space-body-ritual**: performativity in the city. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth, UK: Lexington Books, 2010.

VALENCIO, Norma et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. In: DORNELES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Orgs.). **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 53-72.

WHYTE, William H. **The Social Life of Small Urban Spaces**. 3ª impressão. Nova York: Project for Public Spaces, 2004.

WOLFRUM, Sophie; JANSON, Alban. **The City as Architecture**. Basel, Suíça: Birkhäuser. 2019.

## APÊNDICE A – Delimitação da área de realização das observações estruturadas, em Juiz de Fora-MG



## APÊNDICE B – Ficha de observação estruturada

**Objetivo:** levantamento de grupos de pessoas em situação de rua consolidados quanto a formação do grupo e apropriação urbana na região central de Juiz de Fora-MG para definir quais grupos serão abordados na segunda etapa da coleta de dados.

DATA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_      HORA INÍCIO: \_\_\_\_ : \_\_\_\_      HORA FIM: \_\_\_\_ : \_\_\_\_  
CLIMA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

NÚMERO DA OBSERVAÇÃO DO GRUPO:

(    ) 1    (    ) 2    (    ) 3    (    ) 4    (    ) 5    (    ) 6

Sobre as características do grupo observado – Grupo n. \_\_\_\_\_

Número de pessoas presentes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ homens adultos    \_\_\_\_\_ mulheres adultas    \_\_\_\_\_ crianças

Observações:

---



---



---

Idade mínima e máxima aproximada do grupo:

---

Animais de estimação? (    ) sim      (    ) não

### Sobre as características da apropriação

Presença de:

- |                   |                              |
|-------------------|------------------------------|
| (    ) colchão    | (    ) fogão adaptado        |
| (    ) papelão    | (    ) chuveiro adaptado     |
| (    ) tenda      | (    ) alimentos             |
| (    ) sofá       | (    ) utensílios de cozinha |
| (    ) cobertores | (    ) objetos de decoração  |
| (    ) roupas     | (    ) recicláveis           |
| (    ) outros:    |                              |

---



---

Observações gerais (interação entre o grupo; interação com transeuntes; atividades realizadas):

---



---



---

## APÊNDICE C – Roteiro para entrevista semi-estruturada

**Objetivo:** Produzir relatos sobre as experiências corporificadas na cidade.

### Primeiro momento – Apresentação:

Me apresento, digo que não tenho vínculos com nenhuma autoridade, polícia e prefeitura. Que sou estudante da universidade e que estou estudando a cidade de Juiz de Fora e queria saber como eles se sentem na cidade e o que eles acham dos lugares que eles vivem e que no fim eu vou fazer um texto, sem os nomes deles, para apresentar na universidade, mas que se eles não quiserem conversar sobre uma coisa ou outra, está tudo bem, que podem falar, porque eu quero que eles respondam se sentirem a vontade para responder. Explico que vou fazer algumas anotações, mas que essas anotações são minhas.

### Sobre o grupo:

Quantas pessoas ficam neste lugar? \_\_\_\_\_

Com quantas pessoas o grupo foi iniciado?

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Há quanto tempo estão juntos como grupo? \_\_\_\_\_

Observações sobre alterações do grupo:

---



---



---

Há parentesco entre as pessoas do grupo? ( ) não ( ) sim, \_\_\_\_\_

Vocês fazem alguma atividade juntos? ( ) não ( ) sim

Quais atividades vocês fazem juntos?

---



---



---

### Sobre a apropriação fixa:

Há quanto está nesse lugar?

---

O que te fez escolher esse lugar para ficar? Me conta sobre o dia que você encontrou esse lugar e decidiu ficar aqui.

---



---

Você recebe amigos aqui?

Qual é a principal diferença entre ficar em um lugar fixo e não ter um lugar fixo para ficar?

---



---

O que você gosta e o que você não gosta nesse lugar aqui?

---



---

Antes de se fixarem aqui, vocês ficaram em outros lugares da cidade?

( ) sim ( ) não

Quais? Porque saíram?

---



---

Como vocês se sentem:

Vivendo nas ruas? \_\_\_\_\_

Aqui neste lugar? \_\_\_\_\_

Aqui em Juiz de Fora? \_\_\_\_\_

Que tipo de melhoria vocês gostariam de fazer nesse lugar?

---



---

Quais são suas principais estratégias para:

Se proteger do sol ou da chuva? \_\_\_\_\_

Proteger seus pertences? \_\_\_\_\_

Preservar sua intimidade? \_\_\_\_\_

E em ordem de importância para escolher um lugar para ficar?

( ) proteção contra sol e chuva ( ) proteção dos pertences ( ) intimidade

Como você acha que seria uma vida com casa? Seria muito diferente do que você tem aqui hoje?

#### **Sobre a vivência nas ruas:**

Há quanto tempo moram nas ruas?

---

Me fala um pouco sobre quem era você antes de viver nas ruas e o que mudou desde lá até hoje.

---



---

Você prefere ser chamado de (1) morador de rua ou (2) pessoa em situação de rua?

Você já sofreu alguma violência depois que começou a viver nas ruas? Se sim, como foi?

---



---

Já buscaram os abrigos? ( ) sim ( ) não

Se sim, o que acharam dos abrigos?

---



---

Voltariam a buscar os abrigos?

---



---

Se não, por quê?

---



---

Coloque em ordem de importância pra você hoje:

- |              |                                 |
|--------------|---------------------------------|
| ( ) trabalho | ( ) relacionamento familiar, de |
| ( ) comida   | amizade ou amoroso              |
| ( ) moradia  |                                 |

Sendo uma pessoa que dorme na rua, o que você mais ouve:

Da população? \_\_\_\_\_

Das pessoas que trabalham nos abrigos/serviços de assistência?

Das pessoas aqui em volta desse lugar? \_\_\_\_\_

Das outras pessoas em situação de rua? \_\_\_\_\_

Da sua família? \_\_\_\_\_

#### **Sobre a cidade de Juiz de Fora:**

Quantos do grupo são de Juiz de Fora? \_\_\_\_\_

Quantos do grupo são de outra cidade? \_\_\_\_\_

Quais cidades? \_\_\_\_\_

Dessas pessoas, quanto tempo moram em Juiz de Fora?

---



---

Se eu fosse uma pessoa que não conhecesse Juiz de Fora e pedisse para você me falar como era a cidade, o que você falaria?

---



---

Me fala por onde você mais anda ou fica aqui em Juiz de Fora. Quais lugares você gosta de ir? Você vai para outros bairros ou fica mais por aqui?

**Sobre os serviços e a assistência:**

Qual assistência você recebe da prefeitura? Quais equipes te atendem?

---

---

---

Qual assistência você recebe da população?

---

---

---

Depois que você se fixou aqui essas assistências mudaram? Se sim, como?

---

---

---

Que tipo de assistência você gosta de receber? Que tipo não gosta?

---

---

---

Você percebe diferença na assistência que recebeu lá no começo quando você veio viver nas ruas e agora?

---

---

---

( ) recebia mais ( ) recebia menos ( ) era melhor ( ) era pior

Você acha que quando você começou a viver nas ruas você precisava/gostava de alguma coisa diferente do que você precisa/gosta agora?

---

---

---

## APÊNDICE D – Roteiro para seleção visual

**Objetivo:** Produzir relatos sobre a percepção do espaço urbano da cidade de Juiz de Fora, do uso e reconhecimento dos equipamentos de serviços assistenciais públicos de Juiz de Fora e sobre o reconhecimento ou afetamento por intervenções aporofóbicas em Juiz de Fora para identificar valores e significados.

### Grupo de imagens 01: Espaços públicos de Juiz de Fora-MG



Parque Halfeld



Praça Antonio Carlos



Praça da Estação

### Grupo de imagens 02: Edifícios dos serviços assistenciais públicos



Centro POP



PAM Marechal



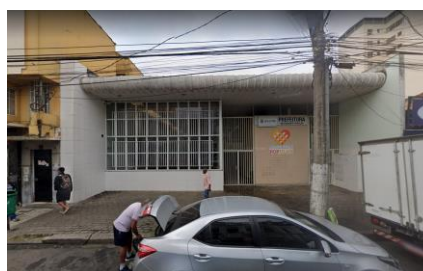
UPA Santa Luzia



Hospital HPS



“Sopa dos pobres”



Restaurante Popular

**Perguntas-guia do grupo de imagens 01 e 02:** Quais desses lugares você conhece? Você costuma ir em algum desses lugares?

Grupo de imagens 03: Intervenções aporofóbicas de Juiz de Fora-MG



**Perguntas-guia do grupo de imagens 03:** O que você vê nessas imagens? Essas imagens te fazem lembrar alguma coisa, alguma história, alguma situação? Por que você acha que as pessoas colocam essas grades, esses vasos de planta?